



Universidade de Brasília

Ministério da Educação
Secretaria de Educação Superior
Fundação Universidade de Brasília

Prestação de Contas Ordinária Anual **Relatório de Gestão do Exercício de 2010**

Março/2011

Dilma Vana Rousseff

Presidenta da República

Fernando Haddad

Ministro da Educação

Luiz Cláudio Costa

Secretário de Educação Superior

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: Prof. José Geraldo de Sousa Junior

Vice-Reitor: Prof. João Batista de Sousa

Decana de Ensino de Graduação: Profa. Márcia Abrahão Moura

Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho

Decano de Extensão: Prof. Oviromar Flores

Decano de Assuntos Comunitários: Prof. Eduardo Raupp de Vargas

Decano de Administração: Prof. Pedro Murrieta Santos Neto

Decana de Gestão de Pessoas: Gilca Ribeiro Starling Diniz

Decano de Planejamento e Orçamento: Prof. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha

Auditor Interno: José Avelar dos Santos

Fundação Universidade de Brasília

Decanato de Planejamento e Orçamento

Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte

Prédio da Reitoria, bloco B, 1º andar

CEP: 70910-900 Brasília-DF, Brasil

Telefones: (61) 3273-3379 e 3307-2207

Fax: (61) 3274-5915

<http://www.unb.br> – unb@unb.br – dpo@unb.br

Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2010

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Resolução TCU n. 234/2010, Instrução Normativa TCU n. 63/2010, das Decisões Normativas TCU n. 107 e 110/2010 e da Portaria TCU n. 277/2010.

Brasília-DF, 31/3/2011

Gestor e Editor Responsável:

Prof. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha – Decano de Planejamento e Orçamento

Revisão Técnica:

Hélio Marcos Neiva – Diretor de Planejamento

Jorge Rodrigues Lima – Coordenador de Planejamento e Avaliação

Organização:

Gláucia Lopes Luiz Evangelista – Economista

Equipe Técnica:

Ana Carolina Rezende Costa – Administradora

Eliane dos Santos da Rocha – Administradora

Ereni Gontijo de Lima – Auditora

Filipe Pereira da Silva – Estatístico

Kátia Maria Silva Boynard – Economista

Lindalva Lima Costa – Administradora

Thaís Caroline da Silva Dias – Estagiária Técnica

Responsáveis pelos Demonstrativos da Programação e Execução Orçamentária:

Fernando Soares dos Santos – Diretor de Orçamento

Joardo Antonio de Deus Passos – Técnico em Assuntos Educacionais

Prof. José Carlos Balthazar – Diretor de Apoio a Projetos Acadêmicos

Maria de Jesus Souza Queiroz – Chefe do Serviço de Convênios e Contratos

Marta Emília Teixeira – Assessora do Decano de Administração

Samuel Faria de Abreu – Diretor de Contabilidade e Finanças

Sérgio da Costa Ferreira – Economista

Responsáveis pelos Demonstrativos sobre os Recursos Humanos:

Gilca Ribeiro Starling Diniz – Decana de Gestão de Pessoas

Daniel Lobo de Souza Choas – Assessoria do Decanato

Rosana Fernandes Sottovia – Assessoria do Decanato

Sérgio Melo – Assessoria do Decanato

Pesquisa e Compilação da Base de Dados:

Elisabeth de Araújo Ferreira – Coordenadora de Informações Gerenciais

Paulo Sérgio Pires – Analista em Sistema de Informação

Formatação de Tabelas:

Vinícius Marinho Costa

Revisão textual:

Karin Gisele Ventura

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica e Capa:

Mauro Pereira Bento

Gestores de Unidades Acadêmicas e Administrativas integrantes do Sistema de Planejamento Institucional da UnB (Atualizado em 25/3/2011)

Unidades Administrativas

Assessoria de Assuntos Internacionais	INT	Profa. Ana Flávia Granja e Barros
Auditoria	AUD	José Avelar dos Santos
Centro de Planejamento	CEPLAN	Arq. Alberto Alves de Faria
Decanato de Ensino de Graduação	DEG	Profa. Márcia Abrahão Moura
Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação	DPP	Profa. Denise Bomtempo B. de Carvalho
Decanato de Extensão	DEX	Prof. Oviromar Flores
Decanato de Assuntos Comunitários	DAC	Prof. Eduardo Raupp de Vargas
Decanato de Administração	DAF	Prof. Pedro Murrieta Santos Neto
Decanato de Gestão de Pessoas	DGP	Gilca Ribeiro Starling Diniz
Decanato de Planejamento e Orçamento	DPO	Prof. Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha
Prefeitura do <i>Campus</i>	PRC	Prof. Paulo César Marques da Silva
Procuradoria Jurídica	PJU	David Monteiro Diniz
Secretaria de Empreendimentos Imobiliários	SEI	Prof. José Augusto Abreu Sá Fortes
Secretaria de Gestão Patrimonial	SGP	Prof. José Augusto Abreu Sá Fortes
Secretaria de Assuntos Acadêmicos	SAA	Arnaldo Carlos Alves
Secretaria de Comunicação	SECOM	Ana Beatriz Magno

Órgãos Complementares

Biblioteca Central	BCE	Profa. Sely Maria de Sousa Costa
Centro de Informática	CPD	Prof. Jacir Luiz Bordim
Editora Universidade de Brasília	EDU	Profa. Lucia Helena Cavazin Zabotto Pulino
Fazenda Água Limpa	FAL	Prof. José Mauro da Silva Diogo
Hospital Universitário de Brasília	HUB	Prof. Gustavo Adolfo Sierra Romero

Centros

Centro de Desenvolvimento Sustentável	CDS	Prof. Elimar Pinheiro do Nascimento
Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	CDT	Prof. Luiz Afonso Bermúdez
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	CEAM	Prof. Ricardo Wahrendorff Caldas
Centro de Educação a Distância	CEAD	Prof. Athail Rangel Pulino Filho
Centro de Documentação	CEDOC	Tânia Maria de Moura
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	CESPE	Prof. Ricardo Carmona
Centro de Excelência em Turismo	CET	Prof. Neio Lúcio de Oliveira Campos
C. Internacional de Física da Matéria Condensada	CIFMC	Prof. Álvaro Ferraz
Centro Integrado de Ordenamento Territorial	CIORD	Prof. Jorge Madeira Nogueira
C. de Manutenção de Equipamentos Científicos	CME	Roberto Wellington de Sousa Moura
Centro de Produção Cultural e Educativa	CPCE	Prof. Armando Bulcão
C. Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas	CEPPAC	Prof. Lúcio Remuzat Rennó Junior
C. de Formação de Recursos Humanos em Transportes	CEFTRU	Prof. Sérgio Ronaldo Granemann
Centro de Pesquisa e Opinião Pública da UnB	DATAUnB	Prof. José Ângelo Belloni

Centro Transdisciplinar de Educação no Campo	CETEC	Profa. Mônica Castagna Molina
Centro Internacional de Pesquisa em Representação e Psicologia Social	CIRPS	Profa. Ângela Almeida
Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais	CPAB	Prof. Jaime Gonçalves de Almeida
Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas	CRAD	Prof. José Roberto Rodrigues Pinto

Unidades Acadêmicas (Institutos/Faculdades)

Faculdade de Comunicação	FAC	Prof. David Renault da Silva
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	FACE	Prof. Roberto Ellery Junior*
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	FAU	Prof. Andrey Rosenthal Schlee
Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	FAV	Prof. Cícero Lopez Silva
Faculdade de Ciência da Informação	FCI	Profa. Elmira Luzia Melo Soares Simões
Faculdade de Direito	FD	Profa. Ana Frazão de Azevedo Lopes
Faculdade de Educação	FE	Profa. Carmenísia Jacobina Aires
Faculdade de Educação Física	FEF	Prof. Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende
Faculdade de Medicina	FM	Prof. Paulo César de Jesus
Faculdade de Ciências da Saúde	FS	Profa. Lílian Marly de Paula
Faculdade de Tecnologia	FT	Prof. Antônio César Pinto Junior
Instituto de Ciências Biológicas	IB	Profa. Sônia Nair Bão
Instituto de Ciências Sociais	ICS	Prof. Gustavo Sérgio Lins Ribeiro
Instituto de Artes	IdA	Profa. Izabela Costa Brochado
Instituto de Ciências Exatas	IE	Prof. Norái Romeu Rocco
Instituto de Física	IF	Prof. Geraldo Magela Silva
Instituto de Geociências	IG	Prof. Detlef Hans Gert Walde
Instituto de Ciências Humanas	IH	Prof. Estevão Chaves de Rezende Martins
Instituto de Letras	IL	Profa. Maria Luisa Ortiz Alvarez
Instituto de Psicologia	IP	Profa. Gardênia da Silva Abbad
Instituto de Ciência Política	IPOL	Profa. Marilde Loiola de Menezes
Instituto de Química	IQ	Prof. Jurandir Rodrigues de Souza
Instituto de Relações Internacionais	IREL	Prof. Eiiti Sato
UnB-Faculdade de Planaltina	FUP	Prof. Marcelo Ximenes Aguiar Bizerril
UnB-Faculdade de Ceilândia	FCE	Profa. Diana Lúcia Moura Pinho
UnB-Faculdade do Gama	FGA	Prof. Alessandro Borges de S. Oliveira

**Pro tempore*

Quadro 01: Lista de Siglas e Denominações

Sigla	Unidade	Documento de Criação
FUB	Fundação Universidade de Brasília	Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961
	Conselho Diretor	Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961
SCD	Secretaria do Conselho Diretor	Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961
UnB	Universidade de Brasília	Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961
CONSELHOS SUPERIORES		
CONSUNI	Conselho Universitário	Estatuto da UnB arts. 11, 12, 13 e 14
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	Estatuto da UnB arts. 11, 15 e 16
CEG	Câmara de Ensino de Graduação	Estatuto da UnB art. 16, inciso VII, § 1º
CEX	Câmara de Extensão	Estatuto da UnB art. 16, inciso VII, § 1º
CPP	Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação	Estatuto da UnB art. 16, inciso VII, § 1º
CCD	Câmara da Carreira Docente	Estatuto da UnB art. 16, inciso VII, § 1º
CAD	Conselho de Administração	Estatuto da UnB arts. 11, 17, 18 e 19
CAC	Câmara de Assuntos Comunitários	Estatuto da UnB art. 18, inciso X, § 1º
CAF	Câmara de Administração e Finanças	Estatuto da UnB art. 18, inciso X, § 1º
Conselho Comunitário		Estatuto da UnB arts. 11, 20 e 21
REITORIA		
VRT	Vice-Reitoria	Estatuto da UnB art. 24
GRE	Gabinete do Reitor	Estatuto da UnB art. 26, inciso I
PRC	Prefeitura do <i>Campus</i>	Estatuto da UnB art. 26, inciso II
PJU	Procuradoria Jurídica	Estatuto da UnB art. 25, inciso II
AUD	Auditoria	Estatuto da UnB art. 25, inciso III
DECANATOS		
DEG	Decanato de Ensino de Graduação	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DEX	Decanato de Extensão	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DPP	Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DAF	Decanato de Administração	Estatuto da UnB art. 25, inciso I
DGP	Decanato de Gestão de Pessoas	Resolução do Conselho Universitário n. 29/2010
DPO	Decanato de Planejamento e Orçamento	Resolução do Conselho Universitário n. 29/2010
ASSESSORIAS E SECRETARIAS		
SAA	Secretaria de Administração Acadêmica	Ato da Reitoria n. 1436/2005
SECOM	Secretaria de Comunicação	Ato da Reitoria n. 2098/2008
SEI	Secretaria de Empreendimentos Imobiliários	Ato da Reitoria n. 40/1998
SGP	Secretaria de Gestão Patrimonial	Ato da Reitoria n. 41/1998
INT	Assessoria de Assuntos Internacionais	Ato da Reitoria n. 71/1997

Sigla	Unidade	Documento de Criação
CERI	Coordenação do Cerimonial	Ato da Reitoria n. 583/1999
ÓRGÃOS COMPLEMENTARES		
BCE	Biblioteca Central	Estatuto da UnB art. 41, inciso I
CPD	Centro de Informática	Estatuto da UnB art. 41, inciso II
EDU	Editora Universidade de Brasília	Estatuto da UnB art. 41, inciso III
FAL	Fazenda Água Limpa	Estatuto da UnB art. 41, inciso IV
HUB	Hospital Universitário	Estatuto da UnB art. 41, inciso V
RAD	Rádio e Televisão Universitárias	Estatuto da UnB art. 41, inciso VI
CENTROS		
CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações	Ato da Reitoria n. 14/2007
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável	Resolução do Conselho Universitário n. 19/1995
CDT	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico	Ato da Reitoria n. 11/1988
CEAD	Centro de Educação a Distância	Ato da Reitoria n. 138/1989
CEAM	Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares	Ato da Reitoria n. 105/1986
CEDOC	Centro de Documentação	Ato da Reitoria n. 596/1988
CEFTRU	Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes	Ato da Reitoria n. 279/1996
CEPLAN	Centro de Planejamento	Ato da Reitoria n. 9279/1999
CET	Centro de Excelência em Turismo	Ato da Reitoria n. 134/1998
CETEC	Centro Transdisciplinar de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural	Ato da Reitoria n. 861/2006
CESPE	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos	Ato da Reitoria n. 1129/1996
CIFMC	Centro Internacional de Física da Matéria Condensada	Ato da Reitoria n. 74/1987
CIORD	Centro Integrado de Ordenamento Territorial	Resolução do Conselho Universitário n. 18/1995
CIRPS	Centro Internacional de Pesquisa em Representações e Psicologia Social	Resolução do Conselho Universitário n. 33/2007
CME	Centro de Manutenção de Equipamentos Científicos	Ato da Reitoria n. 550/1987
CPAB	Centro de Pesquisa e Aplicação de Bambu e Fibras Naturais	Resolução do Conselho Universitário n. 7/2007
CPCE	Centro de Produção Cultural e Educativa	Ato da Reitoria n. 464/1986
CRAD	Centro de Referência em Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas	Resolução do Conselho Universitário n. 32/2007
DATAUnB	Centro de Pesquisa e Opinião Pública	Ato da Reitoria n. 98/1986
UNIDADES ACADÊMICAS		
FACE	Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade	Estatuto da UnB art. 27, inciso XIX
ADM	Departamento de Administração ⁽¹⁾	
CCA	Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais ⁽¹⁾	
ECO	Departamento de Economia ⁽¹⁾	
FAC	Faculdade de Comunicação	Estatuto da UnB art. 27, inciso XVII
DAP	Departamento de Audiovisuais e Publicidade ⁽¹⁾	
JOR	Departamento de Jornalismo ⁽¹⁾	
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Estatuto da UnB art. 27, inciso XIV
PRO	Departamento de Projeto, Expressão e Representação em Arquitetura e Urbanismo ⁽¹⁾	

Sigla	Unidade	Documento de Criação
TEC	Departamento de Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo ⁽¹⁾	
THAU	Departamento de Teoria e História em Arquitetura e Urbanismo ⁽¹⁾	
FAV	Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária	Estatuto da UnB art. 27, inciso XIII
FCE	Faculdade de Ceilândia	Estatuto da UnB art. 27, inciso XV
FCI	Faculdade de Ciência da Informação	Ato da Reitoria n. 10/2010
FD	Faculdade de Direito	Estatuto da UnB art. 27, inciso XVIII
FE	Faculdade de Educação	Estatuto da UnB art. 27, inciso XX
MTC	Departamento de Métodos e Técnicas ⁽¹⁾	
PAD	Departamento de Planejamento e Administração ⁽¹⁾	
TEF	Departamento de Teoria e Fundamentos ⁽¹⁾	
FEF	Faculdade de Educação Física	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXI
CO	Centro Olímpico ⁽¹⁾	
FGA	Faculdade do Gama	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXII
FM	Faculdade de Medicina	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXIII
NMT	Núcleo de Medicina Tropical ⁽¹⁾	
FS	Faculdade de Ciências da Saúde	Estatuto da UnB art. 27, inciso XVII
DSC	Departamento de Saúde Coletiva ⁽¹⁾	
ENF	Departamento de Enfermagem ⁽¹⁾	
NUT	Departamento de Nutrição ⁽¹⁾	
ODT	Departamento de Odontologia ⁽¹⁾	
FT	Faculdade de Tecnologia	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXV
NTI	Núcleo de Tecnologia da Informação ⁽¹⁾	
EFL	Departamento de Engenharia Florestal ⁽¹⁾	
ENC	Departamento de Engenharia Civil e Ambiental ⁽¹⁾	
ENE	Departamento de Engenharia Elétrica ⁽¹⁾	
ENM	Departamento de Engenharia Mecânica ⁽¹⁾	
FUP	Faculdade de Planaltina	Estatuto da UnB art. 27, inciso XXIV
IB	Instituto de Ciências Biológicas	Estatuto da UnB art. 27, inciso III
BOT	Departamento de Botânica ⁽¹⁾	
CEL	Departamento de Biologia Celular ⁽¹⁾	
CFS	Departamento de Ciências Fisiológicas ⁽¹⁾	
ECL	Departamento de Ecologia ⁽¹⁾	
FIT	Departamento de Fitopatologia ⁽¹⁾	
GEM	Departamento de Genética e Morfologia ⁽¹⁾	
ZOO	Departamento de Zoologia ⁽¹⁾	
ICS	Instituto de Ciências Sociais	Estatuto da UnB art. 27, inciso VI
CEPPAC	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas ⁽¹⁾	
DAN	Departamento de Antropologia ⁽¹⁾	

Sigla	Unidade	Documento de Criação
SOL	Departamento de Sociologia ⁽¹⁾	
IdA	Instituto de Artes	Estatuto da UnB art. 27, inciso I
CEN	Departamento de Artes Cênicas ⁽¹⁾	
DIN	Departamento de Desenho Industrial ⁽¹⁾	
MUS	Departamento de Música ⁽¹⁾	
VIS	Departamento de Artes Visuais ⁽¹⁾	
IE	Instituto de Ciências Exatas	Estatuto da UnB art. 27, inciso IV
CIC	Departamento de Ciência da Computação ⁽¹⁾	
EST	Departamento de Estatística ⁽¹⁾	
MAT	Departamento de Matemática ⁽¹⁾	
IF	Instituto de Física	Estatuto da UnB art. 27, inciso VII
IG	Instituto de Geociências	Estatuto da UnB art. 27, inciso VIII
GEO	Departamento de Geologia Geral e Aplicada ⁽¹⁾	
GMP	Departamento de Mineralogia e Petrologia ⁽¹⁾	
GRM	Departamento de Geoquímica e Recursos Minerais ⁽¹⁾	
SIS	Observatório Sismológico ⁽¹⁾	
IH	Instituto de Ciências Humanas	Estatuto da UnB art. 27, inciso V
FIL	Departamento de Filosofia ⁽¹⁾	
GEA	Departamento de Geografia ⁽¹⁾	
HIS	Departamento de História ⁽¹⁾	
SER	Departamento de Serviço Social ⁽¹⁾	
IL	Instituto de Letras	Estatuto da UnB art. 27, inciso IX
LET	Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução ⁽¹⁾	
LIP	Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas ⁽¹⁾	
TEL	Departamento de Teoria Literária e Literatura ⁽¹⁾	
IP	Instituto de Psicologia	Estatuto da UnB art. 27, inciso X
CAEP	Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos ⁽¹⁾	
PCL	Departamento de Psicologia Clínica ⁽¹⁾	
PED	Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento ⁽¹⁾	
PPB	Departamento de Processos Psicológicos Básicos ⁽¹⁾	
PST	Departamento de Psicologia Social e do Trabalho ⁽¹⁾	
IPOL	Instituto de Ciência Política	Estatuto da UnB art. 27, inciso III
IQ	Instituto de Química	Estatuto da UnB art. 27, inciso XI
IREL	Instituto de Relações Internacionais	Estatuto da UnB art. 27, inciso XII

Fonte: Coordenação de Informações Gerenciais. (atualização em fevereiro/2011)

Lista de Abreviações

AGU	Advocacia-Geral da União
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ATI	Alunos em Tempo Integral
BACEN	Banco Central
CAF	Câmara de Administração e Finanças
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASAI/DF	Casa de Apoio à Saúde do Índio do Distrito Federal
CGU	Controladoria-Geral da União
CONSEG	Conselho de Segurança
CONSAFI	Sistema de Administração Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPGF	Cartão de Pagamentos do Governo Federal
CPPTA	Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativos
CVI	Comissão de Valores Imobiliários do Distrito Federal
DIFES	Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior
DOU	Diário Oficial da União
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EC	Emenda Constitucional
EAD	Ensino a Distância
FAI	Fundo de Apoio Institucional
FAPDF	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
GEPG	Grau de Envolvimento com Pós-Graduação
GPE	Grau de Participação Estudantil
HU	Hospitais Universitários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INCA	Instituto Nacional do Câncer
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
IQQCTA	Índice de Qualificação dos Técnico-Administrativos
IQTAG	Índice Quantitativo de Técnico-Administrativos com Graduação
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MPU	Ministério Público da União
OCI	Órgão de Controle Interno
OCC	Outras Despesas de Custeio e Capital

OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAA	Plano Anual de Atividades
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PCTec	Parque Científico e Tecnológico
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEAC	Projetos de Extensão de Ação Contínua
PIE	Programa Pedagogia para Professores em Exercício no Início da Escolarização
PF	Pessoa Física
PPPI	Projeto Político Pedagógico Institucional
REHUF	Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SEFIP	Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SEIF	Secretaria de Educação Infantil e Fundamental
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGPROJ	Sistema de Informação e Gestão de Projetos
SIGRA	Sistema de Informações Acadêmicas de Graduação
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SIPPOS	Sistema de Informação Acadêmica da Pós-Graduação
SNGP	Sistema Nacional de Pós-Graduação
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
URP	Unidade de Referência de Preços
UGO	Unidade Gestora Orçamentária
UJ	Unidades Jurisdicionadas

Lista de Tabelas

Tabela 2.01:	UnB: Dificuldades Enfrentadas pelas Unidades na Execução do Plano Anual de Atividades 2010	34
Tabela 2.02:	UnB: Sugestões Apresentadas pelos Gestores para Garantir a Consecução dos Objetivos Planejados em 2010.....	36
Tabela 2.03:	Recursos Demandados pelas Unidades por Tipo de Gastos em 2010	41
Tabela 2.04:	Atividades Planejadas e Executadas por Área de Planejamento no Plano Anual de Trabalho em 2010	43
Tabela 2.05:	Síntese dos Recursos Financeiros Planejados e Executados por Unidade em 2010	45
Tabela 2.06:	Comparativo entre a Receita Própria Estimada e Arrecadada pela FUB/Total e a Receita Própria Estimada e Arrecadada pelo CESPE – 2010.....	50
Tabela 2.07:	Detalhamento de Receitas e Despesas do RU em 2010.....	51
Tabela 2.08:	Valores das Refeições Servidas pelo RU em 2010	51
Tabela 2.09:	FUB: Programas e Ações com Maior Índice de Materialidade – LOA n. 12.214/2010.....	73
Tabela 2.10:	FUB: Programas e Ações com Maior Relevância – LOA n. 12.214/2010.....	74
Tabela 2.11:	Identificação dos Programas e Ações com Maior Eficácia – LOA n. 12.214/2010.....	75
Tabela 2.12:	FUB/HUB: Programas e Ações com Maior Índice de Materialidade – LOA n. 12.214/2010.....	83
Tabela 2.13:	FUB/HUB: Programas e Ações com Maior Relevância – LOA n. 12.214/2010.....	83
Tabela 2.14:	FUB/HUB: Identificação dos Programas e Ações com Maior Eficácia – LOA n. 12.214/2010.....	84
Tabela 2.15:	Identificação das Unidades Orçamentárias	85
Tabela 2.16:	Programação de Despesas Correntes.....	86
Tabela 2.17:	Programação de Despesas Capital	86
Tabela 2.18:	Quadro Resumo da Programação de Despesas	87
Tabela 2.19:	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	88
Tabela 2.20:	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários	94
Tabela 2.21:	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ	95

Tabela 2.22:	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ	97
Tabela 2.23:	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação	98
Tabela 2.24:	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ.....	100
Tabela 2.25:	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ.....	102
Tabela 2.26:	FUB/UnB – Custo Corrente por Aluno, 2004 a 2010, Segundo a Metodologia TCU.....	108
Tabela 2.27:	FUB – Custo do Ensino, por Unidade Acadêmica, nos Anos de 2004 a 2010.....	115
Tabela 2.28:	Demonstrativo do Custo por Aluno 2004 a 2010	119
Tabela 2.29:	Área de Ensino de Graduação: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2009 e 2010	122
Tabela 2.30:	Área de Pesquisa: Planejamento Estratégico: Objetivos, Indicadores, Metas e Diretrizes para o Período 2006 a 2010.	124
Tabela 2.31:	Área de Pesquisa: Planejamento Estratégico: Objetivos, Indicadores, Metas e Diretrizes para o Período 2006 a 2010	126
Tabela 2.32:	Área de Pós-Graduação: Planejamento Estratégico: Objetivos, Indicadores, Metas e Diretrizes para o Período 2006 a 2010.....	129
Tabela 2.33:	Área de Pós-Graduação: Planejamento Tático: Objetivos, Indicadores, Metas e Diretrizes para o Período 2006 a 2010.....	131
Tabela 2.34:	Área de Extensão: Planejamento Tático: Indicadores – Ano 2010	134
Tabela 2.35:	Área de Desenvolvimento Comunitário: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2006 a 2010	138
Tabela 2.36:	Área de Desenvolvimento Comunitário: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2006 a 2010	140
Tabela 2.37:	Área de Planejamento e Gestão: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2009 a 2010	145
Tabela 2.38:	Área de Planejamento e Gestão: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2009 a 2010.....	146
Tabela 2.39:	Área de Espaço Físico e Obras: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2006 a 2010	148
Tabela 2.40:	Área de Espaço Físico e Obras: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2006 a 2010.....	150

Tabela 2.41:	Área de Tecnologia da Informação: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2007 a 2010	155
Tabela 2.42:	Área de Tecnologia da Informação: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2007 a 2010.....	157
Tabela 2.43:	Área de Comunicação Institucional: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2006 a 2010.	163
Tabela 2.44:	Área de Comunicação Institucional: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2006 a 2010.....	170
Tabela 2.45:	Área de Recursos Humanos: Planejamento Estratégico: Indicadores – 2006 a 2010.....	173
Tabela 2.46:	Área de Recursos Humanos: Planejamento Tático: Indicadores – 2006 a 2010.....	176
Tabela 2.47:	FUB: Evolução dos Atendimentos à Comunidade Universitária, 2008 a 2010.....	180
Tabela 2.48:	FUB: Apoio a Estudantes de Baixa Renda de 2008 a 2010	181
Tabela 2.49:	UnB: Tipo de Envolvimento do Alunado no Desenvolvimento de Atividades	182
Tabela 2.50:	FUB/UnB: Evolução dos Atendimentos Sociais à População do Distrito Federal e de sua Região de Influência, 2008 a 2009	183
Tabela 4.01:	Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	184
Tabela 5.01:	Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010.....	186
Tabela 5.02:	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010	186
Tabela 5.03:	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010.....	187
Tabela 5.04:	Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010.....	187
Tabela 5.05:	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010	188
Tabela 5.06:	Composição do Quadro de Estagiários	188
Tabela 5.07:	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	189
Tabela 5.08:	Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	190
Tabela 5.09:	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	191

Tabela 5.10:	Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra.....	192
Tabela 5.11:	Estrutura e Composição da Força de Trabalho, 2010	192
Tabela 5.12:	Formação dos Servidores e Indicadores da Força de Trabalho, 2010	193
Tabela 5.13:	FUB/UnB: Servidores Capacitados por Grupos de Unidades, Origem dos Gastos e Valores Investidos em 2008, 2009 e 2010.....	196
Tabela 6.01:	Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	199
Tabela 6.02:	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela FUB nos Três Últimos Exercícios	200
Tabela 6.03:	Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes	200
Tabela 6.04:	Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela FUB na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse.....	201
Tabela 6.05:	Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	201
Tabela 6.06:	Relação de Instrumentos de Fundações de Apoio com Vigência em 2010.....	202
Tabela 11.01:	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	207
Tabela 11.02:	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	207
Tabela 11.03:	Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	207
Tabela 11.04:	Demonstrativo de Subsídio Imobiliário Concedido pela Universidade.....	209
Tabela 11.05:	Demonstrativo de Subsídios Concedidos às Unidades da UnB com Imóveis Comerciais.....	210
Tabela 11.06:	Arrecadação de Ocupações Comerciais no <i>Campus</i> , Administradas pela SGP (2007 a 2010)	211
Tabela 12.01:	Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação	212
Tabela 13.01:	Evolução dos Gastos Gerais – Despesas Pagas	213
Tabela 13.02:	Utilização de Cartões de Pagamento pela FUB no Ano de 2010	213
Tabela 14.01:	Evolução dos Recursos Subsidiados por Tipo de Beneficiário e Unidade Concedente	215
Tabela 17.01:	UnB: Evolução do Aluno Equivalente, Definido Segundo Critérios do TCU (2006 a 2010)	226

Tabela 17.02:	Evolução dos Indicadores de Gestão Propostos pelo TCU – Anos 2006 a 2010 ¹	229
Tabela 17.03:	UnB: Cálculo dos Indicadores de Gestão (Metodologia TCU e UnB) – Anos 2009 e 2010.....	230
Tabela 18.01:	Identificação dos Instrumentos Contratuais/Fundação Apoiadora: FINATEC, 2010	233
Tabela 18.02:	Ingresso de Recursos ao FAI UnB/Fundação Apoiadora: FINATEC, 2010.....	240
Tabela 18.03:	Identificação dos Instrumentos Contratuais/Fundação Apoiadora: FEMAT, 2010.....	244
Tabela 18.04:	Ingresso de Recursos ao FAI UnB/Fundação Apoiadora: FEMAT, 2010.....	245

Lista de Gráficos

Gráfico 5.01:	FUB/UnB: Percentual de Servidores Capacitados nas Unidades Acadêmicas em 2009 e 2010, por Tipo de Capacitação.....	197
Gráfico 5.02:	Percentual de Servidores Capacitados nas Unidades Administrativas em 2009 e 2010, por Tipo de Capacitação	197

Lista de Quadros

Quadro 01:	Lista de Siglas e Denominações.....	7
Quadro 1.01:	Identificação da Unidade Jurisdicionada/UJ no Relatório de Gestão Consolidado.....	26
Quadro 2.01:	Objetivos Institucionais por Área de Atuação, Diretrizes Táticas e Ações Governamentais.....	29
Quadro 2.02:	Principais Realizações por Unidade da FUB em 2010	48
Quadro 2.03:	REUNI – Algumas Atividades de Implantação e Execução Realizadas em 2010.....	52
Quadro 2.04:	Descrição dos Programas e Ações Consignados na LOA (Lei n. 12.214/2010).....	54
Quadro 2.05:	Descrição dos Programas e Ações Consignados na LOA (Lei n. 12.214/2010) – FUB (UO 26271).....	70
Quadro 2.06:	Descrição dos Programas e Ações Consignados na LOA (Lei n. 12.214/2010).....	77
Quadro 2.07:	Descrição dos Programas e Ações Consignados na LOA (Lei n. 12.214/2010) – HUB (UO 26393)	82

Quadro 2.08	UnB: Dificuldades Enfrentadas pelas unidades na execução do Plano Anual de Atividades no 2º semestre de 2010	106
Quadro 9.01:	Estrutura de Controles Internos da FUB	204
Quadro 10.01:	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	205
Quadro 15.01:	Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	220
Quadro 15.02	Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	221
Quadro 15.03:	Processos Administrativos	223
Quadro A.01:	Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da UJ – Resoluções CONSUNI e CAD	247
Quadro B.01:	Balanço Patrimonial	250
Quadro B.02:	Balanço Financeiro	251
Quadro B.03:	Balanço Orçamentário	253
Quadro B.04:	Demonstração das Disponibilidades	255
Quadro B.05:	Demonstração das Variações Patrimoniais	256
Quadro B.06:	Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza	257
Quadro B.07:	Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função	258
Quadro C.01:	Declaração do Contador Responsável	261

Sumário

Introdução.....	22
Parte A – Conteúdo Geral.....	26
1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	26
2 Informações sobre a Gestão Orçamentária.....	27
2.1 Responsabilidades Institucionais.....	27
2.1.1 Competência.....	27
2.1.2 Objetivos Estratégicos.....	27
2.2 Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais.....	33
2.2.1 Análise do Plano Estratégico da Unidade.....	33
2.2.2 Plano de Ação Referente ao Exercício.....	39
2.2.2.1 Plano Anual de Atividades da FUB/UnB 2010.....	39
2.2.2.2 Plano de Reestruturação e Expansão da UnB 2008-2012 (REUNI).....	52
2.3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade (FUB – UO 26271).....	54
2.3.1 Relação dos Programas.....	54
2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ (FUB).....	70
2.3.3 Resultados Alcançados com a Execução das Ações Governamentais.....	72
2.3.4 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade (HUB-UO 26393).....	76
2.3.4.1 Relação dos Programas.....	76
2.3.4.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ – HUB (UO 26393).....	81
2.3.4.3 Resultados Alcançados com a Execução das Ações Governamentais.....	82
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	85
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	85
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes.....	85
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital.....	86
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas.....	87
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	87
2.4.2 Execução Orçamentária.....	93
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	93
2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	98
2.4.3 Indicadores Institucionais e Análise de Desempenho.....	106

2.4.3.1	Relatório sobre Custo do Ensino e do Aluno da UnB em 2010	107
2.4.3.2	Indicadores Institucionais	120
4	Restos a Pagar.....	184
4.1	Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores...	184
4.2	Análise Crítica do Quadro Pagamento de Restos a Pagar para o Exercício 2010 Realizada pela Diretoria de Contabilidade e Finanças	184
5	Informações sobre recursos humanos	185
5.1	Composição do Quadro de Servidores Ativos	185
5.2	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	187
5.3	Composição do Quadro de Estagiários	188
5.4	Quadro de Custos de Recursos Humanos	188
5.5	Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	189
5.6	Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	192
5.6.1	Estrutura da Força de Trabalho	192
5.6.2	Indicadores de Educação Corporativa	194
6	Transferências de Instrumentos Contratuais.....	198
6.1	Transferências Efetuadas no Exercício	198
6.2	Análise Crítica.....	202
8	Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas	203
9	Sistema de Controle Interno da FUB.....	203
10	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	205
11	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	206
12	Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	211
13	Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal	212
14	Renúncia de Receita da FUB	213
15	Determinações e Recomendações do TCU e Recomendações da CGU	217
15.1	Recomendações/Determinações do Tribunal de Contas da União	217
15.2	Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	220
15.3	Recomendações do OCI Atendidas no Exercício	221
15.4	Comissão Disciplinar Permanente (CDP).....	222
16	Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	223
Parte C – Conteúdo Específico das IFES		224
17	Evolução dos Indicadores de Gestão da UnB pela Metodologia do TCU e UnB.....	224
18	Movimentação Financeira das Fundações de Apoio.....	230
18.1	Movimentações Financeiras da FINATEC	231
18.2	Movimentações Financeiras da FEMAT	244

Referências.....	246
Anexo A:	Normas Infralegais247
Anexo B:Apresentação das Demonstrações Contábeis Previstas nas Leis n. 4.320/1964 e n. 6.404/19	
Anexo C:	Declaração do Contador Responsável Atestando os Demonstrativos Contábeis260
Anexo D:Declaração da Área Responsável Atestando as Informações Referentes às Transferências	



Introdução

As informações apresentadas no Relatório Gestão 2010 basearam-se na estrutura proposta pelo órgão de controle externo e permite à Administração Superior da Fundação Universidade de Brasília acompanhar e avaliar o nível de alcance dos projetos e atividades das unidades integrantes do Sistema de Planejamento Institucional estabelecidos no Plano Anual de Atividades (PAA), além de possibilitar aos gestores das unidades apontar e implantar sugestões de aperfeiçoamento da execução do planejamento, corrigir desvios e consolidar projetos identificados como estratégicos.

O documento contém treze capítulos na parte A do Anexo II, em observância à sequência dos itens dispostos pelo TCU na Decisão Normativa n. 107, de 27/10/2010, que trata das Orientações para elaboração do Relatório de Gestão com atendimento aos demonstrativos propostos pelo Órgão Fiscalizador. O primeiro capítulo identifica a Fundação Universidade de Brasília; o segundo inclui as informações sobre a gestão com abrangência às responsabilidades institucionais, estratégias de atuação, Programas e Ações Governamentais da FUB e HUB, desempenho operacional, programação e execução orçamentária, apuração do custo aluno e indicadores institucionais por área e de responsabilidade social; o quarto trata das movimentações de restos a pagar; o quinto mostra as informações sobre os recursos humanos da Universidade e os indicadores de educação corporativa; o sexto abrange as transferências de instrumentos contratuais; o sétimo trata da declaração da área responsável pelas informações contratuais; o oitavo informa sobre o cumprimento das obrigações relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas; o nono trata da avaliação do Sistema de Controle Interno da FUB; o décimo apresenta a avaliação da gestão ambiental e licitações sustentáveis; o décimo primeiro destaca a gestão de bens imóveis de uso especial; o décimo segundo revela a avaliação da gestão de tecnologia da informação; o décimo terceiro informa sobre a utilização dos cartões de pagamento do governo federal; o décimo quarto mostra os recursos subsidiados por tipo de beneficiário e unidade concedente; o décimo quinto apresenta as determinações e recomendações do TCU e recomendações da CGU. Cumpre esclarecer que as informações contempladas na parte B do Anexo II estão disponibilizadas nos anexos deste documento. Na parte C do Anexo II, que trata do conteúdo específico por UJ, estão dispostas a evolução dos indicadores de gestão da UnB pela metodologia do TCU e UnB, assim como as movimentações das fundações do apoio.

Ademais, integram o documento quatro anexos, devidamente referenciados no texto do Relatório, que tratam de: a) normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Instituição; b) apresentação das demonstrações contábeis previstas nas Leis n. 4.320/1964 e n. 6.404/1976; c) declaração do Contador responsável atestando os demonstrativos



contábeis; d) declaração da área responsável atestando as informações referente às transferências.

Importa frisar os itens da DN TCU n. 107/2010 que não se aplicam à realidade da UnB: a) demonstrativos sobre a execução orçamentária por Programa de Governo, visto que a FUB apenas acompanha as Ações Governamentais (item 2, letra c, inciso I, da parte A do Anexo II); b) Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos (item 3 da parte A do Anexo II, que corresponderia ao Capítulo 3 desse Documento); c) Renúncias Tributárias (Item 14 da parte A do Anexo II); d) composição acionária do capital social (item 4 da parte B do Anexo II); e) contratação de consultores na modalidade “produto, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais (item 16 da parte C do Anexo II); f) informações sobre os saldos dos financiamentos, renegociações, ações de execução, ressarcimentos e inadimplência dos recursos oriundos de fundos constitucionais de financiamento (item 5 da parte C do Anexo II).

Vale ressaltar que as informações do Hospital Universitário de Brasília/HUB quanto à Execução Física das Ações Governamentais (seção 2.3.2) estão evidenciadas separadamente das movimentações da FUB. No que tange aos quadros da Programação (seção 2.4.1) e Execução Orçamentária (seção 2.4.2), as informações do HUB foram consolidadas às da FUB, em atendimento ao Anexo I da DN TCU n.110/2010, que dispõe que a FUB apresente o seu Relatório de Gestão, consolidando as informações sobre a gestão do seu Hospital Universitário.

Além das informações solicitadas pelos órgãos de fiscalização, a seção 2.2.2.1, que trata do Plano Anual de Atividades, aborda as Unidades Administrativas da FUB – CESPE e Restaurante Universitário – que desempenham um papel importante, seja na captação de recursos próprios que são revertidos para a manutenção das atividades finalísticas da Instituição ou mesmo no fornecimento de alimentação balanceada à Comunidade Universitária.

Principais Realizações da Gestão no Exercício de 2010:

No exercício de 2010, os esforços da Universidade concentraram no fortalecimento da gestão, promovidos por meio de diagnósticos institucionais – realizados com apoio de pesquisadores internos e externos da área de gestão universitária. Para tanto, foram criados dois novos decanatos (Gestão de Pessoas; Planejamento e Orçamento), além da fusão de áreas visando ganhar agilidade, racionalizar custos e melhorar a gestão para cumprir as metas acadêmicas.

As metas do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) para o exercício de 2010 foram cumpridas e contribuíram para fortalecer as atuações finalísticas da Universidade no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e os novos *campi* Universitários (Faculdade de Planaltina, Faculdade de Ceilândia e



Faculdade do Gama), com ênfase na ampliação de vagas, oportunidades de bolsas para os alunos, nomeação de docentes e técnicos-administrativos de nível superior e médio, além das reformas e adaptações nos laboratórios, auditórios, salas de aula e outros espaços. Além disso, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB CEPE n. 98, de 18/6/2010, regulamentou o Programa de Bolsas REUNI de assistência ao ensino da UnB.

Também destacam-se as iniciativas do Decanato de Graduação no processo de discussão coletiva para a construção do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade de Brasília.

Planos da FUB para o Ciclo de Planejamento 2011-2015:

O Planejamento Estratégico da Universidade de Brasília, elaborado pela Administração Superior com a participação de gestores de áreas, com aprovação do Conselho Universitário, constitui relevante instrumento de gestão – denominado “Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2011-2015” – por direcionar os rumos da Instituição para o período que compreende o ciclo de 2011 a 2015.

Esse Plano abrange os elementos básicos de planejamento estratégico: Foco, Missão, Valores, Visão, Desafios, Objetivos, Áreas e Projetos Estratégicos Institucionais que orientam o monitoramento e a avaliação das metas estratégicas estabelecidas para os próximos cinco anos, além de introduzir a figura dos projetos estratégicos como elemento básico de planejamento, por contribuir diretamente no alcance dos objetivos estabelecidos pela UnB.

Os Projetos Estratégicos Institucionais são de iniciativa da alta Administração, com a finalidade de alcançar objetivos específicos, de grande interesse institucional, em benefício da comunidade universitária e da sociedade em geral, para desenvolvimento num período determinado.

Os projetos estratégicos institucionais propostos pelos gestores são apresentados a seguir:

1. Gestão compartilhada.
2. Projeto: 50 Anos da UnB.
3. Fortalecimento, Ampliação e Integração da Excelência Acadêmica.
4. Consolidação da reestruturação institucional e da expansão da UnB.¹
5. Valorização dos trabalhadores da UnB.
6. Renovação da Biblioteca Central (BCE) e das bibliotecas dos *campi*.

¹ Reestruturação, no sentido amplo (acadêmica, administrativa, organizacional, expansão/REUNI)



7. Projeto Memória da UnB.
8. Compromisso Ecológico.
9. Adoção de novas tecnologias, atualização e integração de sistemas informatizados e da gestão e automação de processos institucionais para o desenvolvimento das áreas meio e fim.
10. Apoio à estruturação do Hospital Universitário e a Unidades de apoio a atividades acadêmicas.
11. Projeto de Atitudes Universitária.
12. Implementação de um Plano Institucional de Segurança.
13. Implantação do Parque Científico e Tecnológico (PCTec – UnB).



Parte A – Conteúdo Geral

1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1.01: Identificação da Unidade Jurisdicionada/UJ no Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Fundação Universidade de Brasília			
Denominação abreviada: FUB			
Código SIORG: 470	Código LOA: 26271		Código SIAFI: 154040
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Fundação Pública			
Principal Atividade: Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(61) 2207 3307-	(61) 3273-3379	(61) 3274-5915
Endereço eletrônico: spl@unb.br			
http://www.unb.br			
Endereço Postal: Campus Universitário Darcy Ribeiro – Asa Norte; Prédio da Reitoria, Bloco B, 1º andar, 70910-900, Brasília, DF, Brasil.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas			
Nome	Situação	Código SIORG	
Hospital Universitário de Brasília	ativa	8610-01/01	
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei de Criação: Lei n. 3.998/1961, de 15/12/1961, com a finalidade regulamentada pelo art. 3º – “Tem por objetivo manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior de pesquisa e estudo em todos os ramos do saber e de divulgação científica e cultural”.			
Norma que estabelece a estrutura orgânica: Estatuto da FUB – Decreto n. 500, de 15/1/1962, e Regimento Geral da UnB, conforme aprovação pela Resolução n. 15/2000 do Conselho Diretor da FUB.			
Publicação no DOU do Estatuto da FUB: Data: 16/1/1962, às fls. 559-560. Estatuto FUB: DOU n. 7, de 11/1/1994. Reeditado em 24/9/2001 – DOU n. 183; 2/9/2003 – DOU n. 169; 31/3/2004 – DOU n. 62; 6/7/2007 – DOU n. 129.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
As normas infralegais, que correspondem às resoluções aprovadas pelos Conselhos Universitário (CONSUNI) e de Administração estão relacionadas no ANEXO A.01 deste relatório.			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
154040	Fundação Universidade de Brasília (FUB)		
154019	Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT)		
154076	Centro de Informática (CPD)		
154079	Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE)		
154078	Editora Universidade de Brasília (EDU)		
154024	Faculdade de Educação Física (FEF)		
154106	Hospital Universitário de Brasília (HUB)		
154020	Prefeitura do Campus (PRC)		

Fonte: Sistema de Planejamento Institucional, 2010.



2 Informações sobre a Gestão Orçamentária

2.1 Responsabilidades Institucionais

2.1.1 Competência

O papel da FUB na execução das políticas públicas, com base nas regulamentações legais, norteiam a promoção do ensino, pesquisa e extensão; das estratégias de atuação definidas para o ciclo de planejamento 2006 a 2010 em seis programas e 22 ações governamentais gerenciadas pela Universidade.

De acordo com o art. 3º do Estatuto da Fundação Universidade de Brasília, “a Fundação terá por objetivo criar e manter a Universidade de Brasília, instituição de ensino superior, de pesquisa e estudo, em todos os ramos do saber, e de divulgação científica, técnica e cultural”.

Corroborando o disposto acima, no art. 3º do Estatuto da UnB são consideradas “finalidades essenciais da Universidade de Brasília o ensino, a pesquisa e a extensão, integrados na formação de cidadãos qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas nacionais”.

2.1.2 Objetivos Estratégicos

Em 2007, a Universidade de Brasília definiu os elementos de planejamento para o segundo ciclo que compreende o período de 2006-2010, destacando-se os seguintes:

Missão

“Produzir, integrar e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável”.

Princípios

- ética e respeito à diversidade;
- autonomia institucional com transparência e responsabilidade social;
- busca permanente de excelência;
- universalização do acesso;



- respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças;
- preservação e valorização da vida.

A Instituição estabeleceu seis objetivos gerais correlacionados às dez áreas de atuação da Universidade, que por sua vez adotou diretrizes táticas constantes do documento “Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2006 a 2010”, aprovadas pelo Conselho Universitário, em 2007. Além disso, o Quadro 2.01 apresenta a estrutura matricial de planejamento da UnB com vinculação das 26 Ações Governamentais da FUB para o exercício 2010.

2 Diretrizes táticas e indicadores atualizados consoante proposta formal das áreas gestoras, constante no documento “Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2006 a 2010”, aprovadas pelo Conselho Universitário, em sua 332ª reunião, de 5/10/2007.

Quadro 2.01: Objetivos Institucionais por Área de Atuação, Diretrizes Táticas e Ações Governamentais

Objetivo Institucional 01	Formar pessoas com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manterem atualizadas ao longo do tempo.	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008)
Área de Atuação 1. Ensino de Graduação	Diretrizes Táticas A1	Programa 1073 – Brasil Universitário.
	D1. Atualizar e redimensionar periodicamente os currículos dos cursos de graduação, reduzindo, quando possível, sua carga horária.	Ação 4008 – Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino.
	D2. Implementar práticas pedagógicas que estimulem a autonomia, criatividade, espírito crítico, empreendedorismo e conduta ética na formação dos estudantes de graduação.	Ação 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação.
	D3. Proporcionar aos corpos docente e discente o acesso a novas tecnologias de apoio à aprendizagem.	Ação 6328 – Universidade Aberta e à Distância.
	D4. Criar cursos de graduação, diurnos, noturnos, a distância e semipresenciais e em novas modalidades.	Ação 10FM: Expansão do Ensino Superior – <i>Campus</i> de Planaltina.
	D5. Viabilizar a ampliação de vagas nos cursos de graduação existentes.	Ação 10FP: Expansão do Ensino Superior – <i>Campus</i> de Gama.
	D6. Reocupar todas as vagas geradas por abandono e/ou desligamentos de estudantes.	Ação 10FQ: Expansão do Ensino Superior – <i>Campus</i> de Ceilândia.
	D7. Ampliar a oferta de vagas em disciplinas.	
	D8. Ampliar o acompanhamento e orientação acadêmica dos estudantes.	Ação 8282: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.
	D9. Melhorar as condições das instalações físicas de salas de aula e de laboratórios de ensino.	Ação 119W: Readequação da Infraestrutura da Universidade de Brasília – REUNI.
		Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino.
	D10. Promover os processos de avaliação interna e externa dos cursos de graduação.	Programa 1061 – Brasil Escolarizado.
	D11. Integrar as atividades de iniciação científica e extensão ao ensino de graduação.	Ação 8429: Formação Inicial e Continuada a Distância
D12. Ampliar a participação dos docentes no ensino de graduação.		
Área de Atuação 2. Ensino de Pós-Graduação	Diretrizes Táticas A2	Programa 1375 – Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica.
	D1. Ofertar cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> tendo em vista as demandas sociais identificadas.	Ação 4006 – Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação.
	D2. Aperfeiçoar a gestão do ensino de pós-graduação.	Ação 6328 – Universidade Aberta e à Distância.
	D3. Ofertar bolsas de pós-graduação para residência médica.	Programa 1061 – Brasil Escolarizado.
	D4. Buscar parceiros nacionais e internacionais para oferta de cursos multidisciplinares e multiinstitucionais.	Ação 8429: Formação Inicial e Continuada a Distância.
	D5. Fortalecer os programas emergentes e consolidados.	Programa 1073 – Brasil Universitário.
	D6. Estimular a participação de professores nos PPG.	Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino.
D7. Implementar cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> .		
Objetivo Institucional 02	Garantir condições e mecanismos que permitam alcançar a excelência, ampliar a produção científica e gerar conhecimento adequado às necessidades da sociedade.	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008)
Área de Atuação	Diretrizes Táticas A3	Programa 1375 – Desenvolvimento de Cursos de Pós-Graduação e da



Objetivo Institucional 01	Formar pessoas com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manterem atualizadas ao longo do tempo.	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008)
3. Pesquisa		Pesquisa Científica.
	D1. Desenvolver projetos de pesquisa que estimulem a participação de docentes.	Ação 8667 – Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados.
	D2. Ampliar o volume de projetos de pesquisa consolidados.	
	D3. Estimular a publicação de resultados contidos em teses e dissertações.	
	D4. Promover a melhoria da infraestrutura dos laboratórios.	
	D5. Estabelecer mecanismos de fortalecimento das variáveis que qualificam um grupo de pesquisa como consolidado.	
Objetivo Institucional 03	Valorizar, ampliar e consolidar a extensão na UnB.	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008)
Área de Atuação 4. Extensão	Diretrizes Táticas A4	Programa 1073 – Brasil Universitário
	D1. Incentivar e apoiar a participação da comunidade acadêmica em ações da extensão vinculadas ao ensino.	Ação 4004 – Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária.
	D2. Incentivar e apoiar a implantação de residência acadêmica no curso de graduação.	
	D3. Incentivar e apoiar a participação da comunidade acadêmica em eventos científicos.	
	D4. Criar em 2006 40 grupos de extensão e ampliar esse número em 20% a cada ano.	
	D5. Identificar demandas de consultorias e de prestações de serviços.	
	D6. Incentivar e apoiar a realização de ações de extensão.	
	D7. Incentivar e apoiar parcerias internas e externas voltadas para o desenvolvimento regional sustentável.	
Objetivo Institucional 04	Implementar políticas de apoio à integração e bem-estar da comunidade universitária.	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008).
Área de Atuação 5. Assuntos Comunitários	Diretrizes Táticas A5	Programa 1073 – Brasil Universitário.
	D1. Elaborar projetos de captação de recursos para concorrer a editais públicos.	Ação 4002: Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação.
	D2. Conceder benefícios aos estudantes de baixa renda participantes dos Programas de Assistência Estudantil.	
	D3. Incentivar a utilização de espaços administrados pelo DAC.	
	D4. Realizar programas e projetos de cultura, esporte e lazer.	
	D5. Desenvolver programas e projetos de melhoria da saúde de servidores e estudantes participantes dos programas de assistência estudantil e ampliar e manter o plano de seguro de vida em grupo.	
Objetivo Institucional 05	Ter quadro permanente de pessoal qualificado suficiente para o desenvolvimento da Instituição.	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008).
Área de Atuação 6. Recursos Humanos	Diretrizes Táticas A6	Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
	D1. Implementar Programa de Avaliação, conforme as diretrizes dos Planos de Carreiras.	Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cívicos.
	D2. Implementar Programa de Formação Gerencial.	Programa 0750 – Apoio Administrativo.
	D3. Ter o quadro de docentes doutores com dedicação exclusiva que atenda as	Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus



Objetivo Institucional 01	Formar pessoas com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manterem atualizadas ao longo do tempo.	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008)
	necessidades.	Dependentes.
	D4. Implementar Programa de Capacitação de servidores, conforme diretrizes dos Planos de Carreira Técnico-Administrativa.	Ação 2010 – Assistência Pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados.
	D5. Ter o quadro de servidores técnico-administrativos que atenda as necessidades.	Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos servidores e empregados.
	D6. Implementar Programa que atenda reposição de servidores.	Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados.
		Ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos.
		Programa 1073 – Brasil Universitário.
		Ação: 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio de regime de previdência dos Servidores Públicos Federais
		Programa 1067 – Gestão da Política de Educação.
		Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.
		Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
		Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
		Ação: 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio de regime de previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente de pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor
		Ação 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação.
Objetivo Institucional 06	Implementar modelo de gestão que viabilize a infraestrutura e a sustentabilidade Institucional.	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008).
Área de Atuação 7. Planejamento e Gestão	Diretrizes Táticas A7	Programa 1073 – Brasil Universitário.
	D1. Aperfeiçoar a gestão universitária e otimizar a utilização dos recursos disponíveis.	Ação 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação.
	D2. Redefinir estruturas, rotinas e procedimentos administrativos.	Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino
	D3. Implantar Programas de Melhoria Contínua.	
	D4. Realizar encontros técnicos que subsidiem o aperfeiçoamento do planejamento institucional.	
	D5. Modelar e automatizar processos de informações gerenciais e atualizar os existentes.	
Área de Atuação 8. Espaço Físico e	Diretrizes Táticas A8	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008)
	D1. Implementar programas de gestão de manutenção e serviços gerais da FUB.	



Objetivo Institucional 01	Formar pessoas com alta qualificação científica, tecnológica e artística, comprometidas com o bem-estar social, adaptáveis às mudanças e capazes de promover inovações e de se manterem atualizadas ao longo do tempo.	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008)
Obras	D2. Construir prédios nos <i>campi</i> .	
	D3. Reformar prédios da FUB.	
	D4. Realocar e/ou ajustar espaço físico nas Unidades da FUB.	
Área de Atuação 9. Comunicação Institucional	Diretrizes Táticas A9	
	D1. Implementar Programa de <i>Media Training</i> .	
	D2. Apoiar e implementar instrumentos de divulgação científica das unidades.	
	D3. Promover a divulgação de produtos e serviços nos meios de comunicação.	
	D4. Incentivar e apoiar o envolvimento da comunidade universitária em eventos de divulgação científica.	
	D5. Apoiar o desenvolvimento de novos sítios e serviços via <i>web</i> .	
Área de Atuação 10. Tecnologia da Comunicação	Diretrizes Táticas A10	Denominação dos programas e ações da LOA (Lei n. 11.897/2008)
	D1. Promover a atualização tecnológica de redes de comunicação de dados e a reestruturação dos contratos de prestação de serviço de telecomunicação, com base em acordos de nível de serviços.	Programa 1073 – Brasil Universitário.
	D2. Elaborar e implementar modelos de serviços de TIC, com base em normas e melhores práticas internacionalmente reconhecidas.	Ação 4009 – Funcionamento dos Cursos de Graduação.
	D3. Integrar processos administrativos e corporativos informatizados.	Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino.
	D4. Elaborar, implantar ou reestruturar o parque tecnológico, buscando a homogeneização dos recursos computacionais.	
	D5. Elaborar e implementar processos de segurança e gestão de TIC, com base em normas e melhores práticas internacionalmente reconhecidas.	
	D6. Promover a automatização de processos de trabalho administrativos, acadêmicos, científicos e tecnológicos.	
D7. Gestão de Informação (geração e disponibilização de informações para apoio à decisão).		

Fonte: FUB Bases do Planejamento Estratégico e Tático, 2006-2010.



2.2 Estratégias de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

2.2.1 Análise do Plano Estratégico da Unidade

No ano de 2010, as políticas educacionais reforçaram o plano da Universidade de Brasília, o que contribuiu para ampliar os recursos financeiros e proporcionar melhorias na infraestrutura física e no quadro de pessoal da UnB.

No que se refere ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) as metas foram cumpridas e contribuíram para fortalecer as atuações finalísticas da Universidade no *Campus* Universitário Darcy Ribeiro e os novos *campi* Universitários (Faculdade de Planaltina, Faculdade de Ceilândia e Faculdade do Gama), com ênfase na ampliação de vagas, oportunidades de bolsas para os alunos, nomeação de docentes e técnicos-administrativos de nível superior e médio, além das reformas e adaptações nos laboratórios, auditórios, salas de aula e outros espaços. Além disso, a Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UnB CEPE n. 98, de 18/6/2010, regulamentou o Programa de Bolsas REUNI de assistência ao ensino da UnB.

Os recursos orçamentários do Tesouro, em 2010, apresentaram crescimento expressivo em relação aos últimos dez anos – perfazendo um montante de R\$ 635,7 milhões – com maior representatividade no elemento de despesa relacionado a Pessoal e Encargos Sociais (45,3%). Por outro lado, os recursos alocados ao Custeio Líquido e Capital (R\$ 49,6 milhões) representam um crescimento de 10,3% em relação ao ano de 2009. Cumpre informar que a arrecadação da FUB por meio de recursos próprios complementa o desenvolvimento das suas atividades, sendo o CESPE responsável por mais de 70% da arrecadação institucional com importante contribuição no pagamento de despesas de encargos gerais.

Em 2010, o Decreto 7.233/2010, de 19/7/2010, ampliou a autonomia de gestão administrativa e financeira das Universidades Federais e dos Hospitais Universitários, com a possibilidade de abertura de créditos suplementares em favor das IFES.

Com a pretensão de construir o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) da Universidade de Brasília, o Decanato de Graduação, em 2010, elaborou um documento referência para contribuir no processo de discussão coletivo dos grupos de atuação. Esse compromisso resulta no fortalecimento das políticas institucionais e garantirá maior integração com as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Institucional(PDI).

Em contrapartida, a greve dos servidores técnico-administrativos – por seis meses, no ano de 2010 – para assegurar o direito ao recebimento da Unidade de Referência de Preços (URP) prejudicou algumas atividades-chave, tais como a liberação de diplomas a estudantes



da graduação e pós-graduação, atendimento médico-hospitalar pelo HUB, serviço de alimentação pelo Restaurante Universitário (RU).

Em dezembro de 2010, a medida Provisória n. 520 inova ao propor alterações na modelagem jurídico-institucional para a prestação dos serviços administrativos e médico-hospitalares pelos hospitais universitários da Administração Pública Federal. Dessa forma, o Poder Executivo poderá criar empresa pública sob a forma de sociedade anônima, denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. (EBSERH), com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado.

As frentes de atuações da Instituição consideram a análise da gestão das unidades quanto às dificuldades que inviabilizaram o pleno sucesso da execução dos planos elaborados e as sugestões apresentadas pelos gestores via Sistema de Planejamento. Além disso, são expostas as providências tomadas pela Universidade para solucionar os problemas identificados pelos gestores.

Com vistas a buscar soluções conjuntas para os problemas enfrentados por diversas unidades, foi solicitado aos gestores que apontassem suas dificuldades em instrumento de planejamento. Várias unidades apresentaram os seus problemas, revelando que os principais obstáculos enfrentados no processo de gestão estão relacionados a fatores de natureza externa (67,1%), conforme demonstrado na Tabela 2.01.

Tabela 2.01: UnB: Dificuldades Enfrentadas pelas Unidades na Execução do Plano Anual de Atividades 2010

N.	Consolidação das Dificuldades	Frequência	
		N.	%
Dificuldades Externas			
1	Ausência de política que defina um plano de carreira que valorize o servidor público	13	12,7
2	Pessoal insuficiente (técnico e serviço terceirizado) para rotina administrativa	11	10,8
3	Dependência da construção de novos prédios	13	12,7
4	Insuficiência de recursos financeiros para os mais diversos setores	5	4,9
5	Carência de capital humano especializado	9	8,8
6	Reduzido número de docentes	4	3,9
7	Evasão e alta rotatividade de servidores, docentes e funcionários extra-quadro	9	8,8
8	Demora no atendimento de pedidos/serviços solicitados a outras unidades	11	10,8
9	Reduzido número de equipamentos e <i>softwares</i>	8	7,8
10	Liberação e/ou repasse do orçamento, recursos e outros (Convênio/União)	2	2,0
11	Dificuldades com aspectos legais	8	7,8
12	Dificuldades na obtenção das informações para a elaboração e operacionalização do PDI	5	4,9
13	Outras dificuldades de natureza externa.	1	1,0
14	Parcerias e convênios com outros órgãos públicos e privados	1	1,0
15	Concorrência com outros órgãos e entidades na prestação de serviços	2	2,0
Subtotal		102	100,0
Dificuldades Internas			
1	Infraestrutura física inadequada e/ou insuficiente	14	28,0
2	Treinamento para servidores técnico-administrativos	8	16,0
3	Segurança insuficiente nos prédios das unidades	11	22,0



N.	Consolidação das Dificuldades	Frequência	
		N.	%
4	Insuficiência de autonomia de gestão	4	8,0
5	Outras dificuldades de natureza interna	3	6,0
6	Ausência de política de informática, quanto à segurança da informação	6	12,0
7	Pequena motivação por parte de docentes com relação aos projetos e/ou atividades	4	8,0
8	Inexistência de cooperação com outras unidades	0	0,0
Subtotal		50	100,0
Total		152	-

Fonte: UnB – Sistema de Planejamento Institucional, 2010.

Em relação às dificuldades externas, e conforme as informações da tabela, pode-se destacar seis fatores com maior representatividade:

- ausência de política que defina um plano de carreira que valorize o servidor público, 12,7%;
- dependência da construção de novos prédios, 12,7%;
- pessoal insuficiente (técnico e serviço terceirizado) para a rotina administrativa, 10,8%;
- demora no atendimento de pedidos/serviços solicitados a outras unidades, 10,8%;
- carência de capital humano especializado, 8,8%; e
- evasão e alta rotatividade de servidores, docentes e funcionários extra-quadro, 8,8%.

Quanto às dificuldades internas, três fatores merecem destaque entre os apresentados e identificados pelos gestores como os que mais ameaçaram o alcance dos objetivos, porém com a possibilidade de serem solucionadas no âmbito da UnB:

- infraestrutura física inadequada e/ou insuficiente, 28%;
- segurança insuficiente nos prédios das unidades, 22%; e
- treinamento para servidores técnico-administrativos, 16%.

Os gestores apresentaram suas sugestões quanto aos rumos a serem tomados pela Universidade cujo objetivo é colaborar com a Administração Superior na busca de soluções, viabilizar a execução dos planos institucionais em fase de implementação pelas unidades e alcançar pleno êxito na implementação das propostas apresentadas³. A seguir, a Tabela 2.02 detalha as sugestões dos gestores das unidades feitas em 2010.

³ Seção elaborada pela administradora Ana Carolina Rezende Costa com base nas informações prestadas pelas Unidades, via Sistema de Planejamento.



Tabela 2.02: UnB: Sugestões Apresentadas pelos Gestores para Garantir a Consecução dos Objetivos Planejados em 2010

N.	Consolidação das Sugestões	Frequência	
		N.	%
Sugestão Externas			
1	Reforma, melhoria, construção e/ou reestruturação do espaço físico	12	10,1
2	Ampliação do quadro de técnicos-administrativos	12	10,1
3	Alocação de recursos humanos qualificados	9	7,6
4	Ampliação do quadro de docentes	6	5,0
5	Agilidade e apoio de unidades quando ao atendimento aos pedidos e projetos	12	10,1
6	Ampliação da captação de recursos orçamentários e financeiros	7	5,9
7	Ampliação da remuneração de servidores	12	10,1
8	Modernização de sistemas	8	6,7
9	Melhoria da segurança das unidades no <i>campus</i>	11	9,2
10	Reuniões sobre o planejamento institucional	5	4,2
11	Aquisição de máquinas e equipamentos	9	7,6
12	Capacitação do capital humano.	7	5,9
13	Realização de parcerias e convênios com órgãos públicos e privados	7	5,9
14	Gestão com órgãos e unidades para liberação de verba, material e capital humano	2	1,7
15	Outras sugestões externas	0	0,0
Subtotal		119	100,0
Sugestões Internas			
1	Envolvimento e conscientização dos gestores e servidores quanto ao planejamento	8	28,6
2	Parceria e envolvimento com as unidades internas	5	17,9
3	Implantação de consultorias preventivas e corretivas para o desenvolvimento de projetos	5	17,9
4	Reformulação das ações gerenciais e divisão de tarefas	6	21,4
5	Elaboração, aprovação e acompanhamento de reformas curriculares, regulamentos e regimentos	4	14,3
Subtotal		28	100,0
Total		147	-

Fonte: UnB – Sistema de Planejamento Institucional, 2010.

Para auxiliar os gestores a superar as dificuldades descritas na Tabela 2.01, as Unidades integrantes do Sistema de Planejamento informaram as iniciativas internas tomadas para o desenvolvimento das atividades finalísticas da Instituição e propuseram sugestões à Administração Superior e áreas estratégicas com vistas a adotar providências para sanar os problemas por eles apresentados. Para tanto, apresentam-se as medidas adotadas pela Instituição e ações realizadas ou a serem realizadas para minimizar ou extinguir os percalços apontados com a identificação do gestor responsável.

1. Reforma, melhoria, construção e/ou reestruturação do espaço físico (10,1%):

Gestores responsáveis pela implementação das medidas: PRC (unidade responsável pela execução das obras de reforma e adaptação de espaço físico nos *campi*) e CEPLAN (unidade responsável pelo gerenciamento de obras novas nos *campi*).



Em 2010, foram executados 25% das obras de reforma, recuperação e ampliação do Instituto Central de Ciências (ICC), ampliação do *campus* de Planaltina e execução das obras da FACE e do CME.

No caso das obras e reformas, várias melhorias foram implementadas no sentido de reorganizar e ampliar o espaço físico nos *campi*. As principais ações tratam de:

- a) gerenciamento e controle da alocação de 199 espaços físicos utilizados para uso acadêmico no *campus*, 1.451 espaços alocados;
- b) confecção e instalação de 5.299 placas de comunicação visual;
- c) 54 projetos de reforma foram elaborados. Realização de obras de reforma na ADM, CID, SG-12, João Calmon, Rádio UnB, IP, ENF, FT, CIFMC, FE5, IB, Centro Comunitário, RU, Dois Candangos, Praça Maior, HVET, FUBRA/CESPE (iluminação), Almojarifado Central, CIC, FS, ANF 1.

2. *Ampliação do quadro de técnicos-administrativos (10,1%):*

Gestor responsável pela implementação das medidas: DGP.

A FUB, considerando a autorização concedida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria n. 124, de 16 de março de 2010, tornou pública a realização de um novo concurso público para cargos de nível superior e de nível intermediário para o seu quadro permanente.

No edital do concurso público estavam previstas 135 vagas, que foram criadas por meio do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) do Programa de Expansão da Universidade de Brasília.

No ano de 2010 não houve nomeação desse concurso. Entraram em exercício 259 servidores técnico-administrativos do concurso anterior, que teve o edital publicado em 2009.

3. *Agilidade e apoio de unidades quanto ao atendimento aos pedidos e projetos (10,1%):*

Gestor responsável pela implementação das medidas: Administração Superior.

A grande demanda por serviços, em face das necessidades existentes e em relação ao dinamismo de uma economia global, requer agilidade na resolução de problemas e na iniciativa de novas tarefas. Para tal, faz-se mister a adoção de medidas que contribuam com soluções práticas e eficazes.

Nesse sentido, em 2010, a UnB formou a terceira turma do Curso de Gestão por Processos, por meio do CPAI, em cumprimento ao disposto no Programa de Modernização



da FUB/UnB aprovado em julho de 2007. Esse curso norteará a revisão e atualização de processos para posterior informatização de sistemas, além da formação de multiplicadores do conhecimento. A primeira turma teve 12 concluintes; a segunda, 30 participantes; e a terceira, 36 participantes.

Outrossim, sugerido pela Comissão de Reestruturação e Modernização da UnB, foi criado um grupo, composto por técnicos internos e externos, com o objetivo de realizar diagnóstico dos problemas organizacionais. Com o diagnóstico concluído, cada unidade deve elaborar plano para sanar esses problemas de acordo com seu planejamento.

Além desse grupo, outras comissões técnicas setoriais trabalharam em 2010 para resolver problemas emergenciais.

4. *Ampliação da remuneração dos servidores (10,1%):*

Gestor responsável pela implementação das medidas: DGP.

Conforme Termo de Compromisso firmado em 3/9/2007 entre o Governo Federal e a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades de Brasília (FASUBRA), o Governo se comprometeu a elaborar a reestruturação da tabela remuneratória dos técnicos-administrativos em educação, ativos, pensionistas e seus respectivos dependentes, das Instituições Federais de Ensino, integrantes da carreira criada pela Lei n. 11.091/2005, de 15/1/2005. Com tal reestruturação, os técnicos da FUB adquiriram o direito de um acréscimo no vencimento básico a partir de maio de 2008, a serem pagos em três parcelas: maio de 2008, julho de 2009 e julho de 2010.

5. *Melhoria da segurança das unidades no Campus (9,2%):*

Gestor responsável pela implementação das medidas: PRC.

No ano de 2010, a Prefeitura do *Campus* declarou a aquisição de rádios, máquinas, equipamentos, ferramentas, matrizes para confecção de chaves e instalação de câmeras de segurança no RU, além do pagamento de diárias e passagens para congresso.

O Conselho Comunitário Especial de Segurança da UnB (CONSEG), constituído pela Administração Superior por meio da Resolução da Reitoria n. 66, de 21 de agosto de 2009, tem a função de discutir, analisar, planejar, avaliar e acompanhar a solução dos problemas de proteção social, em cooperação voluntária com a política de segurança pública e defesa social do Distrito Federal.

Como medida para sanar os casos de violência no *campus* discutida em reunião do CONSEG, a principal iniciativa foi a adesão à ata de registro de preços da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) para implantação de sistema de Circuito Fechado de



Televisão (CFTV), com o objetivo de monitorar as áreas públicas de circulação do *Campus* Universitário Darcy Ribeiro. A adesão ocorreu em 2010 e o sistema será implantado em 2011. Para tanto, a Prefeitura está trabalhando em parceria com a Polícia Militar do Distrito Federal.

O CONSEG entende que, para melhorar a segurança no *campus*, a iluminação é fundamental, bem como o uso adequado dos caminhos até as paradas de ônibus. Por isso, foi realizado investimento em iluminação, em calçadas e em vias de pedestre.

Adicionalmente, a Prefeitura planejou contratar uma consultoria para desenvolver o plano de segurança da UnB, porém não foi possível realizar os trabalhos em 2010.

2.2.2 Plano de Ação Referente ao Exercício⁴

Nesta seção, constam informações acerca da demanda das unidades da FUB por objetivos e recursos financeiros para o desenvolvimento das suas atividades, o nível de alcance desses objetivos por áreas estratégicas e Unidades Acadêmicas e Administrativas e as principais realizações das unidades no decorrer do exercício de 2010. Além disso, é possível acompanhar o cronograma de implementação do Programa de Reestruturação e Expansão da UnB/REUNI, sob o gerenciamento do DEG.

2.2.2.1 Plano Anual de Atividades da FUB/UnB 2010

O Plano Anual de Atividades FUB/UnB referente ao exercício de 2010 contemplou 66 unidades cadastradas no Sistema de Planejamento Institucional. Pela classificação do sistema de planejamento constam 25 unidades acadêmicas e 41 administrativas, sendo 19 centros, nove assessorias/secretarias, seis órgãos complementares/auxiliares, cinco decanatos, o Gabinete do Reitor e a Vice-Reitoria.

Cumprir informar que 62 unidades elaboraram seus relatórios de prestação de contas, via Sistema de Planejamento, o que representa 94% das unidades integrantes do Sistema de Planejamento. Por outro lado, as unidades CEFTRU, EDU, CIRPS e VRT deixaram de informar a execução dos seus objetivos e metas.

O Plano Anual de Atividades (PAA) referente ao ano de 2010, documento integrante do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), assim como a Proposta de Orçamento Programa Interno da FUB 2010, foram aprovados pela Resolução do CONSUNI n. 25 de 7/12/2009.

⁴ Capítulo elaborado pela economista Gláucia Lopes Luiz Evangelista.



No ciclo de planejamento 2006-2010, as unidades acadêmicas e administrativas tiveram ampla liberdade nas suas programações e incluíram as demandas de custeio, recursos adicionais necessários ao pagamento de pessoal, à execução de obras de reforma e alocação de espaço físico, construção de prédios novos, à aquisição de equipamentos e material permanente, mobiliário e aos gastos para execução do Projeto REUNI.

No exercício de 2010, a alocação dos recursos para as Unidades Acadêmicas baseou-se em três critérios: a. Recursos alocados pela Matriz 2010 atualizada (R\$ 3,8 milhões); b. Atividades Específicas (R\$ 1,3 milhão); c. Outros Projetos do PDI (R\$ 3,1 milhões), perfazendo R\$ 8,2 milhões, além dos recursos para a expansão das IFES – Planaltina, Gama e Ceilândia (R\$ 6,3 milhões para Custeio e R\$ 9 milhões para Capital). Maiores informações a respeito do orçamento 2010 constam do documento “Proposta de Orçamento Programa Interno 2010”.

A Tabela 2.03 mostra que os recursos orçamentários (Tesouro e Próprios) para a realização dos projetos perfazem R\$ 791,2 milhões, havendo, ainda, a necessidade de captação adicional por meio de convênios, de um montante de R\$ 52,9 milhões. Ao se deduzir, do total demandado pelas Unidades, Convênios, gastos com recursos humanos que seriam despendidos caso houvesse ampliação do quadro permanente da Instituição e com a realização de obras, a FUB/UnB necessitaria, segundo proposta de suas unidades acadêmicas e administrativas, dispor de orçamento da ordem de R\$ 307,1 milhões, sendo que apenas 57,7% dos recursos provém da fonte do Tesouro (R\$ 177,3 milhões).

No orçamento 2010, a parte destinada à manutenção básica da FUB (Outros Custeios Líquidos – Fonte Tesouro) perfaz R\$ 46,6 milhões, enquanto os valores demandados pelas unidades são elevados para o Custeio das atividades na fonte Tesouro (Tabela 2.03), no total de R\$ 177,3 milhões. Desse montante, as Unidades Acadêmicas demandam 28,2% e as Administrativas 71,8%.

Tabela 2.03: Recursos Demandados pelas Unidades por Tipo de Gastos em 2010

Em R\$ 1,00

Tipos de Gastos	Tesouro		Próprios		Convênio		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas de Custeio	131.883.590	20,5	124.278.183	83,2	33.115.094	62,6	289.276.867	34,3
Recursos Humanos ¹	380.302.000	59,2	0	0,0	0	0,0	380.302.000	45,1
Obras e Instalações	84.314.745	13,1	19.506.183	13,1	13.362.100	25,3	117.183.028	13,9
Equipamentos e Material Permanente	45.379.001	7,1	5.536.487	3,7	6.440.708	12,2	57.356.196	6,8
Total ²	641.879.336	100,0	149.320.853	100,0	52.917.902	100,0	844.118.091	100,0
Total demandado exceto RH	261.577.336	40,8	149.320.853	100,0	52.917.902	100,0	463.816.091	54,9
Total demandado exceto RH e Obras	177.262.591	27,6	129.814.670	86,9	39.555.802	74,7	346.633.063	41,1
Total demandado pelas Unidades Acadêmicas	49.994.164	7,8	9.086.096	6,1	8.637.990	16,3	67.718.250	8,0
Total demandado pelas Unidades Administrativas	127.268.427	19,8	120.728.574	80,9	30.917.812	58,4	278.914.813	33,0

Fonte: FUB/UnB: Sistema de Planejamento, 2010.

Notas:

1) Recursos demandados com RH referem-se às contratações de pessoal por concurso público e às necessidades das unidades com serviços de pessoas físicas (prestadores) e pessoas jurídicas.

2) No total demandado (R\$ 844,1 milhões) está computada a demanda de gastos do Projeto REUNI, no total de R\$ 56,8 milhões.



Previsão e Execução dos Objetivos por Áreas de Trabalho

O planejamento institucional da FUB/UnB abrange, além dos seis objetivos institucionais, objetivos estratégicos e táticos, diretrizes, metas, indicadores e objetivos operacionais, estabelecidos pelas unidades em dez áreas de atuação, definidas no documento “Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2006-2010”, integrantes do PDI, para igual período.

A Tabela 2.04 apresenta a programação dos projetos/atividades por área gestora, ajustados em 2010. Pelos dados extraídos do sistema de planejamento, dos 1.345 objetivos estabelecidos pelas unidades, 681, ou seja, 50,6% pretendem apoiar o desenvolvimento das atividades-fim nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, para os quais demandaram aporte de R\$ 124,8 milhões, representando 14,8% do total dos recursos. Os demais objetivos (664) estão voltados para a gestão de recursos humanos, no total de R\$ 413,3 milhões, representando 49%; planejamento e gestão, no total de R\$ 147,7 milhões, representando 17,5%; adequação da infraestrutura física (obras e espaço físico), no total de R\$ 141,9 milhões, representando 16,8%; tecnologia da informação e comunicação, desenvolvimento comunitário e gestão da comunicação institucional, representando 1,9% totalizando R\$ 16,4 milhões.

As áreas estratégicas que apresentaram maior destaque em relação ao alcance dos objetivos (total ou parcial) estão relacionadas ao Ensino de Pós-Graduação (84,9%), Ensino de Graduação (81,6%), Planejamento e Gestão (78,6%) e Desenvolvimento Comunitário (78%). Por outro lado, a área de Recursos Humanos apresentou baixo índice de execução dos recursos (0,6%) pela falta de registro dos valores executados pelo DGP no Sistema de Planejamento.

Tabela 2.04: Atividades Planejadas e Executadas por Área de Planejamento no Plano Anual de Trabalho em 2010

Em R\$1,00

Detalhamento Área de Trabalho	PPA 2009 - Planejamento inicial				Execução							% Alcançados (total/parcial)	
	Objetivos Operac.		Valores		Obj. total	%	Obj. parcial	%	Não iniciados	%	Valores Executados	Obj.	Valores
	N. obj	%	Demandados	%									
Ensino de Graduação	282	21,0	64.121.559	7,6	96	24,6	134	20,7	52	16,8	6.895.213	81,6	10,8
Ensino de Pós-Graduação	139	10,3	11.861.550	1,4	42	10,8	76	11,8	21	6,8	5.567.535	84,9	46,9
Pesquisa	144	10,7	18.342.166	2,2	39	10,0	70	10,8	35	11,3	30.187.178	75,7	164,6
Extensão	116	8,6	30.541.864	3,6	38	9,7	49	7,6	29	9,4	4.716.495	75,0	15,4
Desenvolvimento Comunitário	41	3,0	4.827.255	0,6	13	3,3	19	2,9	9	2,9	821.139	78,0	17,0
Recursos Humanos	166	12,3	413.285.651	49,0	48	12,3	75	11,6	43	13,9	2.388.248	74,1	0,6
Planejamento e Gestão	187	13,9	147.667.746	17,5	63	16,2	84	13,0	40	12,9	80.310.324	78,6	54,4
Obras e Espaço Físico	109	8,1	141.874.076	16,8	18	4,6	58	9,0	33	10,7	43.738.715	69,7	30,8
Comunicação Institucional	75	5,6	1.287.740	0,2	21	5,4	33	5,1	21	6,8	423.115	72,0	32,9
Tecnologia da Informação	86	6,4	10.308.484	1,2	12	3,1	48	7,4	26	8,4	1.900.514	69,8	18,4
Total	1.345	100,0	844.118.091	100,0	390	100,0	646	100,0	309	100,0	176.948.476	77,0	21,0

Fonte: FUB/UnB: Sistema de Planejamento, 2010.

Notas:

- 1) Recursos demandados com RH referem-se às contratações de pessoal por concurso público e às necessidades das unidades com serviços de pessoas físicas (prestadores) e pessoas jurídicas.
- 2) No total demandado (R\$ 844,1 milhões) está computada a demanda de gastos do Projeto REUNI, no total de R\$ 56,8 milhões.



A Tabela 2.05 apresenta o nível de execução dos objetivos alcançados por unidade de planejamento em 2010, permitindo considerar que:

- as 62 unidades que prestaram informações no Sistema de Planejamento informaram o início da execução dos objetivos de forma parcial ou total, sendo que quatro unidades (IF, ICS, CPCE e CEPPAC) apresentaram altos índices de objetivos “concluídos” (acima de 75%). Por outro lado, três unidades (AUD, IB e CDS) informaram a conclusão total dos seus objetivos;
- um dado importante é que as unidades CEPLAN e CME encerraram o exercício de 2010 com mais de 70% de seus objetivos não iniciados, enquanto as unidades CEFTRU, EDU, CIRPS e VRT não prestaram as informações no Sistema de Planejamento;
- o grupo dos Institutos/Faculdades detém 59,8% do total dos objetivos previstos para o ano, com execução total e parcial dos projetos/atividades superior a 80%. Em contrapartida, os Decanatos e a Administração Superior deixaram de realizar 35% dos objetivos planejados;
- a execução financeira prestada pelas unidades da FUB, via Sistema de Planejamento, correspondente ao exercício 2010, totalizou R\$ 176,9 milhões, montante inferior ao executado no ano de 2009 (R\$ 836,6 milhões), em função, principalmente, do Decanato de Gestão de Pessoas deixar de informar os recursos executados de, aproximadamente, R\$ 710 milhões, conforme registros do CONSIAFI;
- a execução financeira das unidades registradas no CONSIAFI, no ano de 2010, totalizou o montante de R\$ 1,3 bilhão (Fonte Tesouro, Próprios e Convênios), o qual apresenta uma diferença a maior se comparado aos recursos extraídos do Sistema de Planejamento (R\$ 176,9 milhões), em virtude de informações não disponibilizadas ou parciais por parte das unidades DGP, HUB, CESPE e DAC.

Tabela 2.05: Síntese dos Recursos Financeiros Planejados e Executados por Unidade em 2010

Em R\$1,00

Unid / Tipo (1)	Planejamento Unidades		Recursos Concedidos Tesouro ¹	Execução Unidades				% Execução				Movimentação Financeira Executada	
	Obj. Prev.	Recursos Demandados		Obj. Total	Obj. Parcial	Nenhum	Valores(2)	Obj. Total	Obj. Parcial	Nenhum	Valor	CONSIAFI(3)	
												Valor	%
Institutos/ Faculdades													
FAC	18	1.255.140	458.338	5	12	1	1.264.567	27,8	66,7	5,6	100,8	1.213.457	96,0
FACE	45	1.096.260	395.918	1	29	15	1.887.254	2,2	64,4	33,3	172,2	5.352.535	283,6
FAU	37	410.000	261.623	9	22	6	10.000	24,3	59,5	16,2	2,4	1.032.161	10.321,6
FAV	49	19.996.800	397.304	2	26	21	172.290	4,1	53,1	42,9	0,9	801.564	465,2
FCE	41	6.138.911	-	11	10	20	6.035.709	26,8	24,4	48,8	98,3	6.429.202	106,5
FD	50	1.776.400	208.408	17	25	8	272.991	34,0	50,0	16,0	15,4	553.097	202,6
FE	23	5.216.386	254.622	-	20	3	231.544	-	87,0	13,0	4,4	11.206.523	4.839,9
FEF	12	7.744.880	404.515	2	8	2	2.960.631	16,7	66,7	16,7	38,2	671.427	22,7
FGA	71	32.856.882	-	37	25	9	21.081.865	52,1	35,2	12,7	64,2	2.356.648	11,2
FMD	20	753.600	481.231	3	9	8	2.255.256	15,0	45,0	40,0	299,3	2.347.395	104,1
FS	34	17.397.300	491.688	-	34	-	352.833	-	100,0	-	2,0	3.667.724	1.039,5
FT	37	4.368.340	489.681	1	15	21	45.098	2,7	40,5	56,8	1,0	2.402.734	5.327,8
FUP	16	3.197.950	-	-	11	5	123.459	-	68,8	31,3	3,9	679.912	550,7
IB	34	1.422.080	728.702	34	-	-	1.311.611	100,0	-	-	92,2	2.425.540	184,9
ICS	10	175.000	295.192	8	2	-	289.985	80,0	20,0	-	165,7	711.925	245,5
IDA	13	1.158.485	316.582	-	13	-	261.450	-	100,0	-	22,6	2.403.575	919,3
IE	36	1.407.875	494.106	-	34	2	421.840	-	94,4	5,6	30,0	1.267.723	300,5
IF	19	1.197.300	332.746	16	-	3	261.798	84,2	-	15,8	21,9	254.336	97,1
IG	20	1.480.200	452.922	3	15	2	701.830	15,0	75,0	10,0	47,4	3.490.691	497,4
IH	37	1.403.572	382.172	10	15	12	244.634	27,0	40,5	32,4	17,4	2.019.153	825,4
IL	33	564.500	351.326	1	20	12	381.815	3,0	60,6	36,4	67,6	4.792.431	1.255,2
IP	59	4.689.831	354.269	26	31	2	1.452.018	44,1	52,5	3,4	31,0	2.186.698	150,6
IPOL	18	694.100	181.297	2	16	-	103.626	11,1	88,9	-	14,9	476.293	459,6
IQ	57	713.000	331.521	21	33	3	151.061	36,8	57,9	5,3	21,2	715.492	473,6
IREL	16	10.947.300	169.863	11	4	1	7.472.055	68,8	25,0	6,3	68,3	457.105	6,1
Total	805	128.062.092	8.234.026	220	429	156	49.747.220	27,3	53,3	19,4	38,8	59.915.339	120,4
Centros													
CDS	4	127.600	8.639	4	-	-	-	100,0	-	-	-	1.194.174	-



Unid / Tipo (1)	Planejamento Unidades		Recursos Concedidos Tesouro ¹	Execução Unidades				% Execução				Movimentação Financeira Executada	
	Obj. Prev.	Recursos Demandados		Obj. Total	Obj. Parcial	Nenhum	Valores(2)	Obj. Total	Obj. Parcial	Nenhum	Valor	CONSIAFI(3)	
												Valor	%
CDT	10	339.800	-	5	5	-	-	50,0	50,0	-	-	1.551.238	-
CEAD	5	-	-	2	3	-	5.142.491	40,0	60,0	-	-	5.152.869	100,2
CEAM	34	1.443.000	33.122	15	10	9	288.277	44,1	29,4	26,5	20,0	1.432.218	496,8
CEDOC	8	121.000	55.445	2	6	-	5.295	25,0	75,0	-	4,4	34.097	644,0
CEFTRU	9	1.994.700	-	-	-	9	-	-	-	100,0	-	10.802.913	-
CEPLAN	13	11.585.700	90.729	-	3	10	8.049.857	-	23,1	76,9	69,5	45.036.726	559,5
CEPPAC	13	558.000	7.201	10	3	-	107.000	76,9	23,1	-	19,2	358.595	335,1
CESPE	13	84.713.606	-	1	12	-	-	7,7	92,3	-	-	198.814.152	-
CET	20	7.107.640	43.204	8	10	2	1.269.183	40,0	50,0	10,0	17,9	788.138	62,1
CETEC	3	50.000	7.201	1	1	1	191.400	33,3	33,3	33,3	382,8	7.094	3,7
CIFMC	7	3.300.000	21.603	1	3	3	203.400	14,3	42,9	42,9	6,2	9.332	4,6
CIORD	11	36.400	7.201	8	2	1	109.463	72,7	18,2	9,1	300,7	47.968	43,8
CIRPS	8	402.500	7.201	-	1	7	-	-	12,5	87,5	-	5.458	-
CME	15	2.927.500	115.211	3	-	12	-	20,0	-	80,0	-	184.513	-
CPAB	4	613.816	7.201	1	3	-	404.134	25,0	75,0	-	65,8	39.200	9,7
CPCE	9	72.640	7.201	8	-	1	657.578	88,9	-	11,1	905,3	657.578	100,0
CRAD	14	461.748	7.201	-	8	6	233.730	-	57,1	42,9	50,6	250.588	107,2
DATAUNB	5	162.000	7.441	-	2	3	-	-	40,0	60,0	-	5.397	-
Total	205	116.017.650	425.801	69	72	64	16.661.808	33,7	35,1	31,2	14,4	266.372.246	1.598,7
Decanatos e Administração Superior													
DAC	16	4.468.218	144.014	3	5	8	741.229	18,8	31,3	50,0	16,6	10.189.837	1.374,7
DAF	10	2.793.000	94.877	-	8	2	2.252.763	-	80,0	20,0	80,7	2.730.391	121,2
DEG	33	12.360.806	144.014	18	13	2	1.559.411	54,5	39,4	6,1	12,6	8.852.108	567,7
DEGREuni ²	29	56.762.543	-	6	7	16	-	20,7	24,1	55,2	-	-	-
DEX	17	1.265.400	144.014	3	6	8	2.778.830	17,6	35,3	47,1	219,6	3.480.713	125,3
DPP	17	5.102.990	144.014	9	6	2	27.394.085	52,9	35,3	11,8	536,8	8.681.440	31,7
GRE	9	2.783.724	144.014	-	5	4	-	-	55,6	44,4	-	2.763.143	-
VRT	6	281.000	100.809	-	-	6	-	-	-	100,0	-	888.078	-
Total	137	85.817.681	915.756	39	50	48	34.726.318	28,5	36,5	35,0	40,5	37.585.709	108,2
Assessorias e Secretarias													
SECOM	11	444.426	28.721	4	4	3	185.799	36,4	36,4	27,3	41,8	991.280	533,5
AUD	9	8.000	11.521	9	-	-	1.817	100,0	-	-	22,7	2.747	151,2
INT	22	842.600	7.201	4	18	-	346.068	18,2	81,8	-	41,1	348.054	100,6



Unid / Tipo (1)	Planejamento Unidades		Recursos Concedidos Tesouro ¹	Execução Unidades				% Execução				Movimentação Financeira Executada	
	Obj. Prev.	Recursos Demandados		Obj. Total	Obj. Parcial	Nenhum	Valores(2)	Obj. Total	Obj. Parcial	Nenhum	Valor	CONSIAFI(3)	
												Valor	%
PJU	12	185.000	36.004	6	5	1	-	50,0	41,7	8,3	-	92.356	-
SAA	14	226.000	-	5	9	-	22.200	35,7	64,3	-	9,8	41.062	185,0
SPL ³	16	3.849.500	144.014	2	10	4	87.011	12,5	62,5	25,0	2,3	3.242.212	3.726,2
DGP	16	401.854.535	129.613	2	10	4	20	12,5	62,5	25,0	0,0	710.957.621	-
SEI	2	90.000	-	-	1	1	-	-	50,0	50,0	-	26.398	-
SGP	8	6.350.000	-	4	-	4	7.042.374	50,0	-	50,0	110,9	9.707.697	137,8
Total	110	413.850.061	357.074	36	57	17	7.685.289	32,7	51,8	15,5	1,9	725.409.426	9.438,9
Órgãos Complementares e Auxiliares													
BCE	10	946.917	72.007	1	9	-	43.209	10,0	90,0	-	4,6	1.030.419	2.384,7
CPD	13	8.460.000	64.806	1	11	1	807.785	7,7	84,6	7,7	9,5	7.228.108	894,8
EDU	6	3.310.000	7.201	-	-	6	-	-	-	100,0	-	2.327.378	-
FAL	19	2.555.480	143.765	-	6	13	271.107	-	31,6	68,4	10,6	303.991	112,1
HUB	21	42.311.974	72.007	11	10	-	-	52,4	47,6	-	-	108.434.085	-
PRC	19	42.786.236	72.007	13	2	4	67.005.740	68,4	10,5	21,1	156,6	81.207.242	121,2
Total	88	100.370.607	431.793	26	38	24	68.127.841	29,5	43,2	27,3	67,9	200.531.223	294,3
T. Geral	1.345	844.118.091	10.364.450	390	646	309	176.948.476	29,0	48,0	23,0	21,0	1.289.813.943	728,9

Fontes: FUB/UnB: Sistema de Planejamento, Proposta de Orçamento 2010

Notas:

1) Nos valores da alocação de recursos – fonte Tesouro, referentes aos Institutos/Faculdades estão incluídos a matriz 2010, as atividades especiais e os outros projetos do PDI. Nos valores da alocação de recursos – fonte tesouro, referentes às unidades administrativas estão incluídos outros projetos do PDI. Por outro lado, não foram incluídos nesta tabela os recursos de expansão das IFES referentes a custeio e capital das Unidades FCE, FUP e FGA.

2) Embora o DEG/Reuni informe no Sistema de Planejamento suas execuções, não há registro de movimentação via CONSIAFI, devido ao DAF remanejar esses recursos para diversas unidades.

3 Nas informações prestadas pela SPL, estão inclusos os objetivos e recursos demandados pelo CPAI.



A Fundação Universidade de Brasília, por meio do seu planejamento estratégico e o seu plano de ação para 2010, dispõe de objetivos e metas, os quais foram elaborados pelas Unidades Acadêmicas e Administrativas integrantes do Sistema de Planejamento Institucional. A seguir, apresentamos, de maneira resumida, as principais realizações institucionais (Quadro 2.02), conforme informações extraídas do Sistema de Planejamento:

Quadro 2.02: Principais Realizações por Unidade da FUB em 2010⁵

Unidade	Realizações em 2010
Decanato de Graduação – DEG	<p>Criação, no âmbito do REUNI, de 7 cursos noturnos e 4 cursos diurno em 2010. Em 2010, foram criadas 1.718 novas vagas discentes no âmbito do REUNI e implementadas nos cursos de graduação presenciais, nos turnos diurno e noturno. Os novos <i>campi</i> estão com os cursos em consolidação. No Gama são 5 cursos com 896 alunos matriculados, em Ceilândia 5 cursos com 912 alunos e em Planaltina 895 alunos em 5 cursos.</p> <p>Os <i>campi</i> de Ceilândia e Gama foram contemplados com 20 bolsas de monitoria cada um. O <i>campus</i> de Planaltina foi contemplado com 10 bolsas. Esses números serão ampliados nos próximos anos de acordo com o aumento da demanda.</p> <p>Disponibilização de 50 bolsas de monitoria para o Programa de Tutoria Especial.</p> <p>Todas as unidades participantes do REUNI e as unidades que ofertam disciplinas de serviço para cursos novos ou com aumento de vagas foram contempladas com equipamentos de informática solicitados por ocasião do aumento de vagas.</p>
Decanato de Pós-Graduação – DPP	<p>Criação de 4 novos cursos de Mestrado Acadêmico e 4 de Doutorado no ano de 2010, a saber: Informática (D), Engenharia Biomédica (M), Enfermagem (M/D), Engenharia de Sistemas Eletrônicos e Automação (M/D), Engenharia Elétrica (M/D), com aumento de 7% no número de cursos em 2010 (116) em relação a 2009 (108).</p> <p>A política do Programa de Iniciação Científica da UnB continua incentivando os professores à inclusão de bolsas de Iniciação Científica nos projetos de pesquisa. O edital 2010/2011 contemplou professores recém-doutores e com lotação nos <i>campi</i> de Ceilândia, Gama e Planaltina.</p> <p>No 1º semestre de 2010, o DPP submeteu projetos institucionais na ordem de R\$ 26 milhões, a saber: R\$ 2 milhões Pro-equipamentos, R\$ 9 milhões CT-INFRA e R\$ 15 milhões Emenda Parlamentar. Em relação a 2009 (R\$ 13 milhões), houve um aumento de 100% no volume recursos de 2010.</p>
Decanato de Extensão – DEX	<p>No ano de 2010, foram oferecidas 400 Bolsas de Extensão aos estudantes de graduação. Realização de 396 cursos de extensão.</p> <p>Lançamento de edital de fomento ao PEACs, beneficiando 63 projetos realizados no DF e entorno.</p> <p>Realização do Programa Semanas Latinas, com participação dos países: Argentina, Bolívia e Colômbia.</p>
Decanato de Assuntos Comunitários – DAC	<p>Realização de 101 eventos com a participação de 9.183 pessoas no Anfiteatro 9; 68 eventos com 9.183 pessoas no Auditório Dois Candangos; 29 Colações de Grau envolvendo 58.000 pessoas no CAB; 17 eventos com 30.550 pessoas no Espaço Vivência; realização de 34 oficinas com 4.245 pessoas e 339 eventos com a participação de 3.390 pessoas na Quadra José Maurício.</p> <p>Realização de Oficina de Caiáque Comunitário: 6 oficinas e 790 pessoas; Projeto Clube de Teatro: Oficina Ato Ação, 2 apresentações para público de 4.650 pessoas; 52 encontros com 21 participantes.</p> <p>Realização de atividades do Coro Sinfônico-400 partituras; Coral dos Servidores; Coral da UnB; Coral Madrigal. II Encontro de Corais da UnB: 6 corais com 23 apresentações; Recital na Reitoria: 7 eventos para um público de 750 pessoas.</p> <p>XII Festival Universitário de Música Candanga UnB, classificatória 8 a 19/11-32 bandas com 1.200 pessoas; Final 20/11-12 bandas com 2.750 pessoas.</p> <p>Mostra de Documentários – Semana da Francofonia Mostra de Curtas, no Auditório Dois Candangos, tendo a participação de 40 pessoas; CINECEU – 88 sessões e 396 pessoas.</p>
Decanato de Gestão de Pessoas - DGP	<p>Realização de curso para uma turma de Gestão de Processos, como parte da meta do Programa de Formação Gerencial.</p> <p>Realização de curso para uma turma de Formação Didática para Docentes.</p>

⁵ Demonstrativo sistematizado pela administradora Lindalva Lima Costa com base nas informações prestadas pelas Unidades da FUB via Sistema de Planejamento.



Unidade	Realizações em 2010
	Contratação de 206 docentes doutores em 2010, atingindo o percentual de 87% da meta anual prevista. Manutenção de 161 docentes substitutos com alcance de 80% da meta planejada para o ano. Capacitação de 1.002 servidores. Reunião com o MEC sobre a liberação de 158 autorizações para nomear os técnicos-administrativos pelo REUNI.
Hospital Universitário de Brasília – HUB	Aumento de 15% das vagas de residência em especialidades médicas. Aprovação dos Programas de Cardiologia Pediátrica, e de Residência em Radioterapia, Gastroenterologia Pediátrica e Cirurgia de Cabeça e Pescoço, bem como encontra-se em fase de análise pelo CNRM o de Residência Médica de Cirurgia Torácica. Autorizado pelo MEC o Programa de Residência Multiprofissional do HUB, referente a sete áreas. Consolidação do Centro de Alta Complexidade em Oncologia (CACON).
CEPLAN	Execução das obras de ampliação do <i>campus</i> de Planaltina e das obras da FACE e do CME. Execução de 100% da meta prevista das obras de reformas, recuperações e ampliações do Instituto Central de Ciências (ICC), contempladas no PDI e no Plano de Obras UnB XXI e aprovadas pela administração superior da FUB.
PRC	Elaboração de 54 projetos, realização de obras de reforma na ADM, CID, SG 12, João Calmon, Rádio UnB, IP, ENF, FT, CIFMC, FE5, IB, Centro Comunitário, RU, Dois Candangos, Praça Maior, HVET, FUBRA/CESPE (iluminação), Almoxarifado Central, CIC, FS, ANF 1. Realocação de 1451 salas para reajuste do espaço físico das unidades da FUB.
SECOM	Elaboração e manutenção de informativos: Portal da Universidade – www.unb.br, UnBHoje e Revista Darcy. Realização de 11 campanhas institucionais desenvolvidas durante o ano de 2010.
Biblioteca Central – BCE	Renovação 15 títulos periódicos e 18 estão em desenvolvimento. Foram inseridos os seguintes itens: 5.579 no Repositório Institucional; 1.260 na Biblioteca Digital de Monografias e 5.331 na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Criação da página e inserção 30 livros digitalizados e adaptados para deficientes visuais. Publicação de 5 revistas no diretório de revistas eletrônicas e no portal de periódicos científicos da UnB. Realização de 5 eventos promovidos pela BCE sobre Repositório Institucional e 1 treinamento do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER). Participação de 9 servidores da BCE em Eventos Científicos e Profissionais, nacionais e internacionais.
Centro de Processamento de Dados - CPD	Realização de estudos e análises de um novo sistema administrativo e acadêmico (Sistema UFRN) para a Universidade. Desenvolvimento e entrega dos sistemas Menção WEB e do Restaurante Universitário. Desenvolvimento de uma nova plataforma para desenvolvimento de sistemas.

Fonte: Sistema de Planejamento, 2006-2010, PAA 2010.

Além disso, faz-se necessário tecer alguns comentários sobre as Unidades Administrativas da FUB – CESPE e Restaurante Universitário⁶ – que, além de prestarem relevantes serviços de interesse da comunidade interna e da sociedade, contribuem com a geração de recursos próprios (CESPE) e com o fornecimento de alimentação balanceada à comunidade universitária (RU).

a. Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE)

A Unidade Arrecadadora CESPE estimou sua receita própria para 2010 (R\$ 220 milhões), baseando-se nos recursos originados de taxas de Vestibular, PAS, ENEM e

⁶ Elaborado pela administradora Ana Carolina Rezende Costa.



contratos de prestação de serviços, preponderantemente, para a realização de concursos públicos.

A Tabela 2.06 apresenta comparativos entre a Receita Própria Estimada Total da FUB para 2010 (R\$ 318 milhões) e a Receita Efetivamente Arrecadada, no ano, (R\$ 241 milhões), que corresponde a cerca de 76% do Total Previsto para o ano. Destacam-se, ainda, dados sobre a Receita Prevista (R\$ 176 milhões) e a Efetivamente Arrecadada pelo CESPE (R\$ 228 milhões), que corresponde a 94% do Total Arrecadado pela FUB, em 2010 (R\$ 241 milhões). Por outro lado, cabe citar dados referentes à estimativa que consta da Proposta de Orçamento Programa Interno de recursos provenientes de taxa FAI – Fundo de Apoio Institucional (R\$ 48 milhões – Total FUB) e à arrecadação efetiva, da ordem de R\$ 35 milhões, correspondendo a 73% do total inicialmente previsto para o ano. Verifica-se, ainda, que, do Total Arrecadado de Taxa FAI, o CESPE é responsável por 99%, suplantando em 9% o inicialmente previsto a arrecadar por esse órgão na Proposta de Orçamento, o que mostra a importância do CESPE na arrecadação de recursos complementares ao orçamento do Tesouro, sabidamente insuficiente para atendimento das necessidades básicas de manutenção da Universidade.

Tabela 2.06: Comparativo entre a Receita Própria Estimada e Arrecadada pela FUB/Total e a Receita Própria Estimada e Arrecadada pelo CESPE – 2010

Unidade	Proposta de Orçamento Programa Interno - Ano 2010			Sistema de Planejamento Institucional		
	Receita Própria Estimada para 2010	Arrecadação Prevista e Aplicação na Unidade	FAI Previsto a Transferir p/ Unidade Central	Receita Própria Efetivamente Arrecadada (incidente de FAI)	FAI devido	FAI repassado p/ Unidade Central
CESPE (a)	220.000.000	176.000.000	44.000.000	228.143.418	22.814.342	35.389.444
Outras Unidades/Adm. Central	98.880.195	60.260.574	4.619.621	13.352.103	1.092.837	212.343
Total da FUB (b)	318.880.195	236.260.574	48.619.621	241.495.521	23.907.179	35.601.787
% (a / b)	69%	74%	90%	94%	95%	99%

Fontes: FUB/UnB: Proposta de Orçamento Programa Interno 2010 e Sistema de Planejamento Institucional 2010.

b. Restaurante Universitário (RU)

O Restaurante Universitário tem o compromisso no atendimento à Comunidade Universitária por meio da produção e distribuição de refeições balanceadas e de qualidade a baixo custo com vistas a garantir a permanência e diplomação dos estudantes universitários.

A Tabela 2.07 mostra a receita e despesa do RU no exercício de 2010. Os dados foram apurados pela própria unidade e encaminhados à SPL. Pela análise, é possível verificar que a receita com serviços de alimentação totalizou R\$ 830.140,50. Por outro lado, as despesas com material de consumo, outros serviços de terceiros – pessoa jurídica e folha



de pagamento do pessoal do quadro permanente, terceirizados, estagiários e prestadores de serviço alcançou R\$ 7.213.347,27, o que resultou em um déficit de R\$ 6.383.206,77.

Tabela 2.07: Detalhamento de Receitas e Despesas do RU em 2010

Descrição	Valor (R\$)
Receita do RU com tíquetes	830.140,50
Total da Receita	830.140,50
Material de consumo	1.390.039,63
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	70.051,16
Pessoal FUB (DGP)	2.916.649,23
Prestadores (SICAP)	42.988,00
Terceirizados (DGP)	2.734.499,25
Estagiários (DGP)	59.120,00
Pessoal Fubra (DGP)	0
Total da Despesa	7.213.347,27
Déficit/Superávit total 1	-6.383.206,77
Déficit/Superávit Parcial 1: exceto as despesas com o pagamento de pessoal FUB	-3.466.557,54
Déficit/Superávit Parcial 2: exceto as despesas DGP	-629.950,29

Fonte: RU, 2010.

A Tabela 2.08 mostra que, em 2010, a Universidade de Brasília subsidiou R\$ 63.263,00 em refeições vendidas aos alunos carentes (Grupo I) e semi-carentes (Grupo II), conforme classificação socioeconômica realizada pelo Decanato de Assuntos Comunitários.

Tabela 2.08: Valores das Refeições Servidas pelo RU em 2010

Descrição	Valores das Refeições fornecidas em 2010
Grupo I (Alunos Carentes) – R\$ 0,50	29.112,00
Grupo II (Alunos semi-carentes) – R\$ 1,00	34.151,00
Total de Refeições Subsidiadas	63.263,00
Grupo III (Alunos sem bolsa, professores e Servidores) – R\$ 2,50	720.927,50
Grupo IV (Visitantes) – R\$ 5,00	45.950,00
Eventos	0
Total de eventos	0
Total de refeições pagas	830.140,50
Polícia Militar do DF	0
Cortesias – Administração do RU	0
Cortesia – Gabinete do Reitor – GRE	1.730,00
Cortesia – DAC	0
Cortesia – DEX	19.466,00
Cortesia – CESPE	0
Grupo V (Servidores permanentes e temporários do RU)	22.633,00
Total de renúncia de receita	43.829,00
Total (Refeições Pagas + Refeições Gratuitas)	937.232,50
Total (Refeições Pagas + Refeições Gratuitas)	937.232,50

Fonte: RU, 2010.



2.2.2.2 Plano de Reestruturação e Expansão da UnB 2008-2012 (REUNI)7

O lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação pelo Governo Federal, em abril de 2007, contempla, entre outros projetos, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, que tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% (noventa por cento) e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para 18 (dezoito), ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

A melhoria da infraestrutura física está sendo realizada nos quatro *campi* e compreende novas edificações, reformas e adequações de espaços físicos existentes, visando melhor adequação e compatibilidade com as demandas provenientes da execução desse projeto.

A seguir são demonstradas algumas atividades executadas pelo REUNI em 2010, conforme detalhado no Quadro 2.03. Cabe ressaltar que, devido à greve dos servidores (docentes e técnicos) em 2010, ocorreu atraso no término do ano letivo, impossibilitando, até a elaboração deste relatório, a consolidação de todas as ações propiciadas pelo REUNI.

Quadro 2.03: REUNI – Algumas Atividades de Implantação e Execução Realizadas em 2010

ATIVIDADE	EXECUÇÃO
<i>Campus</i> de Planaltina: criação de 2 novos cursos noturnos e 1 diurno, 220 vagas anuais (Gestão Ambiental, Licenciatura em Ciências Naturais e Licenciatura em Educação do Campo (diurno)).	Em 2010 foram matriculados 3.178 alunos nos <i>campi</i> do Gama, Ceilândia e Planaltina.
<i>Campus</i> da Ceilândia: criação de um total de 480 vagas anuais, em 5 novos cursos, (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva).	
<i>Campus</i> do Gama: criação de um total de 480 vagas anuais em 4 novos cursos (Engenharia Automotiva, Engenharia de Energia, Engenharia de <i>Software</i> e Engenharia Eletrônica).	
Construções e reformas de espaços das unidades acadêmicas para a ampliação de vagas (bloco de salas de aulas, salas de tutoria, salas de informática e salas de estudo, blocos de serviço, entre outros).	Obras realizadas em 2010: blocos de sala de aula, módulo de serviço (03), mezanino da FAU, IPOL/IREL, UED/ICS, CME/CAEP, galpão FAL, recuperação da Praça Maior, Reformas dos Pavilhões AT e JC, do auditório Joaquim Nabuco, dos prédios do IF e IG, reforma e adequação de laboratórios.
Construção de restaurante universitário e de moradia estudantil.	A construção do restaurante universitário não foi iniciada. A reforma da Casa do Estudante está em fase de elaboração do projeto.
Contratação de docentes e servidores.	Nomeação de 231 docentes, 14 servidores de nível superior e 6 de nível médio, sendo essas vagas liberadas pelo REUNI.
Readequação e modernização da Biblioteca.	Na BCE, em 2010, foram realizadas a reforma da Rede Lógica, a recuperação dos banheiros, o sistema de prevenção e combate aos incêndios e a Sub-estação elétrica.

7 Seção elaborada pela economista Kátia Maria Silva Boynard.



ATIVIDADE	EXECUÇÃO
Ampliação do número de vagas em cursos existentes.	Criação de um total de 250 vagas distribuídas entre cursos já existentes do turno diurno e noturno e ofertadas a partir do 1º e 2º semestres.
Criação de novos cursos.	Criação de 300 vagas por meio da oferta de novos cursos.
Aperfeiçoamento do Programa de Orientação Acadêmica, e inclusão de orientação profissional, e acompanhamento pedagógico.	O sistema de orientação ao estudante oferecido por psicólogos escolares e pedagogos também tem recebido maior investimento dentro do programa REUNI. A Comissão de Acompanhamento e Orientação Acadêmica (CAO), em 2010, analisou e encaminhou 341 processos.
Criação de Programa de Tutoria.	Programa de Educação Tutorial (PET) (13 grupos, com 1425 bolsistas entre tutores e alunos).
Ampliação do programa de moradia estudantil da UnB.	Casa do estudante em processo de elaboração de projeto.
Aumento do número de bolsas de permanência, iniciação científica, iniciação à docência, extensão, monitoria.	O REUNI ofertou 250 bolsas de tutoria para alunos da graduação, 680 bolsas para monitores (além dos 2302 monitores voluntários).
Elaboração de normas que flexibilizem a reocupação de vagas ociosas, por estudantes da própria instituição, a reocupação de vagas ociosas remanescentes por estudantes de outras IES e flexibilização da equivalência entre disciplinas de diferentes cursos da UnB e de outras IES e discussão e aprovação das normas.	Em 2010, o CEPE aprovou Resolução que define que as vagas remanescentes dos processos de seleção primária da UnB, esgotada a possibilidade de ingresso por meio do PAS e Vestibular, serão oferecidas a candidatos que tenham feito o ENEM. Outra nova norma é que, após 10 anos sem oferecer vagas para portadores de diploma de curso superior, a UnB lançou edital para essa modalidade de ingresso, em vagas remanescentes do processo de Mudança de curso do 2/2010. O ingresso na UnB ocorrerá no primeiro semestre de 2011. Em 2010, também foi aprovada no CEPE Resolução que altera os procedimentos de Mudança de Curso.
Implantação do novo sistema de reocupação de vagas ociosas.	
Adequação do espaço físico da Universidade, por meio de reformas em espaços existentes (salas e anfiteatros do Instituto Central de Ciências do <i>Campus</i> Darcy Ribeiro).	Reformas dos anfiteatros 3, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 18.
Adequação do espaço físico da Universidade, por meio de construção de novos espaços – bloco de salas de aulas, salas de tutoria, salas de informática e salas de estudo, blocos de serviço, entre outros.	Obras realizadas em 2010: blocos de sala de aula, módulo de serviço (03), mezanino da FAU, IPOL/IREL, UED/ICS, CME/CAEP, galpão FAL, recuperação da Praça Maior, Reformas dos Pavilhões AT e JC, do auditório Joaquim Nabuco, dos prédios do IF e IG, reforma e adequação de laboratórios.
Readequação de espaços físicos para laboratórios de ensino, a fim de ampliar sua capacidade de atendimento.	A reforma do laboratório da FS e FT.
Aquisição de equipamentos e mobiliário.	Foram investidos R\$ 14.500.000,00 na aquisição de equipamentos de informática, laboratório, mobiliários e equipamentos audiovisuais
Fortalecimento da Biblioteca Central da UnB.	Em 2010, foram aplicados R\$ 985.823,79 em compras de livros para a BCE; perfazendo um total de 11.495 exemplares, do total de 4.220 títulos.
Contratação de docentes e servidores técnicos-administrativos para atendimento à reestruturação e expansão da UnB prevista no projeto REUNI.	Nomeação de 231 docentes, 14 servidores de nível superior e 6 de nível médio, sendo essas vagas liberadas pelo REUNI.
Implantação do Sistema de Tutoria.	Lançamento do Edital DEG 02/2010, que distribuiu 74 bolsas de mestrado e 48 bolsas de doutorado. Relatórios finais recebidos e analisados demonstraram resultados satisfatórios.
Elaboração e implementação do PPPI.	Constituição de comissão para elaboração do PPPI e constituição de grupos de trabalho em temas específicos, com representantes designados pelas unidades acadêmicas e outras representações. Definido cronograma de trabalho.
Integração de atividades de pesquisa, de extensão, de responsabilidade social e multidisciplinares, em cursos e disciplinas de graduação.	Integração estimulada por meio dos Editais DEG 01, 02, 05, 07 e 08/2010 e dos programas PIBID e Prodocência.
Consolidação da infraestrutura computacional de apoio à aprendizagem.	Em 2010, já foi autorizado o empenho de R\$4.177.638 para equipamentos e material de informática. A UnB participou do Edital n. 15 DED/CAPES, para o uso das TIC's nos cursos de graduação, sendo contemplada com R\$1.559.411 (parcial)
Adequação dos espaços de ensino e de aprendizagem, sobretudo laboratórios de ensino e anfiteatros.	Reformas dos anfiteatros 3, 4, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 18. Reforma e adequação de laboratórios.
Oferta de formação para tutores.	Iniciada formação específica, prevista em cada plano de atividade.



ATIVIDADE	EXECUÇÃO
Regulamentação do estágio probatório docente, incluindo a exigência de participação em atividades de orientação pedagógica.	O I Curso de Formação Docente da UnB, experiência pioneira na UnB, foi realizado para os novos professores e ocorreu em duas partes: a I Fase em fevereiro de 2010 e a segunda em julho e agosto de 2010.
Ampliação de vagas para moradia estudantil.	Casa do estudante em processo de elaboração de projeto.
Aumento do número de bolsas de permanência, iniciação científica, iniciação à docência, extensão, monitoria etc.	O REUNI ofertou 250 bolsas de tutoria para alunos da graduação, 680 bolsas para monitores (além dos 2302 monitores voluntários).
Criação de sistema de tutoria de alunos de pós-graduação para dar suporte à graduação.	Lançamento do Edital DEG 02/2010, que distribuiu 74 bolsas de mestrado e 48 bolsas de doutorado. Relatórios finais recebidos e analisados demonstraram resultados satisfatórios.
Concessão de bolsas de mestrado e doutorado para discentes envolvidos no sistema de tutoria.	Lançamento do Edital DEG 02/2010, que distribuiu 74 bolsas de mestrado e 48 bolsas de doutorado. Relatórios finais recebidos e analisados demonstraram resultados satisfatórios.

Fonte: DEG e Sistema de Planejamento, 2010.

2.3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade (FUB – UO 26271)⁸

2.3.1 Relação dos Programas

Da análise do Quadro abaixo, é possível identificar que, dos sete programas consignados à LOA 12.214/2010, sob a responsabilidade da FUB, três constituem atendimento Finalístico e estão sob a responsabilidade do órgão 26000 (Ministério da Educação), são eles: **(1061: Brasil Escolarizado; 1073: Brasil Universitário e 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica)**; os outros quatro programas correspondem ao Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais, que constituem Atividades Padronizadas e Operações Especiais, que são: **(1067: Gestão da Política da Educação, 0750: Apoio Administrativo, 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União e 0901: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças)**, conforme Anexo III da LOA – Órgãos Responsáveis por Programas e registro no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SIMEC)⁹.

Quadro 2.04: Descrição dos Programas e Ações Consignados na LOA (Lei n. 12.214/2010)

N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
1	Programa 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União
	Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
	Órgão responsável: Atividades Padronizadas
	Programa de Trabalho n. 09.272.0089.0181.0053
	Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais

⁸ Capítulo elaborado pela administradora Eliane dos Santos da Rocha.

⁹ O SIMEC é o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação, que possui o Módulo de Monitoramento e Avaliação dos Programas e Ações do PPA, entre outros, por meio do qual os coordenadores de ação fazem o monitoramento da execução física das ações governamentais.



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>Gerente do programa: -</p> <p>Gerente executivo: -</p> <p>Indicador do Programa: -</p> <p>Público-alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas</p> <p>Justificativa: O desequilíbrio dos regimes previdenciários dos servidores públicos nas três esferas de governo representa um obstáculo ao ajuste das contas públicas, reduzindo a viabilidade de um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento. Com as Emendas Constitucionais n. 20/1998 e n. 41/2003 e com a Lei n. 9.717/1998, novas regras foram definidas para organização da Previdência Pública, dando ênfase ao caráter contributivo e à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial, tornando-a distinta da política de pessoal.</p> <p>A Previdência Pública vinha funcionando como uma extensão da política de pessoal, com base no princípio de que o vínculo empregatício por si só assegura o benefício previdenciário. A partir de agora, a União, como as outras esferas de governo, tem limitado a 12% de sua receita corrente os gastos com inativos e pensionistas e deverá observar a relação de 2/1 entre a sua contribuição como empregador e a dos segurados. A determinação, constante da Lei n. 9.717/1998, do registro individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais permitirá ainda, a implementação da correlação efetiva entre contribuições e benefícios.</p> <p>Estratégia de implementação do Programa: Realização de estudos para alteração da legislação da previdência dos servidores públicos federais para implementação das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional n. 20/1998</p>
1.1	Ação 0181: Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis
	<p>Descrição da Ação(1): Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.</p> <p>Finalidade da Ação(1): Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador da ação: Pessoa beneficiada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Seguridade Social</p> <p>Tipo de ação: Operações Especiais</p> <p>Forma de Implementação: -</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, via sistemas informatizados, dos proventos e pensões aos inativos e pensionistas, respectivamente.</p> <p>Coordenador de ação: Rosana Fernandes Sottovia</p>
2	Programa 0750: Apoio Administrativo
	<p>Objetivo: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos</p> <p>Programa de Trabalho: 12.301.0750.2004.0053</p> <p>Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</p> <p>Gerente do programa: -</p> <p>Gerente executivo: -</p> <p>Justificativa: Programa de Apoio Administrativo</p> <p>Indicadores do Programa: -</p> <p>Público-alvo (beneficiários): Governo</p> <p>Justificativa: -</p> <p>Estratégia de implementação do Programa: -</p>
2.5	Ação 20CW: Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
	<p>Descrição da Ação: Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p> <p>Finalidade da Ação: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção de saúde física e mental.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos Coordenador Nacional da ação: Não se aplica Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): Indicador da ação: Servidor beneficiado Meta: (Cumulativa) Unidade de Medida: Unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Tipo de Orçamento: Seguridade Social Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: Coordenador de ação: Cristineide Leandro França
2.1	Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
	Descrição da Ação: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. Finalidade da Ação: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos Coordenador Nacional da ação: Não se aplica Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): Indicador da ação: Pessoa beneficiada Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: Unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Tipo de Orçamento: Seguridade Social Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: - Coordenador de ação: Cristineide Leandro França
2.2	Ação 2010: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
	Descrição da Ação: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto n. 977/1993. Finalidade da Ação: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/1993. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos Coordenador Nacional da ação: Não se aplica Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): Indicador da ação: Criança atendida Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: Unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Tipo de Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação: - Coordenador de ação: Rosana Fernandes Sottovia
2.3	Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
	Descrição da Ação: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória,



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.</p> <p>Finalidade da Ação: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n. 7.418/1985 e alterações, e Medida Provisória n. 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP -- Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Servidor beneficiado</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte ao servidor ativo.</p> <p>Coordenador de ação: Rosana Fernandes Sottovia</p>
2.4	Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
	<p>Descrição da Ação: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n. 9527/1997, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.</p> <p>Finalidade da Ação: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador da ação: Servidor beneficiado</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, em caráter indenizatório, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos.</p> <p>Coordenador de ação: Rosana Fernandes Sottovia</p>
3	Programa 0901: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
	<p>Objetivo: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</p> <p>Órgão responsável: Atividades Padronizadas</p> <p>Programa de Trabalho n. 28.846.0901.0005.0053</p> <p>Tipo do Programa: Operações Especiais</p> <p>Gerente do programa: -</p> <p>Gerente executivo: -</p> <p>Indicadores do Programa: -</p> <p>Público-alvo: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</p> <p>Justificativa: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	Estratégia de implementação do Programa: -
3.1	Ação 0005: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas
	Descrição da Ação: Pagamento de precatórios devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas em razão de Sentença Transitada em Julgado.
	Finalidade da Ação: Cumprir as decisões judiciais relativas a Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DAF
	Unidades Executoras: (Física: PGF e PRF – Orçamentária: MP/SOF – Contábil: Tribunal Regional Federal 1ª e 10ª Regiões)
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: -
	Coordenador Nacional da ação: Não se aplica
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): -
	Indicador de ação: -
	Meta: (Cumulativa)
	Unidade de Medida: -
	Tipo de ação: Operações Especiais
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: -
	Detalhamento da Implementação da Ação: -
	Coordenador de ação: Rosana Fernandes Sottovia
3.2	Ação 00G5: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
	Descrição da Ação: Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
	Finalidade da Ação: Alocar recursos orçamentários para fazer face ao pagamento da contribuição patronal relativa ao recolhimento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF
	Unidades Executoras: (Física: PGF e PRF – Orçamentária: MP/SOF – Contábil: Tribunal Regional Federal 1ª e 10ª Regiões)
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: -
	Coordenador Nacional da ação: Não se aplica
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): -
	Indicador de ação: -
	Meta:
	Unidade de Medida: -
	Tipo de ação: Operações Especiais
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: Direta
	Detalhamento da Implementação da Ação: -
	Coordenador de ação: Rosana Fernandes Sottovia
4	Programa 1061: Brasil Escolarizado
	Objetivo: Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência
	Programa de Trabalho n. 12.128.1061.0053
	Tipo do Programa: Finalístico
	Gerente do programa: Daniel Silva Balaban (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)
	Gerente-Executivo: Adalberto Domingos da Paz (Ministério da Educação)
	Indicadores do Programa: Taxa de frequência líquida ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos. Taxa de frequência à escola da população na faixa etária de 0 a 3 anos. Taxa de frequência líquida à pré-escola da população na faixa etária de 4 a 6 anos. Taxa de frequência bruta ao Ensino Médio. Taxa de frequência líquida ao Ensino Fundamental da população na faixa etária de 7 a 14 anos.
	Público-alvo: Crianças, adolescentes e jovens



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>Justificativa: Quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define a abrangência e o objeto da Educação Básica, está assegurando uma escolarização mínima como direito de todo cidadão brasileiro. Consagrar e conceituar na lei a Educação Básica foi uma conquista árdua dos educadores e da sociedade brasileira. No entanto, ao longo de quase oito anos da sua confirmação, este ciclo educacional continuou mais restrito aos textos acadêmicos dos teóricos da educação e aos apontamentos dos estudantes de cursos de formação de professores, mormente nas disciplinas que tratam da história e da estrutura da educação brasileira. A Educação Infantil, início da Educação Básica, continuava órfã, limitando-se a algumas iniciativas de prefeitos municipais que foram obrigados a ceder à pressão das famílias cujas mães necessitavam integrar-se à força de trabalho e não tinham com quem deixar seus filhos. Em alguns casos, a segunda metade desse nível – 4 a 6 anos –, pela sua proximidade com a escolarização obrigatória, era assumida pelos sistemas de educação. No nível federal, no PPA 2000-2003, havia poucas ações voltadas para a pré-escola, executadas pelo MEC e que integravam um programa tipicamente assistencial – Atenção à Criança –, gerenciado pelo então Ministério da Previdência e Assistência Social – depois Ministério da Assistência e Promoção Social.</p> <p>O primeiro indício de que a Educação Infantil seria, de fato, assumida pelo MEC foi a mudança do nome da Secretaria de Educação Fundamental (SEF), para Secretaria de Educação Infantil e Fundamental (SEIF), ocorrida em 2003. A criação do Programa Educação na Primeira Infância, para crianças de até 3 anos de idade, apesar de separar o nível em duas partes – as ações para 4 a 6 anos estavam no Programa Brasil Escolarizado –, explicitou a preocupação do Ministério com a educação das crianças de 0 a 3 anos.</p> <p>Ainda assim, a oferta da Educação Infantil continua a enfrentar o problema da insuficiência, além da baixa qualidade do processo educacional na fase mais importante da formação do ser humano. É claro que ambos os problemas devem ser enfrentados pela definição de políticas públicas educacionais que conduzam à sua resolução. Mas a universalização da Educação Básica começa pela oferta suficiente do seu primeiro e principal componente – a Educação Infantil: as estatísticas revelam 11,6 milhões (89,4%) de crianças de 0 a 3 anos e de 3,9 milhões (38,5%) das de 4 a 6 anos sem atendimento escolar.</p> <p>E esta é apenas a primeira parte do desafio. Fenômeno semelhante vem ocorrendo com o terceiro segmento de direito cidadão ao processo educacional, o Ensino Médio. Pressionado pela universalização do Ensino Fundamental e pela correção do fluxo escolar desse nível de ensino, decorrente da redução da defasagem idade-série, o Ensino Médio, majoritariamente sob a responsabilidade dos estados e do Distrito Federal, carece, primeiramente, de oferta suficiente.</p> <p>Estima-se que entre 2004 e 2005 os sistemas de ensino serão pressionados por 1,3 milhão de novos alunos, demandantes do Ensino Médio, oriundos do ensino fundamental regular ou de cursos e exames de Educação de Jovens e Adultos. Felizmente para os demandantes, a Emenda Constitucional n. 14, de 1996, alterou o inciso II do art. 208 da Constituição, preconizando a "progressiva universalização do ensino médio gratuito".</p> <p>Além disso, a comprovação cabal da focalização das políticas de governo na Educação Básica fica expressa na transformação da SEIF em Secretaria de Educação Básica (SEB), agregando à sua estrutura o Ensino Médio, que se desvincula, agora de fato, da Educação Tecnológica.</p> <p>Assim, à semelhança do Ensino Fundamental, passa a ser contemplada, na política educacional, a expansão da oferta nos dois extremos da Educação Básica tradicionalmente preteridos, a fim de ensejar a universalização do primeiro grande segmento da educação escolar.</p> <p>Estratégia de implementação do Programa: O Programa será implantado em parceria com estados, Distrito Federal, municípios e instituições governamentais e não-governamentais afins, promovendo ações conjuntas entre as três esferas da administração pública. As ações intersetoriais obedecerão às diretrizes comuns a serem estabelecidas entre as secretarias e órgãos do MEC envolvidos. As ações multissetoriais com entidades públicas, privadas e do terceiro setor serão desencadeadas de forma a agregar objetivos comuns, para otimizar a aplicação dos recursos orçamentários e projetos similares (economia de meios para fins idênticos). As ações que decorrem do Programa poderão ser implementadas utilizando-se recursos internos e externos. Poderão ser utilizados, também, instrumentos de contratos de financiamento com organismos internacionais e convênios com as Unidades da Federação e com as organizações da sociedade civil, além das transferências legais, voluntárias e diretas. Serão desenvolvidos mecanismos para acompanhamento e avaliação dos efeitos do Programa com a participação dos agentes envolvidos.</p>
4.1	Ação 8429: Formação Inicial e Continuada à Distância
	<p>Descrição da Ação: Financiamento da Infraestrutura das Instituições Públicas Ensino Superior (IPES) e dos polos de apoio presencial parceiros do Sistema Universidade Aberta (UAB), visando implementação e custeio dos cursos a distância. Manutenção do sistema de acompanhamento e de avaliação periódica do funcionamento dos polos e cursos da Universidade Aberta do Brasil, realizada por comissões compostas por consultores nacionais e servidores em parcerias com IES, ONGs, OSCIPs, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais. São previstas, também, a aquisição de <i>softwares</i> educacionais, a produção e adequação de conteúdos pedagógicos em multimeios, a customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD e portais de conteúdo e aquisição de materiais educacionais e de equipamentos que as viabilizem.</p> <p>Finalidade da Ação: Realizar a capacitação e formação inicial e continuada, a distância, semi-presencial e presencial, quando exigido, de professores para atuação nas escolas de educação infantil, do ensino fundamental e ensino médio, e de profissionais para atuarem no ensino médio integrado, na gestão pública e em áreas específicas.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: UAB e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: UAB/DEG – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: UAB/DEG</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Aluno matriculado</p> <p>Meta: (Não cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta Descentralizada</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Serão celebrados convênios, descentralizações, realizadas licitações, além de parcerias com IES, ONGs, OSCIP's, instituições privadas sem fins lucrativos e organismos internacionais para a implementação da ação. Aquisição de <i>softwares</i> para a produção e adequação de conteúdos pedagógicos e <i>softwares</i> educacionais, produção de conteúdos e materiais educacionais multimídias, customização, atualização e manutenção de ambientes para EAD, e de apoio ao ensino presencial, e de portais de conteúdo.</p> <p>Coordenador de ação: Wilsa Maria Ramos</p>
5	<p>Programa 1067: Gestão da Política de Educação</p>
	<p>Objetivo: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação</p> <p>Programa de Trabalho n. 12.128.1067.4572.0053</p> <p>Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais</p> <p>Gerente do programa: -</p> <p>Gerente executivo: -</p> <p>Indicadores do Programa: -</p> <p>Público-alvo: Governo</p> <p>Justificativa: A educação está garantida na Constituição Federal como direito social, no seu artigo art. 6º, e regulada como uma política pública, no art. 205, ao definir que a educação é um "direito de todos e dever do Estado". A Constituição define também, no art. 209, que, o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas às seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público.</p> <p>Não obstante a educação brasileira estar pautada por referenciais legais, até certo ponto bem definidos, especialmente a Educação Básica (LDB,PNE, Lei do FUNDEF, EC n. 14, entre outros) e contar com uma base de dados e estatísticas confiáveis, além da participação da sociedade em algumas de suas ações, ainda são inúmeros os desafios a enfrentar para que se tenha uma política educacional pública que abrigue com autenticidade todas as vertentes.</p> <p>As ações da educação têm ramificações e impactos nas mais longínquas localidades do território nacional, cuja implementação tem de contar com o empenho efetivo dos dirigentes máximos dos estados e municípios, o que requer um esforço mútuo para a conscientização da importância do aprimoramento de mecanismos que vão desde a legislação à eficiência na busca de novos recursos para financiamento e a sua aplicação. Envolve, portanto, as etapas de implementação e da efetividade do controle e da avaliação dos resultados.</p> <p>Regulamentando a política define a LDB que o sistema federal de ensino compreende: I - as instituições de ensino mantidas pela União; II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e III - os órgãos federais de educação. Percebe-se então que, apesar de a CF/88 permitir a criação de entidades privadas, submete-as as mesmas exigências das entidades públicas conformando o conjunto destas o Sistema de Educação que executa a política pública de educação no País.</p> <p>Nota-se assim que, o ensino não é uma atividade econômica como outra qualquer, devendo ser tratado como atividade de interesse público. Isto se ratifica quando a Constituição, no seu art. 206, inciso VII, diz que o ensino, sem distinguir entre o público e o privado, será ministrado com a garantia do padrão de qualidade, e no seu art. 214 estabelece que o plano nacional de educação conduza à promoção humanística, científica e tecnológica do País. Esses elementos indicam que a política de educação, assim como o sistema de ensino é e será sempre público, visto que é público não porque é gratuito ou não porque é estatal, mas, essencialmente, por serem os interesses envolvidos inteiramente públicos e devendo, então, o planejamento e execução da política serem feitos de forma pública e democrática.</p> <p>A educação, além de ser um modo de inclusão social, é instrumento de promoção de paz, desenvolvimento e de garantia da soberania nacional. Desse modo, é preciso envolver toda a sociedade na sustentabilidade da educação, assim como na gestão democrática desta. Busca-se, portanto, propor diretrizes e regras para democratização de todo o sistema educacional em sua relação com a sociedade. A partir dessas diretrizes poderão ser estabelecidos regras e princípios para a gestão, o financiamento e o desempenho administrativo mais eficazes e eficientes.</p> <p>O não atingimento de uma gestão, controle e avaliações sistemáticas implicaria a perpetuação de situações de exclusão de milhões de brasileiros da educação do agravamento da concentração de renda, injustiça social e ineficiências e ineficácias nas políticas públicas.</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>Estratégia de implementação do Programa: Formulação de políticas e intensificação da gestão participativa e de controle social, por meio da inserção de mecanismos de participação/interlocução com as instituições,, corporações e sociedade civil na elaboração dos projetos e atos normativos decorrentes das políticas públicas de ensino, no intuito de formar uma cultura de gestão participativa e de controle social, e lhe dar efetividade. Em particular, articulação com os sistemas de ensino das Unidades Federadas e com as Instituições federais de Ensino visando, também, o cumprimento das atribuições legais e o zelo pela qualidade da educação. Serão fortalecidas e ampliadas as parcerias com as unidades da federação, com ONG's e iniciativa privada, com vistas ao aumento das bases de financiamento dos programas do MEC e o atingimento dos resultados esperados pela sociedade. Haverá destaque para a capacitação, produção e disseminação de informações confiáveis e tempestivas sobre evolução das estatísticas/indicadores da educação no Brasil, voltadas à tomada de decisão pelo nível estratégico do MEC e demais atores públicos e privados do setor educacional.</p> <p>Gerente de Programa: Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha</p>
5.1	<p>Ação 4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</p> <p>Descrição da Ação: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.</p> <p>Finalidade da Ação: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP/PROCAP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): Afonso de Souza</p> <p>Indicador de ação: Servidor capacitado</p> <p>Meta: (Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: -</p> <p>Coordenador de ação: Vilma Silva Rodrigues</p>
6	<p>Programa 1073: Brasil Universitário</p> <p>Objetivo: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento</p> <p>Tipo do Programa: Finalístico</p> <p>Gerente do programa: Ronaldo Mota</p> <p>Gerente executivo: -</p> <p>Indicadores do Programa: -</p> <p>Público-alvo (beneficiários): Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como bolsistas das IES privadas.</p> <p>Justificativa: O sistema de educação superior brasileiro ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmicos como institucionais, e precisa passar por profundas transformações. Na verdade, prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. Essa organização acadêmica incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, com forte viés disciplinar, situação agravada pelo fosso existente entre a graduação e a pós-graduação. Ao mesmo tempo, há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional e a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber.</p> <p>Em suma, estreitos campos do saber contemplados nos projetos pedagógicos, precocidade na escolha dos cursos, altos índices de evasão de alunos, descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo trabalho e, sobretudo, os novos desafios da sociedade do conhecimento são problemas que, para sua superação, requerem transformações no interior das Universidades. A democratização do acesso ao ensino superior a um número cada vez maior de jovens brasileiros é tarefa fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia e de nossa sociedade e um dos objetivos do Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001). Nesse sentido, foram desenvolvidas diversas iniciativas, entre as quais o Plano de Expansão das Universidades Federais e o Programa Universidade Para Todos. Foram criadas, nos últimos três anos, nove universidades federais e novos <i>campi</i> universitários.</p> <p>Como resultado dessas ações, calcula-se que, ao final de 2008, terão sido abertas 30 mil novas vagas no sistema federal de ensino superior. Já o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) terá como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>superior, em nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.</p> <p>Tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. Entre as diretrizes do programa, para o alcance das metas propostas, destaca-se a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso; a ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; a revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e a articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.</p> <p>A execução das metas propostas, baseadas nas diretrizes instituídas pelo Decreto Presidencial n. 6.096/2007, diminui o risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada vez mais globalizado e inter-relacionado, ao mesmo tempo em que possibilita atingir a meta de inserir, no ensino superior, 30% dos jovens brasileiros com idade entre 18 a 24 anos, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação.</p> <p>Estratégia de implementação do Programa: Desenvolvimento de ações diretas, descentralizadas e por meio de transferências, promovidas pela Secretaria de Educação Superior e Instituições Federais de Ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais ou não, no País e no exterior, voltadas ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular à melhoria do Ensino Superior, da pesquisa e da extensão.</p>
6.1	Ação 4002: Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.4002.0053</p> <p>Descrição da Ação (1): Fornecimento ou auxílio para o acesso a alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, entre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do estudante no ensino superior.</p> <p>Finalidade da Ação(1): Apoiar os estudantes do ensino de graduação, mantendo, a critério da instituição, os restaurantes universitários, as casas de estudantes e a assistência médico-odontológica.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DAC e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DAC e RU – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC) – Contábil: Restaurante Universitário (ND,NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Desenvolvimento comunitário</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Aluno assistido</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: A ação é implementada diretamente pela instituição responsável pelo fornecimento de assistência ao corpo discente das instituições.</p> <p>Coordenador de ação: Mendel de Almeida Queiroz</p>
6.2	Ação 4004: Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.4004.0053</p> <p>Descrição da Ação(1): Realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários, e simpósios científicos e culturais; desenvolvimento de programas de assistência social a comunidades carentes; e implementação de ações educativas e culturais, além da manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento.</p> <p>Finalidade da Ação(1): Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e integração entre a Instituição e a comunidade.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DAF e DEX</p> <p>Unidades Executoras: Física: DEX – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Extensão</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Pessoa beneficiada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: As medidas, os procedimentos e os instrumentos utilizados podem ocorrer de forma diferenciada, passando, normalmente, pela Pesquisa de Campo, Desenvolvimento de Projetos e Metodologia de Ensino aplicada à atividade.</p> <p>Coordenador de ação: Alexandre Oliveira Simões</p>
6.3	<p>Ação 4008: Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino</p>
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.4008.0053</p> <p>Descrição da Ação(1): Aquisição de bibliografia básica para o ensino de graduação. Ordenação, catalogação, manutenção de sistemas informatizados, limpeza, manutenção e recuperação do acervo.</p> <p>Finalidade da Ação(1): Possibilitar a manutenção, a preservação, a disponibilização e a ampliação do acervo bibliográfico das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, para melhoria da qualidade do ensino de graduação.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DAF e BCE</p> <p>Unidades Executoras: Física: BCE – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS)</p> <p>Área(s) responsável (is) por gerenciamento ou execução: Ensino de Graduação</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Volume disponibilizado</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: A instituição é diretamente responsável pela manutenção do acervo, inclusive dos sistemas de ordenação, catalogação e limpeza.</p> <p>Coordenador de ação: Douglas Duarte Silva</p>
6.4	<p>Ação 4009: Funcionamento de Cursos de Graduação</p>
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.4009.0053</p> <p>Descrição da Ação (1): Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, bem como a manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.</p> <p>Finalidade da Ação (1): Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DEG, DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: Física: DEG, DGP e DAF – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC,ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS, OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Ensino de Graduação, Recursos Humanos e Planejamento e Gestão</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): Fernando Soares dos Santos</p> <p>Indicador de ação: Aluno matriculado</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: As Instituições Federais de Ensino Superior recebem recursos da União e participam com valores inscritos em seus orçamentos próprios, destinados à manutenção, organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que ficam alocadas nesta ação específica.</p> <p>Coordenador de ação: Fernando Soares dos Santos</p>
6.5	Ação 4086: Funcionamento de Hospitais de Ensino
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.4086.0053</p> <p>Descrição da Ação: Manutenção das atividades para o funcionamento e a melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.</p> <p>Finalidade da Ação: Assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: HUB e DAF</p> <p>Unidades Executoras: Física: HUB – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC,ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS, OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: HUB</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Unidade Mantida</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Ação padronizada setorial executada pelas unidades, obedecidas as normas legais que regem as mesmas.</p> <p>Coordenador de ação: José Sinval Mascarenhas</p>
6.6	Ação 6328: Universidade Aberta e a Distância
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.6328.0053</p> <p>Descrição da Ação: Definição, elaboração, implantação e desenvolvimento de cursos e programas de formação educacional na modalidade de educação a distância, com implantação de polos regionais ou diretamente. Aquisição e instalação de equipamentos e de redes; capacitação de docentes e pessoal envolvidos com os cursos; criação de currículos específicos, respectivos conteúdos, material instrucional e metodologias de ensino a distância.</p> <p>Finalidade da Ação: Ampliar, democratizar e efetivar a oferta de cursos e programas na modalidade de educação a distância, oportunizando o acesso à educação superior inicial e continuada.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEAD e DAF</p> <p>Unidades Executoras: Física: CEAD – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC) – Contábil: Editora Universidade de Brasília (ND,NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Ensino de Graduação e Pós-Graduação</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Vaga disponibilizada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta ou Descentralizada</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Diretamente ou por meio de parceria com instituições de ensino superior, com organismos internacionais e entidades públicas e privadas sem fins lucrativos.</p> <p>Coordenador de ação: Athail Rangel Pulino Filho</p>
6.7	Ação 6368: Instrumental para Ensino e Pesquisa destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.6328.0053</p> <p>Descrição da Ação:</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>Finalidade da Ação(1):</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DAF</p> <p>Unidades Executoras: Física: DAF – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC) – Contábil: Editora Universidade de Brasília (ND,NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: DAF</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Laboratório Equipado</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação:</p> <p>Coordenador de ação: Marta Emília Teixeira</p>
6.8	Ação 10FM: Expansão do Ensino Superior – Campus de Planaltina
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.10FM.0053</p> <p>Descrição da Ação(1): Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.</p> <p>Finalidade da Ação(1): Viabilizar a implantação do <i>campus</i> de Planaltina, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN, DEG e DAF</p> <p>Unidades Executoras: Física: Centro de Planejamento – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Obras e Espaço Físico</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Vaga disponibilizada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Projeto</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Análise do plano de trabalho encaminhado pela unidade orçamentária beneficiada, para fins de transferência de recursos, tendo em vista viabilizar a implantação do novo <i>campus</i> universitário.</p> <p>Duração do Projeto: Início (1/2008); Término (12/2011)</p> <p>Coordenador de ação: Walméria Rodrigues da Cunha e Faria</p>
6.9	Ação 10FP: Expansão do Ensino Superior – Campus do Gama
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.10FP.0053</p> <p>Descrição da Ação(1): Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.</p> <p>Finalidade da Ação(1): Viabilizar a implantação do <i>campus</i> do Gama, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN, DEG e DAF</p> <p>Unidades Executoras: Física: Centro de Planejamento – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Obras e Espaço Físico</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Vaga disponibilizada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de medida: Unidade</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	<p>Tipo de ação: Projeto</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Análise do plano de trabalho encaminhado pela unidade orçamentária beneficiada, para fins de transferência de recursos, tendo em vista viabilizar a implantação do novo <i>campus</i> universitário.</p> <p>Duração do Projeto: Início (1/2008); Término (12/2011)</p> <p>Coordenador de ação: Walméria Rodrigues da Cunha e Faria</p>
6.10	Ação 10FQ: Expansão do Ensino Superior – Campus de Ceilândia
	<p>Programa de Trabalho n. 12.364.1073.10FQ. 0053</p> <p>Descrição da Ação(1): Construção e reforma de edifícios, aquisição de equipamentos, manutenção, serviços de terceirização, por meio de licitações de acordo com as legislações específicas.</p> <p>Finalidade da Ação(1): Viabilizar a implantação do <i>campus</i> de Ceilândia, objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação e da pós-graduação, e desenvolver atividades de pesquisa e extensão.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: CEPLAN, DEG e DAF</p> <p>Unidades Executoras: Física: Centro de Planejamento – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução:</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Vaga disponibilizada</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Projeto</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Análise do plano de trabalho encaminhado pela unidade orçamentária beneficiada, para fins de transferência de recursos, tendo em vista viabilizar a implantação do novo <i>campus</i> universitário.</p> <p>Duração do Projeto: Início (1/2008); Término (12/2011)</p> <p>Coordenador de ação: Walméria Rodrigues da Cunha e Faria</p>
6.11	Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais'
	<p>Programa de Trabalho n. 12.122.1073.09HB. 0053</p> <p>Descrição da Ação(1): Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei n. 10.887/2004, de 18 de junho de 2004.</p> <p>Finalidade da Ação(1): Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei n. 10.887/2004, de 18 de junho de 2004.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: -</p> <p>Meta: (Cumulativa)</p> <p>Unidade de medida: -</p> <p>Tipo de ação: Operações Especiais</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: -</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: -</p>



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	Coordenador de ação: Rosana Fernandes Sottovia
6.12	Ação 8282: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)
	Programa de Trabalho
	Descrição da Ação(1): Apoio a planos de Reestruturação e Expansão, elaborados pelas Universidades Federais, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços.
	Finalidade da Ação(1): Promover a revisão da estrutura acadêmica das Universidades Federais, de modo a possibilitar a elevação da mobilidade estudantil, a criação de vagas, especialmente no período noturno, e o completo aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, otimizando a relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas:
	Unidades Executoras:
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução:
	Coordenador Nacional da ação: Não se aplica
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):
	Indicador de ação: Vaga disponibilizada
	Meta: (Cumulativa)
	Unidade de medida: Unidade
	Tipo de ação: atividade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: -
	Detalhamento da Implementação da Ação: Análise de proposta apresentada pela Universidade Federal interessada, firmada pelo seu representante legal, com base em plano de reestruturação aprovados pelo órgãos superiores, no exercício da autonomia Universitária. A referida análise considerará a ampliação projetada pra o número de estudantes; melhoria da taxa de atendimento com base na relação de alunos com docentes; expansão da oferta de vagas, principalmente noturnas; melhoria de fluxos e redução estimada das taxas de evasão. Transferência de recursos para a instituição após a aprovação da proposta.
	Coordenador de ação: Walméria Rodrigues da Cunha e Faria
6.13	Ação 119W: REUNI - Readequação da InfraEstrutura da Universidade de Brasília (UnB)
	Programa de Trabalho: Não disponível no cadastro de ações do planejamento.
	Descrição da Ação(1): Construção de edifícios e execução de obras de infraestrutura na Universidade de Brasília (UnB), mediante realização de licitações, de acordo com as legislações específicas. Serão construídos novos prédios para unidades acadêmicas, anexos de unidades e salas de aula, com a correspondente infraestrutura, material permanente e equipamentos para laboratórios, objetivando ampliar a oferta de vagas.
	Finalidade da Ação(1): Promover a revisão da estrutura acadêmica e viabilizar a expansão da Universidade de Brasília (UnB), objetivando aumentar a oferta de vagas da Educação Superior, no âmbito da graduação, a partir do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes, visando à otimização da relação aluno/docente e o número de concluintes dos cursos de graduação.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Não disponível no cadastro de ações do planejamento.
	Unidades Executoras: Não disponível no cadastro de ações do planejamento.
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Não disponível no cadastro de ações do planejamento.
	Coordenador Nacional da ação: Não se aplica
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):
	Indicador de ação: Vaga disponibilizada
	Meta: (Cumulativa)
	Unidade de medida: Unidade
	Tipo de ação: Projeto
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: -
	Detalhamento da Implementação da Ação: -
	Coordenador de ação: Walméria Rodrigues da Cunha e Faria
6.14	Ação 2E14: Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior
	Programa de Trabalho: Não disponível no cadastro de ações do planejamento.
	Descrição da Ação(1): Ampliação da InfraEstrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior.
	Finalidade da Ação: Não disponível no cadastro de ações do Ministério de Planejamento e nos anexos da LOA



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
	12.214/2010.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Não disponível no cadastro de ações do planejamento.
	Unidades Executoras: Não disponível no cadastro de ações do planejamento.
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Não disponível no cadastro de ações do planejamento.
	Coordenador Nacional da ação: Não se aplica
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): DAF
	Indicador de ação: Unidade Modernizada
	Meta: Não disponível no cadastro de ações do planejamento.
	Unidade de medida: Unidade
	Tipo de ação: Atividade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: -
	Detalhamento da Implementação da Ação: -
	Coordenador de ação: Marta Emília Teixeira
7	Programa 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica
	Objetivo: Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.
	Tipo do Programa: Finalístico
	Gerente do programa: Jorge Almeida Guimarães
	Gerente executivo: -
	Indicadores do Programa: -
	Público-alvo (beneficiários): Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada
	Justificativa: O progresso científico e a inovação tecnológica são fatores do crescimento econômico e social das nações e decorrem, primordialmente, de investimentos em educação, ciência e tecnologia. No Brasil, grande parte da produção do conhecimento científico e tecnológico acontece, predominantemente, nas instituições de ensino superior, que contam com uma infraestrutura resultante, basicamente, das ações do Ministério da Educação, executadas pela CAPES, por meio do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Os esforços, do Governo Federal, voltados para a educação pós-graduada nas últimas cinco décadas contribuíram de maneira substantiva para o desenvolvimento da educação brasileira.
	O SNPG, no entanto, ainda não se encontra desenvolvido em sua plenitude. Aspectos específicos do cenário acadêmico e científico continuam a demandar ações estratégicas por parte do governo. Diversas estimativas indicam que a pós-graduação atende apenas cerca de 10% da necessidade de pessoal qualificado no país. É necessário, portanto, promover a internacionalização do desempenho dos docentes e pesquisadores das instituições de ensino superior, a mobilidade acadêmica e ampliar a cooperação internacional entre as instituições de ensino superior brasileiras e estrangeiras, bem como possibilitar o acesso à informação científica e tecnológica. Além de inserir as ações da CAPES no projeto de Política Industrial e procurar minimizar as desigualdades regionais capacitando pessoal pós-graduado e promovendo a inclusão social em âmbito nacional.
	No contexto acadêmico e científico, a CAPES promove a melhoria da qualidade da educação superior por meio da avaliação dos cursos de pós-graduação; do oferecimento de oportunidades de acesso à pós-graduação; do investimento na formação acadêmica dos docentes das universidades; da minimização das disparidades regionais na oferta dos cursos de pós-graduação; permitindo o acesso à informação em ciência e tecnologia por meio do Portal de Periódicos; viabilizando a inserção dos pesquisadores brasileiros no cenário internacional e do desenvolvimento de linhas de políticas estratégicas de formação de pessoal qualificado para fazer face às necessidades do segmento tecnológico – principalmente do setor industrial. Essas são questões fundamentais que serão contempladas por esse programa, de forma a auxiliar o país na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.
	Estratégia de Implementação do Programa: Uma das estratégias para a implementação do programa é o acompanhamento e a avaliação dos Programas de Pós-Graduação realizada pela CAPES. Cujo resultado traduz-se em diagnósticos que subsidiam esta Fundação na formulação de políticas de pós-graduação, fomentando o ensino de pós-graduação nos seguintes aspectos: na concessão de bolsas de estudo no país e no exterior; na manutenção dos programas de pós-graduação; no acesso ao acervo bibliográfico nacional e internacional; e, no cumprimento de acordos internacionais.
	Para tanto, utiliza-se de parcerias com as Instituições de Ensino Superior, e outros agentes públicos e privados voltados ao desenvolvimento da educação em geral, e, em particular, a melhoria do ensino de pós-graduação e da pesquisa no País. A implementação de ações para a formação pós-graduada nas modalidades diretas, descentralizadas e/ou por transferência voluntária que serão realizadas pela CAPES juntamente com as instituições federais de ensino superior, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais e não governamentais no País e no exterior. Para a execução dessas ações, o repasse dos recursos e a distribuição das responsabilidades dar-se-ão por meio de convênios e de termo de concessão de auxílio a pesquisador entre a CAPES e as diversas instituições envolvidas com a pós-graduação.



N.	Atributos dos programas e ações da FUB – LOA 2010
7.1	Ação 4006: Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação
	Programa de Trabalho n. 12.364.1375.4006.0053
	Descrição da Ação(1): Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com a coordenação dos programas de pós-graduação, abrangendo organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos, entre outros, bem como a manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
	Finalidade da Ação(1): Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DPP e DAF
	Unidades Executoras: (Física: Decanato de Pós-Graduação – Orçamentária: Diretoria de Orçamento(ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa – DPP
	Coordenador Nacional da ação: Não se aplica
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):
	Indicador de ação: Aluno matriculado
	Meta: (Não Cumulativa)
	Unidade de medida: Unidade
	Tipo de ação: Atividade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: Descentralizada
	Detalhamento da Implementação da Ação: Aluno matriculado em cursos de pós-graduação nas instituições federais de ensino superior
	Coordenador de ação: Kênia Maria Martins de Alvarenga
7.2	Ação 8667: Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados
	Programa de Trabalho n. 12.571.1375.8667.0053
	Descrição da Ação(1): Estudos, análises, diagnósticos e pesquisas e publicações científicas.
	Finalidade da Ação(1): Assegurar a manutenção dos meios que concorram para o fomento da pesquisa científica e tecnológica e a publicação de seus resultados.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DPP e DAF
	Unidades Executoras: (Física: Decanato de Pós-Graduação – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa – DPP
	0
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):
	Indicador de ação: Pesquisa publicada
	Meta: (Cumulativa)
	Unidade de medida: Unidade
	Tipo de ação: Atividade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Fiscal
	Forma de Implementação: Direta
	Detalhamento da Implementação da Ação: Implementada diretamente pelas unidades responsáveis por manter a produção e publicação das pesquisas.
	Coordenador de ação: Kênia Maria Martins de Alvarenga

Fontes: SIMEC/ 2010; Lei Orçamentária Anual (LOA) n. 12.214/2010.

Notas:

1) A descrição e a finalidade dos programas e ações foi extraída da Lei Orçamentária Anual (Lei n. 12.214/2010) e o Atributo dos Programas e Ações foi extraído do SIMEC.



2.3.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ (FUB)

Nesta seção, estão dispostos os dados (atributos) dos sete programas e a execução física das vinte seis ações governamentais consignadas na LOA à FUB, no exercício de 2010, em observância às seguintes particularidades: função, subfunção, programa, ação, tipo de ação, prioridade, unidade de medida, meta prevista, meta realizada, percentual da execução física, meta a ser realizada em 2011, conforme Quadro abaixo. As informações que compõem o quadro foram extraídas da LOA (Lei n. 12.214/2010) e do SIMEC.

Quadro 2.05: Descrição dos Programas e Ações Consignados na LOA (Lei n. 12.214/2010) – FUB (UO 26271)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Meta Prevista	Meta Realizada	% da Execução Física	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0181	OP	3	2.134	2.079	97	0
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Servidores Beneficiados com Aposentadoria = 1.652 e com Pensão = 427.									
12	301	0750	20CW	A	3	1.876	138	7	1.876
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Em dez/2010, foram realizados 42 exames periódicos. IMPORTANTE: em dezembro, foram adquiridos reagentes e produtos médicos hospitalares com vistas a ampliar o quantitativo de exames periódicos por mês a partir de 2011 ao maior número de servidores.									
12	301	0750	2004	A	3	2.991	4.458	149	6.077
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Quantitativo de servidores assistidos pelos planos de saúde (GEAP, AMIL e ASSEFAZ) recebendo o subsídio saúde suplementar cujo valor, em janeiro do corrente ano, passou a ser de acordo com a faixa etária e remuneração, variando de R\$ 72,00 a R\$ 129,00. Entretanto, a FUB passou a pagar considerando faixa etária e remuneração em set/2010. Em dezembro, a AMIL ofertou aos servidores, além do plano de saúde, o plano odontológico, assim, houve novas adesões.									
12	365	0750	2010	A	3	350	482	138	380
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram 482 Crianças Atendidas.									
12	331	0750	2011	A	3	1.684	2.613	155	1.453
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram 2.613 Servidores Beneficiados.									
12	306	0750	2012	A	3	3.216	3.903	121	4.050
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram 3.903 Servidores Beneficiados.									
28	846	0901	00G5	OP	3				
Ação sem execução física.									
28	846	0901	0005	OP	3				
Ação sem execução física.									
12	128	1061	8429	A	3	4.825	5197	108	1.325
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Cursos de graduação ofertados e quantidade de matriculados: Ciências Biológicas 53; Ciências Biológicas (Prolicen) 328; Pedagogia 320; Pedagogia (Liped) 837; Geografia 182; Educação Física (Prolicen) 224; Educação Física 284; Letras 321; Artes Visuais (Prolicen) 148; Artes Visuais 360; Teatro (Prolicen) 89; Teatro 175; Música 205; Administração – Piloto 877; Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar 403; Especialização em Educação a Distância 168; Bacharelado em Administração Pública – Vagas autorizadas 280; Especialização em Gestão Pública – Vagas autorizadas 200; Especialização em Gestão de Saúde - Vagas autorizadas 200. UAB 3 – Vagas autorizadas (Outubro) 1.105. Total – licenciaturas 3.526. Bacharelado 877. Licenciaturas UAB 1.900. Total matriculados 4.403. Total de vagas 6.759.									
12	128	1067	4572	A	3	3.080	2.013	65	3.050
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total de Servidores Capacitados: 2.013. A meta de 100% não foi atingida por causa da greve dos servidores da Universidade de Brasília (UnB). Dezembro: 0.									
12	364	1073	2E14	A	3	1			
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Crédito empenhado visando atender a projeto.									
12	364	1073	4002	A	3	3.450	2.475	72	3.500
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: O Decanato de Assuntos Comunitários da Universidade Brasília, por meio da sua Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), oferta aos estudantes programas, cuja finalidade é fornecer incentivos para que os estudantes permaneçam na Universidade e concluam o seu curso. Programas como moradia estudantil, que atende a 368 graduandos; bolsa de permanência, com 603 atendidos; auxílio-alimentação a									



Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Meta Prevista	Meta Realizada	% da Execução Física	Meta a ser realizada em 2011
estudantes dos <i>campi</i> de Ceilândia, Gama e Planaltina, com 448 estudantes; auxílio-livro, com 10 graduandos contemplados; e estudantes com vulnerabilidade social que recebem Bolsa Alimentação, sendo 953 estudantes que fazem refeições no Restaurante Universitário do <i>Campus</i> Universitário Darcy Ribeiro.									
12	364	1073	4004	A	3	202.000	217.924	108	651
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Quantidade Total de Ações: 329. Total de Cursos: 129. Eventos: 39. Projetos: 161. Público Beneficiado/Certificado: 12.483 (Cursos); 5.462 (Eventos); 199.979 (Projetos). Foram no total 217.924 pessoas beneficiadas.									
12	364	1073	4008	A	3	8.000	1.531.865	19.148	10.000
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Houve um erro material, em que a previsão física/financeira não considerou o acervo já existente. No entanto, a execução física considerou o acervo já existente para efeito de manutenção. Total de volume disponibilizado no ano: 1.531.865 exemplares. Volumes disponibilizados em dezembro 2010. Base de dados: jornal: 31 (trinta e um); periódico: 25 (vinte e cinco); livros: 249 (duzentos e quarenta e nove); total: 305 (trezentos e cinco) exemplares/fascículos.									
12	364	1073	4009	A	3	27.512	27.512	100	29.436
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: No exercício de 2010, a ação teve Dotação Autorizada no valor de R\$ 813.573.596,00, sendo R\$ 457.909.654,00 provenientes do Tesouro e R\$ 355.663.942,00 originados do esforço de arrecadação da FUB (Recursos Próprios). Do montante de recursos originados do Tesouro Nacional, R\$ 397.774.698,00 foram destinados ao custeio com despesas obrigatórias (pagamento de Pessoal Ativo, sob a supervisão da SOF), R\$ 62.524.656,00 foram destinados às despesas correntes e R\$ 15.610.300,00 destinados às despesas de Investimentos, dos quais R\$ 10.000,00 relativos às Emendas Parlamentares foram bloqueados (contingenciados). Com relação aos recursos diretamente arrecadados pela FUB, R\$ 320.890.758,28 (fontes 250 e 280), a execução da despesa se deu, quase que totalmente, com o próprio mecanismo de arrecadação, como é o caso, por exemplo, da realização de cursos, concursos e semelhantes que representaram, no exercício, aproximadamente 70% de toda a receita da FUB (R\$ 320.890.758,28). De maneira geral a Ação conseguiu, devido principalmente ao grande aporte de recursos diretamente arrecadados pela FUB, cumprir a finalidade de financiar o funcionamento e manutenção da Instituição.									
12	302	1073	4086	A	3	1	1	100	
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Para manutenção da Unidade, as despesas se concentraram nas rubricas: Material de Consumo, Outros Serviços de Terceiros Pessoas Física e Jurídica e Equipamentos e Material Permanente. Material Permanente adquirido: (01) Retinógrafo digital com fluoresceína; (01) modelo anatômico para treinamento em via aérea/rop/desfribilador; (01) refrigerador para armazenamento de medicamento; (04) moto-bomba; (03) oxímetro de pulso; (01) inversor de imagem para o microscópio opto; (02) <i>no-break on line</i> ; (01) estimulador muscular para tratamento cirúrgico; (01) motor cirúrgico elétrico; (01) balança de precisão digital; (01) microsserra oscilatória; (01) microsserra recíproca; (01) microsserra sagital; (01) contra ângulo cirúrgico; (01) carro para transporte de cesto armado; (01) vulcanizadora de câmara de ar; (01) carro para transporte.									
12	364	1073	6328	A	3	14.043	27.700	197	12.900
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: No CEAD, foram disponibilizadas 27.700 vagas no ano de 2010. Para vários cursos: março – 500 vagas – Curso de Formação de Gestores em Promoção da Saúde – Ministério da Saúde (1ª oferta); julho – 600 vagas – Curso de Formação de Gestores em Promoção da Saúde – Ministério da Saúde (2ª oferta); setembro – 25.000 vagas – 2º curso – Prevenção ao Uso de Drogas para Professores do Ensino Médio (Extensão) – Órgão Financiador: FNDE/MEC – Vagas: 25.000 (A aceitação desse curso superou muito as expectativas, excedendo ao dobro do previsto para a meta física anual); outubro – 1200 vagas para dois cursos – Curso de Capacitação Continuada em Conselhos Escolares fase 1 – MEC/FNDE (400 vagas) e Curso de Capacitação Continuada em Conselhos Escolares fase 2 – MEC/FNDE (800 vagas); novembro – 150 vagas – Referente ao curso de Ambientação em EaD. Dezembro – 250 vagas – Referente ao curso de Interoperabilidade.									
12	364	1073	6368	A	3	10			
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Já emitida nota de empenho para atender ao projeto.									
12	364	1073	8282	A	3	702	606	86	8.074
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total geral de vagas novas para o 1º semestre de 2010: 430 vagas. Total de vagas ofertadas pelo REUNI no 2º semestre de 2010: 176 vagas. Total geral para o ano de 2010: 606 vagas.									
12	122	1073	09HB	OP	3				
Ação sem execução física.									
12	364	1073	10FM	P	3	816	390	48	400
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total geral de vagas disponibilizadas no ano de 2010: 390 vagas. Noturno: Ciências Naturais: 40 vagas, Gestão Ambiental: 40 vagas; Diurno: Ciências Naturais: 40 vagas, Gestão do Agronegócio: 50 vagas. Total de vagas ofertadas 2º semestre: 170. Total do 1º semestre: 220 e 2º semestre 170.									
12	364	1073	10FP	P	3	864	480	56	480
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram ofertados 4 cursos no <i>campus</i> do Gama: Engenharia Automotiva, Engenharia de Energia, Engenharia de <i>Software</i> e Engenharia Eletrônica. Foram 240 vagas disponibilizadas no 1º semestre de 2010, sendo 120 vagas ofertadas pelo PAS e 120 ofertadas por Vestibular. Foram 240 vagas disponibilizadas no 2º semestre de 2010. Total de vagas disponibilizadas em 2010: 480 vagas.									
12	364	1073	10FQ	P	3	876	488	56	488



Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Meta Prevista	Meta Realizada	% da Execução Física	Meta a ser realizada em 2011
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Cursos ofertados pelo PAS: Enfermagem: 23 vagas; Fisioterapia: 23 vagas; Gestão de Saúde: 30 vagas; Ciências Farmacêuticas: 23 vagas; Terapia Ocupacional: 23 vagas; Total: 122. Cursos ofertados pelo Vestibular: Enfermagem: 23 vagas; Fisioterapia: 23 vagas; Gestão de Saúde: 30 vagas; Ciências Farmacêuticas: 23 vagas; Terapia Ocupacional: 23 vagas. Total: 122 vagas. Total de vagas disponibilizadas pelo PAS e Vestibular para o 1º semestre de 2010: 244 vagas. Cursos ofertados pelo Vestibular no 2º semestre de 2010: Enfermagem: 46 vagas; Fisioterapia: 46 vagas; Gestão de Saúde: 60 vagas; Ciências Farmacêuticas: 46 vagas; Terapia Ocupacional: 46 vagas. Total de vagas disponibilizadas pelo Vestibular no 2º semestre: 244 vagas. Total geral de vagas disponibilizadas em 2010: 488 vagas.									
12	364	1073	119W	P	3	1.002	606	60	8.074
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Total geral de vagas novas disponibilizadas para o 1º semestre de 2010: 430 vagas. Total de vagas disponibilizadas pelo REUNI no 2º semestre de 2010: 176 vagas. Total geral de vagas disponibilizadas para o ano de 2010: 606 vagas.									
12	364	1375	4006	A	3	7.500	9.788	131	10.000
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: O número apresentado refere-se ao total de alunos matriculados em dezembro/2010, distribuídos nos seguintes níveis: a) doutorado: 2.171; b) mestrado: 3.317; c) residência médica: 257; d) especialização: 2.625. Ressalte-se que o número é flutuante, considerando que a entrada e saída de alunos é constante.									
12	571	1375	8667	A	3	7.000	6.612	94	7.600
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: O número apresentado foi calculado com base na média da pesquisa publicada na UnB, de acordo com as informações do Relatório Coleta/Capes, ano base 2009. Considerou-se pesquisa publicada: artigos completos publicados em periódicos internacionais; artigos completos publicados em periódicos nacionais; artigos completos publicados em periódicos locais; trabalhos completos publicados em anais de eventos internacionais; trabalhos completos publicados em anais de eventos nacionais; trabalhos completos publicados em anais de eventos locais; livros e capítulos de livros; traduções; artigos em jornais ou revistas; partituras.									

Fonte: FUB, LOA (Lei n. 12.214/2010) e SIMEC/2010.

2.3.3 Resultados Alcançados com a Execução das Ações Governamentais

A seguir, são apresentados os resultados obtidos com a execução físico-financeira das ações governamentais da FUB quanto à materialidade, eficácia e relevância.

Materialidade¹⁰ refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação) objeto dos exames de auditoria ou fiscalização. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos/geridos.

No exercício de 2010, merecem destaque algumas ações governamentais que obtiveram acima de 90% do índice de materialidade em sua execução, ou seja, em que o total dos recursos geridos pela Instituição, atingiu acima de 90% (inclusive) do valor previsto para o período. Conforme (Tabela 2.09) apresentada abaixo.

¹⁰ Materialidade: refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação) objeto dos exames de auditoria ou fiscalização. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos/geridos. (Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/MF) n. 01 de 6.4.2001).



Tabela 2.09: FUB: Programas e Ações com Maior Índice de Materialidade – LOA n. 12.214/2010

1. Materialidade			
Programa	Ação	Recursos Geridos (R\$)	% Recursos geridos ¹
Programa 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União	1. Ação 0181: Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis	182.339.252	100,0
Programa 0901: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	2. Ação 0005: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	9.761.063	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	3. Ação 2E14: Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior	600.000	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	4. Ação 6368: Instrumental para Ensino e Pesquisa destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	245.000	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	5. Ação 8282: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	7.329.632	99,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	6. Ação 20CW: Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	337.680	98,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	7. Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	14.279.702	97,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	8. Ação 2010: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	478.021	96,0
Programa 1073: Brasil Universitário	9. Ação 10FM: Expansão do Ensino Superior – Campus de Planaltina	2.086.000	96,0
Programa 1073: Brasil Universitário	10. Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	106.470.098	92,0
Programa 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	11. Ação 4006: Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação	2.100.000	92,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	12. Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	5.032.547	90,0
Total		331.058.995	-

Fonte: LOA (Lei n. 12.214/2010) e SIMEC/2010.

Nota:

1) Quanto ao dado referente à percentagem de recursos geridos, foram consideradas somente as ações que atingiram acima de 90% (inclusive) da execução dos recursos orçamentários previstos para o ano.



Relevância¹¹ significa importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade existentes em um dado contexto. De acordo com a importância social da ação governamental na prestação de serviços públicos à sociedade em geral, pode-se evidenciar que oito ações obtiveram resultados favoráveis acima de 85% (inclusive) em relação à meta física planejada (tabela 2.10). Observa-se, ainda, que das ações evidenciadas na tabela abaixo somente duas Ações não atingiram 100% de sua execução física, alcançando, respectivamente, 94% (Ação 8667) e 86% (Ação 8282) da execução prevista para o exercício. Cabe ressaltar que na Ação 4008 – Acervo Bibliográfico consta um erro material, em que a meta física prevista para o exercício (8.000 volumes disponibilizados) não abrange o volume disponibilizado pré-existente. No entanto, na descrição da Ação, o recurso alocado também serve para efeito de manutenção dos (1.500.000) exemplares pré-existent, isso justifica o percentual exorbitante da Ação 4008.

Tabela 2.10: FUB: Programas e Ações com Maior Relevância – LOA n. 12.214/2010

2. Relevância		
Programas	Ações	% Alcance das metas físicas
Programa 1073: Brasil Universitário	1. Ação 4009: Funcionamento dos Cursos de Graduação	100,0
Programa 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	2. Ação 4006: Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação	131,0
Programa 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	3. Ação 8667: Pesquisa Universitária e Difusão dos seus Resultados	94,0
Programa 1073: Brasil Universitário	4. Ação 8282: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)	86,0
Programa 1061: Brasil Escolarizado	5. Ação 8429: Formação Inicial e Continuada à Distância	108,0
Programa 1073: Brasil Universitário	6. Ação 6328: Universidade Aberta e a Distância	197,0
Programa 1073: Brasil Universitário	7. Ação 4008: Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	19.148,0
Programa 1073: Brasil Universitário	8. Ação 4004: Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária	108,0

Fonte: FUB, LOA (Lei n. 12.214/2010) e SIMEC/2010.

Pela aferição do desempenho da execução das ações referente à **Eficácia**¹², observa-se que, das vinte e seis ações vinculadas aos sete programas governamentais da FUB, pode-se enumerar onze ações que apresentaram o maior nível de execução da meta física em comparação à prevista para o exercício de 2010, ou seja, 42% das ações atingiram ou ultrapassaram o objetivo planejado em comparação à meta física prevista para o exercício de 2010, conforme Tabela 2.11 abaixo.

¹¹ Relevância significa importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto. (Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/MF) n. 01 de 6/4/2001).

¹² De acordo com Sergio Jund no livro "Administração Financeira e Orçamentária", pág. 438, o conceito de eficácia é o grau de atingimento das metas fixadas para um determinado objeto de uma ação em relação ao previsto, em um determinado período.



Tabela 2.11: Identificação dos Programas e Ações com Maior Eficácia – LOA n. 12.214/2010

3. Eficácia		
Programas	Ações	% Alcance das metas Físicas
Programa 1073: Brasil Universitário	1. Ação 4008: Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	19.148,0
Programa 1073: Brasil Universitário	2. Ação 6328: Universidade Aberta e a Distância	197,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	3. Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	155,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	4. Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	149,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	5. Ação 2010: Assistência pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	138,0
Programa 1375: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	6. Ação 4006: Funcionamento dos Cursos de Pós-Graduação	131,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	7. Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	121,0
Programa 1061: Brasil Escolarizado	8. Ação 8429: Formação Inicial e Continuada à Distância	108,0
Programa 1073: Brasil Universitário	9. Ação 4004: Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária	108,0
Programa 1073: Brasil Universitário	10. Ação 4009: Funcionamento dos Cursos de Graduação	100,0
Programa 1073: Brasil Universitário	11. Ação 4086: Funcionamento de Hospitais de Ensino	100,0

Fonte: FUB, LOA 12.214/2010 e SIMEC/2010.

A seguir, é apresentada a análise crítica realizada pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão sobre a execução física das ações realizadas pela FUB.

Com relação ao que foi apresentado nas tabelas acima, pode-se concluir que, das vinte e três Ações Governamentais que possuem indicador e meta física, quinze atingiram acima de 80% do indicador da meta física proposta para o ano. Merecem destaque duas Ações que apresentaram o maior percentual de execução da meta física, quais sejam: Ação 4008: Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino, que atingiu 19.148% do indicador da meta física, devido a um erro material, em que a previsão da meta física da ação não contemplou o volume disponibilizado pré-existente, que conta para efeito de manutenção, ou seja, conservação, catalogação e recuperação do acervo. A outra Ação é a 6328: Universidade Aberta e a Distância, que atingiu 197% da meta física prevista para o ano, em função da excelente adesão ao Curso Prevenção ao uso de Drogas, ministrado para Professores do Ensino Médio, excedendo muito ao número de vagas previstas.

Em contrapartida, as Ações que apresentaram o menor índice de execução da meta física foram: a Ação 20CW: Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, que atingiu ínfimos 7% do indicador da meta física prevista para o ano, em virtude do começo tardio da realização dos exames periódicos, que só ocorreu a partir de outubro de 2010. Outra que não obteve percentual expressivo foi à ação 10FM: Expansão



do Ensino Superior – *Campus* de Planaltina, alcançando 48% do percentual de execução física anual.

No aspecto financeiro, das vinte e seis Ações vinculadas à FUB, dezesseis delas atingiram acima de 70% da execução financeira, o que corresponde a 65% do total de Ações. Merecem destaque quatro Ações que alcançaram 100% da execução financeira, quais sejam: Ação 0005: Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas; Ação 2E14: Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior; Ação 6368: Instrumental para Ensino e Pesquisa destinado a Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino; Ação 8282: Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Em contrapartida, as duas que obtiveram o menor índice de execução financeira foram a Ação 4008: Acervo Bibliográfico destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino e a Ação 119W: REUNI – Readequação da Infraestrutura da Universidade de Brasília (UnB), respectivamente, com 7% e 22% de alcance da meta financeira. Quanto à Ação 4008, foi empenhado 75% do valor total da Ação, no entanto, o valor liquidado corresponde a 7% do aporte de recurso alocado. Já a Ação 119W teve 100% do total de recurso previsto empenhado, entretanto, só 22% do valor total, foi liquidado.

Cumprido ressaltar que tomou-se como base para a realização dessa análise crítica, os dados físicos e financeiros provenientes do SIMEC. Além disso, consta no Quadro 02.04: Descrição dos programas e ações consignados na LOA (Lei n. 12.214/2010) – FUB (UO 26271), a justificativa, na íntegra, de cada Coordenador de Ação.

2.3.4 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade (HUB-UO 26393)

2.3.4.1 Relação dos Programas

Da análise do Quadro abaixo, é possível identificar que, dos três programas consignados na LOA n. 12.214/2010, sob a responsabilidade do HUB, um constitui atendimento Finalístico e está sob a responsabilidade do órgão 26000 (Ministério da Educação), que é o: **1073**: Brasil Universitário; os outros dois programas correspondem ao Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais que constituem Atividades Padronizadas e Operações Especiais, que são: **0750**: Apoio Administrativo, **0089**: Previdência de Inativos e Pensionistas da União, conforme Anexo III da LOA – Órgãos Responsáveis por Programas e registro no Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SIMEC) ¹³.

¹³ O SIMEC é o Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação, que possui o Módulo de Monitoramento e Avaliação dos Programas e Ações do PPA, entre outros, por meio do qual os coordenadores de ação fazem o monitoramento da execução física das ações governamentais.



Quadro 2.06: Descrição dos Programas e Ações Consignados na LOA (Lei n. 12.214/2010)

N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
1	Programa 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União
	Objetivo: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
	Órgão responsável: Atividades Padronizadas
	Programa de Trabalho n. 09.272.0089.0181.0053
	Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
	Gerente do programa: -
	Gerente executivo: -
	Indicador do Programa: -
	Público-alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas
	Justificativa: O desequilíbrio dos regimes previdenciários dos servidores públicos nas três esferas de governo representa um obstáculo ao ajuste das contas públicas, reduzindo a viabilidade de um ambiente macroeconômico favorável ao desenvolvimento. Com as Emendas Constitucionais n. 20/1998 e n. 41/2003 e com a Lei n. 9.717/1998, novas regras foram definidas para organização da Previdência Pública, dando ênfase ao caráter contributivo e à necessidade de equilíbrio financeiro e atuarial, tornando-a distinta da política de pessoal.
	A Previdência Pública vinha funcionando como uma extensão da política de pessoal, com base no princípio de que o vínculo empregatício por si só assegura o benefício previdenciário. A partir de agora, a União, como as outras esferas de governo, tem limitado a 12% de sua receita corrente os gastos com inativos e pensionistas e deverá observar a relação de 2/1 entre a sua contribuição como empregador e a dos segurados. A determinação, constante da Lei n. 9.717/1998, do registro individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais permitirá, ainda, a implementação da correlação efetiva entre contribuições e benefícios.
	Estratégia de implementação do Programa: Realização de estudos para alteração da legislação da previdência dos servidores públicos federais para implementação das mudanças introduzidas pela Emenda Constitucional n. 20/1998
1.1	Ação 0181: Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis
	Descrição da Ação(1): Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
	Finalidade da Ação(1): Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF
	Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos
	Coordenador Nacional da ação: Não se aplica
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):
	Indicador da ação: Pessoa beneficiada
	Meta: (Não Cumulativa)
	Unidade de Medida: Unidade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Seguridade Social
	Tipo de ação: Operações Especiais
	Forma de Implementação: -
	Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, via sistemas informatizados, dos proventos e pensões aos inativos e pensionistas, respectivamente.
	Coordenador de ação: José Sinval Mascarenhas da Silva
2	Programa 0750: Apoio Administrativo
	Objetivo: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
	Programa de Trabalho: 12.301.0750.2004.0053
	Tipo do Programa: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
	Gerente do programa: -
	Gerente executivo: -
	Justificativa: Programa de Apoio Administrativo



N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
	Indicadores do Programa: - Público-alvo (beneficiários): Governo Justificativa: - Estratégia de implementação do Programa: -
2.1	Ação 2004: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
	Descrição da Ação: Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas. Finalidade da Ação: Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos Coordenador Nacional da ação: Não se aplica Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): Indicador da ação: Pessoa beneficiada Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: Unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Tipo de Orçamento: Seguridade Social Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação:- Coordenador de ação: José Sinval Mascarenhas da Silva
2.2	Ação 2010: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
	Descrição da Ação: Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto n. 977/1993. Finalidade da Ação: Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/1993. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB) Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos Coordenador Nacional da ação: Não se aplica Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): Indicador da ação: Criança atendida Meta: (Não Cumulativa) Unidade de Medida: Unidade Tipo de ação: Atividade Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Tipo de Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: Direta Detalhamento da Implementação da Ação:- Coordenador de ação: José Sinval Mascarenhas da Silva
2.3	Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
	Descrição da Ação: Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. Finalidade da Ação: Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridades social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n. 7.418/1985 e alterações e Medida Provisória n. 2.165-36, de 23/8/2001. Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF



N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
	<p>Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador de ação: Servidor beneficiado</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte ao servidor ativo.</p> <p>Coordenador de ação: José Sinval Mascarenhas da Silva</p>
2.4	Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
	<p>Descrição da Ação: Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei n. 9527/1997, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.</p> <p>Finalidade da Ação: Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador da ação: Servidor beneficiado</p> <p>Meta: (Não Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Fiscal</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação: Pagamento, em caráter indenizatório, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos.</p> <p>Coordenador de ação: José Sinval Mascarenhas da Silva</p>
2.5	Ação 20CW: Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos
	<p>Descrição da Ação: Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.</p> <p>Finalidade da Ação: Proporcionar aos servidores e empregados condições pra manutenção de saúde física e mental.</p> <p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF</p> <p>Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)</p> <p>Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos</p> <p>Coordenador Nacional da ação: Não se aplica</p> <p>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):</p> <p>Indicador da ação: Servidor beneficiado</p> <p>Meta: (Cumulativa)</p> <p>Unidade de Medida: Unidade</p> <p>Tipo de ação: Atividade</p> <p>Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação</p> <p>Quanto ao Orçamento: Orçamentária</p> <p>Tipo de Orçamento: Seguridade Social</p> <p>Forma de Implementação: Direta</p> <p>Detalhamento da Implementação da Ação:</p>



N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
	Coordenador de ação: José Sinval Mascarenhas da Silva
3	Programa 1073: Brasil Universitário
	Objetivo: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento
	Tipo do Programa: Finalístico
	Gerente do programa: Ronaldo Mota
	Gerente executivo: -
	Indicadores do Programa: -
	Público-alvo (beneficiários): Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como bolsistas das IES privadas.
	Justificativa: O sistema de educação superior brasileiro ainda conserva modelos de formação acadêmica e profissional superados em muitos aspectos, tanto acadêmico como institucionais, e precisa passar por profundas transformações. Na verdade, prevalece no sistema nacional uma concepção fragmentada do conhecimento, resultante de reformas universitárias parciais e limitadas nas décadas de 60 e 70 do século passado. Essa organização acadêmica incorpora currículos de graduação pouco flexíveis, com forte viés disciplinar, situação agravada pelo fosso existente entre a graduação e a pós-graduação. Ao mesmo tempo, há uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional e a manutenção da atual estrutura curricular de formação profissional e acadêmica, ao reforçar as lógicas da precocidade profissional e da compartimentação do saber.
	Em suma, estreitos campos do saber contemplados nos projetos pedagógicos, precocidade na escolha dos cursos, altos índices de evasão de alunos, descompasso entre a rigidez da formação profissional e as amplas e diversificadas competências demandadas pelo mundo trabalho e, sobretudo, os novos desafios da sociedade do conhecimento são problemas que, para sua superação, requerem transformações no interior das Universidades. A democratização do acesso ao ensino superior a um número cada vez maior de jovens brasileiros é tarefa fundamental para o crescimento e desenvolvimento da economia e de nossa sociedade e um dos objetivos do Plano Nacional de Educação (Lei n. 10.172/2001). Nesse sentido, foram desenvolvidas diversas iniciativas, entre as quais o Plano de Expansão das Universidades Federais e o Programa Universidade Para Todos. Foram criadas, nos últimos três anos, nove universidades federais e novos <i>campi</i> universitários.
	Como resultado dessas ações, calcula-se que, ao final de 2008, terão sido abertas 30 mil novas vagas no sistema federal de ensino superior. Já o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) terá como objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência de estudantes na educação superior, em nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.
	Tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano. Entre as diretrizes do programa, para o alcance das metas propostas, destaca-se a redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso; a ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; a revisão da estrutura acadêmica; a diversificação das modalidades de graduação; a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.
	A execução das metas propostas, baseadas nas diretrizes instituídas pelo Decreto Presidencial n. 6.096/2007, diminui o risco de isolamento nas esferas científica, tecnológica e intelectual de um mundo cada vez mais globalizado e inter-relacionado, ao mesmo tempo em que possibilita atingir a meta de inserir, no ensino superior, 30% dos jovens brasileiros com idade entre 18 a 24 anos, conforme estabelecido pelo Plano Nacional de Educação.
	Estratégia de implementação do Programa: Desenvolvimento de ações diretas, descentralizadas e por meio de transferências, promovidas pela Secretaria de Educação Superior e Instituições Federais de Ensino, com possibilidades de parcerias com outras instituições governamentais ou não, no País e no exterior, voltadas ao desenvolvimento da educação em geral, e em particular à melhoria do Ensino Superior, da pesquisa e da extensão.
3.1	Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio de Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais
	Programa de Trabalho n. 12.122.1073.09HB.0053
	Descrição da Ação(1): Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei n. 10.887, de 18/6/2004.
	Finalidade da Ação(1): Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei n. 10.887, de 18/6/2004.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: DGP e DAF
	Unidades Executoras: (Física: DGP – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (ND) – Contábil: Diretoria de Contabilidade e Finanças (NE,NS,OB)
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Recursos Humanos
	Coordenador Nacional da ação: Não se aplica



N.	Atributos dos programas e ações do HUB (2010)
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso): Indicador de ação: - Meta: (Cumulativa) Unidade de medida: - Tipo de ação: Operações Especiais Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação Quanto ao Orçamento: Orçamentária Tipo de Orçamento: Fiscal Forma de Implementação: - Detalhamento da Implementação da Ação: - Coordenador de ação: José Sinval Mascarenhas da Silva
3.2	Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino
	Programa de Trabalho n. 12.302.1073.4086.0053
	Descrição da Ação(1): Manutenção das atividades para o funcionamento e melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.
	Finalidade da Ação(1): Assegurar condições de funcionamento dos Hospitais de Ensino.
	Unidade responsável pelas decisões estratégicas: HUB e DAF
	Unidades Executoras: Física: HUB – Orçamentária: Diretoria de Orçamento (NC) – Contábil: Divisão de Orçamento e Finanças (ND,NE,NS,OB)
	Área(s) responsável(is) por gerenciamento ou execução: Ensino de Graduação
	Coordenador Nacional da ação: Não se aplica
	Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso):
	Indicador de ação: Unidade mantida
	Meta: (Não Cumulativa)
	Unidade de Medida: Unidade
	Tipo de ação: Atividade
	Órgão Orçamentário Responsável: Ministério da Educação
	Quanto ao Orçamento: Orçamentária
	Tipo de Orçamento: Seguridade Social
	Forma de Implementação: Direta
	Detalhamento da Implementação da Ação: -
	Coordenador de ação: José Sinval Mascarenhas da Silva

Fontes: SIMEC/ 2010; Lei Orçamentária Anual n. 12.214/2010.

Notas:

1) A descrição e a finalidade dos programas e ações foram extraídas da Lei Orçamentária Anual (Lei n. 12.214/2010) e o atributo dos Programas e Ações foi extraído do SIMEC.

2.3.4.2 Execução Física das Ações Realizadas pela UJ – HUB (UO 26393)

Nesta seção, estão dispostos os dados (atributos) dos três programas e a execução física das oito ações governamentais consignadas na LOA ao HUB, no exercício de 2010, em observância às seguintes particularidades: função, subfunção, programa, ação, tipo de ação, prioridade, unidade de medida, meta prevista, meta realizada, percentual da execução física, meta a ser realizada em 2010, conforme Quadro abaixo. As informações que compõem o quadro foram extraídas da LOA (Lei n. 12.214/2010) e do sistema SIMEC.



Quadro 2.07: Descrição dos Programas e Ações Consignados na LOA (Lei n. 12.214/2010) – HUB (UO 26393)

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	% da Execução Física	Meta a ser realizada em 2011
09	272	0089	0181	OP	3	Unidade	1	10	1.000	0
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram 10 Pessoas Beneficiadas com aposentadoria.										
12	301	0750	20CW	A	3	Unidade	417	69	16	417
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram 69 Servidores Beneficiados.										
12	301	0750	2004	A	3	Unidade	2.302	1.675	73	208
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram 1.675 Pessoas Beneficiadas.										
12	365	0750	2010	A	3	Unidade	160	148	93	162
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram 148 Crianças Atendidas.										
12	331	0750	2011	A	3	Unidade	768	677	88	425
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram 677 Servidores Beneficiados.										
12	306	0750	2012	A	3	Unidade	715	727	102	698
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Foram 727 Servidores Beneficiados.										
12	302	1073	4086	A	3	Unidade	1	1	100	1
Descrição da execução física pelo Coordenador da Ação: Para manutenção da Unidade, as despesas se concentraram nas rubricas: Material de Consumo, Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física e Jurídica e Equipamentos e Material Permanente.										
12	122	1073	09HB	OP	3					
Ação sem execução física.										

Fonte: FUB/HUB, LOA (Lei n. 12.214/2010) e SIMEC/2010.

2.3.4.3 Resultados Alcançados com a Execução das Ações Governamentais

A seguir, são apresentados os resultados obtidos com a execução físico-financeira das ações governamentais do HUB quanto à materialidade, eficácia e relevância.

Materialidade¹⁴ refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação) objeto dos exames de auditoria ou fiscalização. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos/geridos.

No exercício de 2010, merecem destaque algumas ações governamentais que obtiveram maior índice de materialidade em sua execução, ou seja, em que o total dos recursos geridos pela Instituição, em cada uma dessas ações, ultrapassou 90% do valor previsto para o período. Conforme (Tabela 2.12) apresentada abaixo.

¹⁴ Materialidade: refere-se ao montante de recursos orçamentários ou financeiros alocados por uma gestão, em um específico ponto de controle (unidade, sistema, área, processo, programa ou ação) objeto dos exames de auditoria ou fiscalização. Essa abordagem leva em consideração o caráter relativo dos valores envolvidos/geridos. (Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/MF) n. 01 de 6/4/2001).



Tabela 2.12: FUB/HUB: Programas e Ações com Maior Índice de Materialidade – LOA n. 12.214/2010

Materialidade			
Programa	Ação	Recursos Geridos (R\$)	% Recursos geridos ¹
Programa 0750: Apoio Administrativo	1. Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	2.523.543	99,0
Programa 1073: Brasil Universitário	2. Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino	46.099.102	97,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	3. Ação 2010: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	186.956	97,0
Programa 1073: Brasil Universitário	4. Ação 09HB: Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	8.785.986	94,0
Total		57.595.587	-

Fonte: FUB/HUB, LOA (Lei n. 12.214/2010) e SIMEC/2010.

Nota:

1) Quanto ao dado referente à percentagem de recursos geridos, foram consideradas somente as ações que atingiram acima de 90% da execução dos recursos orçamentários previstos para o ano.

Relevância¹⁵, nesse contexto, destaca-se a Ação 4086 pela importância social que essa ação governamental exerce na prestação de serviços públicos à sociedade em geral. Observa-se, ainda, que a Ação 4086 alcançou um resultado favorável, tendo atingido 100% de execução da meta física em comparação à meta física planejada para o exercício de 2010, conforme evidencia a Tabela 02.13 abaixo.

Tabela 2.13: FUB/HUB: Programas e Ações com Maior Relevância – LOA n. 12.214/2010

2. Relevância		
Programas	Ações	% Alcance das metas físicas
Programa 1073: Brasil Universitário	1. Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino	100,0

Fonte: FUB/HUB, LOA (Lei n. 12.214/2010) e SIMEC/2010.

Pela aferição do desempenho da execução das ações referente à **Eficácia**¹⁶, observa-se que das cinco ações dispostas na tabela abaixo, três atingiram ou ultrapassaram o objetivo planejado em comparação à meta física prevista para o exercício de 2010, no entanto, duas ações apresentaram um nível satisfatório de execução da meta física, acima de 85% em comparação à meta prevista para o exercício de 2010, ou seja, 62% das ações atingiram um nível favorável de execução da meta física para o exercício de 2010, conforme Tabela 2.14 abaixo.

¹⁵ Relevância significa importância relativa ou papel desempenhado por uma determinada questão, situação ou unidade, existentes em um dado contexto. (Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC/MF) n. 01 de 6/4/2001).

¹⁶ De acordo com Sergio Jund no livro "Administração Financeira e Orçamentária", pág. 438, o conceito de eficácia é o grau de atingimento das metas fixadas para um determinado objeto de uma ação em relação ao previsto, em um determinado período.



Tabela 2.14: FUB/HUB: Identificação dos Programas e Ações com Maior Eficácia – LOA n. 12.214/2010

3. Eficácia		
Programas	Ações	% Alcance das metas Físicas
Programa 0089: Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Ação 0181: Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis	1000,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	102,0
Programa 1073: Brasil Universitário	1. Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino	100,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	3. Ação 2010: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	93,0
Programa 0750: Apoio Administrativo	Ação 2011: Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	88,0

Fonte: FUB/HUB, LOA (Lei 12.214/2010) e SIMEC/2010.

A seguir é apresentada a análise crítica realizada pela Coordenadoria de Planejamento e Gestão sobre a execução física das ações realizadas pela FUB:

Com relação ao que foi apresentado nas tabelas acima, pode-se concluir que, das sete Ações Governamentais que possuem indicador e meta física, cinco atingiram acima de 80% do indicador da meta física proposta para o ano. Merece destaque a Ação 0181: Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis, que atingiu 1000% do indicador da meta física, devido a um erro material, em que a previsão da meta física da ação considerou somente um servidor beneficiado, entretanto, durante todo exercício de 2010, foram beneficiados com aposentadoria dez servidores.

Em contrapartida, as Ações que apresentaram o menor índice de execução da meta física foram: a Ação 20CW: Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, que atingiu 16% do indicador da meta física prevista para o ano, em virtude da não alocação de recurso destinado a essa Ação.

No aspecto financeiro, das oito Ações vinculadas ao HUB, seis delas atingiram acima de 70% da execução financeira, o que corresponde a 75% do total de Ações. Merecem destaque três Ações que alcançaram acima de 90% da execução financeira, quais sejam: Ação 2012: Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados; Ação 2010: Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados; Ação 4086: Funcionamento dos Hospitais de Ensino.

Ressalta-se que não houve execução financeira na Ação 20CW: Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, uma vez que consta aporte de recurso destinado a Ação, porém, nenhum valor foi empenhado no decorrer do exercício.

Cumprir informar que tomou-se como base para a realização desta análise crítica, os dados físicos e financeiros provenientes do SIMEC. Além disso, consta no Quadro 02.04:



Descrição dos programas e ações consignados na LOA (n. 12.214/2010) – HUB (UO 26393), a justificativa, na íntegra, do Coordenador de Ação.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Nessa seção estão dispostas as informações sobre a programação e execução orçamentária, indicadores propostos pela metodologia do TCU e de gestão sem vinculação aos programas governamentais, além de informativos quanto ao esforço e eficiência institucional.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa¹⁷

A Diretoria de Orçamento (DOR) vinculada ao Decanato de Administração (DAF) é a unidade da FUB responsável pela elaboração da programação orçamentária. Os demonstrativos abaixo consideram as informações consolidadas pelas unidades da FUB, inclusive do Hospital Universitário (HUB) nos exercícios de 2009 e 2010.

Tabela 2.15: Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Fundação Universidade de Brasília	26271	154040
Hospital Universitário de Brasília	26393	154106

Fonte: DAF/DOR, 2010

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

A programação das Despesas Correntes da FUB para 2009 e 2010 é demonstrada na Tabela abaixo. As despesas do grupo “Pessoal e Encargos Sociais” obtiveram um acréscimo de 23,7% comparadas ao ano de 2009, assim como o grupo “Outras Despesas Correntes” com acréscimo de 15,7%.

¹⁷ Demonstrativos desta seção elaborados pela Diretoria de Orçamento (DOR) com a análise da economista Kátia Maria Silva Boynard.



Tabela 2.16: Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	501.269.797	501.269.797	-	-	355.044.173	355.044.173	
	PLOA	351.770.382	547.377.646	-	-	349.788.466	362.842.142	
	LOA	399.977.326	547.377.646	-	-	327.076.538	363.442.142	
CRÉDITOS	Suplementares	206.501.340	186.560.000	-	-	54.379.510	84.710.193	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	20.724	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	- 13.003.110	- 157.330	-	-	- 3.274.177	10.601.500		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		593.475.556	733.780.316	-	-	378.202.595	437.550.835	

Fonte: DAF/DOR, 2010

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

A Tabela abaixo mostra a programação de Despesas de Capital. O grupo “Investimentos” apresentou uma redução de 20% no total programado para 2010, sendo esta provocada pela redução de 90% no crédito suplementar e a ocorrência de cancelamento de créditos. Pelas informações da DOR, as inversões financeiras da FUB destacadas nos anos de 2009 e 2010 referem-se aos livros publicados pela Editora (EDU).

Tabela 2.17: Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	88.304.606	88.304.606	200.000	200.000	-	-	
	PLOA	99.815.250	88.304.606	200.000	200.000	-	-	
	LOA	102.265.250	111.763.033	200.000	200.000	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	28.137.993	2.610.300	-	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	10.000.000	-	-	-	-		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		130.403.243	104.373.333	2000.000	200.000	-	-	

Fonte: DAF/DOR, 2010



2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

A Tabela abaixo apresenta o resumo da programação das Despesas Correntes e de Capital nos anos de 2009 e 2010. Observa-se que não consta programação de reserva de contingência para os exercícios analisados.

Tabela 2.18: Quadro Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	355.044.173	501.269.797	88.504.606	88.504.606	-	-	
	PLOA	349.788.466	362.842.142	99.815.250	88.504.606	-	-	
	LOA	327.076.538	363.442.142	102.265.250	111.963.033	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	54.379.510	84.710.193	28.137.993	2.610.300	-	-	
	Especiais	Abertos	20.724	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Créditos Cancelados	- 3.274.177	- 10.601.500	-	-10.000.000	-	-	
	Outras Operações	-	-	-	-	-	-	
Total	378.202.595	437.550.835	130.403.243	104.573.333	-	-		

Fonte: DAF/DOR, 2010

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

A movimentação orçamentária (interna ou externa) é apresentada por grupo de despesa corrente e de capital, de acordo com a sua natureza de crédito concedido e recebido, o código da Unidade Gestora e a classificação da ação, conforme demonstrativo a seguir.

Tabela 2.19: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	150002	261011212810674572	-	-	100.000,00
		150011	26101123641073009E	-	-	305.490,00
		150011	261011236410734005	-	-	4.475.294,04
		150011	261011236410738282	-	-	3.746.314,17
		150011	261011236410738551	-	-	232.167,40
		150011	261011236413772C68	-	-	140.957,44
		150028	261011236610608526	-	-	1.163.270,72
		153079	561011751211368871	-	-	548.095,56
		153163	262461236410734009	-	-	13.242,88
		153173	262981212810618429	-	-	1.714.078,58
		153173	262981212814486333	-	-	1.411.592,34
		153173	262981212814488680	-	-	267.327,50
		153173	262981236113778750	-	-	400.000,00
		153173	262981236213778741	-	-	105.677,88
		153173	262981242213778751	-	-	460.972,64
		153173	2624112364107311G1	-	-	239.628,00
		153173	262981257310612A74	-	-	17.355,80
		153978	262901212614494022	-	-	231.600,00
		154003	262911212810618429	-	-	563.564,06
154003	262911236413750487	-	-	4.021.581,60		
154003	2629112847144820CV	-	-	100.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos	080016	262712884609010005	133.852,00	-	-
		090032	262712884609010005	9.626.937,00	-	274,00
		090032	2627128846090100G5	1.309.192,00	-	-
		110244	209281412801528793	-	-	492.252,00
		110244	209281412801536247	-	-	24.594,72
		110244	209281424300738787	-	-	495.294,00
		110244	209281424300738791	-	-	149.559,32



Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	110246	301010642214538853	-	-	2.281.632,15
	110322	201010412806416232	-	-	554.802,00
	114702	472100412808014068	-	-	32.020,00
	170011	471010412607944078	-	-	988.800,00
	170940	201250412411732B13	-	-	25.000,00
	180002	511012781212502428	-	-	100.000,00
	180002	511012781280284377	-	-	163.820,90
	200016	201211412801528793	-	-	400.000,00
	200016	201211412814028814	-	-	200.000,00
	200016	201211457101558942	-	-	184.510,40
	200320	569011512206602272	-	-	106.736,00
	200320	569011512806606622	-	-	6.974.999,15
	201002	471010412608028863	-	-	1.700.265,00
	201002	471010412680028448	-	-	140.984,40
	201002	471010412680028516	-	-	78.940,00
	201002	471010412810034572	-	-	1.200,00
	201002	241011957104616995	-	-	137.623,00
	201002	4710104126105410M8	-	-	2.553.300,00
	201002	4710104331105420D3	-	-	224.270,00
	240101	262981284714480509	-	-	5.114.829,39
	240101	241011912104734210	-	-	133.000,00
	240101	241011912104734210	-	-	797.100,00
	240101	241011912213882272	-	-	37.557,90
	240101	241011957104718977	-	-	1.496.694,37
	240101	241011957111226717	-	-	51.000,00
	240101	241011957204718976	-	-	7.852.250,08
	240101	241011957204718976	-	-	139.333,15
	240101	241011957204718976	-	-	300.000,00
	240101	241011957213888470	-	-	490.700,00
	240101	241011957304716702	-	-	120.060,00
	240101	24101195711421200B	-	-	40.000,00
	240901	241011957213882189	-	-	85.216,21
	240901	241011957213884053	-	-	140.249,60
	240901	241011957213887N34	-	-	165.016,78



Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	243001	202040412611094914	-	-	190.000,00
	257001	369011012400168753	-	-	442.120,00
	257001	369011012600164380	-	-	387.600,00
	257001	369011030112148573	-	-	551.289,88
	257001	369011030113126178	-	-	136.037,20
	257001	369011030113126188	-	-	335.323,20
	257001	369011030212208585	-	-	30.494.880,48
	257001	369011030212208934	-	-	96.800,00
	257001	369011030213126175	-	-	200.000,00
	257001	369011030312018636	-	-	416.303,00
	257001	369011030312914295	-	-	4.886,00
	257001	369011030312916516	-	-	500.000,00
	257001	136901030514446170	-	-	189.112,50
	257001	369011030514446842	-	-	277.901,00
	257001	369011030514468696	-	-	346.000,00
	257001	369011030612148735	-	-	14.361,50
	257001	241011957111228460	-	-	63.000,00
	257001	3690110302122020B0	-	-	540.133,00
	257001	3690110302122020G8	-	-	2.236.439,30
	280102	281012312810162704	-	-	273.440,00
	330002	331010957100872304	-	-	24.114,00
	340030	429021339211424796	-	-	300.000,00
	340035	429021339211424796	-	-	53.384,53
	380908	389011112200992272	-	-	1.427.108,67
	393001	369011036414368628	-	-	2.275.561,41
	393001	392502612102256264	-	-	3.304.826,46
	393001	392502612514632907	-	-	1.466.670,91
	393002	392502612514632346	-	-	2.544.879,38
	420030	421011339213556653	-	-	512.949,53
	420030	421011339213552C69	-	-	201.296,60
	440078	44101185431305101P	-	-	346.520,00
	490002	491012112203512272	-	-	1.000.100,00
	530010	531011112801206593	-	-	12.000,00
	530010	392512613014632088	-	-	201.480,00



Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
		540001	541012313100734641	-	-	2.010.948,26
		540001	541012369511664084	-	-	131.341,64
		550008	551010824410498929	-	-	800.220,00
		560003	561011512203108785	-	-	2.000.000,00
		560006	531011133401206565	-	-	100.000,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
		150011	261011230210736379	342.838,00	-	-
	Recebidos	150011	261011236410738282	7.725.545,96	-	-
		150011	261011236413772C68	46.147,25	-	-
		150016	261011236310626380	51.036,00	-	-
		153173	262981212810618429	511.767,30	-	-
		153173	262981284714480509	68.994,99	-	-
		154003	262911212810618429	350.281,19	-	-
154003	262911257113754019	2.809.842,51	-	-		
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	110244	209281424300738791	5.177,00	-	-
		110244	209281424301538798	11.298,00	-	-
		110246	301010642214538857	9.390,00	-	-
		160509	392522678214597435	336.321,48	-	-
		200320	569011512206602272	357.658,75	-	-
		201002	47101041608028863	59.037,63	-	-
		240101	241011957104616995	563.500,00	-	-
		240101	241011957104718977	932.013,38	-	-
		240101	241011957111228460	19.688,85	-	-
		240101	241011957204718976	11.037.315,16	-	-
		240101	241011957204718976	99.000,00	-	-
		240115	241011957213886257	218.521,00	-	-
		240901	241011957213882189	571.805,74	-	-
		240901	249011957213884053	77.300,00	-	-
		240901	249011957213887N34	70.000,00	-	-
257001	369011030312018636	776.100,00	-	-		



Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
	340035	429021339211424796	1.050,00	-	-
	440078	44101185431305101P	3.000,00	-	-
	530010	531012266201206551	100.000,00	-	-
	550008	551010824410498929	22.750,00	-	-
	560006	561011751211368871	26.564,18	-	-

Fonte: DAF/DOR, 2010



Análise Crítica da Gestão da Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa no Exercício 2010 Realizada pela Diretoria de Orçamento

“A movimentação de créditos interna e externa decorre das transferências efetuadas pelo MEC e demais Órgãos Federais, respectivamente, após a celebração de instrumentos específicos (convênio, contrato, acordo, termo de cooperação e outros) entre a FUB e a entidade governamental. As concessões efetuadas pela FUB são aquelas pertinentes aos pagamentos de despesa na rubrica de Pessoal, onde créditos foram descentralizados em favor de Tribunais, destinadas aos precatórios, consideradas movimentações automáticas.

Observa-se que, além desse grupo de Pessoal, as movimentações ocorreram mais intensamente no grupo Outras Despesas Correntes, representando 80,4% (R\$ 111.641.123,58) e ainda foi observada a movimentação no grupo de Investimentos com 19,6% (R\$ 27.203.944,37). Todos esses créditos (R\$ 138.845.067,95) foram, de alguma forma, identificados pelo Serviço de Convênios e Contratos (SCO), órgão subordinado ao Decanato de Administração (DAF) desta Instituição, analisados e colocados à disposição dos seus respectivos executores (professores da UnB responsáveis pela elaboração, aprovação e execução do projeto/pesquisa, devidamente credenciados para gerirem os créditos recebidos).

A execução orçamentária e financeira desses créditos foi viabilizada pelos serviços desta Universidade (Gestão SIAFI n. 15257), impactando o volume de processos e de atividades desenvolvidas, especialmente naqueles serviços que promovem as compras nacionais e internacionais, e também nos respectivos lançamentos contábeis desta Instituição, além de toda a execução dos créditos contidos na LOA desta Universidade.”

2.4.2 Execução Orçamentária¹⁸

Nesta seção são apresentadas as informações sobre a execução orçamentária de créditos originários e recebidos pela FUB.

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

A Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), vinculada ao Decanato de Administração (DAF), é a unidade da FUB responsável pelas informações da execução orçamentária. Os demonstrativos abaixo consideram as informações consolidadas das unidades da FUB e de seu Hospital Universitário nos exercícios de 2009 e 2010 conforme as exigências do TCU DN 110/2010.

¹⁸ Demonstrativos desta seção elaborados pela Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF/DAF) com análise da SPL.

2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Ao analisar os dados referente à despesa liquidada e paga por modalidade de contratação dos créditos originários, demonstrados na Tabela abaixo, percebe-se que a despesa paga referente às licitações em 2010 sofreu acréscimo de 71% comparada ao ano de 2009. A modalidade pregão é a mais utilizada pela FUB, representando 91% do total das modalidades de licitação. A despesa com suprimento de fundos teve relevante redução de 72,5%, assim como as contratações diretas, que reduziram 55%. O pagamento de pessoal sofreu acréscimo de 24,8% em 2010.

Tabela 2.20: Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	138.884.927,64	172.837.751,93	66.904.117,62	114.499.484,58
Convite	2.514.031,68	1.429.053,83	1.411.940,42	870.507,08
Tomada de Preços	4.998.343,23	2.482.526,85	2.840.375,03	442.115,31
Concorrência	22.628.717,14	36.843.301,13	5.411.216,10	8.849.752,93
Pregão	108.743.835,59	132.082.870,12	57.240.586,07	104.337.109,26
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	86.197.660,01	47.312.435,35	67.795.748,21	37.362.848,26
Dispensa	77.190.854,80	44.176.788,71	62.339.571,24	35.574.044,70
Inexigibilidade	9.006.805,21	3.135.646,64	5.456.176,97	1.788.803,56
Regime de Execução Especial	559.322,05	154.358,54	548.244,08	150.663,66
Suprimento de Fundos	559.322,05	154.358,54	548.244,08	150.663,66
Pagamento de Pessoal	599.972.317,07	748.289.158,52	599.690.841,72	748.246.132,43
Pagamento em Folha	595.922.407,76	742.120.995,61	595.922.407,76	742.120.995,61
Diárias	4.049.909,31	6.168.162,91	3.768.433,96	6.125.136,82
Outros	212.323.417,32	231.520.452,81	158.273.888,93	204.985.518,37

Fonte: DAF/DCF, 2010

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

As despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários são demonstradas na Tabela abaixo. Sendo os principais elementos de Despesas de Pessoal: 11 – Vencimentos e Vantagens fixas com pessoal civil, 01 – Aposentadoria, reservas remuneradas e reformas e 13 – Obrigações Patronais; e os elementos de Despesas Correntes: 36 – Outros Serviços de Terceiros PF, 39 – Outros Serviços de Terceiros PJ e 47 – Obrigações Tributárias e Contributivas. As Despesas de Pessoal representam 65,8% do total do montante das Despesas Correntes Pagas, destacando-se as despesas com Vencimentos e Vantagens fixas com pessoal civil com 47,3% do total das despesas de Pessoal.

Tabela 2.21: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	532.099.055,36	707.932.167,58	531.012.974,69	707.932.167,58	S	S	531.012.974,69	707.932.167,58
1º elemento de despesa - 11	239.934.368,63	334.516.092,31	239.701.259,63	334.516.092,31	-	-	239.701.259,63	334.516.092,31
2º elemento de despesa - 01	107.164.607,35	129.335.110,25	107.163.219,97	129.335.110,25	-	-	107.163.219,97	129.335.110,25
3º elemento de despesa - 13	77.909.542,56	108.264.111,29	77.909.542,56	108.264.111,29	-	-	77.909.542,56	108.264.111,29
Demais elementos do grupo	107.090.536,82	135.816.853,73	106.238.952,53	135.816.853,73	-	-	106.238.952,53	135.816.853,73
2 – Juros e Encargos da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	355.022.753,01	420.828.771,67	300.055.236,49	369.508.329,75	54.967.516,52	51.320.441,92	296.686.010,31	367.198.694,73
1º elemento de despesa - 36	149.322.673,07	160.143.709,58	126.988.366,40	145.871.022,12	22.334.306,67	14.272.687,46	124.749.310,34	145.274.864,06
2º elemento de despesa - 39	75.042.783,20	57.688.769,38	57.084.745,10	41.630.424,36	17.958.038,10	16.058.345,02	56.595.660,25	40.834.819,08
3º elemento de despesa - 47	28.749.358,74	35.947.466,97	25.874.243,79	33.333.198,06	2.875.114,95	2.614.268,91	25.847.774,79	33.707.707,04
Demais elementos do grupo	101.907.938,00	167.048.825,74	90.107.881,20	148.673.685,21	11.800.056,80	18.375.140,53	89.493.264,93	147.381.304,55

Fonte: DAF/DCF, 2010



2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

As despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários são demonstradas na Tabela abaixo. Sendo os principais elementos do grupo Investimentos: 51 – Equipamentos e Material Permanente, 52 – Obras e Instalações e 47 – Obrigações Tributárias e Contributivas. O grupo Inversões Financeiras tem como único elemento 62 – Aquisições de Bens para Revenda, sendo esta despesa proveniente da Editora UnB. Cabe ressaltar que as despesas de capital sofreram redução no ano de 2010. A despesa liquidada com Equipamentos e Material Permanente reduziu 23,5% e os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados neste mesmo elemento teve uma significativa redução de 68,5%.

Tabela 2.22: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	104.557.311,51	78.111.973,55	35.017.505,31	33.084.517,69	69.602.007,69	45.027.455,86	34.682.691,73	30.090.357,08
1º elemento de despesa - 51	36.365.897,41	45.434.004,35	11.121.221,65	14.434.617,50	25.244.675,76	30.999.386,85	11.108.822,03	14.428.556,20
2º elemento de despesa - 52	67.626.378,66	31.883.028,82	23.504.258,14	17.991.473,07	44.122.120,52	13.891.555,75	23.192.876,34	15.003.373,76
3º elemento de despesa - 47	565.035,44	720.447,38	392.025,52	588.029,12	173.009,92	132.418,26	380.993,36	588.029,12
Demais elementos do grupo	-	74.493,00	-	70.398,00	62.201,49	4.095,00	-	70.398,00
5 - Inversões Financeiras	100.000,00	200.000,00	37.798,51	49.582,93	-	150.417,07	37.798,51	49.582,93
1º elemento de despesa - 62	100.000,00	200.000,00	37.798,51	49.582,93	-	150.417,07	37.798,51	49.582,93
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DAF/DCF, 2010



Cumprir informar que a análise crítica dos recursos originários está disposta no final da seção 2.4.2.2.3, em conjunto com a análise dos recursos recebidos.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

As informações sobre a execução orçamentária de créditos recebidos pela FUB estão dispostas nas próximas subseções.

2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

O demonstrativo desta seção trata das Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação. Cabe ressaltar que a modalidade pregão é a mais utilizada pela FUB, representando 92,7% do total das modalidades de licitação. Nas Contratações Diretas, a dispensa de licitação representou 82,5% do montante, enquanto que as despesas com a inexigibilidade de licitação tiveram redução de 78% comparadas ao ano de 2009; na modalidade Pagamento de Pessoal, as despesas com diárias também reduziram 11,3%.

Tabela 2.23: Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	44.805.290,42	65.889.608,56	15.400.902,71	32.039.388,36
Convite	454.729,59	555.916,20	225.280,02	254.043,80
Tomada de Preços	749.156,77	1.335.537,05	299.820,09	204.436,25
Concorrência	15.758.015,95	19.865.228,91	103.477,94	1.880.842,36
Pregão	27.843.388,11	44.132.926,40	14.772.324,66	29.700.065,95
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	8.678.889,07	16.103.234,66	8.678.889,07	5.618.888,40
Dispensa	7.989.946,06	12.548.433,97	3.628.983,62	4.631.832,53
Inexigibilidade	688.943,01	3.554.800,69	554.044,35	987.055,87
Regime de Execução Especial	10.133,24	5.107,43	10.133,24	5.107,43
Suprimento de Fundos	10.133,24	5.107,43	10.133,24	5.107,43
Pagamento de Pessoal	495.935,27	411.479,71	434.410,37	385.550,88
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	495.935,27	411.479,71	434.410,37	385.550,88
Outras	68.402.536,69	59.658.132,43	45.435.170,80	34.178.405,91

Fonte: DAF/DCF, 2010



2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Verifica-se que os valores pagos referentes às Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa com Créditos Recebidos sofreu redução em 2010. Não ocorreu Despesas de Pessoal e as despesas com Outros Serviços de Terceiros PF e Contribuições Previdenciárias Serviços de Terceiros reduziram 25% e 67%, respectivamente (Tabela 2.24).

Tabela 2.24: Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	39.692.703,65	-	39.692.703,65	-	S	S	39.692.703,65	-
1º elemento de despesa - 11	27.213.413,34	-	27.213.413,34	-	-	-	27.213.413,34	-
2º elemento de despesa - 13	6.223.298,54	-	6.223.298,54	-	-	-	6.223.298,54	-
3º elemento de despesa - 91	5.647.281,49	-	5.647.281,49	-	-	-	5.647.281,49	-
Demais elementos do grupo	608.710,28	-	608.710,28	-	-	-	608.710,28	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	104.690.994,65	108.510.284,05	74.094.673,46	69.831.230,05	30.596.321,19	38.679.054,00	71.186.993,14	69.199.947,13
1º elemento de despesa - 36	42.492.562,94	33.978.269,21	31.240.869,18	23.107.142,53	11.251.693,76	10.871.126,68	30.574.468,89	22.863.233,36
2º elemento de despesa - 39	8.314.452,80	19.204.369,54	3.815.682,90	10.522.966,45	4.498.769,90	8.681.403,09	3.644.003,41	10.216.314,76
3º elemento de despesa - 18	11.793.688,58	4.129.374,94	11.150.184,53	3.249.248,90	643.504,05	880.126,04	10.076.969,53	3.241.644,90
Demais elementos do grupo	42.090.290,33	51.198.270,36	27.887.936,85	32.951.872,17	14.202.353,48	18.246.398,19	26.891.551,31	32.878.754,11

Fonte: DAF/DCF, 2010



2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

A Tabela seguinte revela que a FUB se beneficiou de créditos recebidos para a realização de investimentos relacionados aos elementos Equipamentos e Material Permanente, Obras e Instalações, Auxílio Financeiro à Pesquisa. Somente a despesa paga com Equipamentos e Material Permanente contribuiu com 93% do montante, sendo que esta despesa aumentou 106% em relação a 2009; assim como também os valores inscritos em Restos a Pagar Não Processados neste mesmo elemento tiveram acréscimo de 92% em 2010.

Tabela 2.25: Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Recebidos pela UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	24.167.610,60	26.598.523,09	1.392.218,50	3.405.899,00	22.775.392,10	23.192.624,09	1.359.012,50	3.001.238,83
1º elemento de despesa - 52	6.422.891,28	12.847.721,19	1.392.218,50	3.184.195,88	5.030.672,78	9.663.525,31	1.359.012,50	2.796.594,07
2º elemento de despesa - 51	17.744.719,32	13.624.723,70	-	118.505,00	17.744.719,32	13.506.218,70	-	118.422,20
3º elemento de despesa - 20	-	60.000,00	-	60.000,00	-	-	-	55.000,00
Demais elementos do grupo	-	66.078,20	-	43.198,12	-	22.880,08	-	31.222,56
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ	Σ
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: DAF/DCF, 2010



Análise Crítica da Gestão da Execução Orçamentária no Exercício 2010

O Decanato de Finanças apresenta a seguir as informações referentes à proposta de orçamento, a execução orçamentária da FUB, a adequação dos valores gastos e os recursos humanos e materiais envolvidos na execução das ações governamentais programadas para a Instituição.

Proposta de orçamento-programa

A proposta foi elaborada a partir dos critérios e parâmetros aprovados pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da FUB, com base no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2006-2010.

Assim, a Secretaria de Planejamento (SPL) elaborou, em conjunto com o Decanato de Administração (DAF), a proposta de Orçamento-Programa, para o exercício financeiro de 2010, fundamentada na Lei Orçamentária Anual (LOA) n. 11.897/2008.

Orçamento 2010 por Fonte de Recursos e Natureza da Despesa

Para o exercício financeiro de 2010, a FUB contou com orçamento de R\$ 1.275.904.477,00, sendo R\$ 911.810.855,00 da fonte de recursos do Tesouro (inclusive emendas parlamentares, no valor de R\$ 16.455.300,00), e R\$ 364.093.622,00 de Recursos Próprios.

Cabe esclarecer que, na Lei Orçamentária Anual (LOA) 2010, o montante de recursos orçamentários autorizado para a FUB, na fonte de recursos do Tesouro, foi destacado recursos para os grupos de despesas de: Pessoal e Encargos, R\$ 773,8 milhões; Outros Custeios e Capital, foi da ordem de R\$ 178,0 milhões; e para a fonte de recursos próprios o montante estimado foi de R\$ 364,0 milhões (Outros Custeios e Capital).

Os recursos destacados por meio de convênios, os quais são incorporados ao orçamento por ocasião da celebração dos respectivos instrumentos contratuais, no decorrer do exercício, foram da ordem de R\$ 111,6 milhões.

Orçamento da FUB por Natureza da Despesa, na Fonte do Tesouro – 2010

Em relação ao Orçamento de 2010, verifica-se que, do total dos recursos da fonte do Tesouro, da ordem de R\$ 911,8 milhões, cerca de 80,48% (R\$ 733,8 milhões) destinaram-se ao pagamento de despesas de Pessoal e Encargos Sociais (ativos, inativos precatórios, professor temporário e contribuição da União/PSS); 13,48% (R\$ 122,9 milhões) destinaram-se ao grupo de Outros Custeios; e 6,05% (55,1 milhões) destinaram-se a Despesas de Capital.

Dos recursos consignados em Outros Custeios (R\$ 122,9 milhões), cerca de 56,24% (R\$ 69,1 milhões) destinaram-se à cobertura de despesas de Custeio Líquido (manutenção), e o restante, da ordem de R\$ 53,7 milhões (30,9%), destinou-se ao pagamento de despesas de Programas Específicos/Benefícios (Capacitação de Servidor, Auxílios Transporte e



Alimentação, Auxílio Pré-Escolar, Assistência Médico-Odontológica, Assistência ao Estudante de Graduação, Precatório, PASEP, Ações de Informática, Expansão das IFES, e REUNI), cujos valores são, em sua maioria, definidos pelo MEC, e os repasse efetuados de acordo com as respectivas despesas mensais apuradas.

Dos recursos alocados em Despesas de Capital, da ordem de R\$ 55,1 milhões, 16,32% (R\$ 9,0 milhões) destinaram-se ao programa de Expansão das IFES – Capital para o *campus* do Gama; 44,42% (R\$ 24,5 milhões) destinaram-se ao programa do REUNI/Readequação e Infraestrutura – Capital; e o restante, da ordem de R\$ 21,6 milhões (39,26%), destinou-se à cobertura de despesas com Outros Programas Específicos (Manutenção do Acervo Bibliográfico, Assistência ao Estudante de Graduação, Ações de Informática, obras no *campus* e aquisição de equipamentos e material permanente.

Orçamento da FUB por Natureza da Despesa, na Fonte Próprios – 2010

Com relação à fonte de Recursos Próprios, foram consignados no Orçamento de 2010 recursos da ordem de R\$ 364,1 milhões, assim distribuídos: R\$ 314,9 milhões, no grupo de Outras Despesas Correntes, correspondendo 86,61% do total dessa fonte, e R\$ 49,4 milhões (13,57%) na categoria econômica de Despesas de Capital, sendo programados R\$ 19,1 milhões previstos para o elemento de despesa Equipamentos e Material Permanente, R\$ 30 milhões alocados na rubrica de Obras e Instalações.

Cabe esclarecer que a estimativa da receita própria baseou-se na programação efetuada pelas Unidades Descentralizadas/Arrecadoras ou por aquelas que administram tais recursos, limitada ao teto definido pelo MEC para essa fonte, originando-se de:

- taxas de Vestibular e contratos de prestação de serviços para realização de concursos públicos administrados pelo CESPE;
- aluguéis, taxas de ocupação de imóveis, outras receitas/condomínio, a cargo da Secretaria de Gestão Patrimonial;
- serviços de comercialização de livros, administrados pela Editora;
- receita patrimonial, a cargo da Secretaria de Empreendimentos Imobiliários, decorrente de alienação de imóveis, para atender ao programa de obras no *campus*, aprovado pelo Conselho Diretor e recomposição do fundo de obras de reformas e adaptações;
- juros e rendimentos/DCF;
- receita prevista pelo Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDT);
- serviços de alimentação, com a venda de tíquetes, a cargo do Restaurante Universitário;
- receita prevista pelo Centro de Ensino a Distância (CEAD);



- contratos de prestação de serviços, consultoria ou assistência técnica, a cargo do IG/Sismologia, HUB, CEFTRU, CPD, FEF e PRC;
- outras receitas (taxas de inscrições em cursos, multas e outras).

Com relação a Obras, cabe informar que os recursos são provenientes de receita de capital – alienação de imóveis, para dar cumprimento aos programas de obras aprovados no período, sendo que, para o exercício de 2010, a execução do orçamento em obras foi da ordem de R\$ 8,9 milhões na fonte de recursos próprios com receita de alienação de bens imóveis, R\$ 19,5 milhões com recursos do REUNI, R\$ 9,1 milhões com recursos das demais ações da fonte do Tesouro, onde foram aplicados em obras previstas na Comissão Ordenadora de Obras aprovadas pelo Conselho de Administração da FUB.

Diante da importância da arrecadação de recursos próprios para a Universidade de Brasília, como fonte complementar aos recursos que recebe da União, há a incorporação direta ao Orçamento, o montante de aproximadamente R\$ 63,0 milhões – na melhor hipótese – anuais, para a utilização em despesas de manutenção e de investimentos, sendo:

a) Administração Central, em que constam os recursos captados ou administrados por órgãos da Administração Central, tais como alienação de projeções e imóveis, aluguéis, recolhimento de recursos provenientes do Fundo de Apoio Institucional (FAI), receita do Restaurante Universitário, entre outras receitas; e Unidades Descentralizadas/Arrecadoras.

De qualquer forma, essa disponibilidade potencial de arrecadação anual é bastante significativa, haja vista que o aporte de recursos disponibilizados pela União para a FUB, em 2010, foi da ordem de R\$ 69,1 milhões, no atendimento às despesas com OCC.

Cabe destacar, ainda, a importância do CESPE como maior unidade arrecadadora da Universidade, cuja sua arrecadação advém de projetos de cursos e concursos.

Vale esclarecer que o ano de 2006 representa, ao mesmo tempo, o término da execução do planejamento referente ao ciclo 2002 a 2006 e fonte para a elaboração do novo ciclo 2006 a 2010. Assim, desde 2006, com o início do ciclo quinquenal, algumas medidas inovadoras foram essenciais para o fortalecimento da gestão do planejamento orçamentário, entre elas constam alguns aspectos positivos:

- a) elaboração dos planos plurianuais pelas próprias unidades, via Sistema de Planejamento, a partir de convenção entre os colegiados e comunidade universitária, que permitiram mensurar a distribuição do orçamento;
- b) revisão, via Sistema de Planejamento, das demandas plurianuais pelos principais elementos de despesa, decorrentes do desenvolvimento das atividades das unidades;



- c) implantação, em parceria com o DAF, de instrumentos de planejamento mais consistentes e em consonância com as exigências dos órgãos internos e externos, subsidiando a elaboração e aprovação do orçamento programa interno;
- d) planejamento participativo com o DAF, a fim de redimensionar os relatórios de acompanhamento e controle das Unidades Descentralizadas quanto à execução de recursos.

Como dificuldades enfrentadas em 2010 pela FUB, destacam as seguintes: em face da crise instalada na UnB no exercício de 2008, com a posse da nova administração, ações emergenciais foram iniciadas com muitos problemas detectados, tal como a carência acentuada de servidores. Outro ponto relevante que ficou pendente de concretização diz respeito à implantação de plataforma única de dados para integrar os sistemas administrativos existentes na Universidade. No entanto, o estabelecimento de tal plataforma depende não só da decisão da Administração Superior como também de recursos financeiros, precipuamente, no atendimento a várias ações que certamente poderão causar prejuízos quanto ao alcance efetivo de suas metas.

Quadro 2.08 UnB: Dificuldades Enfrentadas pelas unidades na execução do Plano Anual de Atividades no 2º semestre de 2010

Pessoal insuficiente (técnico e serviço terceirizado) para rotina administrativa
Dependência da construção de novos prédios
Insuficiência de recursos financeiros para os mais diversos setores
Carência de capital humano especializado
Evasão e alta rotatividade de servidores, docentes e funcionários extra-quadro
Demora no atendimento de pedidos/serviços solicitados a outras unidades
Reduzido número de equipamentos e <i>softwares</i>
Liberação e/ou repasse do orçamento, recursos e outros (Convênio/União)
Dificuldades com aspectos legais
Infraestrutura física inadequada e/ou insuficiente
Treinamento para servidores técnico-administrativos.
Inexistência de cooperação com outras unidades

Fonte: Sistema de Planejamento Institucional, 2010

Por fim, a DCF/DAF disponibiliza as demonstrações contábeis previstas nas Leis n. 4.320/1964 e n. 6.404/1976 no Anexo B e a declaração do Contador responsável atestando os demonstrativos contábeis (Anexo C).

2.4.3 Indicadores Institucionais e Análise de Desempenho

Essa seção demonstra a *performance* da Instituição, no período de 2004 a 2010, no desenvolvimento da sua atividade precípua. Inicialmente, apresenta-se o Custo do Ensino e do Aluno da UnB para, na sequência, mostrar os indicadores adotadas pela UnB.



2.4.3.1 Relatório sobre Custo do Ensino e do Aluno da UnB em 2010¹⁹

a) Custo com base na metodologia do Tribunal de Contas da União.

Esta seção trata do Relatório sobre o cálculo do custo do ensino na UnB, no exercício de 2010, de acordo com a metodologia do TCU. A partir das definições do órgão de fiscalização, foram apurados os custos discriminados na Tabela 2.26: na primeira parte é demonstrado o custo corrente por aluno, excluindo todas as despesas realizadas pelo HUB, em 2010; na segunda parte é evidenciado o custo apurado, considerando-se, como parte da estrutura de custos da Fundação, 35% das despesas realizadas no Hospital Universitário de Brasília.

A fórmula de cálculo apresentada pelo TCU nivela igualmente as instituições sem considerar as diferenças entre elas em termos de diversidade de atuação e de porte, bem como não separa os custos educacionais dos gastos com propósitos não educacionais.

Diferentemente da UnB, a metodologia do TCU utiliza todas as despesas correntes executadas pela FUB/UnB no exercício, inclusive aquelas não relacionadas com o aluno, como as despesas executadas pelo CESPE na realização de concursos, dispêndios efetuados com atividades de pesquisa, de extensão e administrativas, aumentando consideravelmente o custo com o aluno.

¹⁹ Seção elaborada pela auditora Ereni Gontijo de Lima.

Tabela 2.26: FUB/UnB – Custo Corrente por Aluno, 2004 a 2010, Segundo a Metodologia TCU

Valores Nominais em R\$ 1,00

Especificações	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Custo Corrente sem HUB -							
Despesa Corrente da Universidade	507.666.382,55	579.532.625,00	694.408.156,00	840.274.818,15	862.276.079,33	1.024.534.988,00	1.237.271.223,30
(-) Despesa Corrente HUB	-21.866.226,11	-25.029.752,00	-29.070.110,00	-25.774.329,70	-31.778.951,70	-100.331.351,00	-107.825.057,10
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-67.649.598,37	-71.047.948,00	-78.940.615,00	-77.948.108,39	-96.288.778,33	107.637.484,00	-129.335.110,25
(-) Pensões (conta n. 319003)	-6.725.611,79	-9.231.658,00	-11.319.013,00	-16.953.161,24	-15.036.590,08	17.782.808,00	-19.851.030,40
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-37.972.921,06	-43.218.285,00	-47.950.323,00	-50.520.569,39	-54.373.611,57	87.777.196,00	-107.160.462,39
(-) Despesas com pessoal cedido – docente	-317.924,81	-1.209.866,58	-1.397.159,90	-1.353.352,44	-4.079.702,56	-2.345.126,18	-3.388.602,04
(-) Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-1.411.461,75	-2.738.744,40	-2.923.562,53	-3.039.930,59	-5.307.255,90	-5.227.158,16	-6.544.207,85
(-) Despesas com pessoal afastado País - docente	-16.568,00	-21.063,00	-48.160,83	-520.911,91	-6.403.174,89	-0,00	-184.007,61
(-) Despesas com pessoal afastado País – técnico-administrativo	-10.296,44	-18.934,92	-19.165,22	-288.061,89	-325.302,84	-0,00	-0,00
Total de despesa	371.695.774,22	427.016.373,10	522.740.046,52	663.876.392,60	648.682.711,46	703.433.864,66	862.982.745,66
Total n. alunos	34.345,00	34.990,00	35.328,79	36.109,13	38.107,24	40.758,09	42.533,16
Custo aluno	10.822,41	12.203,95	14.796,43	18.385,28	17.022,56	17.258,75	20.289,65
Custo Corrente com HUB							
Despesas Correntes	507.666.382,55	579.532.625,00	694.408.156,00	840.274.818,15	862.276.079,33	1.024.534.988,00	1.237.271.223,30
(-) 65% das despesas correntes do HUB	-14.213.046,97	-16.269.338,80	-18.895.571,50	-16.753.313,70	-20656318,61	-65.215.378,15	-70.086.287,12
(-) Aposentadorias e Reformas (conta n. 319001)	-67.649.598,37	-71.047.948,00	-78.940.615,00	-77.948.108,39	-96.288.778,33	107.637.484,00	-129.335.110,25
(-) Pensões (conta n. 319003)	-6.725.611,79	-9.231.658,00	-11.319.013,00	-16.953.161,24	-15.036.590,08	17.782.808,00	-19.851.030,40
(-) Sentenças Judiciais (conta n. 319091)	-37.972.921,06	-43.218.285,00	-47.950.323,00	-50.520.569,39	-54.373.611,57	87.777.196,00	-107.160.462,39
(-)Despesas com pessoal cedido - docente	-317.924,81	-1.209.866,58	-1.397.159,90	-1.353.352,44	-4.079.702,56	-2.345.126,18	-3.388.602,04
(-)Despesas com pessoal cedido – técnico-administrativo	-1.411.461,75	-2.738.744,40	-2.923.562,53	-3.039.930,59	-5.307.255,90	-5.227.158,16	-6.544.207,85
(-) Despesas com pessoal afastado País – docente	-16.568,00	-21.063,00	-48.160,83	-520.911,91	-6.403.174,89	-0,00	-184.007,61
(-) Despesas com pessoal afastado País – técnico-administrativo	-10.296,44	-18.934,92	-19.165,22	-288.061,89	-325.302,84	-0,00	-0,00
Total de despesa	379.348.953,36	435.776.786,30	532.914.585,02	672.897.408,00	659.805.344,55	738.549.837,51	900.721.515,65
Total n. alunos	34.345,00	34.990,00	35.328,79	36.109,13	38.107,24	40.758,09	42.533,16
Custo aluno	11.045,25	12.454,32	15.084,43	18.635,10	17.314,44	18.120,33	21.176,92

Fonte: FUB/Decanato de Planejamento e Orçamento, Núcleo de Pesquisa e Projetos/DPO, 2010.

b) Apuração do Custo do Ensino e do Custo Aluno, segundo a Metodologia de Apuração desenvolvida pela UnB.

A FUB, ao definir o seu PDI para o período 2002/2006, estabeleceu como Projeto Estratégico a definição de metodologia específica para a apuração do custo do ensino e, conseqüentemente, o custo por aluno. Naquela ocasião, iniciou-se a análise da metodologia recomendada pelo TCU, por meio da Decisão Plenária n. 408/2002. Apesar da iniciativa do referido órgão em buscar forma de mensurar os custos relativos à atividade de ensino nas IFES, observou-se que a metodologia proposta apresentava algumas limitações para ser utilizada como instrumento gerencial na administração da expansão da oferta de ensino e no aperfeiçoamento da administração acadêmica.

A FACE e a SPL desenvolveram metodologia alternativa que, desde então, vem sendo aperfeiçoada, conforme descrito a seguir:

- em 2003, foi apresentada a primeira versão do custo por aluno da UnB, sendo a metodologia utilizada para apurar o custo do ensino para 2001 e 2002. A primeira versão da metodologia teve as seguintes características:
 - retiradas de despesas realizadas por unidades que não possuíam vínculo com o produto-ensino;
 - analisadas, para as demais unidades, as despesas executadas, sendo excluídas aquelas não relacionadas com o ensino em unidades acadêmicas;
 - incluído o custo proporcional à realização do PAS e Vestibular, dado que a unidade responsável pela realização das seleções desenvolve atividades de prestação de serviços à comunidade externa;
 - segregado o esforço despendido pela mão de obra ocupada das atividades de ensino das demais atividades da Instituição;
 - não inclusão do custo da depreciação;
- em 2003, a partir da análise dos resultados obtidos anteriormente, foi feita a segunda versão da apuração do custo por aluno da UnB. Naquele momento, foi incluído o custo da depreciação e foram realizadas entrevistas e análise de relatórios sobre o grau de utilização, pelos alunos, dos serviços prestados pelas seguintes unidades: BCE, PRC, RU e CPD. Além disso, foi detalhada a apuração do custo por Instituto/Faculdade, bem como feita a inclusão do custo do ensino do HUB;
- em 2004, foram realizados os seguintes aperfeiçoamentos na metodologia:
 - cálculo do esforço despendido, em relação à mão de obra, para manter o ensino oferecido por institutos e faculdades;



- alocação recíproca dos custos entre as principais unidades prestadoras de serviço;
 - identificação do direcionador de custos por unidade de apoio e suporte;
 - segregação, na DGP, dos custos relacionados ao setor responsável pelo atendimento de aposentados e pensionistas;
 - identificação dos institutos e faculdades que utilizam a Fazenda Água Limpa regularmente;
 - apuração do custo do ensino do CDT;
 - apuração do custo do espaço físico das salas de aula de uso comum com base na capacidade prática;
- em 2005, a apuração do custo aluno foi baseada na terceira versão da metodologia, com a inclusão das despesas de energia elétrica, água e esgoto, uma vez que até março daquele ano a Instituição era isenta do pagamento dessas despesas (Lei Distrital n. 227/1992). É importante ressaltar que os resultados de 2005, anteriormente divulgados, foram recalculados em virtude da existência de novos dados internos, que à época do relatório anual daquele ano não estavam disponíveis. Tais ajustes foram necessários para garantir a consistência da análise. Assim sendo, o custo total do ensino apurado e divulgado para 2005 foi de R\$ 177.374.015. Esse valor substitui o dimensionado anteriormente (R\$ 148.145.670);
 - em 2006, em virtude da greve no ano anterior, o segundo semestre de 2005 foi cursado no ano letivo de 2006, sendo assim, alguns custos desse semestre foram incorporados na apuração do custo aluno deste ano. Foi incorporado o custo da UnB-Faculdade de Planaltina e do CIORD. Cabe ressaltar que, a partir de novembro, foram instalados medidores de água e esgoto por edifício do *campus*, melhorando a alocação do custo das unidades. O custo do Hospital Universitário de Brasília foi calculado por estimativa, tendo como base os anos anteriores, uma vez que parte das informações solicitadas não foi encaminhada.

A partir dessa metodologia, o resultado obtido foi de R\$ 160.253.924 para o custo do ensino e de R\$ 6.467 para o custo aluno na Universidade de Brasília. Os resultados apurados mostram que, comparados os anos de 2005 com 2006, 35% dos institutos e faculdades apresentaram aumento em seus custos, enquanto 57% apresentaram redução. As mudanças na estrutura de custos devem-se a fatores tais como: o aumento na oferta de créditos e a redução no consumo de energia elétrica.

Cabe ressaltar que o custo aluno apurado para a FUP, no valor de R\$ 13.660, deve-se ao fato de a Faculdade ter iniciado suas atividades no ano de 2006.



- em 2007, foram constatadas inconsistências de dados no cálculo da apuração do custo aluno de 2006 e os resultados anteriormente divulgados foram recalculados. Tais ajustes foram necessários para garantir a fidedignidade dos dados. Assim sendo, o custo total do ensino apurado e divulgado para 2006 foi de R\$ 183.952.170. Esse valor substitui o dimensionado anteriormente de R\$ 160.253.924 e o custo aluno passou de R\$ 6.467 para R\$ 6.629.

Para apurar o custo do Hospital Universitário de 2007, utilizou-se o custo com o ensino de 13% encontrado em estimativas de anos anteriores. Esse percentual foi aplicado sobre os valores atualizados do orçamento do HUB, folhas de pagamento do pessoal cedido pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do GDF e folha de pessoal do HUB.

Em razão da ausência da informação relativa ao quantitativo de acessos, por usuários da UnB, ao portal de Periódicos CAPES, decidiu-se usar o mesmo número informado em 2006.

Constatou-se acréscimo relevante em 2007 do valor referente às compras diretas, para manutenção e reformas pela PRC, que passou de R\$ 747.857 em 2006 para R\$ 3.162.672.

Em relação à FUP, o aumento substancial do custo aluno em 2007 deveu-se ao fato de a unidade ainda estar em fase de implantação, com aumentos significativos em despesas de pessoal, de R\$ 391.148 para R\$ 1.011.022, e compras diretas, de R\$ 82.970 para R\$ 957.943.

Em 2007, o resultado obtido foi de R\$ 195.199.485 para o custo do ensino e de R\$ 7.552 para o custo aluno na Universidade de Brasília (Tabela 2.27).

- em 2008 foi utilizada a mesma metodologia de apuração de custo ano anterior, com a inclusão dos *campi* de Ceilândia (FCE) e do Gama (FGA), inaugurados no segundo semestre.

O custo apurado das unidades FCE e FGA refere-se somente ao segundo semestre. Os gastos com energia elétrica, água e esgoto não foram computados para essas unidades, pois as referidas despesas somente correrão por conta da FUB a partir de 2009, conforme informado pela Prefeitura do *Campus*.

Para apurar o custo do Hospital Universitário de 2008, utilizou-se o custo com o ensino de 13% encontrado em estimativas de anos anteriores. Esse percentual foi aplicado sobre os valores atualizados do orçamento do HUB, folhas de pagamento do pessoal cedido pelo Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do GDF e folha de pessoal do HUB.

Em razão da ausência da informação relativa ao quantitativo de acessos, por usuários da UnB, ao portal de Periódicos CAPES, decidiu-se usar o mesmo número informado em 2006.

No primeiro semestre, foram repetidos os valores constantes do segundo, em dois elementos de despesa, devido à ausência de informações por parte da unidade responsável.



Após análise, foram constatados acréscimos substanciais no custo aluno de alguns Institutos/Faculdades devido a:

- aumento das despesas correntes;
- aumento do valor das bolsas (permanência, monitoria graduação e CAPES);
- acréscimo de bens incorporados;
- aumento da área física de algumas unidades.

Os resultados apurados mostram que, comparados os anos de 2007 com 2008, todos os institutos e faculdades apresentaram aumento em seus custos por aluno, exceto a FUP, na qual houve redução, em virtude do aumento do número de alunos. Nas unidades FCE e FGA, não foram comparados os seus custos devido a não apuração no ano anterior.

Em 2008, o resultado obtido foi de R\$ 268.432.626 para o custo do ensino e de R\$ 10.897 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

- no exercício de 2009, foram criados novos cursos de graduação com início a partir do segundo semestre: Engenharia da Produção (FT), Licenciatura em Música/Noturno (IDA), Geofísica (IG), Letras – Tradução/Espanhol (IL), Licenciatura em História/Noturno (IH) e os cursos executados por consórcios entre Institutos/Faculdades: Ciências Ambientais (IB, IG, IQ, ECO, CDS), Gestão de Políticas Públicas (IPOL, ADM, ECO), Museologia (IDA, HIS, CID) e Engenharia da Computação (CIC, IE, ENE).

O Modelo de Apuração de Custo da UnB prevê, em sua metodologia, a apuração do custo do ensino e do aluno somente por Instituto/Faculdade, não descendo ao nível de curso, em razão de não terem suas despesas detalhadas por curso.

A falta do detalhamento inviabiliza também a apuração individual dos cursos administrados por consórcios, onde as despesas de um determinado curso estão pulverizadas entre Faculdades e/ou Institutos diferentes. Por esta razão, o custo do aluno destes cursos está diluído entre as unidades responsáveis por administrá-los.

O custo do Hospital Universitário de 2009 foi calculado conforme exercícios anteriores.

Devido à ausência de informações referentes à despesa telefônica por parte de uma unidade interna, de despesas com pessoal contratado para a FUB e pessoal cedido ao Hospital Universitário por parte de três órgãos externos, repetiu-se em 2009 os valores informados em 2008.

Os resultados apurados mostram que, comparados os anos de 2009 com 2008, dos 25 Institutos/Faculdades, 17 apresentaram redução em seus custos por aluno. A redução do custo deu-se em razão da ampliação do número de vagas motivada pela expansão da



educação superior pública e da redução das despesas com pessoal contratado por Fundação e das Despesas Correntes.

O custo por aluno da Faculdade de Saúde aumentou em 24%, ocasionado por acréscimos no quantitativo de bolsa de monitoria de graduação, no consumo de água e esgoto (laboratório), bens incorporados e na obra de reforma pela PRC.

A partir de fevereiro de 2009, o pagamento de bolsas a estudantes e tutores do Programa Educação Tutorial (PET) foi realizado diretamente pelo MEC, ficando excluídas da apuração do custo. Em compensação, no mesmo ano, uma nova modalidade de bolsa, REUNI, foi incluída na apuração aumentando o valor do custo do aluno para a maioria dos Institutos/Faculdades.

Em 2009, o resultado obtido foi de R\$ 277.489.920 para o custo do ensino e de R\$ 10.758 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.

c) Apuração do Custo por Aluno 2010.

A UnB criou, em 2010, o curso de Turismo, cuja administração é feita por meio do consórcio entre as unidades: CET, FACE, IB, IH e FE. Não foi possível apurar o custo do curso por não haver previsão na metodologia para esta forma de gerenciamento.

Em 2010, o Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID) foi desmembrado da FACE e transformado na Faculdade da Ciência e Informação (FCI). O desmembramento fez com que os custos da FACE fossem reduzidos nesse ano.

Em razão da greve em 2010, parte das despesas referentes ao segundo semestre serão incluídos no primeiro semestre do próximo exercício e acarretará o acréscimo do custo do ensino e do aluno.

Apesar de o custo com o pagamento de bolsas a estudantes e tutores do Programa Educação Tutorial (PET) ter sido custeado pelo MEC, procedeu-se a inclusão na apuração do custo de 2010, visto tratar-se de despesas com o ensino da UnB.

As despesas com as rescisões pagas em 2010 dos prestadores contratados pela FUBRA até 2009 não puderam ser incluídas nos custos, em razão da não obtenção dos dados.

A DDS encaminhou os valores referentes à bolsa de permanência e ao seguro discriminados por unidade somente para o período de janeiro a março (abril não foi informado). Como os valores de maio a dezembro foram informados somente pelo total do mês, utilizou-se para distribuição os percentuais encontrados em março. A DDS alegou que a greve prejudicou os controles efetuados pelo setor.

O CME não encaminhou as informações referentes aos serviços prestados às unidades em 2010 e alegou problemas com o sistema desenvolvido pelo CPD. Para não prejudicar a apuração, utilizou-se os valores informados no relatório informado em 2009.



O GDF não encaminhou os valores referentes à folha de pessoal cedido ao HUB, conforme solicitado, por problemas de mudança de sistema de cálculo de pessoal. Utilizou-se para 2010 os valores de 2009 atualizados pelo INPC.

Tendo em vista que a CAPES não informa desde 2007 o valor referente ao acesso ao portal de Periódicos CAPES, por usuários da UnB, usou-se o mesmo informado em 2006.

Verificou-se, em 2010, o crescimento do custo de 23 das 25 unidades acadêmicas, Tabela 2.26. A FCI não foi analisada pela falta de comparativo de valores em 2009. O aumento deu-se em razão do acréscimo de recursos provenientes do REUNI para as atividades acadêmicas da FUB/UnB, impulsionando o crescimento dos valores em diversos elementos do custo apurado, com aumentos significativos com:

- pessoal efetivo/substituto/visitante, estagiário e terceirizado;
- bolsas de permanência, pós-graduação, CAPES e PET;
- água e esgoto;
- despesas correntes.

O aumento significativo das despesas das Unidades Administrativas que dão suporte às atividades acadêmicas (PRC, DRM, CPD e Almoxarifado Central), das Unidades que dão apoio às atividades acadêmicas (INT, DPP, DAC, BCE, RU, FAL e DEG) e dos Centros (CEAM, CME, CESPE e CDT-Ensino) também contribuíram para o crescimento do custo do ensino da UnB.

Verifica-se o aumento no número de alunos em 22 unidades e redução de 1% para a FE, 2% para o IREL e 18% para a FACE, decorrente da saída do CID.

Das 25 unidades analisadas, 23 tiveram aumento no custo por aluno e duas tiveram reduções: FCE (7%) e FGA (40%), ocasionadas pelo aumento do número de alunos de 50% e 73% respectivamente.

A FE teve um aumento significativo no custo por aluno de 82%, em razão do aumento das despesas correntes de 644%, decorrido da aquisição de *software* e treinamento no valor de R\$ 5.577.500.

Em 2010, o resultado obtido foi de R\$ 355.340.596,35 para o custo do ensino e de R\$ 12.195,09 para o custo médio por aluno na Universidade de Brasília.



Tabela 2.27: FUB – Custo do Ensino, por Unidade Acadêmica, nos Anos de 2004 a 2010

Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1,00						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
FACE	7.500	7.278	6.274	7.492	9.315	8.394	10.226
Administração							
Administração Noturno							
Ciências Contábeis							
Ciências Contábeis Noturno							
Ciências Econômicas							
Administração (Mestrado/Doutorado)							
Ciências Contábeis (Mestrado/Doutorado)							
Economia (Mestrado/Doutorado)							
FAC	10.029	11.165	10.396	12.562	13.793	12.547	13.106
Comunicação Social/Comunicação Organizacional							
Comunicação (Mestrado/Doutorado)							
FAU	12.722	12.765	12.310	9.974	12.924	12.746	15.056
Arquitetura e Urbanismo							
Arquitetura e Urbanismo (Mestrado/Doutorado)							
FAV	15.967	17.488	17.765	14.235	19.514	17.208	19.981
Agronomia							
Medicina Veterinária							
Saúde Animal (Mestrado)							
Agronegócios (Mestrado)							
Ciências Agrárias (Mestrado)							
Agronomia (Mestrado/Doutorado)							
Ciências Animais (Mestrado/Doutorado)							
FD	5.408	5.961	6.706	7.512	7.937	7.039	8.701
Direito							
Direito Noturno							
Direito (Mestrado/Doutorado)							
FE	5.724	6.529	5.731	6.034	11.366	8.895	15.172
Pedagogia							
Pedagogia Noturno							
Educação (Mestrado/Doutorado)							
FEF	15.885	17.037	16.139	16.790	20.039	15.643	17.709
Educação Física							
Educação Física (Mestrado)							
FM	21.414	21.652	26.420	27.605	31.404	31.115	31.762
Medicina							
Ciências Médicas (Mestrado/Doutorado)							
Medicina Tropical (Mestrado/Doutorado)							
Patologia Molecular (Mestrado/Doutorado)							
FS	15.220	16.528	17.389	16.581	19.927	22.828	24.212
Enfermagem e Obstetrícia							



Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1,00						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ciências Farmacêuticas							
Nutrição							
Odontologia							
Ciências da Saúde (Mestrado/Doutorado)							
Nutrição Humana (Mestrado/Doutorado)							
Bioética (Mestrado/Doutorado)							
FT	13.323	12.172	12.599	12.816	16.032	14.930	15.816
Engenharia Civil							
Engenharia de Redes e Comunicação							
Engenharia de Produção							
Engenharia Elétrica							
Engenharia Florestal							
Engenharia Mecânica							
Engenharia Mecatrônica							
Ciências Florestais (Mestrado/Doutorado)							
Ciências Mecânicas (Mestrado/Doutorado)							
Geotecnia (Mestrado/Doutorado)							
Engenharia Elétrica (Mestrado/Doutorado)							
Estruturas e Construção Civil (Mestrado/Doutorado)							
Sistemas Mecatrônicos (Mestrado)							
Tecnologia Ambiental e Recursos Hídricos (Mestrado/Doutorado)							
Transportes (Mestrado/Doutorado)							
IB	10.269	11.113	9.615	11.525	12.455	11.518	13.630
Ciências Biológicas							
Ciências Biológicas Noturno							
Biologia Animal (Mestrado/Doutorado)							
Botânica (Mestrado/Doutorado)							
Ciências Biológicas (Mestrado/Doutorado)							
Ecologia (Mestrado/Doutorado)							
Fitopatologia (Mestrado/Doutorado)							
ICS	5.744	5.314	6.002	6.066	7.977	7.231	7.857
Ciências Sociais							
Estudos Comparados sobre as Américas (Mestrado/Doutorado)							
Antropologia (Mestrado/Doutorado)							
Sociologia (Mestrado/Doutorado)							
IdA	13.430	13.151	9.904	9.251	10.920	10.806	13.447
Artes Cênicas							
Artes Cênicas Noturno							
Artes Plásticas							
Artes Plásticas Noturno							
Desenho Industrial							
Educação Artística							
Educação Artística Noturno							
Música							
Música Noturno							
Música (Mestrado)							
Artes (Mestrado/Doutorado)							
IE	5.413	5.789	5.754	5.816	7.162	6.412	6.167
Ciência da Computação							



Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1,00						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estatística							
Matemática							
Matemática Noturno							
Estatística (Mestrado)							
Ciência da Computação (Mestrado)							
Informática (Mestrado)							
Matemática (Mestrado/Doutorado)							
IF	6.577	7.590	6.783	6.377	7.959	7.076	7.241
Física							
Física Noturno							
Física (Mestrado/Doutorado)							
IG	14.586	16.432	14.552	13.671	14.772	12.944	13.552
Geofísica							
Geologia							
Geociências Aplicadas (Mestrado/Doutorado)							
Geologia (Mestrado/Doutorado)							
IH	5.143	5.153	6.499	6.645	7.916	8.152	8.799
Filosofia							
Geografia							
História							
História Noturno							
Serviço Social							
Filosofia (Mestrado)							
Geografia (Mestrado)							
História (Mestrado/Doutorado)							
Política Social (Mestrado/Doutorado)							
IL	5.165	5.573	5.276	5.168	7.264	7.560	7.987
Letras							
Letras Noturno							
Letras Espanhol Noturno							
Letras Japonês Noturno							
Letras – Tradução							
Letras – Tradução/Espanhol							
Linguística (Mestrado/Doutorado)							
Linguística Aplicada (Mestrado)							
Literatura (Mestrado/Doutorado)							
IP	6.121	5.948	6.243	7.349	12.298	10.830	11.204
Psicologia							
Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde (Mestrado/Doutorado)							
Ciências do Comportamento (Mestrado/Doutorado)							
Psicologia Clínica e Cultura (Mestrado/Doutorado)							
Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (Mestrado/Doutorado)							
IPOL	5.868	7.002	6.888	7.049	8.167	8.336	8.137
Ciência Política							
Ciência Política (Mestrado/Doutorado)							
IQ	7.538	8.795	8.064	8.361	12.809	12.528	13.195



Cursos por Instituto ou Faculdade	Custo por Aluno em R\$ 1,00						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Química							
Química Noturno							
Química (Mestrado/Doutorado)							
IREL	7.953	9.220	11.260	12.378	13.212	11.956	13.103
Relações Internacionais							
Relações Internacionais (Mestrado/Doutorado)							
FCE	-	-	-	-	16.988	10.028	8.751
Enfermagem							
Farmácia							
Fisioterapia							
Gestão de Saúde							
Terapia Ocupacional							
FGA	-	-	-	-	28.593	13.707	7.780
Engenharia							
Engenharia de Energia							
Engenharia de Software							
Engenharia Automotiva							
Engenharia Eletrônica							
FUP	-	-	17.651	22.324	12.665	7.407	7.438
Ciências Naturais							
Ciências Naturais Noturno							
Educação do Campo							
Gestão Ambiental							
Gestão do Agronegócio							
FCI	-	-	-	-	-	-	18.833
Biblioteconomia							
Arquivologia (Noturno)							
Museologia							
Ciência da Informação (Mestrado/Doutorado)							

Fonte: FUB/Secretaria de Planejamento, Núcleo de Pesquisa e Projetos/SPL, 2010

Nota1: Os valores das colunas foram atualizados para 31/12/2010, com base no índice INPC/IBGE

Nota2: Com a criação da FCI, em 2010, os cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e o Mestrado/Doutorado em Ciência da Informação saíram da FACE

Tabela 2.28: Demonstrativo do Custo por Aluno 2004 a 2010

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2010/2004 (%)
FACE	7.500	7.278	6.274	7.492	9.315	8.394	10.226	36
FAC	10.029	11.165	10.396	12.562	13.793	12.547	13.106	31
FAU	12.722	12.765	12.310	9.974	12.924	12.746	15.056	18
FAV	15.967	17.488	17.765	14.235	19.514	17.208	19.981	25
FD	5.408	5.961	6.706	7.512	7.937	7.039	8.701	61
FE	5.724	6.529	5.731	6.034	11.366	8.895	15.172	165
FEF	15.885	17.037	16.139	16.790	20.039	15.643	17.709	11
FM	21.414	21.652	26.420	27.605	31.404	31.115	31.762	48
FS	15.220	16.528	17.389	16.581	19.927	22.828	24.212	59
FT	13.323	12.172	12.599	12.816	16.032	14.930	15.816	19
IB	10.269	11.113	9.615	11.525	12.455	11.518	13.630	33
ICS	5.744	5.314	6.002	6.066	7.977	7.231	7.857	37
IDA	13.430	13.151	9.904	9.251	10.920	10.806	13.447	0
IE	5.413	5.789	5.754	5.819	7.162	6.412	6.167	14
IF	6.577	7.590	6.783	6.377	7.959	7.076	7.241	10
IG	14.586	16.432	14.552	13.671	14.772	12.944	13.552	-7
IH	5.143	5.153	6.499	6.645	7.916	8.152	8.799	71
IL	5.165	5.573	5.276	5.168	7.264	7.560	7.987	55
IP	6.121	5.948	6.243	7.349	12.298	10.830	11.204	83
IPOL	5.868	7.002	6.888	7.049	8.167	8.336	8.137	39
IQ	7.538	8.795	8.064	8.361	12.809	12.528	13.195	75
IREL	7.953	9.220	11.260	12.378	13.212	11.956	13.103	65
FUP	0	0	17.651	22.324	12.665	7.407	7.438	
FCE	0	0	0	0	16.988	10.028	8.751	
FGA	0	0	0	0	28.593	13.707	7.780	
FCI	0	0	0	0	0	0	18.833	
Custo Geral								
- N. de alunos	23.232	24.377	24.782	24.275	24.634	25.795	29.138	25
- Custo	206.222.776	226.340.624	228.311.425	230.392.603	310.500.382	295.430.203	355.340.596	72
- Custo/aluno	8.877	9.285	8.228	8.913	12.605	11.453	12.195	37

Fonte: FUB/Secretaria de Planejamento, Núcleo de Pesquisa e Projetos/SPL, 2010.

Nota: Os valores das colunas foram atualizados para 31/12/2010, com base no índice INPC/IBGE.



2.4.3.2 Indicadores Institucionais

Esta seção contempla informações sobre os indicadores institucionais, de forma a considerar o desempenho por área estratégica, o compromisso com a educação corporativa dos servidores e a evolução da responsabilidade social.

a) Indicadores Institucionais por área estratégica da UnB²⁰

Nesta seção, é apresentado o desempenho dos indicadores institucionais da FUB, por área de atuação, tipo (eficiência, eficácia ou efetividade), descrição, fórmula de cálculo, disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados, medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso e responsáveis pelo cálculo.

Os gestores de área, no decorrer de 2010, propuseram alterações nos indicadores, como resultado das dificuldades de mensuração e subjetividade detectadas.

O cálculo dos indicadores teve por base o ano de 2010. Os anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 foram calculados retroativamente com o objetivo de se formar uma base de dados que contemplasse o ciclo de planejamento de 2007 a 2010.

Esse trabalho institucional, denominado “Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2007-2010”, foi apresentado e aprovado na 332ª reunião do CONSUNI, realizada em 5/10/2007, e está disponível no endereço eletrônico <http://www.spl.unb.br/planejamento/documentos>.

A seguir, apresentam-se os indicadores calculados por dez áreas (Graduação, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão, Desenvolvimento Comunitário, Planejamento e Gestão, Recursos Humanos, Obras e Espaço Físico, Tecnologia da Informação e Comunicação Institucional). A partir de suas análises, destacam-se os seguintes aspectos:

Área de Ensino de Graduação

O DEG é a unidade gestora responsável pela elaboração e pelo cálculo dos indicadores referentes à Área de Ensino de Graduação. Em função dos indicadores dos níveis estratégico e tático estabelecidos no PDI 2006-2010 serem inadequados para acompanhamento e avaliação da área de Ensino de Graduação – de acordo com a visão do Decanato –, com exceção de dois indicadores, apurados nos anos de 2009 e 2010 e apresentados na Tabela abaixo, cronogramas de acompanhamento foram criados em 2008 quando da repactuação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). No Programa aprovado, foram estabelecidas metas para acompanhar o

²⁰ Seção elaborada pelo estatístico Filipe Pereira da Silva.



processo de expansão da Universidade e a reestruturação acadêmica e pedagógica referentes ao ensino de graduação. Os dados encontram-se consolidados no item 2.03 deste documento.

Área de Graduação: Planejamento Estratégico: Objetivos, Indicadores, Metas e Diretrizes para o período 2009 a 2010.



Tabela 2.29: Área de Ensino de Graduação: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2009 e 2010

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores		
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2009	2010
Projetos político-pedagógicos aprovados no CEPE.	Eficácia	Deliberações do CEPE, com para aprovação de novos Projetos Políticos Pedagógicos	Porcentagem (%) de Projetos aprovados em relação aos cursos com projetos Políticos Pedagógicos, não reformulados, de acordo com a Diretrizes Básicas Nacionais	A reforma curricular de um curso é um processo longo, demorado, de ampla discussão, por isto está defasado.	Reuniões para discussão da reforma curricular		3	3
Resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e da Avaliação de Cursos de Graduação.	Efetividade	Verificar o conceito dos cursos avaliados externamente	Número de cursos avaliados externamente	Deficiência operacional, falta de mão de obra, necessidade de aguardar procedimento do MEC	Campanha junto aos estudantes para que os mesmos tenham consciência da importância de se fazer uma excelente prova do ENADE.		1	6

Fonte: DEG-2010



Área de Pesquisa

O DPP é a unidade gestora responsável pela elaboração e pelo cálculo dos indicadores referentes à Área de Pesquisa. Em 2010, foram apresentados os seguintes resultados quanto ao cálculo dos indicadores dos níveis estratégico e tático:

Quanto ao Nível Estratégico:

- quanto ao número de bolsas de Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado, e produtividade em pesquisa concedidas a pesquisadores colaboradores, observou-se crescimento de 284% em relação ao número de bolsas no último ano que esse indicador pode ser calculado, que foi o ano de 2008 (Tabela 2.30);
- já em relação ao número de grupos consolidados e altamente capacitados, nota-se crescimento de 46,8% em relação ao ano anterior;
- os demais indicadores não tiveram seus valores computados.

Quanto ao Nível Tático:

- verificou-se aumento do total de recursos obtidos por ano para pesquisa de R\$ 3,9 milhões em 2009 para R\$ 18 milhões (Tabela 2.31);
- outro ponto a se destacar foi o crescimento do número de grupos de pesquisa consolidados em relação ao anterior, crescimento este de 33,4%, que equivale a mais 105 grupos de pesquisa;
- os demais indicadores não tiveram seus valores computados.

Tabela 2.30: Área de Pesquisa: Planejamento Estratégico: Objetivos, Indicadores, Metas e Diretrizes para o Período 2006 a 2010.

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores					
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
N. de projetos desenvolvidos no ano X/N. de projetos de pesquisa desenvolvidos em 2005.	Eficácia	Crescimento da pesquisa dos programas de pós-graduação	Número de projetos de pesquisas registrados no Coleta/Capes	Falta de banco de dados integrado – CAPES/CNPq/Programas de Pós-Graduação	Criar banco de dados no DPP, com informações integradas e atualizadas sistematicamente	1981	2076	2403	2594		* Essas informações são retiradas do Coleta CAPES. Por isso, ainda não é possível preencher os campos referente a 2010, tendo em vista que as informações só serão repassadas ao DPP em abril
Evolução da produção intelectual na principal modalidade da área/docente/ano.	Efetividade	Evolução da qualidade da pesquisa publicada	Número de pesquisa publicada/ano – produção bibliográfica dos Programas	A consolidação dos dados de um ano só é disponibilizada CAPES no ano seguinte	Lançamento do edital de apoio à publicação	6543	7239	6128	6459		
Número de bolsas mestrado, doutorado, pós-doutorado, produtividade em pesquisa concedidas a pesquisadores colaboradores	Eficácia	O número de bolsas de mestrado e doutorado contribuem para o crescimento da pós-graduação. O número de pós-doutorado dimensiona a capacidade da UnB em servir de centro de referência em pesquisa e	N. total de bolsas de mestrado (CAPES/CNPq) + N. total de bolsas de doutorado	Falta de banco de dados integrado – CAPES/CNPq. Por esta razão, os números apresentados não contemplam o total de bolsas CNPq apresenta o total de bolsas nos programas PROF, PROEX e PRODOC (CAPES)	Criar banco de dados no DPP, com informações integradas e atualizadas sistematicamente	7282	7698	9031		Não pode ser calculado, porque não foram obtidos os dados de bolsas do CNPq	34700 ¹



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
		contribuir na formação de recursos humanos de alta qualificação. O número de bolsas de produtividade em pesquisas permite verificar o destaque dos professores da UnB no cenário nacional, como excelência em pesquisa								
Número de grupos consolidados e altamente capacitados.	Efetividade		(CAPES/CNPq) + N. total de bolsas de prod. de pesquisa CNPq	1) Não atualização, pelos líderes, das informações dos grupos, o que os leva ao status de "não atualizados" no Diretório do CNPq	1) Estimular os líderes de grupos à atualização das informações no Diretório 2) Grupos informais, não inseridos no diretório do CNPq	282	309	315	314	461

Notas:

¹ Fonte DPP – Diretoria de Pesquisa (DIRPE) 2010.

Tabela 2.31: Área de Pesquisa: Planejamento Estratégico: Objetivos, Indicadores, Metas e Diretrizes para o Período 2006 a 2010

Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
Quantidade de docentes envolvidos em projetos de pesquisa financiados no ano.	Eficiência	Verificar a capacidade dos docentes de captar recursos via editais de fomento, de forma competitiva em relação ao restante do país	Número de projetos de pesquisas aprovados	A consolidação dos dados de um ano só é disponibilizada pela CAPES no ano seguinte	Capacitação dos técnicos no uso do sistema coleta CAPES, incluindo mudanças de técnicos responsáveis, para armazenar os dados do coleta enviados à CAPES	1981	2076	2403	1088 * a quantidades de projetos aprovados foi 2594, porém apenas 1088 docentes da universidade participaram e alguns participaram em mais de um projeto.	* Essas informações são retiradas do Coleta CAPES. Por isso, ainda não é possível preencher os campos referente a 2010, tendo em vista que as informações só serão repassadas ao DPP em abril
Evolução do total de recursos obtidos por ano.	Eficiência	Verificar a capacidade dos docentes de captar recursos via editais de fomento, de forma competitiva em relação ao restante do país	Quantidade de recursos captados na forma de projetos	Por dificuldade de controle de captação de recursos em projetos individuais, somente consideramos dados dos projetos institucionais do CT-Infra e Pró-Equipamentos	O serviço de Patrimônio da UnB não tem condições de contabilizar.	4.100.562,00	3.931.916,00	7.221.704,06	3.935.485,00	18092125,02 ²
Produção	Eficiência	Verificar o	Número	A consolidação	Capacitação dos	6543	7239	6128	9984	* Essas



intelectual na principal modalidade da área/docente		nível de produção intelectual decorrente das pesquisas pelo docente	de artigos publicados por quais	dos dados de um ano só é disponibilizada pela CAPES no ano seguinte	técnicos no uso do sistema coleta CAPES, incluindo mudanças de técnicos responsáveis, para armazenar os dados do coleta enviados à CAPES					informações são retiradas do Coleta CAPES. Por isso, ainda não é possível preencher os campos referente a 2010, tendo em vista que as informações só serão repassadas ao DPP em abril
Capital ativo dos laboratórios por programa.	Eficiência	Verificar o patrimônio resultante das pesquisas incorporado nos laboratórios	Valor patrimonial	Ausência do controle deste tipo de informação pelos docentes, e ausência de repasse do DPP	Solicitação de informações aos docentes	O DPP não dispõe da informação				
Número de grupos de pesquisa consolidados	Efetividade	Capacidade dos docentes de constituir e liderar grupos de pesquisa	Número de grupos de pesquisa credenciados	Falta de padronização e regulamentação para criação de grupos de pesquisa	Estudos para regulamentação	282	309	315	314	419
Evolução do número de grupos de pesquisa.	Efetividade	Evolução do número de grupos novos e de grupos consolidados	Número de grupos criados/Número de grupos atualizados	1) Não atualização, pelos líderes, das informações dos grupos, o que os leva ao status de "não atualizados" no Diretório do CNPq	1) Estimular os líderes de grupos à atualização das informações no Diretório; 2) Estimular os pesquisadores a formalizar os grupos, inserindo-os no Diretório	282	+27 ³	+6 ³	-1 ³	+105 ³

Notas:

¹ Fonte: DPP- Diretoria de pesquisa (DIRPE) 2010.

² CAPES- Pró-equipamentos R\$ 1999.999,02 + FINEP- CT-Infra-Campus R\$ 1092126,00 + Emenda Parlamentar R\$ 15.000000,00 (iniciou em 2010) . Fonte: DPP.

³O indicador foi encontrado calculando a diferença da quantidade de grupos atual menos a quantidade de grupos de pesquisa do ano anterior.



Área de Pós-Graduação

O DPP é a unidade gestora responsável pela elaboração e pelo cálculo dos indicadores referentes à Área de Pós-Graduação. Em 2010, foram apresentados os seguintes resultados quanto ao cálculo dos indicadores dos níveis estratégico e tático, conforme Tabelas 2.32 e 2.33:

Quanto ao Nível Estratégico:

- melhora dos conceitos da avaliação dos programas realizados pela CAPES obtidos se comparado ao ano passado: 13 cursos com nota 3; 34 com nota 4; 16 com nota 5; 5 com notas 6 e 1 com nota 7;
- aumento no número de bolsas de concedidas em 2010, 12.130, em relação a 2009, 8.437;
- crescimento do número de cursos de especialização certificados em 2010 (69), em relação a 2009 (26);
- manutenção do número de programas avaliados em 2010 igual ao calculado em 2008.

Quanto ao Nível Tático:

- verificou-se o crescimento do número de cursos de mestrado e doutorado para 69 em 2010;
- continuação do crescimento do indicador que trata da razão do número de dissertações defendidas por ano pelo quantitativo calculado em 2005, valor este que no ano de 2010 foi de 1,59;
- crescimento do número de cursos de especialização em 2010 (35) em relação ao ano de 2009 (34);
- nota-se ainda o crescimento do número de professores credenciados em 2010 (624) e conseqüentemente, o crescimento da razão “número de professores credenciados por ano pelo número de professores credenciados em 2005”.

Tabela 2.32: Área de Pós-Graduação: Planejamento Estratégico: Objetivos, Indicadores, Metas e Diretrizes para o Período 2006 a 2010

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009
Conceito de avaliação individual dos Programas pela CAPES	Efetividade	Melhora na avaliação da qualidade do programa	Notas concedidas pela CAPES	A avaliação é trienal, estamos no meio do triênio 2007-2008-2009, portanto, no último relatório a informação prestada se mantém.	Não tem insucesso porque não houve alteração do valor na variável	Curso 7:1 Cursos 6:5 Cursos 5:15 Cursos 4:27 Cursos 3:14	Curso 7:1 Cursos 6:5 Cursos 5:15 Cursos 4:28 Cursos 3:16	Curso 7:1 Cursos 6:3 Cursos 5:15 Cursos 4:32 Cursos 3:16	Curso 7:1 Cursos 6:5 Cursos 5:15 Cursos 4:32 Cursos 3:16	Curso 7:1 Cursos 6:5 Cursos 5:16 Cursos 4:34 Cursos 3:13
N. de bolsas concedidas.	Eficácia	Medir a quantidade de bolsas concedidas	N. de Bolsas-CAPES (programa Prof. PROEX, PRODOC, REUNI, PEC-PG)	O indicador não mede grande coisa, porque de ano para ano pode demandar maior número de bolsas ou não, e os programas podem conceder ou não mais bolsas, retirando do custeio	Fazer gestões junto ao CAPES para pedir aumento dos recursos do PROF	7282	7698	9031	8475	12130
N. de Convênios e parcerias no ano/N. de parcerias existentes em 2005.	Eficiência	Número de convênios e parcerias estabelecidas, demonstrando a capacidade de inserção regional e	Número de convênios/ano	Dificuldades de acompanhamento de convênios PROCAD; falta de banco de dados no DPP de convênios firmados via SCO/UnB	Solicitação de dados junto a CAPES, aumento do controle de informações junto ao DPP, armazenando	Dado não disponível no DPP – informações do SCO/UnB	Dado não disponível no DPP – informações do SCO/UnB	Dado não disponível no DPP – informações do SCO/UnB	Dado não disponível no DPP – informações do SCO/UnB	Dado não disponível no DPP – informações do SCO/UnB



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores					
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
		nacional da pós-graduação				cópias de memorandos e formulários preenchidos contendo aval do DPP para PROCAP					
N. de programas avaliados.	Eficácia	Avaliação de programas	N. de programas avaliados	Indicador sem sentido, visto que todos os programas são avaliados ao final do triênio. Seria interessante avaliar o crescimento dos programas .	Quando não se vê razão no indicador, não se vê necessidade de sanar deficiências para coletar informações sem sentido						
							62	67	69	69	69
N. de cursos de especialização certificados.	Eficácia	Avaliar a quantidade de cursos de especialização concluídos	N. de programas de especialização concluídos	O indicador é ineficiente pois seria interessante avaliar o número de cursos concluídos que certificaram em relação ao total que poderia estar certificando e não o faz	Maior controle no fluxo dos cursos de especialização que encerram atividade e/ou não encaminham relatórios técnicos ou o relatório técnico presente pendências						
							47	63	38	26	69

Fonte: DPP 2010.

Tabela 2.33: Área de Pós-Graduação: Planejamento Tático: Objetivos, Indicadores, Metas e Diretrizes para o Período 2006 a 2010

Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores					
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
N. de cursos de Mestrado e Doutorado ano	Efetividade	Crescimento da pós-graduação <i>Scrito Sensu</i>	N. de cursos de mestrado e doutorado ano/N. de cursos de Mestrado e Doutorado em 2005	A avaliação é trienal, estamos no meio do triênio 2007-2008-2009 portanto no último relatório a informação prestada se mantém .	Não tem insucesso, porque não houve alteração no valor da variável		59	60	67	67	69
N. de teses e dissertações defendidas por ano/teses e dissertações defendidas em 2005.	Eficácia	Aumento na quantidade de dissertações e teses defendidas	N. de teses e dissertações defendidas por ano/tese e dissertações defendidas em 2005	Falta de pessoal para extrair do SAA	Solicitação de mais pessoal, descentralização de atividades do DPP		936/833 = 1,12	886/833 = 1,06	1147/833 = 1,37	1056/833 = 1,26	1326/833 = 1,59
N. de bolsas para cursos de residência médica/N. de bolsas de RM existentes em 2005.	Eficácia	Quantidade de crescimento da residência médica	N. de bolsas para cursos de residência médica/N. de bolsas de RM existentes em 2005	O número de bolsas de residência médica não passa pelo controle do DPP, e não se torna objeto de política do DPP. Tal meta deveria ser revista e redefinida em relação ao HUB	Reconhecimento do problema		$1124/105 = 1,18$	$1123/105 = 1,17$	$1131/105 = 1,24$	$1137/105 = 1,30$	$1149/105 = 1,41$
% de Cursos	Eficiência	Avaliar a	% cursos 3,4 e	O triênio ainda	Aguardar o término	Calculo só	Calculo só	Calculo só	Calculo só	Calculo só	ND



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
3, 4, 5, 6 e 7 no ano 2010 / % de cursos 5, 6 e 7 em 2005 ^[1]		melhoria na avaliação dos programas	5 em relação ao último triênio	não terminou	do triênio	efetivado em 2010	efetivado em 2010	efetivado em 2010	efetivado em 2010	
N. de professores credenciados no ano X/N. de professores credenciados em 2005.	Efetividade	Avaliar o crescimento dos programas de pós graduação	N. de professores credenciados em 2005	O sistema de credenciamento de docentes para orientação não está integrado ao SIPPOS	Está em negociação com o CPD, a melhoria do sistema SIPPOS, para inserção do banco de orientadores de sistema	$383/300=1,27$	$411/300=1,37$	$461/300=1,53$	$464/300=1,54$	$624/300=2,08$
Número de cursos de especialização.	Eficácia	Avaliar o crescimento de pós graduação	N. de cursos de especialização	A crise das fundações fez diminuir os cursos de especialização visto que a maioria dos cursos passavam por ali	Criar regulamentação específica e mais detalhada para o funcionamento da especialização	47	63	38	34	35 ²

Fonte: DPP 2010.

¹Informações de bolsas de residência médica fornecidas pelo Centro de Custos e Planejamento do HUB – 2010



Área de Extensão

O DEX é a unidade gestora responsável pela elaboração e pelo cálculo dos indicadores referentes à Área de Extensão. Em 2010, o Decanato reprogramou os seus indicadores a partir de 2010, visando atender o planejamento estratégico interno para o período 2009-2012, logo, não foi possível fazer uma análise da gestão no decorrer do tempo (Tabela 2.34).

Tabela 2.34: Área de Extensão: Planejamento Tático: Indicadores – Ano 2010

INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DA EXTENSÃO (2010)

1 – ÍNDICE DE FORMAÇÃO DE ESTUDANTES: I1

Nível Tático		Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Cálculo		
Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Número de estudantes com crédito de extensão	Número de formados no semestre	Resultado no período	
<u>i11</u>	Eficácia e efetividade.	Quantidade de estudantes com produção em extensão na sua formação acadêmica.	<u>N. de estudantes com créditos de extensão em PEAC'S/N. de formados no semestre (até 1 ponto).</u>	1.454	2.908	0,5	
		Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Número de estudantes com crédito de extensão	Número de formados no semestre	Resultado no período	
<u>i12</u>		Quantidade de estudantes envolvidos em outras atividades de extensão	<u>N. de estudantes ativos em atividades de extensão /N. de formados no semestre (até 1 ponto).</u>	2.466	2.908	0,848	
Índice de Formação dos Estudantes				$i1 = 2 * (0,5 + 0,848) / 2$		1,348	
Pontuação máxima = 2, sendo $i1 = 2 * (i11 + i12) / 2$							

2 – ÍNDICE DE ENVOLVIMENTO DE DOCENTES E TÉCNICOS EM ATIVIDADES DA EXTENSÃO: I2

Nível Tático		Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Cálculo		
Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Número de docentes coordenadores de PEAC'S	Número de docentes ativos	Resultado no período	
<u>i21</u>	Eficácia	A participação de docentes envolvidos com a produção extensionista	N. de docentes coordenadores de PEAC'S/N. de docentes ativos (até 1 ponto).	165	1.799	0,0917	
		Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Número de docentes envolvidos em	Número de docentes ativos	Resultado no período	



INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DA EXTENSÃO (2010)

Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Número de técnicos envolvidos em atividades de extensão	Número de técnicos ativos	Resultado no período
i22	Eficácia	A participação de docentes envolvidos em atividades de extensão gratuitas	N. de docentes ativos em atividades de extensão gratuitas/N. de docentes ativos (até 1 ponto).	896	1.799	0,4981
i23	Efetividade	A participação de técnicos envolvidos em atividade de extensão gratuitas	N. de técnicos envolvidos em atividades de extensão gratuitas/N. de técnicos ativos (até 1 ponto).	82	2.391	0,0343
Índice de Envolvimento de Docentes e Técnicos em Atividades da Extensão			$i2 = 2 * (0,0917 + 0,2107 + 0,0205) / 3$		0,417333333	

Pontuação máxima: 2, sendo $i2 = 2 * (i21 + i22 + i23) / 3$

3 – ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO E ALCANCE SOCIAL: I3

Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Cálculo		
Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Somatório de horas dos cursos	Número de participantes certificados	Resultado no período
i31	Eficácia e efetividade	Variação percentual da carga horária X n. de participantes nos cursos de extensão.	Somatório de horas dos cursos X n. de participantes certificados no período t, t-1, t-2; mín/máx		5.742	0,68
i32	Eficácia e efetividade	Variação percentual da carga horária X n. de participantes em outros eventos	Somatório de horas de outros eventos X número de participantes no período t, t1, t-2 ,identificar mín/máx		5.562	0,38



INDICADORES PARA AVALIAÇÃO DA PRODUTIVIDADE DA EXTENSÃO (2010)

Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	N. de atividades com foco em Reg. Administrativas	N. de atividades de extensão gratuitas	Resultado no período
i33	Efetividade e eficácia	Medir a ampliação das atividades de extensão nas RA's	N. de atividades com foco em Regiões Administrativas/N. de atividades de extensão gratuitas	173	217	0,7972
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	N. de RA's contempladas com atividade gratuita	N. total de RA's	Resultado no período
i34	Efetividade	Medir a atuação das atividades de extensão nas RA's	N. de RA's contempladas com pelo menos uma atividade gratuita/N. total de RA's	19	30	0,6333
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	N. de atividades que contemplem Municípios do entorno do Df	N. de atividades de extensão gratuitos	Resultado no período
i35	Efetividade e eficácia	Medir a ampliação das atividades de extensão nos municípios do entorno	N. de atividades que contemplem Municípios do entorno do DF/N. de atividades de extensão gratuitos	16	217	0,0737
Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	N. de municípios da RIDE contemplados com atividade de extensão	N. total de municípios da RIDE	Resultado no período
i36	Efetividade	Medir a atuação das atividades de extensão nos municípios do entorno	N. de municípios do entorno (RIDE) contemplados com atividades de extensão/N. total de Municípios da RIDE	16	22	0,7273
ÍNDICE DE PRODUÇÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO		$i3=3*(0,68+0,38+0,797+0,63+0,737+0,727) /6$				
Pontuação máxima = 3, sendo $i3 = 3*(i31+i32+i33+i34+i35+i36)/6$				Pontuação da unidade I = I1 + I2 + I3		
PONTUAÇÃO DA UNIDADE I = I1 + I2 + I3				3,75		

Fonte: DEX 2010.



Área de Desenvolvimento Comunitário

O DAC, unidade gestora responsável pela elaboração e pelo cálculo dos indicadores referentes à Área de Desenvolvimento Comunitário, apresentou os seguintes resultados:

Quanto ao Nível Estratégico:

- decréscimo do percentual de estudantes que tentaram participar dos Programas de Assistência Estudantil e conseguiram o benefício. Em 2010, o percentual foi de 92,6%, menor se comparado a 2009, 94,5% (Tabela 2.35).

Quanto ao Nível Tático:

- crescimento em 178% do número de eventos realizados nos espaços administrados pelo DAC em 2010 em relação a 2009 (Tabela 2.36);
- aumento do número de eventos realizados pelo DAC e do número de participantes dos eventos em relação ao ano de 2009, aumento este de 84% e 28%, respectivamente;
- decréscimo no número de hóspedes atendidos nos apartamentos de trânsito em 2010, em relação a 2009;
- crescimento em 127% no número de beneficiários atendidos por programas e projetos de saúde em 2010, em comparação ao ano anterior;
- ampliação em 15% do número de atendimentos psicológicos de estudantes moradores da CEU em 2010, analisando comparativamente ao indicador do ano de 2009;
- manutenção, em 2010, do número de vidas em grupo seguradas (bolsistas, estagiários e alunos em trabalho de campo) contabilizados em 2009;
- diminuição em 37% do número de usuários do programa odontológico em 2010, se comparado ao número de 2009;
- houve ainda um crescimento no número de atendimentos do programa odontológico em 2010, 6,7%, se comparado ao número de 2009.

Tabela 2.35: Área de Desenvolvimento Comunitário: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2006 a 2010

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
N. de contemplações de projetos da UnB/N. de participações em editais disponíveis anualmente.	Eficácia.	N. de Projetos contemplados por editais.	N. de projetos contemplados sobre o número de editais disponíveis.	Problema estrutural. Serviço de acompanhamento de editais sendo implementado.	Criação de serviço de acompanhamento de editais.	ND	ND	ND	ND	ND
N. de estudantes beneficiados/Total de pedidos apresentados.	Eficácia.	Viabilizar a permanência de estudantes de baixa renda na UnB.	Avaliação socioeconômica.	As avaliações socioeconômicas são realizadas conforme a demanda. Em alguns programas não é possível atender a demanda por limitação de vagas.	Solicitação de ampliação de Programas de Assistência Estudantil, solicitação de pessoal, recurso e ampliação de espaço físico.	2754/2860 =96,3	1992/2037 =97,8	1638/1724 =95,0	2443/2586= 94,5	1515/1636= 92,6
Número de participante por tipo de eventos.	Eficácia.	Alcance da meta do número de eventos previsto.	Número de eventos previstos (-) número de eventos realizados.	Falta de recursos financeiros contratação de pessoal	Busca de patrocínios e parcerias.	ND	ND	ND	ND	ND
N. de eventos por tipos.	Eficácia.	Apoiar as políticas de	Solicitação de apoio as	Estrutura mais adequada.	Ampliação de quadro de RH	ND	ND	ND	ND	ND



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
		integração e bem-estar da comunidade.	política e atividades desenvolvidas pelas áreas internas e externas ao Decanato = atendimento prestado.		para auxiliar no apoio ao atendimento das solicitações.					
Índice de cobertura dos Programas de saúde para atendimento à comunidade universitária.	Eficácia.	Quantitativo de eventos realizados em relação ao quantitativo de eventos planejados.	Eventos previstos = X Eventos realizados = Y logo $(X - Y)$	Quadro de pessoal reduzido.	Efetivação de novos parceiros.	2 campanhas de vacinação 1375 pessoas atendidas.	2 campanhas de vacinação 1650 pessoas atendidas.	2 campanhas de vacinação 9472 pessoas atendidas.	4088 pessoas atendidas	ND

Fonte: DAC, 2010



Tabela 2.36: Área de Desenvolvimento Comunitário: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2006 a 2010

Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
N. de projetos apresentados para captação	Eficiência	Capacidade de acompanhar e aproveitar as informações constantes dos editais, em benefício aos interesses das áreas.	N. de editais acompanhados.	Carência de recursos humanos para leitura do DOU, DODF e seleção de assuntos do interesse das áreas.	Criar ambientação para o desenvolvimento da atividade.	0	0	0	0	0
N. de projetos realizados por captação	Eficiência	Capacidade de captar benefícios para realização dos projetos, conforme o interesse das áreas.	N. de editais acompanhados e aproveitados em benefício dos projetos.	Não é feito o acompanhamento dos editais em razão da carência no quadro de pessoal para execução desta atividade, prejudicando assim a oportunidade de captação de recursos em prol dos projetos.	Colocar uma pessoa para execução da tarefa de acompanhamento dos editais e seleção dos de interesse das áreas.	0	0	0	0	0
N. de alunos solicitante	Efetividade	A condição socioeconômica dos alunos participantes dos programas de assistência estudantil.	Baseada em informações apresentadas pelos interessados por meio de questionário socioeconômico e documentação	Apesar do limitado quadro de pessoal, contando com apenas 2 assistentes sociais do quadro permanente da FUB para realizar as análises socioeconômicas e em tempo reduzido, o objetivo foi alcançado.	Solicitação de ampliação do quadro de pessoal, inclusive assistentes sociais, ampliação do espaço físico e aquisição de novos equipamentos.	2.860	2.037	1.724	2.586	1.836



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
			comprobatória.							
N. de alunos beneficiados	Efetividade	A capacidade de prestar assistência estudantil a quantidade máxima possível dos estudantes selecionados.	Quantidade de benefícios oferecidos e atendidos.	N. limitado de atendimento em alguns programas.	Buscar meios para ampliação dos programas oferecidos ao estudante de baixa renda.	2.754	1.805	1.638	2.443	1.515
N. de eventos realizados nos espaços administrados pelo DAC	Demanda da pauta.	Quantidade de eventos realizados no espaço.	Total do ano anterior em comparação ao ano em exercício.	Falta de recurso. Falta de pessoal.	Atendimento das solicitações de melhoria dos espaços.	477	-	1.348	244	680
N. de hóspedes atendidos nos apartamentos de trânsito	Eficiência	Facilitar a permanência de hóspedes convidados da instituição ou não, participantes de atividades na Universidade.	N. de atendimento para hospedagem conforme quantidade de vagas disponibiliza para o apartamento.	Quantidade reduzida de vagas, para atendimento da demanda, em períodos próprios de acordo com as atividades acadêmicas.	Melhoria permanente dos apartamentos de trânsito, com a aquisição de novo mobiliário, equipamento eletrônico e eletrodoméstico entre outros, proporcionando muito mais conforto ao hóspede.	814	651	542	1.091	961
N. de moradores da CEU (graduação e pós-graduação)	Efetividade	Oferta de vagas disponíveis e solicitadas	Número de vagas ofertadas.	Não houve qualquer disfunção	Houve preenchimento das vagas.	638	523	463	533	505
N. de eventos	Eficácia	Realização de programas e	N. de eventos	Necessidade de mais recurso financeiro para	Solicitação de mais recurso financeiro	1.748	512	542	616	1.134



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
		projetos de esporte, cultura e lazer	planejados – n. de eventos executado.	o desenvolvimento das atividades.	para implementação das atividades.					
N. de participantes nos eventos	Eficácia	Participação da comunidade nos projetos e programas por adesão.	N. de pessoas interessadas em participar dos programas oferecidos à comunidade	Nada a declarar	Nada a declarar.	83.141	56.186	276.220	103.577	132.743
N. de beneficiários atendidos por programas e projetos de saúde	Efetividade.	Oferta de atividades de promoção e prevenção à saúde.	Quantidade de interessados em participar dos programas e projetos = quantidade de atendimentos.	Elevação dos valores referentes ao plano de saúde.	Implementação de atenção à saúde do servidor.	7.614	4.127	15.188	2.743	6.229
N. de vidas do seguro em grupo dos servidores	Eficácia	Manutenção de valores mensais.	Quantidade de interessados em participar dos programas e projetos = quantidade de	Nada a declarar	Recadastramento dos usuários.	2.397	2.343	2.319	2.269	2.243



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
			atendimentos.							
N. de vidas em grupo seguradas – bolsistas, estagiários e alunos em trabalho de campo	Efetividade	Capacidade de oferecer seguridade ao grupo atendido.	N. de demanda = n. de atendimento de vidas seguradas.	Não existe disfunção.	Nada a declarar.	19.754	18.956	23.858	41.814	41.814
N. de atendimentos psicológicos de estudantes moradores da CEU	Efetividade	Enfoque preventivo ou curativo (em crise), adequado a cada caso, a fim de contribuir para que o estudante supere as dificuldades e tenha mais qualidade de vida, principalmente a acadêmica.	N. de demanda = n. de atendimento de vidas seguradas.	Carência de sala com privacidade para atendimento, na CEU. N. reduzido de pessoal qualificado pertencente ao quadro da UnB.	Contratação, via concurso público, de pessoal qualificado - Psicólogo.	327	263	642	289	333
N. de usuários do programa odontológico	Eficácia	Por adesão, interessado em participar do plano de saúde odontológico.	Quantidade de vagas = quantidade de usuário do programa.	N. limitado de vagas disponível para atender a demanda. Cobrança de mensalidades para participar do programa odontológico.	Manutenção do quantitativo de usuários no programa.	605	612	643	652	406
N. de atendimentos do programa odontológico	Eficácia	Conforme a necessidade de cada cadastrado no programa.	Quantidade de atendimento = a demanda.	Profissional extra quadro. Contratação de pessoal.	Contratação de pessoal. Manutenção da qualidade do serviço.	4.132	2.908	4.082	3.607	3.835

Fonte: DAC 2010.



Área de Planejamento e Gestão

A SPL e o DAF são as unidades gestoras responsáveis pela elaboração e pelo cálculo dos indicadores referentes à Área de Planejamento e Gestão. Ao fim de 2010, foram apresentados os seguintes resultados:

Quanto ao Nível Estratégico:

- manutenção de 66 unidades integrantes do atual Sistema de Planejamento Institucional;
- aumento do número de analistas de processos e do número de unidades participantes dos treinamentos em 2010 (Tabela 2.37).

Tabela 2.37: Área de Planejamento e Gestão: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2009 a 2010

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores		
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2009	2010
N. de analistas de processos	Eficiência	Expressa a quantidade de analistas.	Quantidade de analistas capacitados no curso de	Não houve disfunção estrutural ou situacional que prejudicasse o alcance dos objetivos e metas.	–		31	37
N. unidades participantes dos treinamentos	Eficácia	Expressa a quantidade de unidades participantes nos treinamentos (encontros, seminários, reuniões, palestras, ajustes do PDI e orientações prestadas)	Quantidade de unidades participantes dos treinamentos de Planejamento promovidos pela SPL	A elaboração do planejamento para o 2º ciclo (2006 a 2010) e a implementação do Sistema Eletrônico de Planejamento possibilitaram a promoção de vários encontros com as unidades da FUB.	Para a elaboração do PDI de unidades que passaram a integrar o planejamento, bem como para o acompanhamento (prestação de contas trimestral e anual) foram realizados treinamentos, pela SPL, com as unidades solicitantes.		32	50
N. de unidades integrantes do Sistema de Planejamento	Eficácia	Expressa a quantidade de unidades criadas por Resoluções da Administração o Superior e que integram o Sistema de Planejamento	Igual ao número de unidades integrantes do Sistema de Planejamento Institucional	Não houve disfunção estrutural ou situacional que prejudicasse o alcance dos objetivos e metas.	–		66	66

Fonte: SPL e DAF 2010.

Tabela 2.38: Área de Planejamento e Gestão: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2009 a 2010

Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores		
	Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2009	2010
Volume de recursos da matriz orçamentária alocado às unidades no exercício/Volume de recursos da matriz orçamentária alocado no exercício anterior	Eficiência	Expressa a variação dos recursos da matriz alocados nas unidades	Volume de recursos da matriz do exercício/volume re recursos do exercício anterior	Pagamento de dívidas de água e energia elétrica e encargos sociais do HUB a partir de 20062	Constituição de comissão pela Câmara de Administração e Finanças para rever a sistemática de alocação de recursos		13,34%	-
Volume de recursos captados no período do exercício registrados no SIAFI/Volume de recursos captados no mesmo período do exercício anterior	Eficiência	Expressa a variação das recursos captados	Volume dos recursos captados no exercício/volume dos recursos captados no exercício anterior	Não houve disfunção que prejudicasse o alcance dos objetivos			14,02%	-

Fonte: SPL e DAF 2010.



Área de Obras e Espaço Físico

As áreas gestoras responsáveis pelo cálculo dos indicadores de Obras e Espaço Físico, tanto no nível estratégico quanto no tático, são o CEPLAN e a PRC. As informações estão apresentadas nas Tabelas 2.39 e 2.40.

Quanto ao Nível Estratégico:

- o indicador “Área Construída/ Total de Área Construída” apresentou percentual de 15,86% em 2009. De acordo com o CEPLAN, o que pode prejudicar o alcance desse indicador é a dificuldade de acompanhamento das etapas e do seu desenvolvimento. Outro fator que pode influenciar negativamente no atingimento desse indicador é as próprias características do processo de edificação que obedece a diversos regulamentos, tanto internos quanto externos;
- o cálculo do indicador “AR - % de Área Reformada (AR)/Total de Área Construída (AC)” apresentou o percentual de 7,47% em 2010, o que representa significativa evolução quando comparado a 2009, 15,46%.

Quanto ao Nível Tático:

- nota-se o aumento do número de solicitações atendidas, que passou de 9.729 em 2009 para 11.213 em 2010;
- o indicador calculado pelo CEPLAN referente ao “m² construído/m² previsto” permaneceu em 84,16% no ano de 2010;
- outro indicador calculado pela PRC em 2010, o de “m² reformado/m² previsto”, ficou bem abaixo se comparado ao mesmo calculado em 2009. De 134,3%, em 2009, caiu para 49,63%, em 2010;
- houve ainda um decréscimo do indicador “m² de área redistribuída/m² área ocupada” em 2010. De 1,62%, em 2009, chegou a 0,21%, em 2010.



Tabela 2.39: Área de Espaço Físico e Obras: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2006 a 2010

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
VR – % de Recursos destinados a Obras e Espaço Físico (ROEF)/Total Recurso da IFES(TRI).	Eficácia	Total de recursos destinados à manutenção e recuperação dos espaços físicos da IFES.	ROEF/TRI (*)	-	Indicador em fase de adequação pela PRC/sem informações.	-	0	0	0	0
<u>ACR – Área Construída/Total de Área Construída.</u> ¹	Eficácia.	A expansão física da Universidade, por meio da constatação da metragem de área de construção nova efetivamente realizada e entregue para utilização. Neste indicador são contabilizadas todas as áreas de construção, para unidades acadêmicas, de pesquisa, extensão e administração e apoio comunitário.	A fórmula de cálculo é a medida de relação entre a previsão de crescimento da área construída pelo total de área construída existente. A medida resultante é expressa em percentual.	O indicador não prevê resultados intermediários. Assim, o prejuízo para o alcance dos objetivos e metas é a dificuldade de acompanhamento das etapas e do seu desenvolvimento. Entendemos que se trata de uma disfunção funcional devido, em parte, às características do processo de edificação que obedece a diversos regulamentos internos e externos. O processo de elaboração de planejamento físico, o desenvolvimento dos projetos de construção, a contratação de obras pela Lei n. 8.666/1993 e as ocorrências de uma obra (chuvas,	Não foram previstas medidas, devido a não caracterização de insucesso na avaliação do resultado.	1,24%	5,14%	7,25%	14,32%	15,86%



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o <u>desempenho</u> da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
				interrupções, adequações ou complementações etc.) não são contemplados no indicador. A meta geral pode ser avaliada, mas as intermediárias não podem ser verificadas, o que dificulta o acompanhamento e correções necessárias para viabilizar o alcance dos objetivos e metas colimados. Entendemos, então, que essa situação não caracteriza insucesso.						
AR – % da Área Reformada (AR)/Total de Área Construída (AC).	Eficácia	Expressa a área em m2 reformada(AR) e a área em m2 Construída(AC)	AR/AC(**)	AR – % da Área Reformada (AR)/Total de Área Construída (AC).	-	3,01%	3,49%	3,66%	15,48%	7,47%

Fonte:DENA/PRC/CEPLAN

(*) Indicadores sem informações

(**) Área total concluída incluídos os campi em Planaltina/Ceilândia/Gama=531.600,36m²



Tabela 2.40: Área de Espaço Físico e Obras: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2006 a 2010

Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
Solicitações atendidas e/ou satisfação do usuário.	Eficácia	Expressa a quantidade de ordens de serviço executadas	Soma de todas as ordens de serviços atendidas no trimestre (*)	Fator externo independente de ações internas;	Agilidade nos processos licitatórios na modalidade "pregão eletrônicos"	8.025	7.996	8.271	9.729	11.213
M2 entregue/M2 previsto.	Eficácia	Medir a expansão física da Universidade, por meio da constatação da metragem de área de construção nova efetivamente realizada e entregue para utilização. Neste indicador são contabilizadas todas as áreas de construção, para unidades acadêmicas, de pesquisa, extensão e administração e	A fórmula de cálculo é a medida de relação entre metragem quadrada de área construída pelo total de área construída prevista ou programada. A medida resultante é expressa em percentual.	****	Não foram previstas medidas, devido a não caracterização de insucesso na avaliação do resultado.	(4716,53/53548,56 =8,81%)	(18815,55 /5354856 =35,14%)	ND	ND	ND



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
		apoio comunitário.								
M ² reformado/M ² previsto.	Eficácia	Expressa a área em m ² reformada(AR) e a área em m ² previsto a reformar(APR)	AR/APR(**)			86,76%	74,60%	91,0%	134,35%	49,63%
M ² de área redistribuída/ M ² área ocupada	Eficácia	Expressa a área em m ² desocupada e redistribuída(ADR) e a área em m ² ocupadas(AO).	ADR/AO(***)	Demora na desocupação dos espaços	Fator externo independente de ações internas.	42,58%	42,58%	0,77%	1,62%	0,21%
M2 Construídos/ M2 previsto.	Eficácia.	Medir a expansão física da Universidade, por meio da constatação da metragem de área de construção nova efetivamente realizada e entregue para utilização. Neste indicador são contabilizadas todas as áreas de construção, para unidades	A fórmula de cálculo é a medida de relação entre metragem quadrada de área construída pelo total de área construída prevista ou programada. A medida resultante é expressa	O indicador não prevê resultados intermediários. Assim, o prejuízo para o alcance dos objetivos e metas é a dificuldade de acompanhamento das etapas e do seu desenvolvimento. Entendemos que se trata de uma disfunção	Não foram previstas medidas, devido a não caracterização de insucesso na avaliação do resultado.	8,81%	35,14%	42,09%	84,16%	84,16%



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
		acadêmicas, de pesquisa, extensão e administração e apoio comunitário.	em percentual.	funcional devido, em parte, às características do processo de edificação que obedece a diversos regulamentos internos e externos. As etapas intermediárias do processo de elaboração de planejamento físico, o desenvolvimento dos projetos de construção, a contratação de obras pela Lei n. 8.666/1993 e as ocorrências de uma obra (chuvas, interrupções, adequações ou complementações etc.) não são						



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
				contemplados no indicador. A meta geral pode ser avaliada, mas as intermediárias não podem ser verificadas, o que dificulta o acompanhamento e correções necessárias para viabilizar o alcance dos objetivos e metas colimados. Entendemos, então, que essa situação não caracteriza insucesso.						

Fonte: DENA/PRC/CEPLAN

* total de O.S emitidas: 14.498 sendo: 11.213 finalizadas, 2.781 em andamento e 504 canceladas.

** Área prevista para reforma até 4º 2010: 80.000m2.

*** Área redistribuída 664,24 m2 (IB, IQ). Área reformada 2ªTRI/10 - 39.700,81 m2

****O indicador não prevê resultados intermediários. Assim, o prejuízo para o alcance dos objetivos e metas é a dificuldade de acompanhamento das etapas e do seu desenvolvimento.

Entendemos que se trata de uma disfunção funcional devido, em parte, às características do processo de edificação que obedece a diversos regulamentos internos e externos. As etapas intermediárias do processo de elaboração de planejamento físico, o desenvolvimento dos projetos de construção, a contratação de obras pela Lei n. 8.666/1993 e as ocorrências de uma obra (chuvas, interrupções, adequações ou complementações, etc.) não são contemplados no indicador. A meta geral pode ser avaliada, mas as intermediárias não podem ser verificadas, o que dificulta o acompanhamento e correções necessárias para viabilizar o alcance dos objetivos e metas colimados. Entendemos, então, que essa situação não caracteriza insucesso.



Área de Tecnologia da Informação

Quanto ao Nível Estratégico, a Tabela 2.41 revela que:

- houve aumento no número de redes locais com cabeamento estruturado. Passou de 147 redes, em 2009, para 151 redes, em 2010;
- manutenção, em 2010, do número de canais WAN de 2009, que foi igual a 8;
- diminuição da quantidade de computadores sob regime de manutenção preventiva em 2010. Em 2009, eram 12 computadores e 80 quiosques, em 2010 são somente os 80 quiosques;
- evolução na quantidade de unidades da FUB atendidas pela rede corporativa de comunicação de dados RedeUnB. Em 2009, a abrangência era de 100%, exceto Brazlândia e polos do EaD. No ano de 2010, a única exceção foi Brazlândia.

Quanto ao Nível Tático, a Tabela 2.42 mostra que:

- manutenção da velocidade da RedeUnB em 1 Gbps;
- em relação ao números de pontos de rede reestruturados, toda a rede do Instituto de Biologia (IB) e da Fazenda Água Limpa (FAL) foi reestruturada;
- foram realizados 6 contratos de comunicação de dados, um a menos que em 2009;
- no que tange ao indicador "Processos administrativos e corporativos automatizados e integrados", foram realizados estudos e análises de um novo sistema administrativo e acadêmico (Sistema UFRN) para a Universidade;
- em relação aos equipamentos de comunicação de dados adquiridos em 2010, houve a aquisição de 510 Aps, 10 controladores de Aps e 10 placas de redes.



Tabela 2.41: Área de Tecnologia da Informação: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2007 a 2010

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores			
	Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2007	2008	2009
Quantidade de redes locais com cabeamento estruturado.	Efetividade	Quantidade de redes locais	Contagem em Unidades de redes locais	Necessidade de elaborar uma política para instalação e manutenção do cabeamento estruturado.	Realização de contratação de empresa especializada para reestruturação dos Racks de comunicação de dados. Finalizada em dezembro de 2007.	152 (cento e cinquenta e duas) redes	O número indicado em 2007 estava superdimensionado. O valor atual é 134 (cento e trinta e quatro) redes	147 redes	151 redes
N. de canais de comunicação de dados de redes WAN e conexões externas adequados à demanda da RedeUnB.	Efetividade	Quantidade de canais de comunicação WAN	Contagem de canais WAN em unidades	-	-	8 canais de comunicação WAN ativos	7 canais de comunicação WAN ativos	8 Canais de comunicação WAN ativos	8 Canais de comunicação WAN ativos
Quantidade de computadores sob regime de manutenção preventiva.	Efetividade	N. de computadores	Contagem de computadores com contrato de manutenção	Falta de mecanismo para facilitar a contagem dos computadores	Contratação de servidor para acompanhar os contratos do CPD.	12 computadores	12 computadores	12 Computadores + 80 Quiosques Digitais	80 Quiosques Digitais
N. de Licenças de Software regularizadas.	Efetividade	N. de licenças de softwares adquiridas e regularizadas	Contagem do número de licenças adquiridas e realizadas pela área administrativa da FUB.	Falta de mecanismo para facilitar a contagem de softwares licenciados	Aquisição de microcomputadores com licença de Sistema Operacional em regime de O&M. Contratação de servidor para acompanhar os contratos.	MSDN (todos softs da Microsoft) 01 Robô 1.001 unidades de antivírus	MSDN US Professional Premium (softs da Microsoft), 01 Robô, renovação de 1.001 unidades de	Aquisição do Software Joomla. Renovação do 1001 licenças McAfee e aquisições de mais de	Renovação o licença MSDN



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
	Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2007	2008	2009	2010
							McAfee	antivírus McAfee	300 licenças McAfee. Aquisição do software back-up tipo 1 . Utilizadas 36 licenças Microsoft em parceria com o CESPE	
<u>Quantidade de serviços de comunicação de dados prestados.</u> ¹	Eficiência	Quantidade de unidades da FUB atendidas pela rede corporativa de comunicação de dados RedUnB	Contagem das Unidades com acesso a RedUnb pela quantidade de Unidades da FUB	Problemas de infraestrutura de energia elétrica, ar condicionado e cabeamento	Reestruturação dos racks de comunicação de dados iniciada em março de 2008 pela empresa Enterasys		100% das Unidades da FUB atendidos pela RedeUnB2	100% das Unidades da FUB atendidos pela RedeUnB2	100%, exceto Brazlândia e Polos do ESD	100%, exceto Brazlândia
Número de acordos de níveis de serviço implementados em contratos e prestação de serviços internos a UnB.	Efetividade	Inserção de acordo de níveis de serviço para as prestações de serviço do Centro de Informática à FUB.	Contagem em unidades de serviços prestados pelo Centro com acordo de nível de serviço	Número de desenvolvedores extremamente reduzido e necessitando de aperfeiçoamento para inserção de acordo de níveis de serviço.	Contratação de consultoria que definiu o processo de desenvolvimento de software. Atualmente está sendo licitada consultoria para definição do processo de testes e homologação e de estratégia de dados.		Nenhum contrato de prestação de serviço interno com acordo de nível de serviço firmado	Nenhum contrato de prestação de serviço interno com acordo de nível de serviço firmado	Realização de consultoria de PTS e PED	ND

Fonte: CPD – 2010



Tabela 2.42: Área de Tecnologia da Informação: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2007 a 2010

Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
	Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2007	2008	2009	2010
Qualidade e disponibilidade da(s) rede(s) de comunicação de dados ampliada.	Eficácia	Ampliação da banda de passagem da RedeUnB.	Razão entre o número de bits por segundo	Banda de passagem reduzida, infraestrutura do backbone desatualizada, falta de contrato de manutenção.	Conexão com Redecomep (1 Gbps), contrato de reestruturação de racks, contrato de manutenção de firewalls (Aker) e roteadores/switches (enterasys). Mudança da topologia da rede para roteamento. Implantação de redes wireless locais.		15%	Ampliação 1.500% Aquisição de 2 Firewalls da Aker	Mantida RedeUnB com 1 Gbps. Ampliada banda de FCE e FGA para 5 Mbps. Instalação de 4AP na BCE. Instalado 09 APS no Bloco K (Colina).	Mantida REDEUnB com 1 Gbps. Aquisição de Ativos de Rede – Licitação Internacional RedUnB 3
N. de pontos de rede reestruturados ou instalados novos.	Efetividade	N. de racks de comunicação de dados reestruturados e novos pontos instalados.	Quantidade e de racks reestruturados pela quantidade e de racks existentes.	Alto valor de investimento necessário	Contratação finalizada em dezembro de 2007 de empresa especializada em cabeamento estruturado.		0%	53,70% da infraestrutura da rede reestruturada e 4 implantadas.	100% Reestruturada (+10 Racks) previsto em contrato com a Eletrocontrole 31 condicionadores de ar adquiridos	Reestruturada a Rede do IB e da FAL.



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores			
Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2007	2008	2009	2010
					Execução dos serviços de reestruturação dos racks iniciado em janeiro de 2008.			para os rack	
Contratos de prestação de serviços de comunicação de dados reavaliados.	Efetividade de	Quantidade de contratos com índice de qualidade de serviços.	N. de contratos de comunicação de dados.	Dificuldade em localizar contratos de comunicação de dados existentes na FUB.	Criação de assessoria para gestão de contratos do CPD. Exigência de índices de qualidade de serviços nos novos contratos firmados.	ND	7 Contratos	7 contratos. Encerrado contrato com Orbitel para FCE e FGA. Assinado contrato com Tecnolink para FCE e FGA. Edital elaborado e encaminhado ao DAF para licitação de links para cerca de 10 Unidades	Assinado contratos para os links: CEAD/DATAUnB/S EI/HVET/FCE/FGA.
Processos de gestão de TI elaborados e implementados.	Eficácia	N. de gerências do Centro de Informática contempladas na elaboração e implantação de processos estruturados para gestão de TI	N. de gerências com processos implementados pelo número total de gerências do CPD	Necessidade de implementação de processos e ferramentas específicas no Centro de Informática	Processos de Desenvolvimento de Sistema Implementado e em funcionamento: www.cpd.unb.br/pds	20% concluído	50% concluído	PDS, PED e PTH implantados e utilizados pela equipe da Área de Sistemas(SSI)	PDS, PED e PTH implantados e utilizados pela equipe da Área de Sistemas(SSI)



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores			
Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2007	2008	2009	2010
Processos administrativos e corporativos automatizados e integrados.	Efetividade	Implementação de nova plataforma computacionais para automação de processos corporativos. Exclui-se deste indicador os processos já automatizados pelos sistemas de informação já em funcionamento. Sistemas legados.	Quantidade de processos automatizados em nova plataforma computacional	Falta de metodologia que cubra o ciclo de vida de um sistema. Equipe de desenvolvimento necessitando de capacitação em práticas de desenvolvimento atuais	Consultoria para implantação dos processos de estratégia de dados e de teste e homologação de sistemas. Estruturação de treinamento da equipe. Documentação de um framework C# para desenvolvimento de aplicações web.	0%	Documentados os bancos de dados de 11 sistemas. Solicitados 6 novos sistemas(SIGEP, SEF, SICEU, Transparência, SIAS, Gerenciamento de Arquivos) e 6 evoluções de sistemas existentes (SAA, DPP, SICONV).	Encerrada consultoria para implantação do PDS. Solicitação de um novo sistema em tratamento. 5 evoluções de sistemas existentes. Concluída fase I do PROGRED e SIGWeb.	Realização de estudos e análises de um novo sistema administrativo e Acadêmico (Sistema UFRN) para a Universidade.
Servidores de alta performance adquiridos e instalados.	Efetividade	Servidores de rede de alta capacidade para suportar os atuais sistemas administrativos e acadêmicos da UnB e futura plataforma computacional	Contagem em unidade computacional	Alto custo de aquisição e manutenção. Necessidade de rever o contrato de aluguel de 10 blades, storages e robô firmado pela administração	Colocação do robô em operação após 20 meses de sua contratação. Reestruturação da alocação das blades. Estudo visando rescindir ou renegociar o	Aluguel de 10 blades, 1 storage e 1 robô.	Aquisição de 2 servidores Dell. Aluguel de 10 blades, 1 storage e 01 robô. Negociação com o STF visando obter a doação de 2 servidores SUN Fire 4800	Aquisição de 16 lâminas de Blades. 1 Chassi	Aquisição de 326 Switches e 4 roteadores



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores			
Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2007	2008	2009	2010
		para automatização de processos administrativos		anterior com preços muito elevados	contrato das blades com a Microlog. Contratação de consultoria com a CPD informática para reinstalar do software de backup e treinamento da equipe.				
Equipamentos de comunicação de dados adquiridos e instalados.	Efetividade de	Quantidade de equipamentos adquiridos para atender a demanda reprimida e substituição de equipamentos obsoletos pelo tempo de uso e danificados por incidentes naturais.	Contagem em unidades de equipamentos adquiridos	Necessidade de maior volume de investimento para substituição e atendimento a demanda reprimida.	Projeto Campus/RNP	4 firewalls da Aker no valor R\$ 180.000,00 e 90 switches	200 switches Enterasys, 60 switches, 2 firewalls e outros equipamentos, dentre eles Computador, Modem, Roteador, wireless	Aquisição de 16 APS, 2 Firewall, 75 Switches, 1 Rack 42U	Aquisição de 510 Aps, 10 controladores de Aps, 10 placas de redes
Contratos executados de prestação de serviços de TIC com acordo de	Efetividade de	Contratação de serviços especializados para atualização tecnológica em	Contagem em unidades de contratos de TIC	Projeto interrompido devido ao fato dos técnicos serem contratados	Contratação de empresa especializada para contagem de pontos de função,	1 contrato	2 contrato + contratos com 12 bolsistas até maio/2008	1 contrato de prestação de serviço de consultoria técnica especializada em	Consultoria em Desenvolvimento de Sistema



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
	Indicadores	Tipo de Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2007	2008	2009	2010
nível de serviço		processos, aquisição de ferramentas especializadas e serviços de documentação de <i>software</i> da área de desenvolvimento de sistemas.	com acordo de nível de serviço	como bolsistas	transferência de tecnologia para documentação de sistemas legados, documentação de sistemas legados.			modelagem de processo de negócios para as áreas de dados e de testes e homologação de sistemas do CPD.		
<i>Network Operation Center - NOC e Security Operation Center – SOC</i> elaborado e implementado.	Eficácia	Quantidade de atividades executadas para implementação do serviço de Gerência proativa de rede.	Quantidade de processos implantados pelo número de processos necessários	Necessidade de ampliar corpo técnico para definição e implantação de processos de gestão para o NSOC	Implantação de <i>hardware</i> e <i>software</i> destinados exclusivamente para NSOC. Instalação e configuração das ferramentas.		0%	50% concluído	Projeto em ajuste, atualmente na fase de qualificação da equipe.	Nagios implantados 100%, realizando monitoramento da REDE UnB, dos Quiosque Digitais Servidores Telefonias e 4 AP da BCE. Implantando o Nestie para monitoramento dos <i>switches</i> .

Fonte: CPD - 2010



Área de Comunicação Institucional

A SECOM é a unidade gestora responsável pela elaboração e pelo cálculo dos indicadores referentes à Área de Comunicação Institucional. Ao fim de 2010, foram apresentados os seguintes resultados, conforme Tabelas 2.43 e 2.44:

Quanto ao Nível Estratégico:

- 200 professores premiados por meio do Prêmio Pesquisador Parceiro da Imprensa na Edição de 2010;
- no ano corrente de 2010, houve aproximadamente mais de 20.000 citações vinculadas à Universidade de Brasília, nos principais meios de comunicação que circulam em rede nacional e, entre elas, cerca de 95% das citações foram positivas;
- o portal da Universidade apresentou, no ano de 2010, o número de 10.055.089 visitas, cerca de 1.000.000 de acessos a mais que no exercício de 2009.

Quanto ao Nível Tático:

- a SECOM registrou mais de 20.000 citações espontâneas sobre a UnB na mídia em 2010;
- no ano de 2010, foram criadas 240 edições do informativo UnB Hoje, 1.597 matérias para o Portal da UnB e 2 edições da Revista Darcy;
- os demais indicadores não foram disponibilizados.





Tabela 2.43: Área de Comunicação Institucional: Planejamento Estratégico: Indicadores – Anos 2006 a 2010.

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Calculo do Indicador				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
Implementação do Plano de Comunicação Corporativa na UnB.	Eficácia e Efetividade	Ações de Comunicação Institucional	Existência de Ações Relacionadas a Comunicação Institucional		-	-	Proposta foi materializada por meio da criação, em 2007, da Editoria de Comunicação Institucional. A equipe é responsável pela realização de eventos e campanhas (como a Campanha de Boas-Vindas aos Calouros, realizada todo início de semestre), definição e implementação de estratégias para consolidar a imagem positiva da	Continuidade das ações iniciadas em 2007	Entre as ações da Editoria de Comunicação Institucional no ano de 2009 destacam-se: Campanha de Boas-Vindas do 1º semestre ("Ocupe a UnB"), Aula da Inquietação 1, Campanha de lançamento do novo portal da UnB (em abril), Campanha de Boas-Vindas do 2º semestre ("Cuide da UnB"), Aula	Entre as ações da Editoria de Comunicação Institucional no ano de 2010 destacam-se: 1 Campanha de Boas-Vindas do 1º semestre (Sou Cidadão, Sou UnB) e 2º semestre de 2010 (Atitudes Universitárias, a mudança começa por você); Criação do Material Institucional; Criação do Calendário da Universidade 2011; Troféu Parceiro da Imprensa; Transmissão dos Jogos da Copa do Mundo;



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Calculo do Indicador				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
							UnB junto à sociedade		da Inquietação 2, Participação no comitê de discussão da gripe suína, produção do Guia do Professor.	Inauguração do Beijódromo; Projeto de Incentivo a Aposentadoria; Cartilha da Dengue; e Aula da Inquietação 1ª e 2ª semestre;
Reestruturação de unidades e processos da área de comunicação.	Eficácia		Resultados relativos aos canais e veículos de comunicação, número de acesso ao portal, contatos da imprensa solicitando entrevistas, número de ações no campo da comunicação institucional	Reestruturação de unidades e processos da área de comunicação.	Desde 2008, a equipe da SECOM está dividida em editorias responsáveis pela produção de conteúdos para seus materiais informativos, desenvolvimento de ações de comunicação institucional e atendimento à imprensa (Assessoria de Imprensa, Comunicação Institucional,	ND	ND	Desde 2008, a equipe da SECOM está dividida em editorias responsáveis por diversos tipos de atividades relacionadas à comunicação interna e externa	Continuidade das ações iniciadas em 2008	Produção de UnB Hoje para todos os dias úteis do ano civil de 2010; Publicação de 1.597 matérias no Portal da Universidade; Acesso de mais de 10.000.000 visitas por ano no site institucional; Produção de dois exemplares da Revista Darcy; Distribuição de 50 mil exemplares da Revista Darcy; Realização do Encontro com Diretores de



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Calculo do Indicador				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
					UnB Agência, Design). A SECOM é responsável pelo Portal da UnB, produção da Revista Darcy, UnB Hoje, além do desenvolvimento de campanhas e materiais institucionais para todos os segmentos da Universidade					Unidades Acadêmicas para Fortalecimento dos laços; Elaboração, criação e desenvolvimento de 11 campanhas da área de comunicação institucional
Implantação de Sistema informatizado de comunicação administrativa.	Eficiência		-	Proposta não implementada por causa das dificuldades estruturais	-	-	-	-	-	Reuniões para criação de um planejamento e verificação das necessidades físicas
Aprovação de Projeto de Comunicação Integrada da UnB.			-	Proposta não implementada por causa das dificuldades estruturais	-	-	-	-	-	-
Implementação de instrumento de monitoramento da	Eficácia e Efetividade		N. de notícias veiculadas em jornais,		A SECOM conta com um serviço de <i>clipping</i>					Reuniões para criação de um planejamento e



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Calculo do Indicador				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
mídia.			TVs, rádios e internet que citam a UnB		televisivo e impresso (jornais de grande circulação em rede nacional e sites de grande acessibilidade), que emitem relatórios de monitoramento da cobertura da mídia sobre a UnB em veiculação nacional.					verificação das necessidades físicas.
30% de citações espontâneas positivas no período.	Eficácia		N. de notícias veiculadas em jornais, TVs, rádios e internet que citam a UnB		Contratação de serviços de empresas especializadas na área de Mídia Televisiva, Mídia impressa e internet nos principais meios de comunicação existentes no Brasil que apresentam relatórios mensais sobre o	-	-	-	-	No exercício de 2010, segundo relatórios de monitoramento apresentados pelas empresas especializadas a UnB vem apresentando cerca de 95% de citações positivas; e cerca de 5% de citações negativas e citações neutras.



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Calculo do Indicador				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
					tipo de matéria vinculada com informações da Universidade.					
Instituição do Prêmio Pesquisador Parceiro da Imprensa	Eficácia e Efetividade		Quantidade de professores e servidores da Universidade que auxiliam a Assessoria de Imprensa nas demandas diárias		Em 2007, a SECOM criou o prêmio parceiros da imprensa para reconhecer professores e servidores da Universidade que mantêm um bom relacionamento com a imprensa, concedendo entrevistas e auxiliando a SECOM em suas tarefas de divulgação da UnB.	-	-	-	-	200 professores premiados por meio do Prêmio Pesquisador Parceiro da Imprensa na Edição de 2010.
Implementação do Programa de Identidade Visual da UnB.	Eficácia		-	Saída do profissional responsável pelas ações relacionadas à difusão das regras da	Criação de manual com regras para uso da marca da UnB; Desenvolvimento parcial da 2ª			Em 2008, foi criado e implementado o manual da marca UnB. Foi realizado um seminário	Com a saída da equipe da SECOM do profissional responsável pelas ações ligadas à	Orientações para os usuários visando a utilização da marca institucional e difusão do manual e das



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Calculo do Indicador				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
				marca da UnB em 2009	parte do manual de regras			para gestores e profissionais de comunicação da Universidade.	difusão das normas referentes à utilização da marca UnB, o processo foi desacelerado. Existe, contudo, um <i>link</i> no portal da UnB onde os interessados podem obter informações, além de existir a possibilidade de entrar em contato diretamente com a SECOM para orientações.	regras por meio do <i>link</i> do portal www.unb.br/marca
Evolução das visitas ao Portal da UnB.	Eficácia		Número de acessos ao Portal	Dificuldades em conseguir informações referentes aos períodos de 2005 a Abril de	Em abril de 2009, foi lançado o novo portal da UnB; A Equipe organizou uma campanha para				9.277.872	O portal da Universidade apresentou no ano de 2010 o número de 10.055.089 visitas,



Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Calculo do Indicador				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
				2009	incentivo a leitura do Portal					cerca de 1.000.000 de acessos a mais que no exercício de 2009
20% de acessos externos ao Portal da UnB.	Eficiência	Número de acessos ao Portal	Número de Acessos externos ao Portal	Indicador não mensurado pelas ferramentas atualmente disponíveis na Universidade	-	ND	ND	ND	ND	-
volume de recursos externos captados/Orçamento da área de comunicação no período.	Eficiência	Recursos Captados	Recursos Captados	Apenas no exercício de 2009, o produto Revista Darcy recebeu um apoio financeiro externo na sua 3ª edição.	Planejamento para a implementação de política de <i>marketing</i> capaz de buscar recursos externos para as próximas edições da Revista Darcy	ND	ND	ND	R\$ 4.736,00	Orçamento (FUB) para o desenvolvimento das ações da área de comunicação da Universidade, no período de 1º/1/2010 a 31/12/2011 foi de R\$ 460.065,37; Não houve captação de recursos externos.

Fonte: SECOM, 2010.



Tabela 2.44: Área de Comunicação Institucional: Planejamento Tático: Indicadores – Anos 2006 a 2010

Indicadores	Tipo de Indicador: (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
N. de professores e gestores envolvidos no período.	Indicador não mensurado	-	-	Desde a reestruturação da SECOM, em 2008, este indicador deixou de ser considerado dentro do planejamento da Unidade	-	-	-	-	-	-
N. de informativos criados ao ano	Eficácia	-	-	-	Informativo UnB Hoje que circula diariamente no Campus Universitário Darcy Ribeiro e também é disponibilizado no Portal da UnB; Matérias do Portal e Revista Darcy	-	-	-	-	UnB Hoje 240 edições/ano; Portal 1.597 matérias/Ano; e Revista Darcy 2 edições.
N. de citações espontâneas na mídia, no período.	Eficácia	-	-	-	Clipping, jornais, TV, rádio e internet, com monitoramento diário sobre citações espontâneas à UnB.	12.140	-	-	-	Mais de 20.000 citações espontâneas no ano de 2010
N. de membros da comunidade acadêmica premiados.		-	-	-	-	25	-	-	-	200 Professores premiados com o Prêmio Pesquisador Parceiro da Imprensa no ano de 2010
N. de membros		-	-	-	-	1.289	-	-	-	São Publicados,



Indicadores	Tipo de Indicador: (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
da comunidade universitária com produtos e serviços divulgados no período.										em média 12 matérias/dia no Portal da Universidade, cujas fontes fazem parte da Comunidade Acadêmica da Universidade
N. de acessos ao portal UnB.	Eficácia	-	-	-	-	20.275.125	-	-	2.128.761	10.055.089 acessos ao Portal da Universidade
N. de serviços disponibilizados no Portal UnB.		-	-	Desde a reestruturação da SECOM, em 2008, este indicador deixou de ser considerado dentro do planejamento da Unidade	-	450	-	-	-	-
Ampliação dos recursos orçamentários destinados ao financiamento da comunicação institucional.	Eficiência	-	-	A Revista Darcy recebeu apoio financeiro em seu terceiro número, publicado em dezembro de 2009.	-	-	-	-	-	Orçamento (FUB) para o desenvolvimento das ações da área de comunicação da Universidade, no período de 1º/1/2010 a 31/12/2011 valor de R\$ 460.065,37

Fonte: SECOM, 2010.



Área de Recursos Humanos

A DGP é a unidade gestora responsável pela elaboração e pelo cálculo dos indicadores referentes à Área de Recursos Humanos. Em 2010, foram apresentados os seguintes resultados quanto ao cálculo dos indicadores dos níveis estratégico e tático:

Quanto ao Nível Estratégico:

- o percentual de servidores avaliados em 2010 diminuiu bastante se comparado ao valor de 2009. A justificativa é que, a partir de 2010, somente os servidores em estágio probatório foram avaliados (Tabela 2.45);
- diminuição do percentual de gestores capacitados em 2010 (3,05%) em comparação ao percentual de 2009 (10,90 %);
- crescimento em 2010 de 17% do número de professores doutores com dedicação exclusiva em relação a 2009;
- redução em 2010 de 48% do número de técnicos-administrativos capacitados em relação a 2009;
- aumento de 22% do número de técnicos-administrativos com curso de graduação em 2010 se comparado a 2009.

Quanto ao Nível Tático:

- decréscimo do percentual de servidores avaliados com excelência em 2010. Em 2009, esse índice foi de 98,31% e caiu para 87,5% em 2010 (Tabela 2.46);
- diminuição do percentual de servidores ocupantes de funções gerenciais que foram capacitados em ações de formação de gestores em 2010 (3,05%), em relação ao mesmo índice em 2009 (10,90%);
- redução do percentual de servidores capacitados que foram identificados com necessidade de treinamento. Em 2010, esse percentual foi de 57,98%, bem menor se comparado ao mesmo índice calculado no ano anterior (107,90 %).

Tabela 2.45: Área de Recursos Humanos: Planejamento Estratégico: Indicadores – 2006 a 2010

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores					
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
% de servidores, por categoria, avaliados.	Eficácia	O desempenho funcional dos servidores da UnB, utilizando a metodologia estabelecida no Programa de Avaliação vigente.	Separados por categoria funcional, apura-se o quantitativo de servidores avaliados pela chefia imediata, em relação ao universo de servidores daquela categoria.	A falta de incentivo monetário, como recompensa aos bons resultados de desempenho foi o principal. Nota-se decréscimo no índice entre 2005 e 2006; porém o mesmo teve significativo acréscimo de 2006 para 2007, tendo em vista a implantação do novo Plano de Carreira dos Servidores, que prevê progressão funcional por mérito.	Divulgação maciça e incentivos para que os gestores cumprissem todas as etapas de avaliação e conscientização dos servidores quanto à importância de serem avaliados, além da implantação dos efeitos financeiros previstos na legislação do Plano de Carreira.					1.837 avaliados/2.227 serv.tec.adm=82,31% (1) Os servidores em Estágio Probatório estão incluídos, embora não seja clientela obrigatória do GD. (2) Os servidores com lotação DPE estão incluídos na quantidade total dos servidores técnicos-administrativos no	72/2487 ¹ = 2,89%
						1855/2334 = 79,41%	1910/2246 = 85%	1969/2392 = 82,31%			

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores				
Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
									entanto, excluídos do total dos avaliados.	
% de gestores capacitados.	Eficiência	O quantitativo de servidores ocupantes de funções gerenciais que foram capacitados em ações de formação de gestores	Número de gestores capacitados pelo total de gestores	Dificuldade dos gestores em se afastar das atividades gerenciais, mesmo que periodicamente, para participar das ações. No entanto, nota-se crescente sensibilização refletida no esforço de conciliar horários. Desistências. Reprovações.	Adaptação de horários e períodos mais propícios à realidade dos gestores.	117/606 = 19,30%	81/606 = 13,36%	82/484 = 16,94%	72/660 = 10,90 %	23/754=3,05%
IQDCD Índice de Dedicção e de Qualificação do Corpo Docente.	Eficiência	O crescimento da educação formal na titulação dos docentes da UnB, no regime de dedicação exclusiva	N. de docentes doutores em DE no ano dividido pelo n. de docentes doutores em DE no ano anterior	A criação da categoria de Professor Associado contribuiu como um fator adicional de motivação	O índice alcançado nestes 2 exercícios foram bem próximos do planejado, pelo que não consideramos insucesso	1097/1083 = 101,29%	1215/1096 = 110,85%	1.215 /1.096 = 110,85%	1435(Doc. Dout. em DE em 2009)/ 1175(Doc. Dout. em DE em 2008) = 122,12%	1680/1435 = 117,07%

Nível Estratégico	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo dos Indicadores					
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
IQQTA Índice de Qualificação dos Técnico-Administrativos.	Eficiência	O impacto das ações de qualificação profissional e capacitação do quadro de servidores técnico-administrativo	N. de técnicos-administrativos capacitados no ano dividido pelo n. de técnicos-administrativos capacitados no ano anterior	Limitação de recursos de investimento em capacitação; Greve dos servidores	Divulgação do Programa de Capacitação dos Servidores para o exercício de 2008; Esclarecimentos quanto aos incentivos da qualificação/capacitação previstos no Plano de Carreira						(1442/2759) =52,26%
						518/509=101,76%	2217/1670 = 132,75%	2217/1670 = 132,75%		2.581(Tec. Adm. Capacitados em 2009) / 2.217(Tec Adm. Capacitados em 2008) = 116,41	
IQTAG Índice Quantitativo de Técnico-Administrativos com Graduação	Eficiência	Quantificar o aumento do número de servidores técnico-administrativos com nível superior	N. de técnico-administrativos com graduação ano multiplicado pelo n. de técnico-administrativos com graduação no ano anterior	Pela evolução do indicador, nota-se que talvez tenha havido superestimação na projeção inicial. O período do curso de graduação elevado, também retarda o aumento do índice em termos quantitativos	A divulgação do incentivo à qualificação previsto no novo Plano de Carreira dos servidores tem incentivado a procura à graduação						(780/635) =122,83%
						590/586=100,86%	609x722/100 = 43,96%	609/722*100 = 43,96%		641(Tec. Adm. com Graduação em 2009) /550 (Tec. Adm. com Graduação em 2008)= 116,54%	

Fonte: DGP, 2010.

¹ A partir do ano de 2010, somente foram avaliados os servidores em estágio probatório, justificando assim o valor tão pequeno de servidores avaliados.

Tabela 2.46: Área de Recursos Humanos: Planejamento Tático: Indicadores – 2006 a 2010

Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo de indicadores					
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
% de Servidores com excelência de desempenho/Total de servidores avaliados.	Eficácia	O desempenho dos servidores da UnB, utilizando a metodologia estabelecida no Programa de Avaliação vigente.	N. de servidores com avaliação positiva pelo total de servidores avaliados	Baixos salários frente à situação econômica impactam em fatores motivacionais, com eventual queda no desempenho funcional	Incremento nas estratégias de divulgação do Programa de Avaliação, de modo a aumentar a adesão dos gerentes avaliadores; Implantar sistema de premiação ao bom desempenho					1.806 com EXCELENTE e Muito Bom / 1.837 Serv.Tec.Adm. Avaliado = 98,31% Obs: Incluído os avaliados com classificação Muito Bom e excluído do total dos servidores Tec.adm.a avaliados os lotados DPE	63/72=87,5%
Número de gestores treinados/ N. de	Eficiência	O quantitativo de servidores ocupantes de	Número de gestores capacitados	Dificuldade dos gestores em se afastar das	Adaptação de horários e períodos mais propícios à realidade	1827/2150= 84,97%	1884/2390 = 78,82%	1792/2480 = 72,25%	72 gestores capacitado	23/754 ¹ =3,05%	



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo de indicadores					
	Indicadores	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
ocupantes de funções gerenciais.		funções gerenciais que foram capacitados em ações de formação de gestores	pelos total de gestores multiplicado por 100	atividades gerenciais, mesmo que periodicamente, para participar das ações. No entanto, nota-se crescente sensibilização refletida no esforço de conciliar horários. Desistências. Reprovações.	dos gestores;					s/ 660 gestores = 10,90 %	
N. de contratados/Total dimensionado.	Eficácia	Apurar se a contratação de docentes para o quadro funcional da FUB está sendo efetuada, de modo a atender a pelo menos 60% da necessidade institucional	N. de docentes contratados pelo total necessário multiplicado por 100	Grande dificuldade de liberação de vagas para concursos de docentes pelo Governo Federal	Gestões junto aos órgãos competentes por meio de Ofícios	62/200 = 31%	117/210 = 55,71%	126/255 = 49,41%	352 Docentes Contratados / 510 cargos vagos = 69,01 %	ND ²	
% de servidores capacitados/N.	Eficiência	Levantar o percentual de	N. de servidores	Limitação de recursos de	Divulgação do Programa de	453/2408 = 18,81%	509/2334 = 21,80%	518/2246 = 23,06%	2.581 Serv.Capac	1442/2487 = 57,98%	



Nível Tático	Indicador utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional			Avaliação do resultado indicando as causas de sucesso ou insucesso		Cálculo de indicadores				
	Tipo de Indicador (Eficácia, Eficiência e/ou Efetividade)	Descrição (o que se pretende medir)	Fórmula de cálculo e método de medição.	Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados.	Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso.	2006	2007	2008	2009	2010
de servidores identificados com necessidade de treinamento.		servidores que foram efetivamente treinados/capacitados	capacitados pelo n. total de servidores técnico-administrativos multiplicado por 100	investimento em capacitação; Greve dos servidores	Capacitação dos Servidores para o exercício de 2008; Esclarecimentos quanto aos incentivos da qualificação/capacitação previstos no Plano de Carreira				capacitados / 2.392 = 107,90 %	



a) Evolução dos Indicadores de Impacto Social²¹

A UnB entende que o exercício da responsabilidade social na instituição envolve: o desenvolvimento de ações de amparo ao seu público interno e de ações que promovam a elevação da qualidade de vida de segmentos economicamente desfavorecidos. Em relação às primeiras, a Universidade promove o atendimento aos seus três públicos internos: servidores do quadro, força de trabalho temporária e apoio ao alunado. Para promover a elevação da qualidade de vida de segmentos economicamente desfavorecidos, a universidade oferece atividades esportivas, por meio da Faculdade de Educação Física, serviços jurídicos, prestados pela Faculdade de Direito; atendimento no Hospital Universitário; além das atividades de extensão.

- Atendimento ao Público Interno

A análise da Tabela abaixo evidencia o impacto das atividades voltadas à ampliação dos atendimentos internos à saúde de alunos, servidores e seus dependentes, realizado por meio de Atendimento Facilitado implantado junto ao HUB, Junta Médica Oficial e do Serviço de Emergência.

Em 2010, o número de atendimentos sofreu uma redução, sendo uma possível consequência da longa greve dos servidores da FUB neste período. Destaca-se a expressiva redução das homologações de Licenças e Atestados, os usuários do Programa Odontológico também reduziram 37,7%. O aumento do número de atendimentos à comunidade universitária é demonstrado na especialidade Ginecologia, que quintuplicou o seu atendimento, assim como o relevante aumento nos Serviços de Emergência: Atendimento a Alunos e Servidores e Consulta de Emergência.

²¹ Seção elaborada pela administradora Jane Lúcia Bendixen Tesch Auersvald e a economista Kátia Maria da Silva Boynard.

Tabela 2.47: FUB: Evolução dos Atendimentos à Comunidade Universitária, 2008 a 2010

Indicadores	2008	2009	2010
1. Usuário do Programa Odontológico			
1.1 Usuários do Programa Odontológico	643	652	406
2. Usuários de Planos Institucionais			
2.1 Usuários do Plano de Saúde	8.680	5.671	6.229
2.2 Usuário do Plano de Seguro Vida	2.319	2.269	2.243
3. Serviço de Atendimento Médico/SAM			
3.1 Junta Médica Oficial – Atendimentos	3.129	2.645	479
Aposentadoria	27	8	7
Processos de Alunos	1.809	164	147
Homologações de Licenças	1.241	2.420	275
Avaliação de Readaptação Funcional	13	30	22
Isenção de IR	39	23	28
3.2 Atendimentos Facilitado pelo SAM	14.806	7.063	5.898
Consulta para Servidor	5.033	1.342	1.244
Consulta para Dependente	2.994	150	187
Psicologia	2.512	2.563	1.531
Psiquiatria	2.013	900	941
Clínica Médica	1.212	1.342	1.201
Ortopedia	652	206	131
Nutrição		488	313
Ginecologia	390	72	350
3.3 Medicina do Trabalho:	8.018	5.023	2.144
Exames Admissionais	1.251	1.028	798
Exames Demissionais	143	29	0
Homologação de Atestado	5.125	3.349	1.215
Exames Periódicos	1.499	617	131
3.4 Enfermagem do Trabalho:	27.156	9.709	1.080
Consulta de Enfermagem	2.714	1.398	260
Exames Solicitados (periódicos)	24.290	8.220	770
Registro de Acidente de Trabalho	64	64	50
Visita/Relatório de Inspeção	88	27	0
3.5 Serviço de Emergência	3.370	2.271	3.261
Saídas de Ambulância	504	1.581	1.325
Atendimento a Alunos e Servidores	2.172	345	968
Consulta de Emergência	694	345	968
3.6 Outros atendimentos (pressão arterial, curativos, suturas)³	1.452	3.171	2.731

Fonte: DAC, 2010

Notas:

1) A redução dos indicadores de 2008 para 2009 é justificada pelo não funcionamento da Junta Médica no período de 16/3/2009 a 29/6/2009.

2) A redução dos indicadores de 2008 para 2009 é justificada pela diminuição do número de médicos do trabalho e de material reagente para os procedimentos.

3) A partir de 2009, o item que trata de "Outros Atendimentos" foi segregado nos tipos de serviços prestados, tais como: curativos, sutura, entre outros.

4) Foi solicitada ao SAM justificativa para as reduções relevantes em alguns atendimentos em 2010, mas até o fechamento deste relatório estas ainda não foram enviadas.

Em relação às ações de Apoio a Estudantes de Baixa Renda em 2010, conforme demonstrado na Tabela abaixo, ocorreu redução em vários indicadores, devendo-se principalmente à longa greve dos servidores da FUB em 2010. Ocorreu aumento nas bolsas Auxílio-Alimentação nos novos *campi* e na Bolsa-Permanência Média mensal de Bolsistas,



sendo que o mais considerável ocorreu no total de Bolsa-Permanência concedidas, com aumento de 1.728 bolsas em relação à 2009. Ressaltam-se as alterações no total de número de refeições subsidiadas para estudantes carentes (RU) nos exercícios de 2008, que passa de 177.659 para 178.050, e no exercício de 2009 de 137.696 para 134.023 refeições, alterações essas necessárias em 2010, uma vez que o DAC as atualizou após o fechamento do Relatório de Gestão 2009.

Em relação à questão alimentar, os estudantes comprovadamente de baixa renda, identificados por estudo socioeconômico como integrantes do grupo I e II, pagam, respectivamente, R\$ 0,50 e R\$ 1,00, por refeições, sendo que os demais estudantes da Universidade pagam R\$ 2,50.

Tabela 2.48: FUB: Apoio a Estudantes de Baixa Renda de 2008 a 2010

Indicadores	2008	2009	2010
Bolsa-Alimentação: N. de refeições subsidiadas para estudantes carentes (RU) ¹	178.050 (rel.177.659)	134.023 (rel.137.696)	93.621
Bolsa-Alimentação ² Beneficiários ³	1.638	2.443	1515
Auxílio-Alimentação para estudantes nos novos <i>campi</i>		310	435
Bolsa-Permanência ⁴ Média mensal de Bolsistas	300	450	500
Bolsa-Permanência Concedidas	3.037	3.088	4816
Vale-Livros Concedidos ⁵	210	395	275
Moradia Estudantil ⁶ – Beneficiados	433	533	327
Moradia Estudantil – Alunos de Graduação/Mês (DDS)	354	410	327
Moradia Estudantil Alunos de Pós-Graduação/Mês (DDS)	109	123	118

Fonte: Decanato de Assuntos Comunitários/Diretoria de Desenvolvimento Social, CESPE/Restaurante Universitário, Editora Universidade de Brasília, 2010.

Notas:

1) Refere-se ao número de refeições consumidas pelos alunos de baixa renda.

2) Refere-se ao fornecimento de refeições a estudantes de baixa renda.

3) Classificados por estudo socioeconômico nos grupos I e II. A partir de 1997, os estudantes classificados no grupo I pagam R\$ 0,50 e no grupo II R\$ 1,00. Os demais estudantes pagam R\$ 2,50.

4) Vale-Livro – Os alunos classificados nos grupos I e II têm direito a retirar 5 vales por semestre. Cada vale dá direito a 10% de desconto na compra de livros editados pela Editora Universidade de Brasília.

5) Moradia Estudantil – residências oferecidas pela UnB a estudantes de graduação na Casa do Estudante Universitário (CEU) e aos de pós-graduação no bloco K da Colina.

A UnB procura garantir a permanência de seus alunos de graduação e pós-graduação, oferecendo bolsas. Esses alunos são selecionados a partir da adoção de critérios de excelência acadêmica, desempenho individual ou envolvimento em grupo de pesquisa de desenvolvimento de Projetos Estratégicos das Unidades, aprovados pelo CONSUNI. A concessão desses benefícios pretende estimular nos alunos o interesse pelo desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária, estimulando-os a envolver-se em atividades voltadas ao desenvolvimento científico e institucional.

Os resultados dessas iniciativas, no exercício de 2010, podem ser avaliados na Tabela a seguir, onde podemos verificar o expressivo aumento de 137% no número de alunos do ensino de graduação, contemplados com editais de apoio à participação em eventos científicos. No item Bolsas Concedidas pela CAPES aos Alunos de Pós-Graduação,

ocorreu acréscimo de 80% comparadas às bolsas cedidas em 2009, sendo esse aumento em 2010 devido ao programa REUNI e a política expansionista do próprio DPP.

Tabela 2.49: UnB: Tipo de Envolvimento do Alunado no Desenvolvimento de Atividades

Tipo de envolvimento do alunado no desenvolvimento de atividades	2008	2009	2010
Alunos do Ensino de Graduação			
1. Com bolsas de monitoria remuneradas	1.131	740	747
2. Voluntários do Programa de Monitoria	2.387	2302	2200
3. Com bolsa remunerada do PET/CAPEs	139	779	127
4. Alunos contemplados com Editais de Apoio à Participação em Eventos Científicos	60	133	315
Subtotal	3.717	3821	3389
Alunos do Ensino de Pós-Graduação			
1. Com bolsas de monitoria (remunerados com recursos próprios)	39	28	11
2. Voluntários para monitoria (DPP)	87	81	64
3. Bolsas concedidas pelo CNPq	413+ 25 de ações afirmativas em 2009 = 438		453 + 25 ações afirmativas = 478
4. Bolsas concedidas pela CAPES ¹	0	6.773	12.130
5. Alunos na Residência Médica ²	131	137	149
6. Envolvidos no PIBIC	831	949	1260
7. Com bolsas do PIBIC (remuneradas com recursos próprios)	250	250	347
8. Com bolsas do PIBIC remuneradas pelo CNPq	413	413	453
9. Voluntários do PIBIC	281	251	459
Subtotal	260	2456	15202
Alunos em Atividades de Extensão			
11. Com bolsas de extensão	317	330	400
12. Voluntários	853	1213	1054
Subtotal	1170	1543	1454

Fonte: DEG, DPP, DEX, HUB, 2010.

Nota:

1) O DPP registrou o número de bolsas ofertadas mensalmente.

2) Informações oriundas do centro de Custos e Planejamento do HUB

- Atendimentos à População do Distrito Federal e do Entorno

A contribuição da UnB para o processo de desenvolvimento social do Distrito Federal e de sua Região de Influência é realizada por meio das atividades de Extensão. A esse respeito, observa-se que o volume de informações encaminhadas pelas unidades acadêmicas e de prestação de serviços ao Decanato de Extensão – órgão interno responsável pelo fomento e gerenciamento de tais iniciativas – é ainda reduzido.

Na elaboração da seção sobre o impacto social das atividades desenvolvidas na UnB, foram consideradas as informações encaminhadas e sistematizadas pelo DEX, Hospital Universitário, CESPE, o Instituto de Psicologia e as Faculdades de Educação, Educação Física e Direito, no período de 2008 a 2010, e evidenciam a importância atribuída, pelas Unidades Acadêmicas, às atividades de extensão desenvolvidas pelos seus corpos docente e discente.



O CESPE, em 2010, fez 74.548 atendimentos na modalidade Apoio a Portadores de Necessidades Especiais, e em 2009 foram atendidas 22.078 pessoas. Esse relevante aumento é explicado pelos grandes eventos ocorridos nesse período, como por exemplo, o ENEM e o concurso do MPU. A Faculdade de Educação Física também ampliou significativamente o número de participantes nos Cursos e Eventos de Extensão e Competições Esportivas, destacando-se os eventos: 25 Horas Nadando, o Cross Cerrado e os Jogos Internos da UnB.

A evolução dos atendimentos, acompanhados pela Administração Central, no período de 2008 a 2010, consta na Tabela sintetizada a seguir.

Tabela 2.50: FUB/UnB: Evolução dos Atendimentos Sociais à População do Distrito Federal e de sua Região de Influência, 2008 a 2009

Indicadores	2008	2009	2010
1. HUB			
1.1 Pessoas atendidas em consultas (ambulatórios e emergência)	183.119	171.892	158.912
1.2 Internações realizadas	9.810	9.885	8.263
1.3 Cirurgias realizadas	6.021	5.343	5.038
1.4 Partos realizados	1.083	1.188	1.048
1.5 Exames Patologia Clínica realizados	743.217	597.803	592.672
1.6 Residência Médica	131	137	149
2. EXTENSÃO			
2.1. Número de projetos de Ação Contínua	150	211	193
2.2 Bolsas de Projetos de Ação Contínua	184	330	400
2.3 Público nos Projetos de Ação Contínua ¹	85.482	63.926	163.739
3. CESPE			
3.1 Apoio ao ensino Fundamental:	1.118	2.095	1.888
• Participantes em Fóruns de Professores	488	911	503
• Participantes em Fóruns de Alunos	610	1.184	1.365
• Participantes em Fóruns de Pais	20	0	20
3.2 Isenções no Pagamento das Taxas de exame vestibular e PAS	4.576	3.044	2152
3.3 Investimento em Educação Corporativa (sem envolvimento da DGP)	6.720	3.306	4.496
3.4 Ações Afirmativas:	33.905	22.934	75.167
• Ingresso pelo sistema de quotas	718	856	619
• Apoio a Portadores de Necessidades Especiais (atendimentos)	33.187	22.078	74.548
4.1 Projetos de Extensão de Ação Contínua	4.157	3.988	
4.2 Cursos e Eventos de Extensão	598	455	2.115
4.3 Competições Esportivas	1.800	600	4.121
5. FACULDADE DE EDUCAÇÃO²			
5.1 Atendimentos de apoio ao Ensino Especial – Deficientes	31	Nd	Nd
5.2 Número de atendimentos - Laboratório de Atendimento aos Deficientes Visuais	155	Nd	Nd
5.3 Curso de capacitação de tutores	38	Nd	Nd
• Professores	37	Nd	Nd
• Atendimentos realizados	0	Nd	Nd
6. INSTITUTO DE PSICOLOGIA			
6.1 Atendimentos CAEP	11.104	12.383	14.440
7. FACULDADE DE DIREITO			
7.1 Número de Estagiários	116	92	143
7.2 Pessoas atendidas	1.089	726	564
7.3 Ações ajuizadas	223	207	103
7.4 Causas em andamento	278	248	180
7.5 Audiências realizadas	170	138	122
7.6 Sentenças proferidas	172	241	186

Fonte: HUB; DEX; CESPE; FEF; FE; IP; FD, 2010

Nota:

1) O DEX informou que, desde o ano de 2009, a contagem do público nos PEACs passou a ser pelo Sistema SIGPROJ.

2) A Faculdade de Educação, até o fechamento deste relatório, não enviou suas informações.



4 Restos a Pagar

As informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores são apresentadas a seguir.

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Os valores acumulados no exercício de 2010 referentes ao pagamento de Restos a Pagar são apresentados na Tabela abaixo, distinguindo os processados/RPP dos não processados/RPNP sob a forma de inscritos, cancelados, pagos e a pagar. Em 2009, do montante inscrito em RPP, apenas 4% foi cancelado, restando ainda 45% como saldo a pagar. Ao analisar o montante inscrito nos RPNP, já deduzindo os cancelamentos de 2009, percebe-se que a FUB efetuou o pagamento de 74% dos RPNP (Tabela 4.01).

Tabela 4.01: Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	6.632.200,73	269.360,05	3.801.939,77	2.836.110,67
2008	2.881.258,87	77.467,14	107.043,04	2.696.748,69
2007	4.636.220,21	113.762,75	4.413.246,66	109.210,80
2006	6.693.256,74	1.330.865,31	5.360.357,26	2.034,17
2005	319894,05	319.894,05	-	-
2004	96.522,29	96.522,29	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	177.945.414,76	8.355.955,52	128.961.320,89	40.628.138,35
2008	27.273.575,74	5.953.898,19	10.795.722,64	10.523.954,91
2007	10.129.020,76	6.141.300,19	2.768.719,05	1.219.001,52

Fonte: DAF/DCF, 2010

4.2 Análise Crítica do Quadro Pagamento de Restos a Pagar para o Exercício 2010 Realizada pela Diretoria de Contabilidade e Finanças

“O pagamento de RP pela FUB decorre das liberações dos respectivos repasses pelos Órgãos Externos, após a liquidação da despesa, observando o fluxo financeiro de cada Entidade financiadora dos projetos, inclusive os recursos da matriz orçamentária da FUB liberada pelo Ministério da Educação.

Os pagamentos de RP não implicam novos recursos, visto que os créditos autorizados e liquidados em 2010, na fonte 0250 – Recursos Diretamente Arrecadados estão vinculados à receita daquele exercício, sendo as demais fontes de financiamentos



externos matriz ou projetos, descentralizados pelos termos de cooperação, e estão vinculados a recursos a receber por transferência pelos Órgãos financiadores.

A permanência de recursos de RP a mais de um exercício financeiro decorre de pendências de entrega de bens ou serviços, obras em andamentos ou mesmo pela falta de análise decorrente de falta de pessoal qualificado na Diretoria de Contabilidade e Finanças.

Os registros de Restos a Pagar Processados com saldo até 31/12/2010 estão em fase conclusiva de análise, os valores passíveis de cancelamentos serão baixados no exercício de 2011.

Quanto aos Restos a Pagar não Processados, houve análise parcial no exercício e procedimentos de baixa dos empenhos passíveis cancelamento.

Os registros de RP anteriores ao exercício de 2010 foram analisados e efetuados a baixa, ficando apenas os valores com amparo na vigência autorizada para pagamentos com base no Decreto n. 7.418/2010, de 31/12/ 2010, que prorroga até 31/4/ 2011.

O evento negativo refere-se à falta de pessoal no quadro da DCF para análise e acompanhamento dos registros contábeis, especialmente à conta de RP. “Portanto, em 2010, foram contratados novos servidores que possibilitaram o início desses trabalhos, mas houve desligamento de três contadores, causando desfalque na equipe técnica.”

5 Informações sobre recursos humanos²²

Este capítulo abrange as informações dos recursos humanos da Universidade – conforme os demonstrativos propostos pelo TCU – contemplando a composição do quadro de servidores ativos, inativos, pensionistas e estagiários, os custos associados à manutenção dos recursos humanos, a locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços e indicadores e os indicadores de recursos humanos.

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Nesta seção, as Tabelas 5.01 a 5.03 demonstram a composição do quadro de servidores ativos da FUB por lotação autorizada ou efetiva, faixa etária e nível de escolaridade, respectivamente.

²² Capítulo elaborado pela economista Gláucia Lopes Luiz Evangelista, com base nas informações prestadas pela SRH.



Tabela 5.01: Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	-	-	-	-
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira	583	583	550	33
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	20	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	18	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	60	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-
1.4.1 Cedidos	-	108	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	106	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	2	-	-
2 Provimento de cargo em comissão	-	-	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	101	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	5	-	-
2.2.5 Aposentado	-	3	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	-	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	634	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3 Total				

Fonte: SIPES

De acordo com as informações prestadas pelo DGP, na Universidade de Brasília, 31,1% dos servidores de carreira estão concentrados na faixa etária de 41 a 50 anos. Além disso, observa-se que 66% dos servidores possuem mais de 40 anos de idade.

Tabela 5.02: Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	468	1072	1417	1286	312
1.3. Servidores com Contratos Temporários	18	25	13	3	2
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-

Fonte: SIPES



No que tange ao nível de escolaridade dos servidores de carreira – inclusive docentes e técnicos-administrativos – um número expressivo de servidores (76,5%) já detém a titulação de curso superior, especialização, mestrado ou doutorado. Com as iniciativas da Administração Central para abertura de cursos de mestrado profissional para os técnicos-administrativos, a partir de 2011, a tendência é elevar ainda mais esse indicador.

Tabela 5.03: Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	2	95	85	854	694	503	406	1763
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	-	3	3	22	33	17	6	20
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas									

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 – Analfabeto; 2 – Alfabetizado sem cursos regulares; 3 – Primeiro grau incompleto; 4 – Primeiro grau; 5 – Segundo grau ou técnico; 6 – Superior; 7 – Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado; 10 – Não Classificada.

Fonte: SIPES

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Esta seção contempla a composição do quadro de servidores inativos e pensionistas, conforme Tabelas 5.04 e 5.05, respectivamente.

Observa-se que, até o momento, a FUB mantém 2.014 servidores em regime de aposentadoria integral, com 78 aposentadorias voluntárias no ano de 2010.

Tabela 5.04: Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral		
1.1 Voluntária	1706	78
1.2 Compulsório	110	-
1.3 Invalidez Permanente	198	6
1.4 Outras		
2 Proporcional	42	
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsório	-	6
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	7

Fonte: SIPES



A próxima Tabela mostra que constam 673 beneficiários de pensão, sendo 65,8% em regime integral e 34,2% de forma proporcional. No ano de 2010, 22 pensões foram concedidas.

Tabela 5.05: Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	443	17
2. Proporcional	230	5

Fonte: SIPES

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

De acordo com as informações prestadas pelo DGP, a demanda da FUB por estagiários de nível superior é maior em relação ao estagiário de nível médio, por representar um profissional mais apto a auxiliar nas atividades desenvolvidas pelos Decanatos e outras áreas chaves da Instituição. Observa-se, ainda, crescimento de 27,6% no quantitativo de contratos de estágio de nível superior realizados no quarto trimestre de 2010 em relação ao primeiro.

Cumprir informar que a Coordenadoria de Estágios da DGP não conseguiu detalhar, em função do prazo de conclusão deste Relatório, o quantitativo de estagiários por área fim ou meio.

Tabela 5.06: Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	533	504	550	680	R\$ 1.432.360,00
<input type="checkbox"/> Área Fim	-	-	-	-	-
<input type="checkbox"/> Área Meio	-	-	-	-	-
Nível Médio	249	125	134	164	R\$ 652.747,00
<input type="checkbox"/> Área Fim	-	-	-	-	-
<input type="checkbox"/> Área Meio	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenadoria de estágios/ DGP

5.4 Quadro de Custos de Recursos Humanos

O próximo demonstrativo revela os custos associados ao quadro de recursos humanos da FUB, com especificações por tipo de servidor, nos exercícios de 2008 a 2010.

Vale destacar que o Decanato de Gestão de Pessoas informou que os dados, encaminhados pelo CPD, não foram pormenorizados por grupo de despesas variáveis, sendo apresentados, dessa forma, no seu montante total.



Para tanto, no próximo Relatório serão implementadas iniciativas para inclusão dos detalhamentos solicitados.

Tabela 5.07: Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008								382.150.163,41
2009								468.221.200,02
2010								581.715.183,09
Servidores com Contratos Temporários								
2008								4.012.003,70
2009								5.018.682,57
2010								5.515.405,88
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								12.979.051,15
2009								20.331.237,07
2010								23.104.839,47
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas								
2008								21.465.862,25
2009								25.554.584,56
2010								29.127.754,91

Fonte: DGP e CPD, 2010

5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Nesta seção, são apresentadas as informações sobre a prestação de serviços de limpeza e higiene ostensiva, com locação de mão de obra e distribuição de pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviços com locação de mão de obra.

As Tabelas 5.08 a 5.10 identifica os contratos com informações a respeito da empresa contratada, ano do contrato, nível de escolaridade exigido dos trabalhadores contratados e a distribuição dos profissionais contratados por área de atuação.



Tabela 5.08: Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Universidade de Brasília – FUB											CNPJ: 00.038.174/0001-43		
UG/Gestão: 54040													
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	605/2010	04.825.525/0001-17	02/2010	02/2011		X					P
2010	V	O	621/2009	04.559.666/0001-35	10/2010	09/2011		X					P

Observação:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento de Terceirização/DGP, 2010.

Tabela 5.09: Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Universidade de Brasília – FUB													
UG/Gestão: 54040						CNPJ: 00.038.174/0001-43							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	7	O	603/2010	06.090.065/0001-51	02/2011	01/2012		X					P
2010	2	O	604/2010	72.620.735/0001-29	02/2011	01/2012		X					P
2010	3	O	606/2010	05.496.394/0001-34	02/2011	02/2012		X					P
2010	1	O	607/2010	01.843.359/0001-56	02/2011	02/2012		X					P
2010	2	O	608/2010	01.843.359/0001-56	02/2011	02/2012		X					P
2010	1	O	609/2010	06.948.355/0001-93	02/2011	02/2012		X					P
2010	7	O	610/2010	72.620.735/0001-29	02/2011	02/2012		X					P
2010	3	O	611/2010	06.948.355/0001-93	02/2011	02/2012		X					P

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento de Terceirização/DGP, 2010.



Tabela 5.10: Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
605/2010	7	544	PRC/FUB
621/2009	8	124	PRC/FUB
603/2010	9	313	PRC/FUB
604/2010	2	202	PRC/FUB
606/2010	3	217	PRC/FUB
607/2010	1	233	PRC/FUB/CME
608/2010	2	544	PRC/FUB
609/2010	1	40	PRC/FUB
610/2010	9	156	PRC/FUB
611/2010	3	141	RU/FAL

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: Coordenadoria de Acompanhamento de Terceirização/DGP, 2010.

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Os indicadores apresentados nesta seção tratam da estrutura e composição da força de trabalho e informações da educação corporativa. Por outro lado, o DGP ainda não disponibilizou informações quanto aos indicadores propostos pelo TCU, a saber: absenteísmo, acidentes de trabalho, rotatividade, satisfação e motivação, disciplina, desempenho funcional, níveis salariais e demandas trabalhistas.

5.6.1 Estrutura da Força de Trabalho

As Tabelas 5.11 e 5.12 apresentam informações sobre o quadro de pessoal da FUB, referentes ao ano de 2010, compreendendo a composição da força de trabalho e a formação dos seus servidores.

Tabela 5.11: Estrutura e Composição da Força de Trabalho, 2010

Detalhamento	2010
Quadro Permanente	
Docentes Ativos	
Associados	269
Titulares	123
Adjuntos	1.368
Assistente	350
Auxiliar	9



Detalhamento	2010
Professor de 1º e 2º Grau	3
Subtotal	2.122
Docentes Inativos	40
Técnico-Administrativo – Geral	
Nível Superior	890
Intermediário	1.424
Apoio	173
Subtotal	2.487
Técnico-Administrativo – HUB	
Nível Superior	271
Intermediário	420
Apoio	45
Subtotal	736
Técnico-Administrativo Inativo	57
Quadro Temporário	
Docentes	
Substitutos	98
Visitantes	16
Convênio de Cooperação: requisitado	21
Subtotal	135
Técnico-Administrativo	
Contratados	701
Terceirizados – limpeza e vigilância	668
Pessoal de Apoio Fundações – FUBRA	-
Subtotal	1.369
Contratados HUB	626
Vagas não Preenchidas no Quadro Permanente *	-
Docentes	-
Técnico	-
Evolução dos Estágios Remunerados na UnB	
Alunos de Doutorado	6
Alunos de Mestrado	38
Alunos de Especialização	-
Alunos Recém-Graduados	397
Alunos cursando Graduação	1.234
Total do Alunado estagiando	2.292
Voluntariado	
Pesquisador Associado	122

Fonte: DGP, 2010

Tabela 5.12: Formação dos Servidores e Indicadores da Força de Trabalho, 2010

Detalhamento	2010
1. Total de Docentes do Quadro Temporário:	102
1.1 Com Doutorado	18
1.2 Com Mestrado	33
1.3 Com Especialização	3
1.4 Com Graduação	48
2. Índice de Qualificação do Corpo Docente Permanente (IQCDP)	1,6
3. Índice de Qualificação do Corpo Docente Temporário (IQCDT)	2,4
4. Total de Técnicos-Administrativos do Quadro Permanente:	1.292
4.1 Com Doutorado	35
4.2 Com Mestrado	87
4.3 Com Especialização	489
4.4 Com Graduação	681



Detalhamento	2010
5. Índice de Qualificação do Total do Corpo Técnico-Administrativo Permanente (IQTCT)	1,9
6. Índice de Qualificação dos NS do Corpo Técnico-Administrativo Permanente (IQNS)	0,8
Participação em atividades de formação no Exercício:	
1. Técnico-administrativos do Quadro Permanente com cursos concluídos:	1.002
1.1 Com cursos de especialização concluídos	-
1.2 Com curso de extensão concluído	-
1.3 Participantes em cursos de capacitação (concluídos)	1.002
2. Força de Trabalho nos programas de Formação Básica:	-
2.1 Ensino Fundamental	-
2.2 Ensino Médio	-
3. Participação da força de trabalho em programas de formação de gestores	23
4. Total de Servidores Participantes em Atividades de Formação (1+2+3)	49

Fonte: DGP, 2010

5.6.2 Indicadores de Educação Corporativa²³

As atividades relacionadas à educação corporativa são coordenadas na FUB/UnB pelo Decanato de Recursos Humanos, que atua por meio do seu Programa de Capacitação (PROCAP).

Geralmente as atividades de capacitação são de três tipos: a) as desenvolvidas diretamente pela DGP, que contrata os instrutores e promove os cursos demandados por gestores ou colaboradores; b) as desenvolvidas em parceria com unidades acadêmicas, como é o caso da Especialização em Gestão Universitária promovida pela FACE; e, c) aquelas cuja promoção é de responsabilidade exclusiva de Unidades Acadêmicas e Centros, e que, atendendo a normas internas da Universidade de Brasília, oferecem vagas a integrantes da força de trabalho da instituição. Neste último caso, o preenchimento das vagas é monitorado pelo Decanato, a quem cabe definir os critérios de preenchimento e indicar o participante.

A Tabela 5.13 demonstra o número de servidores capacitados em 2009 e 2010, assim como os valores investidos, apresentados por Unidades Administrativas e Unidades Acadêmicas.

Os cursos oferecidos pelo DGP/PROCAP estão voltados para formação ou atualização em cursos gerenciais, técnicos, informática, língua portuguesa e estrangeira.

Em 2010, foram capacitadas 1.958 pessoas. Conforme a Tabela 5.13 as Unidades Administrativas foram as que mais investiram em capacitação, correspondendo a 1.031 pessoas e as Unidades Acadêmicas um total de 927 pessoas.

Entre as Unidades Administrativas, destaca-se o HUB, tendo capacitado 177 pessoas, correspondendo a mais de 17% do número total de pessoas capacitadas das Unidades Administrativas em 2010.

²³ Seção elaborada pela administradora Jane Lúcia Bendixen Tesch Auersvald, com base nas informações prestadas pelo PROCAP/DGP.



Constata-se que, entre as Unidades Acadêmicas, as que mais investiram em capacitação no ano de 2010 foram: a Faculdade de Tecnologia (FT), com 98 pessoas capacitadas; a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE), com 83 pessoas capacitadas; e em terceiro lugar com 65 capacitações está a Faculdade de Ceilândia (FCE).

Com relação às bolsas oferecidas em 2010, foram capacitadas 475 pessoas, total menor comparado com 2009, que foi de 777 capacitações. Em relação a Eventos Externos, a redução também se configura, uma vez que, em 2009, o montante foi de 72 capacitações com 41 capacitações em 2010.

Observando-se o número total de pessoas capacitadas e o investimento gasto com capital intelectual, houve aumento superior a 20% de pessoas capacitadas em relação a 2009 dentro das Unidades Acadêmicas e redução de mais de 50% pessoas capacitadas em 2010 nas Unidades Administrativas, atingindo investimento em capital intelectual na ordem de R\$ 630 mil.

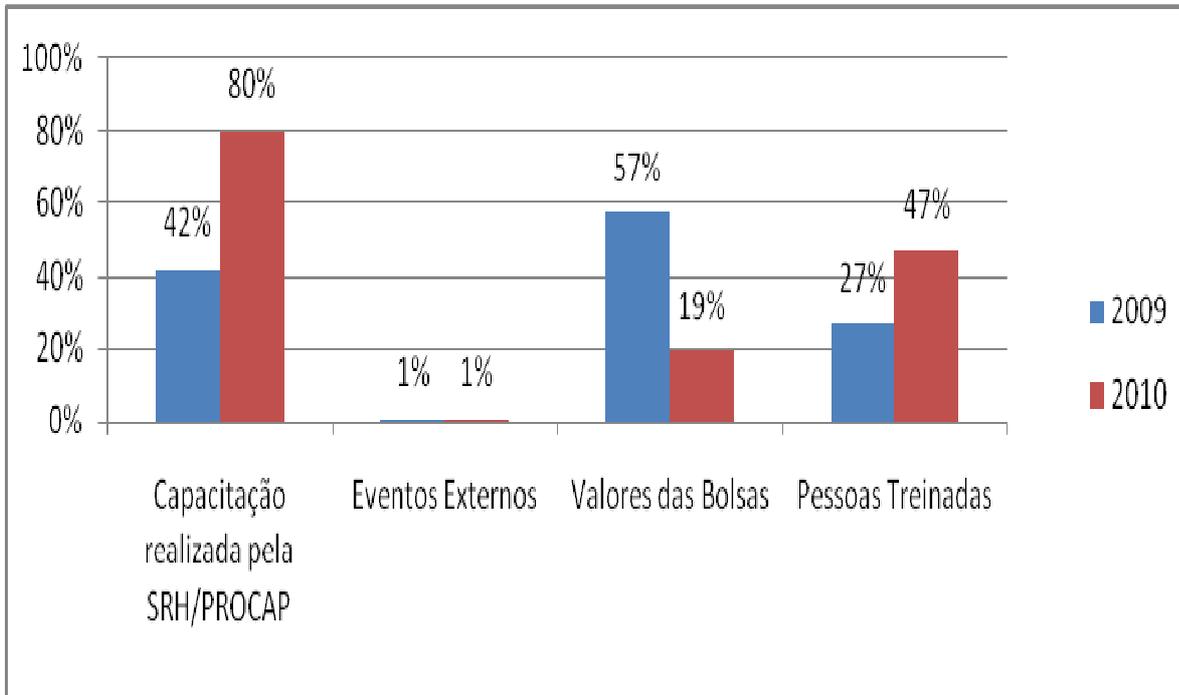


Tabela 5.13: FUB/UnB: Servidores Capacitados por Grupos de Unidades, Origem dos Gastos e Valores Investidos em 2008, 2009 e 2010

Ano	Grupos de Unidades	Capacitação realizada pela DGP/PROCAP		Eventos Externos		Valores das Bolsas		Pessoas Treinadas		Investimento em Capital Intelectual (R\$)	
		Pessoas	Valores gastos (R\$)	Pessoas	Valores gastos (R\$)	Pessoas	Valores gastos (R\$)	Número de Pessoas	Percentual (%)	Valores gastos (R\$)	Percentual (%)
2009	Unidades Acadêmicas	312	73.329	6	10.913	427	238.719	745	27%	322.962	33%
	Unidades Administrativas	1.598	373.435	66	55.220	350	237.931	2.015	73%	666.586	67%
	TOTAL	1.910	446.764	72	66.133	777	476.650	2.760	100%	989.548	100%
2010	Unidades Acadêmicas	742	102.910,00	6	8.391,00	179	102.630	927	47%	213.931	34%
	Unidades Administrativas	700	183.803,00	35	51.926	296	180.460	1.031	53%	416.189	66%
	TOTAL	1.442	286.714,00	41	60.317,00	475	283.090	1.958	100%	630.121	100%

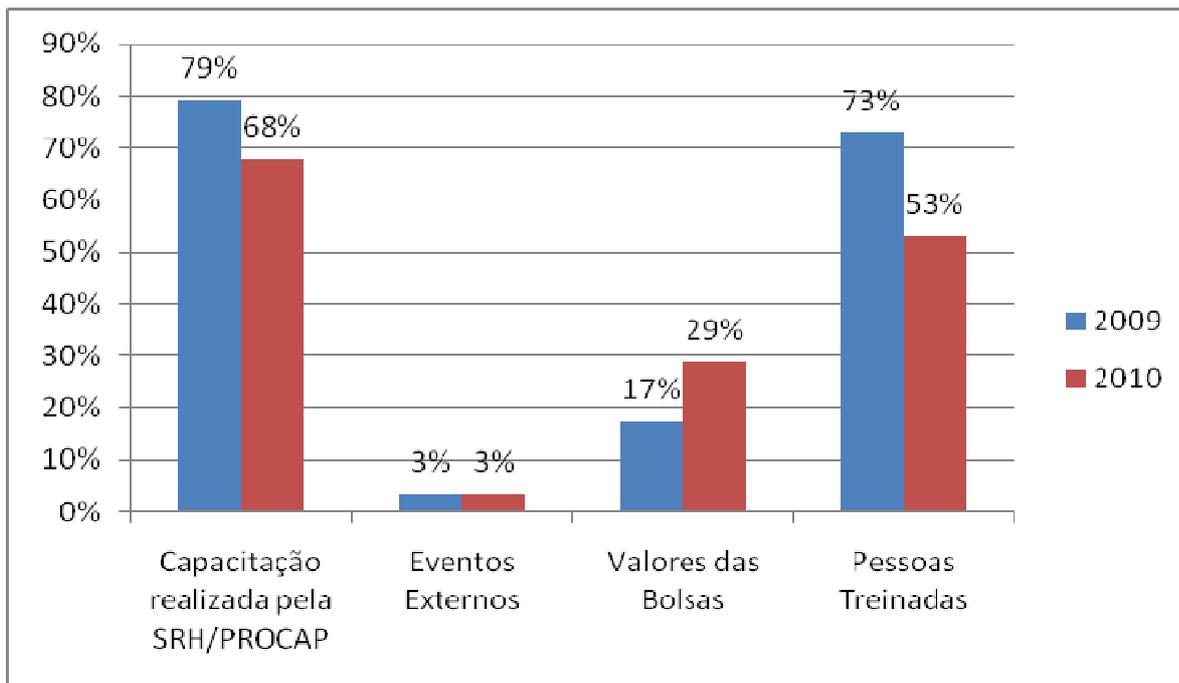
Fonte: PROCAP/DGP, 2010, com adaptações.

Gráfico 5.01: FUB/UnB: Percentual de Servidores Capacitados nas Unidades Acadêmicas em 2009 e 2010, por Tipo de Capacitação



Fonte: Elaborado pela Coordenadoria de Planejamento com base nas informações prestadas pelo PROCAP/DGP.

Gráfico 5.02: Percentual de Servidores Capacitados nas Unidades Administrativas em 2009 e 2010, por Tipo de Capacitação



Fonte: Elaborado pela Coordenadoria de Planejamento com base nas informações prestadas pelo PROCAP/DGP.



6 Transferências de Instrumentos Contratuais

6.1 Transferências Efetuadas no Exercício

O Serviço de Convênios e Contratos (SCO), unidade vinculada ao DAF, elaborou o demonstrativo de detalhamento das transferências realizadas vigentes no exercício de 2010.

A Tabela abaixo contempla as transferências realizadas pela FUB de acordo com a estrutura definida pelo TCU. Em 2010, estava vigente apenas uma transferência concedida, sendo esse montante repassado à Prefeitura de Alto Paraíso/GO para a construção do Centro de Estudos UnB – Cerrado.

Tabela 6.01: Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FUB					UG/GESTÃO: 154040/15257				
CNPJ: 000.38.174/0001-43									
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	7142	01.740.455/0001-06	1.500.000,00	0	0	1.140.000,00	30/12/2008	30/6/2011	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 – Convênio					1 – Adimplente				
2 – Contrato de Repasse					2 – Inadimplente				
3 – Termo de Parceria					3 – Inadimplência Suspensa				
4 – Termo de Cooperação					4 – Concluído				
5 – Termo de Compromisso					5 – Excluído				
					6 – Rescindido				
					7 – Arquivado				

Fonte: SCO, 2010



A quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios é demonstrada na Tabela abaixo.

Tabela 6.02: Resumo dos Instrumentos Celebrados pela FUB nos Três Últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
CNPJ: 000.038.174/0001-43						
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	1	0	0	1.500.000	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	-	-	1.500.000	-	-

Fonte: SCO, 2010.

A Tabela a seguir traz informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011. Está previsto para o exercício de 2011 os 24% restantes do valor pactuado para a construção do Centro de Estudos UnB – Cerrado, sendo este valor inscrito em Restos a Pagar.

Tabela 6.03: Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Fundação Universidade de Brasília					
CNPJ:000.038.174/0001-43				UG/GESTÃO:154040/15257	
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	1	0	1.140.000	360.000	76%
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	1	0	1.140.000	360.000	76%

Fonte: SCO, 2010.

As informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse concedido pela FUB e a análise destas prestações de contas são demonstradas nas duas Tabelas seguintes. Nos exercícios 2008 e 2009, não houve movimentação de transferências concedidas.



Tabela 6.04: Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela FUB na Modalidade de Convênio e de Contratos de Repasse

Unidade Concedente				
Nome: Fundação Universidade de Brasília				
CNPJ: 00.038.174/0001-43		UG/GESTÃO: 154040/15257		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		1
		Montante Repassado		1.140.000
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	1
			Montante Repassado (R\$)	1.140.000
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	-
			Montante Repassado (R\$)	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	

Fonte: SCO, 2010.

Tabela 6.05: Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Nome: Fundação Universidade de Brasília				
CNPJ: 00.038.174/0001-43		UG/GESTÃO: 154040/15257		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas		1	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	1	
		Montante repassado (R\$)	1.140.000,00	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	
			Quantidade Reprovada	
			Quantidade de TCE	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	1
	Montante repassado (R\$)	1.140.000,00		
2009	Quantidade de contas prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		
Montante repassado (R\$)				
2008	Quantidade de contas prestadas			
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
		Quantidade Reprovada		
		Quantidade de TCE		



Nome: Fundação Universidade de Brasília			
CNPJ: 00.038.174/0001-43		UG/GESTÃO: 154040/15257	
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos
			Convênios
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	
		Montante repassado	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	
		Montante repassado	

Fonte: SCO, 2010.

Na Tabela abaixo, é demonstrada a relação de instrumentos celebrados pelas Fundações de Apoio vigentes em 2010. Cabe ressaltar que, embora estas fundações de apoio estejam passando por processo de credenciamento ou extinção, ainda estão em execução os instrumentos celebrados anteriormente.

Tabela 6.06: Relação de Instrumentos de Fundações de Apoio com Vigência em 2010

Registro FUB	F. Apoio	Início de vigência	Fim de vigência	Objeto	Gestor	Valor (R\$)
6417	FINATEC	12/12/2007	17/7/2010	Pró-Licenciatura em Teatro	Jorge das Graças Veloso	540.726,00
6442	FINATEC	27/12/2007	30/3/2010	Reciclagem e Produção de Papel Artesanal	Therese Hofmann Gatti	150.000,00
6418	FUBRA	17/12/2007	17/7/2010	Pró-Licenciatura em Artes Visuais	Suzete Venturelli	970.200,00

Fonte: SCO, 2010.

6.2 Análise Crítica

A análise crítica elaborada pelo Serviço de Convênio e Contrato (SCO), unidade vinculada ao Decanato de Administração, atualmente, Diretoria de Apoio a Projetos, enumera alguns esclarecimentos pertinentes sobre a situação das transferências no ano de 2010, a saber:

1. Entre as atribuições que lhe foram delegadas, assessora e fornece apoio técnico à comunidade universitária na elaboração e no desenvolvimento de projetos que tenham como objeto atividades de ensino, pesquisa e extensão.
2. Mantém registros dos instrumentos formalizados com um sistema ineficiente que não registra todos os dados da movimentação financeira e que não tem nenhuma ligação com o SIAFI.
3. Constam informações na DPA/DAF (SCO) de transferências realizadas da FUB 154040/15257. Não há informações das Unidades Descentralizadas da FUB (HUB, CDT, FEF e CESPE).



Em complemento, a DCF/DAF elaborou a análise crítica sobre a única transferência de recursos realizada em 2010, a qual está transcrita abaixo:

“O Convênio n. 7142 foi firmado entre a FUB e a Prefeitura de Alto Paraíso/GO, com valor pactuado de R\$ 1.500.000,00, com a finalidade de construção do Centro de Estudos UnB – Cerrado. Em 2010, foi repassado à Prefeitura o valor de R\$1.140.000,00. O valor restante foi inscrito em Restos a Pagar em 2011, para que possibilite a conclusão da obra do referido Centro”.

7 Declaração sobre instrumentos contratuais

A Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios e outros instrumentos congêneres consta no Anexo D desse Relatório, conforme item 7, parte A, Anexo 2 da Decisão Normativa TCU n. 107/2010.

8 Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

De acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria de Acompanhamento e Movimentação do Decanato de Gestão de Pessoas (DGP), “ao tomar posse, os servidores apresentam ou a última Declaração de Imposto de Renda, nos termos do Decreto n. 5.483/2005, ou uma Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida por meio do *site* da Receita Federal ou preenchem a Declaração de Bens e Valores que está no *site* www.DGP.unb.br. Ao tomar posse, podem preencher o formulário, que também está no *site* www.DGP.unb.br, Autorização de Acesso à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, desobrigando-se de apresentar a declaração de Imposto de Renda a cada ano”.

Além disso, cumpre informar que a declaração do DGP, atestando o cumprimento da entrega e tratamento das declarações de bens e rendas, consta do processo de contas anual a ser encaminhado.

9 Sistema de Controle Interno da FUB

As informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da FUB, solicitadas pelo TCU, contemplam os aspectos relacionados ao ambiente de controle, a



avaliação de risco, os procedimentos de controle, a informação e a comunicação e o monitoramento.

A Auditoria Interna e a Secretaria de Planejamento promoveram gestões com a CGU no sentido de buscar subsídios para instruir as áreas estratégicas da FUB no preenchimento do formulário demandado pelo TCU. Para tanto, a avaliação realizada pelas áreas Decanato de Graduação, Decanato de Pesquisa e Pós-Graduação, Decanato de Extensão, Decanato de Assuntos Comunitários e Secretaria de Planejamento realizou-se com base na percepção da situação ao final do exercício de 2010. Em momento posterior, a Auditoria e a Secretaria de Planejamento reuniram-se para consolidar a avaliação dos gestores em único documento, conforme Quadro 9.01, seguinte.

Quadro 9.01: Estrutura de Controles Internos da FUB

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da Unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. ¹	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. ²	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		X			
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		X			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da Unidade Jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da Unidade.		X			
12. É prática da Unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. ³		X			
13. É prática da Unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de			X		



Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: 1. Documento consolidado a partir da ponderação dos gestores de áreas estratégicas: DEG, DPP, DAC, DEX e SPL que responderam este questionário.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: DEG, DPP, DAC, DEX, SPL, 2010.

Notas:

1. A Comissão de Ética da Instituição elaborou proposta de Código de Ética em dezembro/2010. O documento, encaminhado ao Reitor, está em fase de discussão para posterior aprovação.
2. A partir de 2011, a criação da Diretoria de Processos Organizacionais do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), contribuirá para a padronização dos documentos.
3. A partir de 2011, a criação da Diretoria de Avaliação do Decanato de Planejamento e Orçamento (DPO), contribuirá para o alcance dos resultados.

10 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Este capítulo trata da avaliação da gestão ambiental de acordo com a visão dos gestores das áreas de atuação relacionadas às Licitações e Obras no *Campus*.

Quadro 10.01: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de	X				



Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
conteúdo reciclável.					
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto n. 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais etc.)?		X			
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais:</i> As questões deste questionário foram respondidas pelas três áreas pertinentes: item 7- Prefeitura, item 10- Ceplan e os demais itens pela DRM, sendo esta representada pela Comissão Permanente de Licitação.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Comissão Permanente de Licitação, Diretoria de Recursos Materiais; Prefeitura do Campus (PRC).

11 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Em 2010, a Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP) gerenciou o patrimônio imobiliário da FUB, planejando e supervisionando as atividades de incorporação, alienação e



permuta, bem como a administração das ações relacionadas referentes à ocupação de imóveis residenciais a docentes, técnicos-administrativos e alunos da pós-graduação; imóveis comerciais localizados fora do *campus*; obras de recuperação, conservação e manutenção de todo o patrimônio imobiliário edificado.

As Tabelas a seguir apresentam as realizações da área gestora do patrimônio imobiliário da FUB no período de 2009 e 2010.

Tabela 11.01: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
Brasil	Brasília	1.688	1.688

Fonte: SGP

Nota: Esse montante refere-se aos imóveis residenciais e comerciais administrados pela SGP/FUB.

Tabela 11.02: Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
Brasil	Brasília	3	3

Fonte: SGP

Nota: Constam contratos vigentes com as seguintes unidades: CEAD, CDT e SEI.

Tabela 11.03: Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
154040	Todos estão cadastrados no SPIUNET	4, 15, 20, 21, 23	3, 4, 5, 6		Só é efetuada avaliação do imóvel que será colocado a venda, o que não aconteceu nos dois últimos anos.		198.497	1.724.073
Total							198.497	1.724.073

Fonte: SGP

Notas

1) É realizada uma avaliação anual pela Câmara de Valores Imobiliário/CVI para os valores de aluguéis.

2) Os imóveis sob responsabilidades da SGP estão relacionados no Sistema SPIUNET e no SIAFI, o que totaliza cerca de 1.688, dificultando assim o preenchimento do quadro individual.

A seguir, apresenta-se a análise crítica sobre a Gestão Patrimonial dos Imóveis da FUB com as atuações no ano de 2010 e perspectivas para o exercício de 2011.



Ao longo de 2010, a Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP) administrou 1.688 imóveis, sendo 1.512 residenciais e 176 comerciais, constituindo patrimônio avaliado em mais de um bilhão e trezentos milhões de reais. Entre os residenciais, 677 são destinados à moradia de servidores e os demais são locados para servidores com 20% de desconto e para terceiros. Entre os comerciais, 108 são cedidos para unidades da FUB.

Os valores dos aluguéis dos imóveis comerciais e residenciais são definidos com base em avaliações elaboradas pela Câmara de Valores Imobiliários do Distrito Federal (CVI/DF). No caso dos imóveis residenciais destinados à moradia de servidores da Instituição, existe política de atração e fixação de quadros diferenciados de docentes e técnicos-administrativos para a UnB – Resolução n. 30/Conselho Diretor da FUB/2004. Esses servidores pagam, a título de aluguel, uma taxa de ocupação, cujo valor, subsidiado, é fixado pelo Conselho Diretor da FUB, bem como uma taxa de manutenção, destinada a cobrir as despesas com administração, conservação, zeladoria, consumo de água e de energia elétrica das áreas comuns e outras despesas de uso comum. Seu valor é determinado por meio de rateio das despesas efetivamente realizadas pelo número de apartamentos do edifício.

Os demais imóveis residenciais são destinados à locação para servidores com 20% de desconto com relação ao valor de mercado, conforme Resolução da Reitoria n. 25/2007, e para terceiros, a preço de mercado. Essa medida está relacionada ao desenvolvimento das atividades da UnB, pois com a ampliação do quadro de servidores e inúmeros deles vindos de outras regiões do país, não conseguem cumprir as exigências administrativas das imobiliárias. Além das exigências, os aluguéis no DF são muito elevados em relação aos demais Estados, o que dificulta a contratação de pessoal e, conseqüentemente, o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As situações enfrentadas ao longo dos últimos anos demonstraram a necessidade de se propor estudo profundo a ser executado em 2011 no sentido de transformar a atual política de moradia em consistente política habitacional. Um exemplo dessa transformação é o convênio assinado com a Caixa Econômica Federal, incentivando e facilitando aos servidores da Universidade a aquisição de imóveis próprios em condições e planos acessíveis.

Em 2010, deu-se prosseguimento ao processo de reestruturação da política de manutenção dos imóveis, por meio de nova organização das equipes e forma de trabalho, bem como o planejamento para a sua recuperação. Assim, todas as solicitações de moradores ou inquilinos geraram Ordens de Serviços que são analisadas, priorizadas e atendidas. Em 2010, também houve a continuidade da modernização dos elevadores. Ainda em 2010, foram realizados serviços de recuperação (fachadas e estruturas, como esgoto, instalações elétricas) por meio de contratação, obedecidos os meios e regras da instituição pública. O objetivo é salvaguardar o bem patrimonial da FUB, conservando-os e,



consequentemente, valorizando-os. Além disso, implantou-se um sistema de controle de estoque, registrando todas as entradas e todas as saídas de material do almoxarifado. Iniciou-se a recuperação dos prédios da Colina Velha, blocos A, B, C e D, com a substituição da rede de água e a separação das caixas de gordura e água dos prédios. Foram elaborados os projetos de segurança e incêndio de vários prédios pertencentes ao patrimônio.

Sobre os valores dos aluguéis, faz-se necessário repensar a sua metodologia, inclusive quanto à sua atualização de acordo com o mercado. Essa atualização passou a ter maior segurança com a implantação em 2010 do site destinado ao leilão de imóveis destinados à locação para terceiros.

No ano de 2010, concluiu-se a avaliação do processo de ocupação dos espaços dentro da FUB por permissionários para exploração comercial, como lanchonetes, copiadoras reprográficas, bancos e outras atividades, mediante os correspondentes Termos de Ocupação de Uso, estipulando-se valores da ocupação. Identificaram-se necessidades de mudanças neste processo que também envolve a Prefeitura do *Campus* (PRC). Essas mudanças serão discutidas entre os envolvidos e definidas em 2011 com o objetivo de aperfeiçoar seus controles e, principalmente, adequar seus valores de forma justa e atual.

Quanto a possível alienação dos imóveis, pode-se afirmar que a FUB tem como objetivo a preservação do seu patrimônio, não pretendendo se desfazer de nenhum imóvel. Pelo contrário, por meio de política de conservação e manutenção, a nossa premissa principal é valorizar de forma consistente o patrimônio existente.

A próxima Tabela revela a evolução dos recursos subsidiados da FUB considerando a quantidade e o perfil dos beneficiários, de acordo com as informações prestadas pela Unidade Gestora.

Tabela 11.04: Demonstrativo de Subsídio Imobiliário Concedido pela Universidade

Detalhamento	Subsídio Acumulado					
	2005	2006	2007	2008	Somente 3º e 4º Trim 2009	2010
1 – Isenção de pagamentos de Taxas de Ocupação/ Aluguéis de imóveis comerciais						
Permissão de Uso ⁽¹⁾	585.156	612.173	651.388	709.352	469.525,54	862.138
Taxa de Manutenção	262.681	310.882	369.810	113.930	83.364,00	322.152
Total item 1	847.837	923.056	1.021.197	823.282	552.889,54	1.184.290
2 – Pagamento de despesas de condomínios ⁽²⁾						
Imóveis vagos	228.041	453.980	688.437	713.259	103.390,98	143.138
Órgãos FUB	112.863	75.809	98.066	184.551	101.457,76	115.001
Total item 2	340.904	529.788	786.502	897.810	204.848,74	258.139
3 – Subsídios concedidos a servidores ocupantes de imóvel residencial						
3.1) Docentes:						
Lista de Moradia	2.728.678	3.252.426	4.587.128		2.875.803,47	6.541.408
Contratos de Aluguel	58.346	101.023	174.562		93.830,34	212.184
Total subitem 3.1	2.787.024	3.353.449	4.761.690	5.225.413	2.969.633,81	6.753.592
3.2) Técnicos-Administrativos:						



Detalhamento	Subsídio Acumulado					
	2005	2006	2007	2008	Somente 3º e 4º Trim 2009	2010
Lista de Moradia	1.038.981	1.283.239	1.808.514		1.226.938,68	2.791.644
Contratos de Aluguel	33.039	54.590	93.847		51.505,76	116.982
Total subitem 3.2	1.072.020	1.337.829	1.902.361	2.189.327	1.278.444,44	2.908.626
3.3) Aposentados: ⁽³⁾						
Lista de Moradia	52.948	59.395	84.690		47.572,00	103.848
Contratos de Aluguel	82.067	125.203	193.500		131.841,51	318.564
Total subitem 3.3	135.015	184.598	278.190	264.916	179.413,51	422.412
Total item 3	3.994.059	4.875.876	6.942.242	7.679.656	4.427.491,76	10.084.630
4 – Subsídio concedido à moradia estudantil de pós-graduação ⁽⁴⁾						
Receita até o trimestre	32.545	32.382	32.928	34.026	17.412,84	34.230
Despesa até o trimestre	90.316	99.844	106.111	113.000	60.118,04	70.921
Diferença Receita e Despesa – item 4	57.771	67.462	73.183	78.974	42.705,20	35.691
1 – Isenção de pagamentos de Taxas de Ocupação/Aluguéis de imóveis comerciais						
5 – Outros						
5.1) Concessões do GRE: ⁽⁵⁾						
Aluguéis	34.060	103.548	160.012	37.382	7.993,20	24.960
Taxa de Ocupação (6)	29.495	40.721	115.863	63.147	14.217,38	55.872
Total subitem 5.1	63.555	144.268	275.875	100.529	22.210,58	80.832
5.2) Apartamento de Trânsito (7)						
Total subitem 5.2	90.600	96.000	120.840	139.783	65.532,00	121.248
5.3) Imóveis Vagos: (8)						
Taxa de Ocupação		12.517	38.449	46.077	45.659,36	45.606
Aluguéis	540.531	393.410	500.937	219.684	226.004,00	469.986
Total subitem 5.3	540.531	405.927	539.386		271.663,36	515.592
Total item 5	694.686	646.195	936.100		359.405,94	717.672
Total Geral	5.935.257	7.042.377	9.759.225		5.587.341,18	12.280.422

Fonte: FUB – Secretaria de Gestão Patrimonial, Sistema de Gerenciamento de Imóveis (SGI), 2005 a 2010.

Notas:

- 1) Concessão especial da Universidade para seus órgãos, regida por norma interna e destinado a ocupações comerciais.
- 2) Demonstra despesas com condomínio pago por unidade desocupada e/ou inadimplente, visto que se trata de obrigações do locador.
- 3) Docentes e/ou técnicos apresentados cuja lotação está regida pela Lei do Inquilinato ou aposentados que mantêm atividade acadêmica como professor substituto, pesquisador associado ou técnico administrativo com cargo de confiança, regidos por normas internas.
- 4) Destinado aos alunos do curso de pós-graduação.
- 5) Inquilinos e/ou ocupantes encaminhados pelo Gabinete, incluindo valor de aluguel e/ou taxa de ocupação.
- 6) Contrato regido por normas internas da Universidade, destinado à moradia do servidor.
- 7) Oito apartamentos de trânsito são administrados pelo DAC, sendo utilizados por servidores de outras universidades ou convidados.
- 8) Imóveis residenciais destinados à ocupação de servidores da FUB.
- 9) Foi efetuado uma correção no valor do item 4 "diferença receita e despesa" referente ao ano de 2009.

A Tabela 11.05 mostra os valores subsidiados pela FUB com os imóveis comerciais. Em 2010, o montante perfaz R\$ 1,1 milhão.

Tabela 11.05: Demonstrativo de Subsídios Concedidos às Unidades da UnB com Imóveis Comerciais

Unidades que recebem subsídios imobiliários	Nº. de unidades	Subsídios 2006	Subsídios 2007	Subsídios 2008	Subsídios 2009	2010
		(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)
1. CESPE	12	159.008	88.870	62.491	15.696	71.691
2. EDITORA UnB	17	421.524	538.039	499.489	152.637	528.426
3. CEAM	20	107.587	99.812	97.344	24.339	96.510
4. CASA DA CULTURA	17	78.808	96.628	121.604	37.626	138.054
5. OUTROS						
6. DEPARTAMENTO DE	-	10.130	1.776	-		-



Unidades que recebem subsídios imobiliários	Nº. de unidades	Subsídios 2006	Subsídios 2007	Subsídios 2008	Subsídios 2009	2010
		(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)	(R\$1,00)
ANTROPOLOGIA						
7. IDA	1	5.065	5.338	7.212	2.532	10.032
8. SGP (IMÓVEIS OCUPADOS)	2	44.818	25.370	20.423	3.624	13.968
9. SGP (IMÓVEIS VAGOS)	4	33.882	43.499	67.018	7.632	43.380
10. CEAD	1	20.295	16.452	13.901	1.812	6.984
11. DATA/UnB	9	15.441	38.337	53.683	14.757	53.902
12. PRODEQUI	8	23.352	58.854	61.581	15.954	55.968
13. IQ/UnB	1	-	3.644	-		-
14. NED/UnB	1	-	3.486	7.972	2.145	8.358
15. LASSOS/UnB	2	-	1.093	15.296	4.290	5.394
16. GRE	-	3.666	-	-		-
17. CECANE	1				1.281	4.632
18. CPAB	4				8.004	34.080
19. FACE	2				7.224	-
20. PROJETO ITTO	1				2.001	7.752
21. POLO PREVENÇÃO DE DSTE	1				1.899	4.032
22. CRAD	3					10.732
23. NÚCLEO DE ESTUDOS EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	1					7.650
Total	108	923.576	1.021.197	1.028.014	303.453	1.096.151

Fonte: Secretaria de Gestão Patrimonial (SGP/FUB).

Nota: Em 2009, a SGP apresentou os valores dos subsídios referentes ao 3º e 4º trimestre do ano.

A Tabela 11.06 reflete a arrecadação de ocupações comerciais no Campus gerenciadas pela SGP nos anos de 2007 a 2010.

Tabela 11.06: Arrecadação de Ocupações Comerciais no Campus, Administradas pela SGP (2007 a 2010)

Especificação	2007	2008	2009	janeiro a junho 2010
	SGP	SGP	SGP	SGP
Quantidade Permissionários	69	65	62	63
Valor Arrecadado ¹	682.913	870.173	951.861	936.652

Fonte: SGP/FUB, 2010.

Nota:

1) Os aluguéis administrados pela SGP referem-se aos permissionários fixos, enquanto que os da PRC referem-se aos permissionários temporários, como carrinhos de cachorro quente, stands de livros etc. A partir do ano de 2007, as receitas provenientes de movimentações com permissionários concentraram-se na SGP e a PRC gerencia apenas os aluguéis temporários.

2) O valor arrecadado pela SGP, nos anos analisados, contempla a receita proveniente de Acordo de Parcelamento de Dívidas.

3) Dados referentes ao 1º e 2º trimestres de 2009 não foram informados pela SGP.

12 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Conforme orientação do Tribunal de Contas da União, as informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da Fundação Universidade de Brasília contempla os seguintes aspectos: planejamento; recursos humanos; segurança da informação; desenvolvimento e produção de sistemas; e contratação e gestão de bens e serviços de TI.



A informação é estruturada em forma de questionário de modo a se obter o nível de concordância com cada item de afirmação, sendo que a resposta é indicada pela assinalação de um “X” em uma escala de 1 a 5.

Tabela 12.01: Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.			X		
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	77				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	10%				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais: Questionário respondido pelo Diretor do Centro de Informática com informações do PDI, PDTI e em função das atividades realizadas pelo centro.					

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

Fonte: Centro de Informática – CPD (UnB), 2010.

13 Utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal

A Diretoria de Contabilidade e Finanças (DCF), unidade vinculada ao DAF, informou os principais gastos ocorridos nos últimos quatro anos. O grupo de despesas detalhadas na Tabela abaixo sofreu redução de 45,3% comparadas ao ano de 2009, sendo a significativa



redução em 76% das despesas com o cartão corporativo a principal responsável por essa diminuição dos gastos.

Tabela 13.01: Evolução dos Gastos Gerais – Despesas Pagas

Valores em R\$ 1,00

Descrição	ANO			
	2007	2008	2009	2010
1. PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	11.489.300	11.957.024	6.520.601	12.124.717
2. DIARIAS – PESSOAL CIVIL	5.234.595	3.830.396	4.202.844	8.981.450
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	1.215.382	912.965	576.719	140.660
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	25.758	17.500	18.991
TOTAL	40.002.762	44.257.798	38.911.315	21.265.819

Fonte: DAF/DCF, 2010

Em relação à utilização de cartões de pagamento do governo federal, a DCF detalhou os gastos nas modalidades fatura e saque, em 2010, pelas unidades gestoras (CDT, FEF, HUB e FUB) com execução de 88% e 12% respectivamente (Tabela 13.02).

Tabela 13.02: Utilização de Cartões de Pagamento pela FUB no Ano de 2010

Valores em R\$ 1,00

Gestora	SAQUE – CARTÃO DE PAGAMENTO GOVERNO FEDERAL	FATURA – CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO. FEDERAL
154019 – CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (CDT)	0	24.448
154024 – FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA (FEF)	0	1.301
154040 – FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (FUB)	11.062	87.970
154106 – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA (HUB)	7.930	26.941
Total	18.992	140.660

Fonte: DAF/DCF, 2010

14 Renúncia de Receita da FUB

A elaboração desse capítulo tomou como base o entendimento de gestores de áreas estratégicas ligadas ao planejamento e orçamento da FUB na interpretação do termo “Renúncia de Receita” exigida pelos Órgãos de Fiscalização.

A Tabela 14.01 revela a evolução dos recursos subsidiados por três unidades da FUB nos anos de 2008 a 2010, considerando a quantidade e o perfil dos beneficiários, de acordo com as informações prestadas pelas próprias unidades via Sistema de Planejamento. Vale destacar o tipo de subsídio considerado por cada unidade no demonstrativo abaixo:

- isenções de taxa de vestibular e PAS (CESPE);



- isenção de pagamento em taxas de cursos (PROCAP/DGP, CET, DEX, IP, IREL);
- subsídios concedidos a docentes de pós-graduação e técnicos-administrativos ocupantes de imóveis residenciais; subsídios concedidos a moradia estudantil de pós-graduação; subsídios concedidos a moradia estudantil de graduação (SGP).

Por motivos de transição de gestão e aplicabilidade do sistema patrimonial, a SGP informou que não foi possível resgatar as informações do 1º semestre de 2009 quanto aos valores de subsídios concedidos à comunidade interna e seus beneficiários, o que prejudicou a análise da série histórica.

Tabela 14.01: Evolução dos Recursos Subsidiados por Tipo de Beneficiário e Unidade Concedente

Unidade da FUB	Renúncia	Ações	Recursos Subsidiados pela FUB					
			2008		2009		2010	
			Qde	Valor	Qde.	Valor	Qde.	Valor
CESPE	Decretos n. 6.596/2008, de 2/10/2008, e n. 6.135/2007, de 26/6/2007	Isenção de taxa de Vestibular e PAS	4.576 beneficiários da comunidade externa	360.205	3.044 beneficiários externos	124.180	2.152	99.840
PROCAP	Resolução da Câmara de Extensão n. 1/2003 e Resolução da Câmara de Extensão n. 1/2007	Isenção de pagamento de taxa de cursos	660 servidores	767.085	777 servidores	476.650	1.958	630.122
SGP ¹	Resolução n. 30 do Conselho Diretor da FUB, de 17/12/2004	Isenções de Pagamentos de Taxas de ocupação – Imóvel Moradia Funcional	206 técnicos-administrativos, 438 docentes, 72 alunos, 912 comunidade externa e 103 outros beneficiários não definidos	822.742	185 técnicos-administrativos, 416 docentes, 90 alunos e 852 comunidade externa.	111.052	189 técnicos-administrativos, 409 docentes, 72 alunos, 8 comunidade externa e 224 outros beneficiários não definidos	1.184.290
	Resolução n. 17 do Conselho Diretor da FUB, de 5/8/2005	Pagamento de Condomínio		897.810		194.416		258.139
	Decretos n. 6.596/2008, de 2/10/2008, e n. 6.135/2007, de 26/6/2007	Subsídios concedidos a docentes de pós-graduação ocupantes de imóveis residenciais		5.225.413		822.742		6.753.592
	Decretos n. 6.596/2008, de 2/10/2008, e n. 6.135/2007, de 26/6/2007	Subsídios concedidos a técnicos-administrativos ocupantes de imóveis residenciais		2.189.327		1.278.444		2.908.626
	Resolução do Conselho de Administração n. 6, de 22/10/2008	Subsídios concedidos a moradia estudantil de pós-graduação		0		77.530		35.691
IREL	Resolução da Câmara de Extensão n. 1/2003 e Resolução da Câmara de Extensão n. 1/2007	Isenção de pagamento de taxa de cursos	-	0	-	0	1 técnico-administrativo	9.900
CET	Resolução da Câmara de Extensão n. 1/2003 e Resolução da Câmara de Extensão n. 1/2007	Isenção de pagamento de taxa de cursos	-	0	-	0	25 alunos	51.309
DEX	Resolução da Câmara de Extensão n. 1/2003 e Resolução da Câmara	Isenção de pagamento de taxa de cursos	-	0	-	0	11 alunos, 1 docente, 8 técnicos-administrativos e 28	23.120



Unidade da FUB	Renúncia	Ações	Recursos Subsidiados pela FUB					
			2008		2009		2010	
			Qde	Valor	Qde.	Valor	Qde.	Valor
	de Extensão n. 1/2007						comunidade externa.	
IP		Atendimento Psicológico; Surdez e sofrimento psíquico	-	0	-	0	65 alunos, 3 docentes, 2 técnicos-administrativos, 310 comunidade externa e 180 outros beneficiários não definidos	1.184.080
	Resolução da Câmara de Extensão n. 1/2003 e Resolução da Câmara de Extensão n. 1/2007	Isenção de pagamento de taxa de cursos	-	0	-	0	1 técnico-administrativo	2.800
Total				10.262.582		3.085.014		13.141.509

Fonte: Sistema de Planejamento Institucional, 2010.

Nota:

1) Em virtude das mudanças sofridas pela SGP na sua administração, não foi possível a realização do relatório de PDI do 1º semestre de 2009.



15 Determinações e Recomendações do TCU e Recomendações da CGU

REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS CENTRAL E SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E PELO CONSELHO FISCAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ENTIDADE.

Objetivo: Acompanhar a implementação, pelas áreas citadas, das recomendações e determinações efetuadas pelos órgãos de controle interno e externo encaminhadas à FUB.

Metodologia: Encaminhar às áreas citadas nos Relatórios as recomendações/determinações da CGU e do TCU para as providências cabíveis quanto à sua implementação; receber e analisar as informações dessas áreas consolidando-as; informar à Administração Superior sobre as providências adotadas pela área; se for o caso, elaborar minuta de resposta da FUB encaminhando-a ao Gabinete do Reitor para posterior encaminhamento ao órgão de controle solicitante; arquivar todo o histórico do assunto em Pasta própria na AUD.

15.1 Recomendações/Determinações do Tribunal de Contas da União

As recomendações/determinações oriundas do Tribunal de Contas da União foram devidamente encaminhadas às áreas citadas para as providências julgadas necessárias ao seu pleno atendimento. Citamos abaixo os Acórdãos exarados pelo Tribunal de Contas da União e as providências adotadas pela FUB, por meio de sua Auditoria Interna:

Processo: TC 009.960/2009-2

Natureza: Comunicação

Acórdão: 1426/2010 TCU – Plenário

Assunto: Encaminha, para conhecimento e adoção das medidas previstas no item 9.2 e 9.3, cópia do Acórdão n. 1426/2010 TCU – Plenário e Relatório de levantamento sobre as contratações de obras de infraestrutura da FUB para construção de Unidade da UnB na cidade do Gama, DF

Providências: A Auditoria Interna, mediante Despacho, encaminhou cópia do referido Acórdão ao conhecimento do CEPLAN/FUB com vistas à manifestação da Unidade sobre os itens 9.2 e 9.3, consoante Ofício.



Processo: TC 018.824/2007-3

Natureza: Comunicação

Acórdão: 4279/2010

Assunto: Encaminha, para conhecimento, os alertas constantes do item 1.5.1, cópia do Acórdão n. 4279/2010, ao apreciar a Prestação de Contas da Fundação Universidade de Brasília, exercício 2006.

Providências: A Auditoria Interna, por meio de Despacho formulado ao GRE, informa que se trata de comunicação para conhecimento da FUB de decisão adotada pelo TCU ao apreciar o processo TC 018.824/2007-03 relativo à Prestação de Contas de 2006 e que as determinações/alertas contidas no referido Acórdão se constituem objeto do Relatório CGU 189770 da SFC CGU do mesmo exercício.

Processo: TC 017.506/2002-3

Natureza: Comunicação

Acórdão: 1897/2010

Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1897/2010 acompanhado do Relatório e voto que o fundamentam.

Providências: A Auditoria Interna, por meio de Despacho, informa ao GRE que se trata de conhecimento de Decisão adotada pelo TCU que não requer providências a serem adotadas.

Processo: TC 011.848/2008-1

Natureza: Comunicação

Acórdão: 3355/2010

Assunto: Encaminha, para conhecimento e adoção das medidas previstas no item 1.4, cópia do Acórdão n. 3355/2010, versando sobre possíveis irregularidades em contratações de pessoal realizadas pela FUB para o Observatório Sismológico.

Providências: Por meio do Ofício n. 1207/2010/FUB-UnB, de 17/11/2010, foi informado que a Administração Superior da FUB editou a Resolução da Reitoria n. 103/2010 com vistas ao atendimento da recomendação contida nos itens 1.4.2, 1.4.3.1, 1.4.3.2 e 1.4.3.4 do Acórdão acima mencionado. Sobre o subitem 1.4.3.3, informa que a DGP/UnB está finalizando instrumentos que permitirão mais publicidade às seleções de colaboradores para o desenvolvimento das atividades previstas nos contratos ou projetos administrados pela Instituição



Processo: TC 020.964/2009-8

Natureza: Comunicação

Acórdão: 1254/2010 – 1ª Câmara

Assunto: Encaminha, para conhecimento, cópia do Acórdão n. 1254/2010 – 1ª Câmara, representação sobre a contratação de prestador de serviço sem a realização de concurso público, cuja decisão foi pelo arquivamento dos autos. Não há recomendações.

Providências: Após conhecimento da Auditoria Interna, o expediente foi enviado para arquivo, uma vez que não requereu providências por parte da FUB.

Processo: TC 007.692/2009-0

Natureza: Comunicação

Acórdão: 787/2010 TCU – Plenário

Assunto: Encaminha cópia do Acórdão 787/2010 – Plenário contendo denúncia sobre possíveis irregularidades na execução de contratos emergenciais, firmados entre a FUB e a Empresa Planalto Service Ltda.

Providências: Considerando que o referido Acórdão não solicita providências a serem tomadas no âmbito da FUB, a Auditoria Interna tomou conhecimento e deliberou pelo arquivamento do processo, em 9/6/2010.

Processo: TC 020.524/2008-2

Natureza: Comunicação

Acórdão: 5583/2010 – 2ª Câmara

Assunto: Encaminha para conhecimento e adoção das medidas previstas no item 1.4.1, cópia do Acórdão 5583/2010 – 2ª Câmara.

Providências: Mediante Ofício n. 1358/FUB, de 20/12/2010, após manifestação da área técnica responsável, a FUB comunicou a adoção das providências recomendadas.

Processo: Comunicações Processuais 452483727

Natureza: Diligência

Acórdão: 3355/2010 – 2ª Câmara



Assunto: Com vistas ao atendimento do Acórdão n. 3355/2010 – 2ª Câmara, solicita as informações e cópia dos documentos mencionados nos itens “a” e “b” do citado Ofício.

Providências: A resposta foi formulada e encaminhada ao TCU por meio do Ofício 1357/2010/FUB, de 20/12/2010, informando que a FUB recebe os ingressos de todos os recursos que lhe são legalmente devidos por meio da Conta Única do Tesouro Nacional – UG 154040 Gestão 15257.

Processo: TC 020.159/2006-0

Natureza: Comunicação

Acórdão: 4797/2010 – 2ª Câmara

Assunto: Encaminha, para conhecimento e adoção das medidas previstas no item 1.5.1 e subitens 1.5.1.1 e 1.5.1.2, cópia do Acórdão n. 4797/2010 – 2ª Câmara.

Providências: Após receber as informações e os documentos encaminhados pelo CESPE/FUB, por meio de Despacho AUD, o processo foi encaminhado ao Magnífico Reitor com as orientações a serem adotadas ao pleno cumprimento às recomendações do TCU.

15.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

O Quadro abaixo apresenta a situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício, acompanhadas das justificativas do setor responsável pela implementação.

Quadro 15.01: Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Itens	Tipo	Comunicação Expedida
01	015.236/2009-4	3005/2009-Plenário	9.3.1 e 9.3.2.2		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE/FUB)					
Descrição da Deliberação:					
<p>9.3.1 – registre contabilmente a despesa com contratos de terceirização de mão de obra que se referem à substituição de servidores públicos, a exemplo das situações já configuradas no Termo de Conciliação Judicial assinado nos autos da Ação Civil Pública n. 00927-2001-014-10-00-7, na conta "331.90.34.01-Substituição de mão de obra (art. 18, § 1º, LC 101/2000)", em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, da Lei Complementar n. 101/2000 (item 3.2);</p> <p>9.3.2.2 – realize os pagamentos da GECC por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), como determina o art. 9º do Decreto n. 6.114/2007 c/c o art. 2º do Decreto n. 347/1991, salvo situações excepcionais, devidamente justificadas, que impossibilitem a inclusão do pagamento em folha (item 4.3.1, I).</p>					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG



9.3.1 – A FUB aguarda informações da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do MEC sobre operacionalização da recomendação.
9.3.2.2 – A FUB aguarda informações do MPOG sobre a liberação da rubrica para lançamento dos valores relativos à GECC.
Justificativa para o seu não cumprimento:
Em ambos os casos, a implementação das recomendações exige a participação dos órgãos citados.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A implementação das recomendações não depende exclusivamente de ações do Gestor no âmbito da FUB.

15.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

O próximo quadro contém as informações sobre as recomendações do Órgão de Controle Interno e as providências adotadas pelo gestor responsável no exercício de 2010.

Quadro 15.02 Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília – FUB			
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	247707	3.1.1.1	Trecho do RA à Unidade
02	247707	4.1.1.1	Trecho do RA à Unidade
03	247707	5.1.1.1	Trecho do RA à Unidade
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Universidade de Brasília - FUB			
Descrição da Recomendação:			
3.1.1.1 – Concessão de senhas do SIAFI a pessoas sem vínculo com a Administração Pública			
RECOMENDAÇÃO: 001 Proceder ao cancelamento imediato do cadastro de prestadores de serviço no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, realocando servidores para manutenção das atividades.			
4.1.1.1 – Impropriedades na utilização do Cartão de Pagamentos do Governo Federal (CPFG)			
RECOMENDAÇÃO: 002 Que a FUB não promova alterações <i>a posteriori</i> nas notas de empenho com a finalidade de retificar os usos indevidos de valores pelos supridos. Quando necessário, solicitar a glosa desses valores pela falta da devida autorização.			
RECOMENDAÇÃO: 003 Adotar medidas para a fiel observância da formalização dos processos administrativos, nos termos da Lei n. 9.784/1999, com a autuação, numeração seqüencial e rubrica das páginas.			
RECOMENDAÇÃO: 004 Que o CDT indique os prazos para aplicação dos recursos e comprovação dos gastos e a justificativa da excepcionalidade nos processos de concessão de suprimento de fundos mediante utilização de Cartão de Pagamentos do Governo Federal.			
RECOMENDAÇÃO: 005 Realizar regular procedimento licitatório para as despesas passíveis de planejamento, vez que o suprimento de fundos se aplica apenas às despesas realizadas em caráter excepcional.			
RECOMENDAÇÃO: 006 Planejar adequadamente as aquisições e/ou contratações, com a finalidade de se evitar o fracionamento da despesa como mecanismo de fuga à modalidade de licitação adequada.			
RECOMENDAÇÃO: 007 Observar o registro fiel dos fatos contábeis, incluindo prazos de aplicação e comprovação de suprimento de fundos, no Sistema de Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).			
RECOMENDAÇÃO: 008 Atentar para a excepcionalidade do pagamento em espécie (saque), somente utilizando-o na impossibilidade, comprovada no processo, da utilização do cartão diretamente na rede de estabelecimentos afiliados (fatura) e evidencie que tal procedimento requer justificativa do suprido e autorização do Ordenador de Despesa.			



RECOMENDAÇÃO: 009 Efetuar comunicado aos servidores quanto ao uso correto do Cartão de Pagamentos do Governo Federal e das penalidades quanto à inobservância das normas.	
5.1.1.1 – Concessão de aposentadoria a servidor em descumprimento ao Acórdão TCU n. 623/2006 1ª Câmara	
RECOMENDAÇÃO: 001 Fazer cessar o pagamento de proventos de aposentadoria em cumprimento às determinações do Acórdão TCU n. 623/2006 1ª Câmara.	
RECOMENDAÇÃO: 002 Instaurar procedimento administrativo para apuração e devolução dos valores pagos indevidamente.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
3.1.1.1 – Decanato de Administração	
4.1.1.1 – Diretoria de Contabilidade e Finanças	
5.1.1.1 – Decanato de Gestão de Pessoas	
Síntese da providência adotada:	
3.1.1.1 – A Administração Superior da FUB aguarda mais informações das Unidades Gestoras sobre a situação real de utilização de senhas SIAFI por não servidores para adotar as providências julgadas cabíveis, uma vez que deve ser preservada a regularidade das atividades de cada Unidade.	
4.1.1.1 – O Decanato editou Norma Interna disciplinando a realização de despesas por meio de Suprimento de Fundos com utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Os processos de concessão são autorizados pelo Decanato com rigorosa observância da excepcionalidade da despesa, requisito principal para a realização de despesas dessa natureza.	
5.1.1.1 – O Decanato de Gestão de Pessoas está adotando todas as providências no sentido de regularização da situação do servidor. A situação atual é que a então Secretária de Recursos Humanos encaminhou o Ofício 1.760/DGP, de 18/11/2010, ao Senhor Diretor de Auditoria de Pessoal, Previdência e Trabalho da Controladoria-Geral da União, Senhor Cláudio Antônio de Almeida Py, informando que o servidor em questão impetrou Ação Ordinária na Justiça Federal de Primeira Instância 13ª Vara/DF – Processo n. 2006.34.00036129-2, objetivando o reconhecimento da legalidade do ato concessivo de sua aposentadoria na FUB, em referência à acumulação de cargos públicos, tendo sido julgado procedente o pedido em 3/4/2009.	
Síntese dos resultados obtidos	
Não há	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não há	

Quanto às recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de atendimento ao final do exercício, a Auditoria da FUB informou que, no que se refere aos trabalhos da CGU no exercício de 2010, não há pendências de providências por parte da FUB, sendo que todas as providências foram adotadas. Aguarda-se resposta das áreas e até mesmo órgãos externos à FUB.

15.4 Comissão Disciplinar Permanente (CDP)

A Comissão Disciplinar Permanente da Fundação Universidade de Brasília apresenta, por meio de UnBDoc n. 5236/2011, de 20/1/2011, a relação de Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias instaurados no período de janeiro a dezembro de 2009, bem como informa que a Comissão não procedeu qualquer Tomada de Contas Especial, tampouco houve Dispensa no referido exercício, conforme Quadro 15.03.



Quadro 15.03: Processos Administrativos

Processo	Assunto	Decisão
23106.000101/2010-93 Resolução da Reitoria n. 05/2009, de 2/2/2010	Sindicância Apurar suposto pagamento indevido de gratificação a servidores, conforme Relatório de Acompanhamento n. 235073 da Controladoria-Geral da União	Em andamento
23106.005806/2009-13 Resolução da Reitoria n. 16/2009, de 11/3/2010	Sindicância Servidores exercendo atividades incompatíveis com o exercício do cargo.	Em andamento
23106.001768/2009-87 Resolução da Reitoria n. 77/2009, de 27/8/2010	Sindicância Apurar fatos relativos ao suposto convênio entre o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde e a Associação Instituto Superior de Ciências da Saúde e Ambiente da Amazônia.	Em andamento

Fonte: Comissão Disciplinar Permanente, 2011.

16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Conforme declaração do Decanato de Administração, os relatórios, pareceres, notas de auditoria e outros Expedientes, inclusive as manifestações em reuniões técnicas sobre os trabalhos realizados pela Auditoria Interna no exercício de 2010, são encaminhados, pela própria Unidade de Controle, às respectivas áreas auditadas e todas as sugestões, visando o aprimoramento dos controles internos administrativos constantes de tais Expedientes, foram objetos de discussão da Administração Superior, por meio dos respectivos Decanatos e Diretorias com as áreas envolvidas, no sentido de implementação das sugestões.

Parte C – Conteúdo Específico das IFES

17 Evolução dos Indicadores de Gestão da UnB pela Metodologia do TCU e UnB²⁴

Esta seção demonstra a *performance* da Instituição, no período, no desenvolvimento da sua atividade precípua. O Tribunal de Contas da União, ao proferir a Decisão n. 408/2002 – Plenário (versão atualizada em outubro/2010), determinou às IFES que incluíssem, em seus relatórios de gestão das contas anuais, uma série de nove indicadores²⁵ previamente selecionados por aquele órgão de controle externo.

Em 2006, por meio da revisão dessa Decisão²⁶, foram incorporadas modificações que se resumem à subdivisão dos dados diretamente relacionados à manutenção de unidades hospitalares, dos valores que excluem as atividades dos hospitais. Assim, os componentes “Custo Corrente” e “Funcionário Equivalente” e os indicadores que envolvem (Custo Corrente/Aluno Equivalente – I, Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente – III e Funcionário Equivalente/Professor Equivalente – IV) foram desdobrados em dois valores: um que inclui os dados referentes aos Hospitais Universitários/HUs e outro que exclui esses dados.

Para o cálculo dos indicadores, o TCU impõe ajustes aos dados brutos apresentados pelas instituições de ensino. O modelo parte dos seguintes dados brutos:

AG = total de alunos efetivamente matriculados²⁷ na graduação (média anual dos dois semestres);

APG = total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo alunos de mestrado e doutorado (média anual dos dois semestres);

AR = alunos de residência médica.

A partir destes dados, o TCU calcula:

AGTI = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral²⁸. Após o ajuste, normalmente o **AGTI** resulta em um quantitativo menor que o **AG** e o **AGE**.

24 Metodologia da UnB elaborada pelo Professor Eduardo Tadeu Vieira, Secretário de Planejamento da UnB. O cálculo foi realizado pela Coordenadora de Informações Gerenciais (DPO) Elisabeth de Araújo Ferreira com a análise do estatístico Filipe Pereira da Silva.

25 Os nove indicadores operacionais são: a) Custo Corrente/Aluno Equivalente; b) Aluno Tempo Integral/Professor; c) Aluno Tempo Integral/Funcionário; d) Funcionário/Professor; e) Grau de Participação Estudantil (GPE); f) Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG); g) Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação; h) Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD); e i) Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

26 Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão, Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário, versão atualizada em outubro/2010.

27 Aluno efetivamente matriculado é aquele que realiza sua inscrição formal no curso, após a apresentação de toda a documentação e cumprimento das formalidades exigidas e que esteja cursando pelo menos uma disciplina. Incluem-se, também, alunos que estão fazendo somente o projeto final, monografia, dissertação ou tese, em graduação ou pós-graduação, conforme o caso.

28 Este indicador é calculado pela fórmula:



AGE = Número de Alunos Equivalentes da Graduação²⁹.

APGTI e **ARTI** = Número de Alunos Tempo Integral de Pós-Graduação (APGTI) e de Residência (ARTI).

Para o cálculo de alunos tempo integral, os alunos de mestrado, doutorado e residência devem ser computados com peso dois:

$APGTI = 2 * APG$ e $ARTI = 2 * AR$

Cumpra informar, ainda, que de acordo com a análise da Coordenadoria de Informações Gerenciais, listam-se as seguintes observações:

- a) a Decisão do TCU, para atualização dos indicadores referentes ao ano de 2010, não sofreu alterações quanto à base de Cálculo dos Indicadores de Gestão de 2009, conforme as orientações da SESu/MEC;
- b) no que se refere aos dados de alunos, foram considerados apenas os dados relativos aos alunos dos cursos permanentes/presenciais, excluindo aqueles que visam atender demandas específicas (autossustentáveis), como é o caso dos alunos dos cursos a distância e mestrado profissionalizante;
- c) para os dados de servidores, foram acrescentados 2.480 servidores de empresas terceirizadas conforme orientação constante da metodologia decisão TCU de n. 408/2002. Esse dado não foi informado nos anos anteriores;
- d) quanto aos demais indicadores para o ano de 2010, os dados apresentam-se coerentes quando comparados aos dados apresentados em anos anteriores;
- e) os indicadores referentes ao ano de 2010 estão disponíveis no SIMEC, módulo Rede Federal, em observância ao Ofício Circular MEC/SESu/DIFES n. 01 de 7/1/2011.
- f) para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, apresenta-se a série histórica dos indicadores relativos aos exercícios de 2006 a 2010, conforme determinação TCU, parte C, do anexo II de n. 107, de 27/10/2010. Texto da DN: Indicadores de desempenho das IFES nos termos da Decisão n. TCU 408/2002 – plenária e modificações posteriores.

$AGTI = \text{ todos os cursos } \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI) / 4) * DPC \}$.

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

DPC = Duração padrão do curso.

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.

Fator de retenção = calculado de acordo com metodologia da SESu.

$29 \text{ AGE} = \text{ de todos os cursos } \{ (NDI * DPC) (1 + [\text{Fator de Retenção}]) + ((NI - NDI) / 4) * DPC \} * [\text{peso do grupo em que se insere o curso}]$.

[peso do grupo em que se insere o curso].

NDI = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

NPC = Duração padrão do curso.

NI = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso.

Fator de Retenção e Peso do grupo calculado de acordo com metodologia da SESu/ANDIFES/FORPLAD.



Após esses ajustes, apuraram-se as quantidades de alunos da UnB, revelando a evolução desses indicadores nos anos de 2006 a 2010. Neste último ano, assim como em 2009, o total de alunos equivalentes da Graduação alcançou 30.754,09, maior número entre a série histórica analisada (Tabela 2.40).

Tabela 17.01: UnB: Evolução do Aluno Equivalente, Definido Segundo Critérios do TCU (2006 a 2010)

Indicador	2006	2007	2008	2009	2010
AG = total de alunos regularmente matriculados na graduação ⁽²⁾	20.022,50	20.261,50	20.758,00	21.130,50	22.024,50
APG = total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo alunos de mestrado e doutorado	4.565,50	4.491,00	4.752,00	4.865,00	4.828,50
AR = Alunos de residência médica	114	121	133	137	149
AGTI= Número de alunos da graduação em tempo integral	16.709,57	17.248,42	19.869,75	19.602,20	20.811,25
APGTI= Número de alunos da pós-graduação em tempo integral	9.131,00	8.982,00	9.504,00	9.730,00	9.657,00
ARTI = alunos de residência médica em tempo integral	228	242	266	274	298
ATI = Número de alunos totais (AGTI + APTGI + ARTI)	26.068,57	26.472,42	29.639,75	29.606,20	30.766,25
AGE =Número de Alunos Equivalentes da Graduação ⁽³⁾	25.969,79	26.885,13	28.337,24	30.754,09	30.754,09
Total de alunos equivalentes (AGE + APTGI + ARTI)	35.328,79	36.109,13	38.107,24	40.758,09	40.709,09

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/SPL, 2010 e Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário.

A seguir, é analisada a evolução dos indicadores básicos do TCU, calculados para a UnB a partir da série histórica 2006 a 2010, com alguns comentários sobre a *performance* de cada indicador. Em relação aos aspectos mais relevantes, são reportadas as apurações de cálculo dos indicadores por meio da metodologia da UnB, conforme Tabela 17.02, adiante.

Aluno Tempo Integral/Professor. Este indicador pretende mensurar a produtividade e a eficiência do corpo docente, a partir do número médio de alunos atendidos por professor. Considerando o número calculado pelo TCU, em 2006, para cada professor da UnB havia 17,2 alunos e, em 2009, esse número atingiu 10,2 alunos por professor.

Aluno Tempo Integral/Funcionário com HUB. O indicador expressa a produtividade e a eficiência desses servidores do quadro permanente da Instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário, incluindo o HUB. De acordo com o cálculo do TCU, em 2010, há 3,59 alunos por funcionário, apresentando redução em relação ao ano anterior (-48,8%). Verifica-se que, em 2006, esse índice era de 6,48 alunos atendidos por funcionário.



Aluno Tempo Integral/Funcionário sem HUB. De acordo com a determinação do TCU³⁰, apurou-se o número de alunos por funcionário, excluindo o HUB. Em 2010, o índice alcançou 4,63 alunos por funcionário, decréscimo em relação ao ano de 2009 (-63,4%).

Funcionário com HUB/Professor. A apuração deste indicador compreende os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, inclusive hospitais universitários e maternidade, e exclui os funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da Administração Pública. O indicador que mede a quantidade de funcionários por professor apresentou aumento em 2010, atingindo de 2,85, quando comparado a 2009, que foi de 2,27. Em 2006, o índice era de 2,65.

Funcionário sem HUB/Professor. A apuração deste novo indicador compreende os servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, excluindo aqueles que operam nos hospitais universitários e maternidade, além dos funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública. De acordo com a apuração, pelo método do TCU, esse indicador alcançou índice de 2,21 no ano de 2010, apresentando aumento em relação a 2009 (1,26).

Grau de Participação Estudantil (GPE). Este indicador expressa o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da UnB e a velocidade de integralização curricular. O GPE é obtido por meio da razão entre o número de alunos em tempo integral (ATI) e o número total de alunos matriculados nos cursos de graduação (AG). Pela metodologia do TCU, o indicador apresentou, nos últimos cinco anos, melhor desempenho no ano de 2008, 95%. Em 2010, atingiu 94%, o que representa aumento em relação a 2009 (92,77%).

Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG). Segundo afirma o próprio TCU³¹, a inclusão deste índice “deveu-se à assertiva, aceita pelos analistas, de que envolvimento mais profundos com pós-graduação significam, geralmente, atividades de pesquisa mais intensa”. Intrinsecamente, esse indicador privilegia as IES que se dedicam mais às atividades de pesquisa, que é o que diferencia substantivamente a Universidade de uma escola de 3º grau ou de outra instituição que mantenha como principal objetivo o ensino na graduação (VELLOSO, 1991, apud TCU). O GEPG, em 2006, era de 0,19, diminuindo para 0,18 em 2007 e se manteve inalterada em 2008, 2009 e 2010.

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação. Indica a qualidade dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* avaliados pela CAPES. É obtido pela divisão entre o somatório dos conceitos dos diversos programas e a quantidade de programas de pós-graduação. Em 2010 (4,31), esse indicador apresentou pequeno aumento em relação a 2009 (4,30)

30 Decisão TCU n. 408/2002 – Plenário, versão atualizada em outubro/2010.

31 Tribunal de Contas da União/TCU. Sexta Secretária de Controle Externo. Decisão n. 358/2000 TCU - Plenário. Fl. 16.



Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD). O indicador mensura a qualidade do corpo docente. Este índice, cujo número máximo chega a 5 (numa IES onde todos os docentes são doutores), era, em 2009, 4,46 e, em 2009, foi de 4,53.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). Este último índice é obtido pela razão entre o número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos ingressaram na UnB e por um tempo de permanência, fixado pela SESu/MEC para cada curso. O indicador procura “dar uma medida do grau de evasão dos alunos que ingressam na universidade³²”. Em 2006, o índice era de 69% chegando a 75% em 2007. No ano de 2008, a taxa de sucesso apresentou ligeiro aumento, 77%; e apresentou pequena queda em 2009, 72%. Já em 2010, a queda foi mais acentuada, chegando ao valor de 55,45. Pelo indicador da UnB, que considera os ingressantes do vestibular e PAS, a taxa de sucesso atingiu 60,16%.

Cumprir relatar que a Universidade apresentou sugestões à SESu, em 2006, para a formulação dos novos indicadores propostos pelo TCU: 1. Taxa de Sucesso na Pós-Graduação e 2. Recursos orçamentários recebidos e efetivamente aplicados na atividade-fim da Instituição. Pelas informações do DPP, já existem indicadores utilizados pela CAPES quanto à Taxa de Sucesso da Pós-Graduação.

Aguarda-se, portanto, posição definitiva do TCU para posterior apuração, conforme rege o Acórdão do TCU n. 2167/2006 – Plenário.

Para efeito de análise dos órgãos de fiscalização externa, apresenta-se a série histórica dos indicadores relativos aos exercícios de 2006 a 2010, conforme determinação do Acórdão do TCU n. 1.043/2006 – Plenário (Tabela 2.41).

Da análise dos indicadores, observa-se que, em 2010, o custo corrente da UnB apresentou acréscimo em relação ao ano anterior incluindo ou excluindo as despesas do HUB, 21,9% e 22,7%, respectivamente. Os componentes numéricos da Instituição, por sua vez, apresentaram modesta ampliação em relação ao ano anterior, com exceção do número de alunos tempo integral, que apresentou queda de aproximadamente 29%. Em contrapartida, houve aumento nos indicadores de custo, seguindo tendência contrária aos indicadores que contam com número de alunos em tempo integral. Em relação aos demais indicadores, houve crescimento dos índices referentes ao ano de 2010 em relação aos mesmos índices em 2009, exceto a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), em que houve decréscimo, e o Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG), que se manteve estável.

32 Tribunal de Contas da União/TCU. Sexta Secretária de Controle Externo. Decisão n. 358/2000 TCU - Plenário. Fl. 16.



Tabela 17.02: Evolução dos Indicadores de Gestão Propostos pelo TCU – Anos 2006 a 2010 ¹

ANOS	COMPONENTE ⁽²⁾							INDICADORES ⁽²⁾											
								9.1.2.1		9.1.2.2	9.1.2.3		9.1.2.4		9.1.2.5	9.1.2.6	9.1.2.7	9.1.2.8	9.1.2.9
	9.1.1.1	9.1.1.2	9.1.1.3	9.1.1.3.1	9.1.1.4	9.1.1.5	9.1.1.6	9.1.2.1.0	9.1.2.1.1		9.1.2.3.0	9.1.2.3.1	9.1.2.4.0	9.1.2.4.1					
2006	532.914.585	522.740.047	26.068,57	35.328,79	1.515,50	4.023,00	3.266,50	15.084,43	14.796,43	17,2	6,48	7,98	2,65	2,16	0,83	0,19	4,19	4,23	69%
2007	672.897.408	663.876.393	26.472,42	36.109,13	1.509,00	4.056,00	3.274,50	18.635,10	18.385,28	17,54	6,53	8,08	2,69	2,17	0,85	0,18	4,32	4,26	75%
2008	659.805.345	648.682.711	29.639,75	38.107,24	1.584,00	3.906,25	2.228,25	17.314,44	17.022,56	18,71	7,59	13,3	2,47	1,41	0,95	0,18	4,31	4,54	77%
2009	738.549.838	703.433.865	29.606,20	40.758,09	1.858,50	4.219,50	2.337,75	18.120,33	17.258,75	15,93	7,02	12,66	2,27	1,26	0,92	0,18	4,3	4,46	72%
2010	900.721.516	862.982.746	20.811,25	42.533,16	2.030,50	5.794,75	4.497,00	21.176,92	20.289,65	10,25	3,59	4,63	2,85	2,21	0,94	0,18	4,31	4,53	55,45%

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/SPL, 2010.

Notas:

1) Apresentação da nova série histórica, incluindo os dados do HUB, conforme metodologia TCU.

2) Legenda baseada no Acórdão do TCU, a saber:

9.1.1.1 – custo corrente incluindo 35% das despesas do(s) Hospital(is) Universitário(s) (HU(s)).

9.1.1.2 – custo corrente excluindo as despesas do(s) HU(s).

9.1.1.3 – número de alunos tempo integral.

9.1.1.3.1 – número de alunos equivalentes.

9.1.1.4 – número de professores equivalentes.

9.1.1.5 – número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço no(s) HU(s).

9.1.1.6 – número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço no(s) HU(s).

9.1.2.1.0 – custo corrente/aluno equivalente (incluindo os 35% das despesas do(s) HU(s)).

9.1.2.1.1 – custo corrente/aluno equivalente (excluindo os 35% das despesas do(s) HU(s)).

9.1.2.2 – Aluno tempo integral/número de professores equivalentes.

9.1.2.3.0 – Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)).

9.1.2.3.1 – Aluno tempo integral/número de funcionários equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)).

9.1.2.4.0 – Funcionário equivalente/número de professores equivalentes (incluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)).

9.1.2.4.1 – Funcionário equivalente/número de professores equivalentes (excluindo funcionários a serviço no(s) HU(s)).

9.1.2.5 – Grau de Participação Estudantil (GPE).

9.1.2.6 – Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG).

9.1.2.7 – Conceito CAPES.

9.1.2.8 – Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD).

9.1.2.9 – Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).



O cálculo dos indicadores comparado segundo a metodologia do TCU e da UnB pode ser mais bem avaliado a partir da Tabela 17.03, a seguir.

Tabela 17.03: UnB: Cálculo dos Indicadores de Gestão (Metodologia TCU e UnB) – Anos 2009 e 2010

2009				2010				
I	AG	21.130,50	AGTI	19.602,20	AG	22.024,50	AGTI	20.811,25
	APG	4.865,00	APGTI	9.730,00	APG	4.828,50	APGTI	9.657,00
	AR	137,00	ARTI	274,00	AR	149,00	ARTI	298,00
	Total	26.132,50	Total	29.606,20	Total	27.002,00	Total	30.766,25
AGE		30.754,09			AGE	30.754,09		
II	DOC	1.858,50	DOC sem Subst.	1.671,50	DOC	2.030,50	DOC sem Subst.	1.936,00
	TEC com HUB	4.219,50	Com HUB sem Prestadores	2.221,50	TEC com HUB	5.848,00	Com HUB sem Prestadores	2.276,75
	TEC sem HUB	2.337,75	Sem HUB e sem Prestadores	1.547,75	TEC sem HUB	4.501,00	Sem HUB e sem Prestadores	1.618,00

Indicador		2009			2010		
Item	Forma de cálculo	TCU	UnB		TCU	UnB	
Aluno Tempo Integral/Professor	ATI/Prof.	15,93	17,71	18,63	15,15	15,89	⁽¹⁾ 16,52
Aluno Tempo Integral/Funcionário com HUB	ATI/Funcionário com HUB	7,02	13,33	14,02	5,26	13,51	⁽³⁾ 14,05
Aluno Tempo Integral/Funcionário sem HUB	ATI/Funcionário sem HUB	12,66	19,13	20,12	6,84	19,01	⁽³⁾ 19,76
Funcionário com HUB/Professor	Funcionário com HUB/Professor	2,27	1,33	1,20	2,88	1,18	⁽⁵⁾ 1,12
Funcionário sem HUB/Professor	Funcionário sem HUB/Professor	1,26	0,93	0,83	2,22	0,84	⁽⁵⁾ 0,80
Grau de Participação Estudantil (AGTI/AG)	GPE	92,77%					94,49%
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (APG/AG+APG)	GEPG	18,71%					17,98%
Conceito CAPES	Conceitos	4,30					4,31
Índice de Qualificação do Corpo Docente	IQCD	4,46					4,53
Taxa de Sucesso na Graduação	TSG	72,50%	82,43%		55,45%	60,16%	⁽⁷⁾

Fonte: Coordenadoria de Informações Gerenciais/SPL, 2010.

Notas:

1 – Professor Equivalente sem o substituto/visitante.

2 – Considerando (AG + APGTI + ARTI)/Professor Equivalente sem o substituto/visitante.

3 – Funcionários equivalente sem os Prestadores de serviço.

4 – Considerando (AG + APTI + ARTI)/Técnico sem os Prestadores de serviço.

5 – Funcionários equivalente sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalente sem os Substitutos/Visitantes.

6 – Funcionários equivalente sem os Prestadores de serviço/Docentes equivalente.

7 – Considerando apenas os ingressantes do Vestibular/PAS.

18 Movimentação Financeira das Fundações de Apoio

A RCD n. 15/2005 regula as relações entre a FUB e as Fundações de Apoio no que tange às movimentações financeiras da taxa FAI. Em 2006, os instrumentos de controle da arrecadação e execução foram implementados pelo DAF para melhor acompanhamento da utilização dos recursos públicos transferidos a essas organizações. No mencionado

regulamento foram definidos os seguintes tipos de movimentações contábil/financeiro dos recursos das fundações de apoio:

- a) recursos decorrentes de instrumentos contratuais celebrados entre a fundação de apoio e terceiros, com participação da FUB (art. 3º, I, da RCD n. 15/2005);
- b) recursos decorrentes de instrumentos contratuais celebrados diretamente entre a fundação de apoio e terceiros, sem a participação da FUB (art. 3º, II, da RCD n. 15/2005). Merece esclarecer que esse tipo de movimentação esteve suspenso até 5/3/2006, a fim de que as instituições procedessem às necessárias adaptações para o cumprimento do dispositivo (RCD 24/2005). A partir desta data, passou a vigorar o dispositivo da norma que determina a incidência de 6% de FAI.
- c) recursos decorrentes de contratos de prestação de serviços, celebrados entre a FUB e terceiros, tendo como interveniente, executora, a fundação de apoio (art. 3º, III, da RCD n. 15/2005);
- d) recursos oriundos de convênios, contratos ou atos similares, quando as partes envolvidas forem exclusivamente FUB e fundação de apoio (art. 4º da RCD n. 15/2005);
- e) recursos oriundos de taxas de inscrição em cursos, palestras, congressos ou atividades afins, sobre os quais há incidência de FAI; e,
- f) recursos oriundos de convênios institucionais (advindos de órgãos de fomento, entre outros) que sejam repassados para a FUB, sem contraprestação de serviços, sobre os quais não há incidência de FAI.

As Tabelas 18.01 a 18.04 apresentam os relatórios de acompanhamento dos recursos movimentados pelas Fundações de Apoio FINATEC e FEMAT, elaborados pelas próprias Fundações. De acordo com as orientações do TCU, estão dispostos os projetos desenvolvidos pelas Fundações, ainda vigentes, com discriminação do número do instrumento contratual, o objeto, prazo de vigência e os recursos financeiros.

Cumprir informar que as Fundações de Apoio – responsáveis pelo gerenciamento de projetos científicos relacionados às atividades de ensino e pesquisa da FUB – estão em processo de credenciamento pelo MEC.

18.1 Movimentações Financeiras da FINATEC

No seu relatório, a FINATEC evidencia que estão em vigor 88 instrumentos contratuais plurianuais entre contratos, convênio, acordos, inclusive em moeda estrangeira, sendo R\$ 49,9 milhões, US\$ 3,392 milhões, € 92,7 mil e Yen 9,8 milhões (Tabelas 18.01 e 18.02).



Para efeito de acompanhamento do valor aplicado à FUB, merece detalhar os tipos de movimentações financeiras incidentes de taxa FAI:

- os recursos decorrentes de instrumentos contratuais celebrados entre a fundação de apoio e terceiros, com participação da FUB (tipo “a”) alcançam R\$ 6,6 milhões. Deste total, R\$ 981,8 mil foram efetivamente captados pela Fundação no ano de 2010, sendo repassado à FUB 55% do montante devido;
- os ingressos da ordem de US\$ 2,670.759 com recursos decorrentes de Acordo Internacional de Cooperação Técnica e Científica com a ANATEL (tipo “c”), executada por meio da *The International Telecommunications Union*, visa ao treinamento técnico profissional, pesquisas e dois eventos acadêmicos da FT/ENE. Pelos dados apresentados, o valor aplicado à FUB (R\$ 1,3 mil) representa 10% do montante efetivamente captado no exercício.

Assim, é possível depreender que, no ano de 2010, o valor total aplicado pela FINATEC à FUB de R\$ 55,6 mil representa 56% do valor de FAI devido, sendo R\$ 20,7 mil aplicado nas unidades.

Tabela 18.01: Identificação dos Instrumentos Contratuais/Fundação Apoiadora: FINATEC, 2010

Projeto	Unidade da UnB envolvida	Identificação do Instrumento Contratual				Objeto
		Origem	Tipo do instrumento Contratual	N. do instrumento	Prazo de Vigência	
00016/2000	GRE	FUB	Acordo	3065	8/1/1997 a 8/1/2027	Permissão de uso de área especificada para construção da sede da FINATEC.
00142/2000	ENC	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	1º/1/1993 a Indeterminado	Laboratório de Ensaio de Materiais (LEM) do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (ENC/UnB).
00143/2000	ENC	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	1º/1/1993 a 19/4/2010	Laboratório de Recuperação de Estruturas do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental.
00145/2000	GRM	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	1º/1/1993 a 9/12/2010	Laboratório de Geoquímica da UnB.
00146/2000	NUT	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	1º/1/1994 a 9/12/2010	Laboratório de Higiene de Alimentos (NUT) da UnB.
00148/2000	ENM	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	1º/1/1995 a 9/12/2010	Laboratório de Metrologia Dinâmica (LMD) da UnB.
00157/2000	IQ	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	13/3/1997 a 19/4/2010	Laboratório de Química Analítica Ambiental.
00158/2000	GMP	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	1º/1/1993 a 9/12/2010	Laboratório de Microsonda do GMP da UnB.
00167/2000	ENM	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	22/5/1998 a Indeterminado	Laboratório de Metrologia do Departamento de Engenharia Mecânica.
00172/2000	GEO	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	15/1/1999 a Indeterminado	Laboratório de Geocronologia (GEO) da UnB
00193/2000	ENM	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	18/5/2007 a 21/5/2010	Laboratório de Ensaio em Móveis (LabMov).
00188/2001	ENM	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	18/7/2001 a indeterminado	Laboratório de Engenharia de Segurança Ambiental.
00897/2003	ENE	THE INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION	Acordo Internacional	CTR 03/444	28/5/2003 a 5/3/2010	Cooperação Técnica e Científica com a ANATEL executada por meio da <i>The International Telecommunications Union</i> visando: Treinamento Técnico profissional, pesquisas e dois eventos acadêmicos.
00902/2003	ENC	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	9/7/2003 a 19/4/2010	Laboratório de Geotecnia do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental
01284/2004	ENC	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	4/2/2004 a 9/12/2010	Laboratório de Projetos do Departamento de Engenharia Civil e Ambiental da Universidade de Brasília (ENC/UnB).
01296/2004	GEO	PETROBRAS	Convênio	5465	26/4/2004 a 26/4/2014	Rede de Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais – Instalação dos laboratórios nacionais de LAM - MC - ICPMS
01299/2004	FAV	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	17/2/2004 a 20/8/2010	Laboratório de Microbiologia de Alimentos da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária



Projeto	Unidade da UnB envolvida	Identificação do Instrumento Contratual				Objeto
		Origem	Tipo do instrumento Contratual	N. do instrumento	Prazo de Vigência	
						da Universidade de Brasília (FAV/UnB).
01650/2004	BOT	NSF	Acordo Internacional	S/N	1º/9/2003 a Indeterminado	<i>Biocomplexity of Hydrologically Controlled Vegetation Dynamics: Quantitative Comparative Analysis between the Everglades and Cerrado Ecosystems Under Soil Moisture and Nutrient Spatiotemporal Dynamics.</i>
02058/2005	ZOO	ICIB	Contrato de Doação	CP FY 05/072	24/6/2005 a 30/6/2010	Identificação de áreas-chave para a conservação da biodiversidade do Cerrado.
02066/2005	ENM	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	30/6/2005 a 20/4/2010	Laboratório de Ensaios de Materiais do Departamento de Engenharia Mecânica da UnB.
02074/2005	FAV	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	9/5/2005 a 19/4/2010	Laboratório de Microbiologia Molecular e Biotecnologia (MMB) da Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária.
02182/2005	ENC	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	12/9/2005 a 9/12/2010	Laboratório de Pavimentação do Departamento de Engenharia Civil da UnB.
02183/2005	ENC	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	12/9/2005 a 9/12/2010	Laboratório de Solos Tropicais do departamento de Engenharia Civil da Universidade de Brasília (ENC/UnB).
02191/2005	ENM	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	29/8/2005 a 21/5/2010	Laboratório de Ar Condicionado e Refrigeração (LaAR) do Departamento de Engenharia Mecânica.
02357/2005	ENM	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	14/12/2005 a Indeterminado	Laboratório de Fadiga da Universidade de Brasília (UnB).
02389/2006	PST	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	17/1/2006 a 20/4/2010	Laboratório de Psicologia Social e do Trabalho (PST/UnB)
02510/2006	ECL	WHRC	Contrato	F2006YR1	1º/5/2006 a 14/2/2010	<i>Interactions of Edaphic and Land Use Factors on Water Budgets in the Cerrado Region of Brasi.l</i>
02525/2006	BOT	NCSU	Contrato	2006-0042-01	15/3/2006 a 28/2/2010	<i>Evolutionary and Ecological Feedbacks as Determinants of Savanna-Forest Dynamics.</i>
02528/2006	FAV	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	17/4/2006 a 21/5/2010	Laboratório de Epidemiologia Veterinária (Lab EpiPlan) da FAV.
02683/2006	ENE	EXPANSION TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S/A (ETEE)	Contrato	03/2006	31/7/2006 a 30/4/2010	Protótipo de sistema robótico aéreo para auxílio à inspeção de linhas de transmissão.
02686/2006	ENM	CELG	Contrato de Prestação de Serviços	PRGE – 0023/2006	8/8/2006 a 7/2/2010	Efeito da carga de pré-esticamento na resistência à fadiga de cabos condutores de energia.
02693/2006	GEO	PETROBRAS	Termo de Cooperação	5891	14/6/2006 a 12/6/2012	Implantação de uma rede temática em rede de estudos geotectônicos.



Projeto	Unidade da UnB envolvida	Identificação do Instrumento Contratual				Objeto
		Origem	Tipo do instrumento Contratual	N. do instrumento	Prazo de Vigência	
02694/2006	GEO	PETROBRAS	Termo de Cooperação	5899	10/5/2006 a 8/5/2012	Implantação de uma rede temática em rede de estudos em sedimentologia e estratigrafia.
02695/2006	GRE	PETROBRAS	Termo de Cooperação	5898	31/5/2006 a 29/5/2012	Implantação de uma rede temática em rede de pesquisa em bioprodutos.
02697/2006	GRE	PETROBRAS	Termo de Cooperação	5897	10/5/2006 a 7/5/2012	Implantação de uma rede temática em conservação e recuperação de ecossistemas e remediação de áreas impactadas.
02706/2006	ENM	COMUNIDADE EM GERAL	Outros	S/N	18/8/2006 a 20/4/2010	Laboratório de Ensaios Mecânicos do Departamento de Engenharia Mecânica da UnB.
02766/2006	ENE	CEB	Contrato	0103/2006	23/1/2007 a 30/7/2010	Ferramenta computacional de análise e gestão de qualidade da energia elétrica.
02843/2006	GRM	FINEP	Convênio	5978	26/9/2006 a 26/3/2011	Levantamentos hidrográficos e cartografia eletrônica para segurança da navegação em hidrovias
02866/2006	FEF	FINEP	Convênio	5987	5/10/2006 a 5/7/2011	Esporte e Lazer – A Cidadania em Construção: Análise do Programa.
02912/2006	DPP	FINEP	Convênio	6004	30/10/2006 a 30/10/2011	Aperfeiçoamento da Infraestrutura de Laboratórios de Pesquisa da UnB.
02923/2006	GEO	FINEP	Convênio	6008	13/11/2006 a 13/11/2011	Capacitação Laboratorial da Rede Geocronos – Laboratório de Geocronologia da UnB.
02958/2006	GEO	PETROBRAS	Convênio	6041	24/11/2006 a 16/5/2011	Geocronologia Ar-Ar e a Tectônica de Bacias Sedimentares Brasileiras.
02986/2007	GRM	FINEP	Convênio	6072	26/12/2006 a 26/4/2011	Geofísica para estudos geotectônicos e de recursos hídricos.
02992/2007	IQ	PETROBRAS	Termo de Compromisso	00 5000286670 64	20/12/2006 a 9/6/2010	Estabelecer as condições para o repasse, pela Petrobrás, do valor referente à taxa de bancada a que os professores orientadores dos trabalhos vencedores de cada categoria fazem jus, na 2ª edição do Prêmio Petrobras de Tecnologia.
03002/2007	ENM	ELETRONORTE	Contrato	4500058750	29/12/2006 a 28/2/2010	Desenvolvimento e construção de sistema robotizado para reparos de falhas de cavitação em turbinas hidráulicas.
03190/2007	ENC	COMUNIDADE EUROPEIA	Contrato	MIF2-CT- 2007- 040375	19/7/2007 a 12/7/2011	<i>Modelling Anisotropy and Destructuration in Unsaturated Soils (MADUS).</i>
03203/2007	ENM	FINEP	Convênio	6280	14/a5/2007 a 14/8/2011	Projeto de Educação Continuada em Ciências da Engenharia.
03411/2007	BOT	NCSU	Contrato	2006-0227-	19/1/2007 a 31/12/2010	<i>The Role of Species Traits in Governing Positive</i>



Projeto	Unidade da UnB envolvida	Identificação do Instrumento Contratual				Objeto
		Origem	Tipo do instrumento Contratual	N. do instrumento	Prazo de Vigência	
				01		<i>Feedbacks At Savanna-Forest Boundaries.</i>
03423/2007	GEO	CPRM	Contrato de Prestação de Serviços	034/PR/07	29/6/2007 a 30/1/2010	Realização de mapeamento geológico e levantamento de recursos minerais, dentro do Programa Geologia do Brasil do PPA 2004-2007 do Governo Federal.
03424/2007	ENC	PETROBRAS	Carta/Contrato	0802.003398 2.07.3	6/7/2007 a 14/6/2011	Execução dos serviços de consultoria para construção de túneis pelas metodologias construtivas em NATM, TBM e EPB.
03433/2007	GEO	PETROBRAS	Convênio	4600244093	29/8/2007 a 12/8/2011	Ampliação da Infraestrutura dos Laboratórios de Difração de Raio-X, Micro-paleontologia, Geoquímica e Mineralogia Aplicada, do Instituto de Geociências da UnB.
03538/2007	ENM	EXPANSION TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A (ETIM)	Contrato	01 / 2007	22/10/2007 a 22/10/2010	Acúmulo de danos por fadiga em cabos condutores de alumínio submetidos a blocos de carregamento com amplitude variável.
03567/2007	ECL	PETROBRAS	Convênio	6472	7/1/2008 a 21/12/2011	Controle da Espécie Invasora <i>Melinis Minutiflora Beauv.</i> (capim-gordura) para Aplicação em Faixas de Servidão de Estruturas Lineares de Transporte em Áreas de Cerrado.
03578/2007	DPP	FINEP	Convênio	6481	30/11/2007 a 30/11/2011	Modernização da Infraestrutura de Pesquisa da UnB.
03667/2007	CDS	INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DA FRANÇA	Outros	S/N	18/12/2007 a 18/12/2010	Cadeias Avícolas na França e no Brasil: Impactos sobre o desenvolvimento sustentável nas microrregiões produtivas e nos Territórios (AVITER).
03676/2007	GEO	PETROBRAS	Termo de Cooperação	6482	7/1/2008 a 5/1/2012	Andares Alagoas, Jiquiá e Buracica: Estudo Taxonômico dos Ostracodes das Bacias de Campos e de Santos.
03682/2007	ENM	ELETRONORTE	Contrato	4500063744	20/12/2007 a 20/6/2010	Interação Fluido-Estrutura em anéis distribuidores de turbinas hidráulicas
03683/2007	EFL	ELETRONORTE	Contrato	4500063751	20/12/2007 a 19/9/2010	Atividade Florestal Madeireira na Área de Influência do Complexo Hidrelétrico Belo Monte.
03701/2008	DPP	FINEP	Convênio	6767	27/12/2007 a 27/6/2011	Infraestrutura de Pesquisa do Campus UnB Planaltina.
03702/2008	EFL	BOTICÁRIO	Contrato de Patrocínio	S/N	31/12/2007 a 31/3/2010	Vegetação arbustivo-arbórea em áreas de Cerrado rupestre: conhecer para preservar – 0765_20072.
03742/2008	FAR	FINEP	Convênio	2106/07	18/7/2008 a 18/7/2012	Rede de Detecção de Resíduos e Contaminantes em Alimentos – Capacitação de Laboratórios de



Projeto	Unidade da UnB envolvida	Identificação do Instrumento Contratual				Objeto
		Origem	Tipo do instrumento Contratual	N. do instrumento	Prazo de Vigência	
						Ensaio.
03752/2008	ENM	ELETRONORTE	Contrato	4500064028	4/4/2008 a 4/10/2010	Turbina hidrocínética para comunidades amazônicas isoladas – Desenvolvimento de Produto.
03753/2008	IF	ELETRONORTE	Contrato	4500063745	3/4/2008 a 2/5/2011	Pesquisa e Desenvolvimento de Óleos Isolantes Magnéticos para Transformadores.
03790/2008	ECL	UNIVERSITY HAMPSHIRE	Acordo	08-085	1º/3/2008 a 14/2/2011	<i>A Historical Reconstruction of Vegetation Change and a Carbon Budget for the Brazilian Cerrado Using multiple Satellite Sensors and Historical Aerial Photography.</i>
03872/2008	FAV	FAPDF	Termo de Outorga e Aceitação	006/2008	27/6/2008 a 29/7/2010	Diagnóstico Sorológico e Molecular de Brucelose no Distrito Federal.
03914/2008	VIS	FUB	Contrato	6442	27/12/2007 a 30/3/2010	Desenvolvimento Tecnológico na Área de Reciclagem e Produção de Papel Artesanal.
03931/2008	CFS	JAPAN SCIENCE AND TECHNOLOGT AGENCY	Acordo	S/N	1º/8/2008 a 31/3/2010	<i>Role of the extrageniculate system in development of emotion.</i>
04004/2008	IG	PETROBRAS	Termo de Cooperação	6805	28/7/2008 a 23/7/2011	Implantação de Laboratório de Isótopos de enxofre no Instituto de Geociências da Universidade de Brasília.
04009/2008	NMT	FINEP	Convênio	6894	27/10/2008 a 27/10/2012	Estudo Multicentro da eficácia e segurança dos fármacos recomendados para o tratamento da Leishmaniose Visceral do Brasil.
04017/2008	CIC	FINEP	Convênio	6877	23/10/2008 a 23/10/2011	Sistema de Controle e Monitoramento de Veículos.
04074/2008	DPP	FINEP	Convênio	6891	26/11/2008 a 26/11/2011	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Pesquisa da UnB.
04124/2008	GEO	PETROBRAS	Termo de Cooperação	6897	5/12/2008 a 28/5/2011	Detalhamento Estratigráfico do Neoproterozóico da Bacia de São Francisco.
04138/2009	FAC	FAUF	Contrato de Cooperação	S/N	19/1/2009 a 10/1/2010	Planaltina 150 anos: Cultura, Patrimônio Histórico e Comunicação.
04144/2009	SIS	GOIÁS SUL	Contrato de Prestação de Serviços	S/N	1º/2/2009 a 1º/6/2011	Prestação de serviços de consultoria na área de sismologia envolvendo a realização de monitoramento sísmológico na região da área de influência das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH"s) de Nova Aurora e Goiandira, localizadas no Rio Veríssimo no Estado de Goiás.
04156/2009	UnB Gama	FINEP	Convênio	7109	4/5/2009 a 4/5/2011	Promoção da engenharia para a Faculdade de Engenharia da UnB Gama.
04165/2009	ENE	REDE NACIONAL DE ENSINO	Convênio de	S/N	30/3/2009 a 30/11/2010	H.264-SETUP: Desenvolvimento de linhas



Projeto	Unidade da UnB envolvida	Identificação do Instrumento Contratual				Objeto
		Origem	Tipo do instrumento Contratual	N. do instrumento	Prazo de Vigência	
		E PESQUISA	Cooperação Técnica			mestras para operação e configuração de sistemas de compressão de vídeo.
04176/2009	SIS	DM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA	Contrato de Prestação de Serviços	DM-273-UHSF-017-09-PSV-PJ	8/5/2009 a 31/3/2011	Execução de serviços técnicos especializados de consultoria na área de Sismologia, envolvendo a realização do monitoramento sismológico na região da PCH São Francisco.
04182/2009	CIC	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA	Convênio de Cooperação Técnica	S/N	25/5/2009 a 25/5/2011	Sistema em Chip para o Terminal de Acesso do Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SoC-SBTv) do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (CTIC).
04186/2009	CIORD	Goiás Serviços de Manutenção e Conservação em Edificações Ltda.	Contrato de Prestação de Serviços	S/N	24/8/2009 a 22/3/2010	Consultoria na área de compensação ambiental envolvendo a realização de Procedimentos para Cálculo do seu valor no estado de Goiás. Desenvolvimento de Metodologia
04188/2009	ENM	MME	Contrato	S/N	12/6/2009 a 11/3/2010	Levantamento do potencial de geração de eletricidade a partir de fontes alternativas renováveis para sistemas isolados no Distrito Florestal sustentável.
04201/2009	IQ	RENEWABLE FUEL PRODUCTS	Acordo	S/N	9/7/2009 a 9/7/2011	Desenvolver e implementar um catalisador para uso no craqueamento/coluna de destilação.
04243/2009	GEO	CPRM	Contrato de Prestação de Serviços	089/PR/09	30/12/2008 a 30/6/2010	Realização de serviços especializados de análises isotópicas e determinações geocronológicas de 100 amostras pelo método U-Pb LAICPMS e de 225 amostras pelo método Sm-Nd em rochas e minerais no Laboratório de Geocronologia.
04282/2009	NMT	FIOCRUZ	Convênio	180/2008	29/9/2009 a 28/9/2011	Ensaio Clínico para o Programa de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Pública/PDTSP, Projeto: Estudo aberto randomizado para avaliação de segurança e eficácia da Azitromicina em comprimidos para tratamento de Leishmaniose cutânea, comparado ao tratamento convencional com antimoniato de N-Metil-Glucamina.
04580/2010	FAV	WCS Associação, Conservação da Vida Silvestre	Contrato de Patrocínio	S/N	7/1/2010 a Indeterminado	Patrocínio pela WCS para desenvolvimento do projeto Avaliação do papel do porco-monteiro (forma feral de <i>Sus scrofa domesticus</i>) na cadeia epidemiológica da brucelose e leptospirose na



Projeto	Unidade da UnB envolvida	Identificação do Instrumento Contratual				Objeto
		Origem	Tipo do instrumento Contratual	N. do instrumento	Prazo de Vigência	
						região do Pantanal sul-mato-grossense".
04626/2010	GEO	FADESP	Ordem de Fornecimento	1464.10	1º/6/2010 a 1º/7/2010	Apoio administrativo e gerencial dos recursos oriundos da execução de análises de 10 (dez) determinações espectrométricas pelo método U-Pb por ICPMS LASER ABLATION
04688/2010	IQ	RHODIA	Termo de Compromisso	S/N	18/5/2010 a 18/11/2012	Desenvolvimento de Solvente a partir de Fonte Renovável
04822/2010	ECL	CIW	Outros	S/N	1º/10/2010 a 30/9/2012	Distribuição de Palmeiras e Estrutura da Vegetação em Áreas de Floresta de Terra Firme na Região da Flona do Tapajós.
04931/2010	FAV	WCS Associação, Conservação da Vida Silvestre	Outros	S/N	21/12/2010 a 21/12/2012	Tripanosomatídeos como um modelo para estudo da interface do ambiente urbano com silvestre

Fonte: FINATEC, 2010



Projeto	Tipo de Mov. Financeira	Recursos				FAI/UnB/Finatec		
		Valor total contratado (Vigência Plurianual)	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores	Valor efetivamente captado no ano de 2010	Total incidente no ano de 2010	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores	Total aplicado no ano de 2010	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas no ano de 2010
02389/2006	A	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02510/2006	F	\$140.700,00	\$140.700,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02525/2006	F	\$73.000,00	\$73.000,00	\$0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02528/2006	A	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02683/2006	A	R\$ 306.183,96	R\$ 300.408,96	R\$ 5.775,00	R\$ 577,50	R\$ 30.040,90	R\$ 577,50	R\$ 144,38
02686/2006	A	R\$ 585.744,00	R\$ 559.068,00	R\$ 1.800,00	R\$ 225,00	R\$ 69.879,76	R\$ 225,00	R\$ 149,40
02693/2006	F	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02694/2006	F	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02695/2006	F	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02697/2006	F	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02706/2006	A	R\$ 0,00	R\$ 30.268,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.842,88	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02766/2006	A	R\$ 479.015,00	R\$ 439.265,00	R\$ 39.750,00	R\$ 7.950,00	R\$ 87.853,00	R\$ 7.950,00	R\$ 3.975,00
02843/2006	F	R\$ 722.935,50	R\$ 722.935,50	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02866/2006	F	R\$ 331.130,00	R\$ 331.130,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02912/2006	F	R\$ 4.100.562,00	R\$ 4.100.562,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02923/2006	F	R\$ 214.500,00	R\$ 164.900,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02958/2006	F	R\$ 2.037.770,00	R\$ 1.777.770,00	R\$ 216.000,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02986/2007	F	R\$ 1.952.880,00	R\$ 1.952.880,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
02992/2007	F	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03002/2007	A	R\$ 817.873,51	R\$ 759.720,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 63.642,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03190/2007	F	€ 65.200,00	R\$ 0,00	€ 52.160,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03203/2007	F	R\$ 491.956,50	R\$ 491.956,50	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03411/2007	F	\$83.183,00	\$74.320,00	\$8.863,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03423/2007	A	R\$ 207.000,00	R\$ 165.600,00	R\$ 20.700,00	R\$ 2.070,00	R\$ 16.560,00	R\$ 2.070,00	R\$ 0,00



Projeto	Tipo de Mov. Financeira	Recursos				FAI/UnB/Finatec		
		Valor total contratado (Vigência Plurianual)	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores	Valor efetivamente captado no ano de 2010	Total incidente no ano de 2010	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores	Total aplicado no ano de 2010	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas no ano de 2010
03424/2007	A	R\$ 408.000,00	R\$ 16.875,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.531,25	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03433/2007	F	R\$ 2.879.058,21	R\$ 2.293.949,97	R\$ 585.108,24	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03538/2007	A	R\$ 249.790,00	R\$ 231.311,63	R\$ 18.478,37	R\$ 3.010,13	R\$ 37.680,67	R\$ 3.010,13	R\$ 1.162,29
03567/2007	F	R\$ 367.725,22	R\$ 204.954,54	R\$ 113.696,91	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03578/2007	F	R\$ 3.931.916,00	R\$ 3.931.916,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03667/2007	F	€ 27.540,00	€ 27.540,00	€ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03676/2007	F	R\$ 2.227.862,40	R\$ 1.606.523,37	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03682/2007	A	R\$ 391.600,00	R\$ 341.990,00	R\$ 10.450,00	Repassa somente na última parcela do contrato	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03683/2007	A	R\$ 454.175,00	R\$ 408.757,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 10.300,69	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03701/2008	F	R\$ 717.328,00	R\$ 717.328,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03702/2008	F	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03742/2008	F	R\$ 1.367.444,24	R\$ 1.283.533,32	R\$ 83.910,92	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03752/2008	A	R\$ 765.140,00	R\$ 611.255,00	R\$ 77.371,00	R\$ 7.737,10	R\$ 61.125,50	R\$ 7.737,10	R\$ 0,00
03753/2008	A	R\$ 1.026.109,05	R\$ 791.640,00	R\$ 131.848,14	R\$ 8.042,74	R\$ 48.290,65	R\$ 8.042,74	R\$ 3.915,89
03790/2008	F	\$225.000,00	\$75.000,00	\$45.977,80	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03872/2008	F	R\$ 49.819,40	R\$ 49.819,40	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03914/2008	D	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em contratos com a FUB	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
03931/2008	F	YEN 9.800.000,00	YEN 9.800.000,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04004/2008	F	R\$ 1.261.950,00	R\$ 1.040.000,00	R\$ 221.950,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04009/2008	F	R\$ 966.000,00	R\$ 657.300,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04017/2008	F	R\$ 438.960,00	R\$ 145.150,00	R\$ 146.150,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04074/2008	F	R\$ 4.507.653,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00



Projeto	Tipo de Mov. Financeira	Recursos				FAI/UnB/Finatec		
		Valor total contratado (Vigência Plurianual)	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores	Valor efetivamente captado no ano de 2010	Total incidente no ano de 2010	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores	Total aplicado no ano de 2010	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas no ano de 2010
04124/2008	F	R\$ 375.051,69	R\$ 193.270,84	R\$ 181.780,85	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04138/2009	F	R\$ 28.390,00	R\$ 28.390,00	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04144/2009	A	R\$ 188.944,00	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04156/2009	F	R\$ 244.650,00	R\$ 85.150,00	R\$ 159.500,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04165/2009	F	R\$ 822.000,00	R\$ 319.666,66	R\$ 367.233,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04176/2009	A	R\$ 18.020,00	R\$ 5.406,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 540,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04182/2009	F	R\$ 1.118.467,94	R\$ 660.000,00	R\$ 171.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04186/2009	A	R\$ 73.000,00	R\$ 32.350,00	R\$ 10.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 3.235,00	R\$ 1.000,00	R\$ 500,00
04188/2009	A	R\$ 183.162,05	R\$ 64.106,71	R\$ 119.055,34	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04201/2009	F	R\$ 100.000,00	R\$ 46.184,04	R\$ 0,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04243/2009	A	R\$ 462.500,00	R\$ 108.500,00	R\$ 285.125,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04282/2009	F	R\$ 295.335,00	R\$ 180.000,00	R\$ 31.335,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04580/2010	F	R\$ 29.700,00	R\$ 0,00	R\$ 17.820,00	Não existe FAI em convênios de pesquisa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04626/2010	A	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04688/2010	F	R\$ 105.882,35	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04822/2010	F	R\$ 12.553,90	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
04931/2010	F	R\$ 29.656,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
15) SUBTOTAL DOS PROJETOS EM REAIS:		R\$ 49.914.710,52	R\$ 40.585.465,29	R\$ 3.290.455,22	R\$ 55.615,97	R\$ 561.725,48	R\$ 55.615,97	R\$ 20.658,75
16) SUBTOTAL DOS PROJETOS EM DÓLARES:		\$3.392.642,20	\$563.020,00	\$54.840,80	-	-	-	-
17) SUBTOTAL DOS PROJETOS EM EUROS:		€ 92.740,00	€ 27.540,00	€ 52.160,00	-	-	-	-
18) SUBTOTAL DOS PROJETOS EM IENS:		YEN 9.800.000,00	YEN 9.800.000,00	-	-	-	-	-
19) RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES (No ano:		R\$ 4.929,54	-	-	-	-	-	-

* Conforme informado anteriormente, no caso dos laboratórios não existe um contrato, por isso a coluna (8) encontra-se zerada.

** No caso dos convênios, como não existem valores devidos do FAI, não foi informado o valor repassado (9).



18.2 Movimentações Financeiras da FEMAT

A FEMAT movimentou recursos oriundos de taxas de inscrição em cursos de especialização da ordem de R\$ 175,7 mil (Tabelas 18.03 e 18.04). Não houve, entretanto, captação de recursos no ano de 2010 e aplicação de FAI à FUB.

A FEMAT informou que os recursos oriundos do FAI referentes ao MAT, do VII Curso de Especialização em Matemática para Economia e Administração, deverão ser aplicados na aquisição de três computadores com monitor, teclado e mouse de acordo com a configuração na proposta, sendo o custo total de R\$ 7,8 mil.

Tabela 18.03: Identificação dos Instrumentos Contratuais/Fundação Apoiadora: FEMAT, 2010

Unidade da UnB envolvida	Identificação do Instrumento Contratual				
	Origem	Tipo do instrumento contratual	N. do instrumento	Prazo de Vigência	Objeto
Mat	alunos	Outros	SN	3/7 a 9/8	VII Curso Especializaçã

Fonte: FEMAT, 2010



Tabela 18.04: Ingresso de Recursos ao FAI UnB/Fundação Apoiadora: FEMAT, 2010

Tipo de Mov. Financeira	Recursos				FAI / UnB		
	Valor total contratado (Vigência Plurianual)	Saldos Recursos Captados em exercícios anteriores	Valor efetivamente captado no ano de 2010	Total incidente no ano de 2010	Saldos recursos aplicados em exercícios anteriores	Total aplicado no ano de 2010	Aplicado relativo às Unidades Acadêmicas no ano de 2010
e	R\$ 175.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
1) Subtotal	R\$ 175.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2) Rendimento das aplicações						R\$ 377,00	
3) Total	R\$ 175.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 377,00	R\$ 0,00

Fonte: FEMAT, 2010



Referências

BRASIL. Presidência da República. Lei Orçamentária Anual n. 12.214/2010.

FUB. Fundação Universidade de Brasília. Bases do Planejamento Estratégico e Tático 2006 a 2010, ano 2007.

FUB. Fundação Universidade de Brasília. Manual de Planejamento 2006 a 2010, ano 2007.

FUB. Fundação Universidade de Brasília. Relatório Anual de Gestão. Brasília, 2009.

TCU. Tribunal de Contas da União. Portaria n. 277/2010.

TCU. Tribunal de Contas da União. Decisão Normativa n. 107/2010.

UnB. Universidade de Brasília. Orçamento Programa Interno. Brasília, 2009.



Anexo A: Normas Infralegais

Quadro A.01: Normas Infralegais Relacionadas à Gestão e Estrutura da UJ – Resoluções CONSUNI e CAD

Ano	Nº	Conselho	Assunto
1986	05	CAD	Estabelece critérios para alocação de servidores administrativos nas Unidades Acadêmicas.
1987	01	CAD	Aprova a implantação do processo de hierarquização dos servidores técnico-administrativos da FUB, nos termos da proposta apresentada pela DRH/FUB.
	01-A	CAD	Dispõe sobre a concessão de bolsas de viagem para cobrir despesas com pousada de alimentação dos alunos da FUB, fora do DF.
1988	01	CAD	Define e estabelece critérios para concessão e utilização do Alojamento Estudantil/UnB.
	03	CAD	Estabelece as Normas de Avaliação do Pessoal Técnico-Administrativos da FUB.
	06	CAD	Dispõe sobre a taxa de ocupação do AE.
1989	03	CAD	Estabelece as Normas de Avaliação do Desempenho Funcional do Pessoal Técnico-Administrativos da FUB.
1990	04	CAD	Aprova o regimento Interno da Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativos (CPPTA).
	08	CAD	Estabelece critérios para cálculos e fixação dos valores da taxa de ocupação dos imóveis da FUB.
1991	07	CAD	Estabelece normas para destinação dos recursos para passagens, diárias, hospedagens e <i>pro labore</i> .
	08	CAD	Estabelece as normas gerais de ocupação da casa do estudante da UnB.
	19	CAD	Estabelece critérios de ocupação dos apartamentos de trânsitos, destinados aos Institutos e Faculdades.
	21	CAD	Altera a resolução CAD n. 019/91 que estabelece critérios de ocupação dos apartamentos de trânsitos, destinados aos Institutos e Faculdades.
1992	04	CAD	Regulamenta as normas para concessão de passagem, diária, hospedagem e <i>pro labore</i> no âmbito das UA.
1994	11	CAD	Estabelece normas para aluno-servidor na UnB.
	12	CAD	Estabelece normas para solicitação, aquisição, fabricação, distribuição e avaliação de mobiliária da FUB.
1995	05	CAD	Estabelece normas para concessão, controle e cobrança de taxas para o uso de espaço físico em áreas edificadas e livres da FUB.
1996	04	CAD	Estabelece normas para captação e gestão de recursos financeiros.
1997	01	CAD	Estabelece normas para concessão renovação e administração do Programa de Bolsa de Permanência na Universidade de Brasília. Disciplina o estágio probatório dos servidores técnico-administrativos da Fundação Universidade de Brasília, de que trata o art. 20, da Lei n. 8.112/1990.
1998	01	CAD	Estabelece normas para Captação e gestão de recursos financeiros por meio de convênios e contratos.
	04	CAD	Disciplina o Estágio Probatório dos servidores técnico-administrativos da Fundação Universidade de Brasília, admitidos a partir de 5/6/1998, de que trata o art. 20 da Lei n. 8.112/1990
	05	CAD	Dispõe sobre a proteção e a alocação de direitos de propriedade intelectual.
	06	CAD	Estabelece critérios para ocupação dos apartamentos de trânsito da FUB, destinados aos Institutos e Faculdades.
1999	02	CAD	Regulamenta as normas e define a política de ocupação dos imóveis residenciais pertencentes à FUB destinados à moradia dos seus servidores.
	03	CAD	Especifica as obrigações do proprietário, locatário/ocupante e do conjunto de locatários/ocupantes quanto à manutenção dos imóveis residenciais pertencentes à FUB.
	04	CAD	Regulamenta a sistemática de pontuação e classificação de candidatos à ocupação dos imóveis residências pertencentes à FUB destinados à moradia dos seus servidores.
2000	03	CAD	Estabelece as Normas de Convívio entre os moradores dos imóveis residenciais dos blocos pertencentes à Fundação Universidade de Brasília (FUB), elaboradas pela Comissão Especial de Moradia (CEM).



Ano	Nº	Conselho	Assunto
2002	02	CAD	Estabelece Normas Gerais de Ocupação e Convívio para moradia da Casa do Estudante da Universidade de Brasília, destinada a alunos de Graduação.
	03	CAD	Estabelece normas de afastamento dos servidores técnico-administrativos para capacitação, regulamenta o horário especial para o servidor estudante, no âmbito da Fundação Universidade de Brasília, e confere outras providências.
2003	01	CAD	Estabelece critérios para ocupação dos apartamentos de trânsito da FUB.
1999	21	CONSUNI	Estabelece critérios e procedimentos para a avaliação do desempenho docente para pagamento da GED na UnB.
2003	04	CONSUNI	Cria o Programa de PG e o curso de mestrado em Informática no CIC.
2005	11	CONSUNI	Aprova o Plano de Expansão da UnB.
2009	01	CONSUNI	Instituir, no âmbito da Universidade de Brasília (UnB), a Comissão Própria de Avaliação (CPA), com a atribuição de coordenar os processos internos de avaliação da Instituição, e de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação.
	18	CONSUNI	Norma para credenciamento de Fundações de Apoio junto à FUB.
2010	01	CAD	Aprovação do orçamento 2011.
	02	CONSUNI	Aprova a criação de cursos na Universidade de Brasília no âmbito do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais da Universidade de Brasília (REUNI).
	03	CONSUNI	Aprova a composição do Conselho Comunitário da Universidade de Brasília
	10	CONSUNI	Aprovar a criação da Faculdade de Ciência da Informação (FCI).
	19	CONSUNI	Estabelece a composição do Conselho da Faculdade UnB Planaltina.
	26	CONSUNI	Aprovar a criação do Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Administração Pública a Distância.
	27	CONSUNI	Aprova o recredenciamento da FINATEC como Fundação de Apoio à Universidade de Brasília e estabelece as condicionantes a serem cumpridas pela citada Fundação.
	29	CONSUNI	Aprova emendas ao Estatuto e alterações no Regimento Geral da Universidade de Brasília e dá outras providências.
	34	CONSUNI	Aprovar a criação do Centro de Estudos do Cerrado da Chapada dos Veadeiros – UnB Cerrado.
	35	CONSUNI	Aprova a Proposta de Orçamento Programa Interno (OPI) – 2011.

Fonte: SOC, 2010.



Anexo B: Apresentação das Demonstrações Contábeis Previstas nas Leis n. 4.320/1964 e n. 6.404/1976 (elaboradas pela DCF/DAF)



Quadro B.01: Balanço Patrimonial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS			EXERCÍCIO 2010		MÊS DEZEMBRO	
TÍTULO	26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA		25/02/2011		PÁGINA 1	
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO						
ATIVO			PASSIVO			
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009	
ATIVO FINANCEIRO	268.492.216,89	357.036.358,85	PASSIVO FINANCEIRO	326.235.769,82	356.257.485,88	
DISPONÍVEL	30.904.706,93	62.436.974,28	DEPÓSITOS	10.060.126,84	3.555.767,78	
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	30.904.034,95	62.436.302,30	CONSIGNAÇÕES	257.651,93	1.611.204,15	
DISPONÍVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	671,98	671,98	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.403.046,91	880.380,49	
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	198.761.312,46	255.367.039,71	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.399.428,00	1.064.183,14	
CREDITOS A RECEBER	20.236,67	107.077.317,82	OBRIGACIONES EM CIRCULAÇÃO	233.822.605,88	253.604.824,81	
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	24.462.316,19	24.081.481,69	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.052.561,02	20.414.728,52	
RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	69.031.925,44	0,00	FORNECEDORES - DO EXERCÍCIO	5.567.995,39	5.911.294,73	
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	105.246.834,16	124.208.240,20	FORNECEDORES - DE EXERC. ANTERIORES	5.416.355,63	14.440.879,28	
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	38.826.197,50	39.232.344,86	PESSOAL A PAGAR - DO EXERCÍCIO	17.950,54	27.841,58	
VALORES DIFERIDOS	38.826.197,50	39.232.344,86	DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	50.259,46	34.712,93	
ATIVO NÃO FINANCEIRO	1.596.485.563,15	1.452.340.304,49	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	210.040.368,46	215.343.834,00	
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-15.235.788,26	-52.704.500,83	A LIQUIDAR	210.040.368,46	215.343.834,00	
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	-97.128.419,50	-120.189.088,56	VALORES EM TRANSITO EXIGÍVEIS	70.960,01	71.644,25	
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-105.246.834,16	-124.208.240,20	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	12.650.795,11	17.766.696,76	
DIVERSOS RESPONSÁVEIS	3.035.003,09	1.395.932,85	OUTRAS OBRIGACIONES A PAGAR	7.921,28	7.921,28	
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	14.310,53	51.638,45	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	82.353.037,10	99.096.893,29	
RECURSOS VINCULADOS	5.058.281,13	2.563.969,84	VALORES DIFERIDOS	79.548.505,95	80.639.185,79	
OUTROS CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	10.819,91	7.610,50	RECEITAS REALIZÁVEIS NO EXERCÍCIO SEGUINTE	2.804.531,15	18.457.707,50	
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	81.892.631,24	67.484.587,73	PASSIVO NÃO FINANCEIRO	-219.470.982,70	-229.890.349,89	
ESTOQUES	81.892.631,24	67.484.587,73	OBRIGACIONES EM CIRCULAÇÃO	-222.691.163,57	-233.110.530,76	
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	467.309,47	55.523,67	RECURSOS A LIBERAR PARA RESTOS A PAGAR	-12.650.795,11	-17.766.696,76	
CREDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	467.309,47	55.523,67	RECURSOS A LIBERAR P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-12.650.795,11	-17.766.696,76	
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	81.257,12	0,00	RETIFICACAO DE RP NÃO PROCESSADOS A LIQUID	-210.040.368,46	-215.343.834,00	
CREDITOS A RECEBER	386.052,35	55.523,67	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	3.220.180,87	3.220.180,87	
PERMANENTE	1.611.254.041,94	1.504.989.281,65	OBRIGACIONES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	3.220.180,87	3.220.180,87	
IMOBILIZADO	1.611.190.211,57	1.504.925.451,28	OBRIGACIONES A PAGAR	3.220.180,87	3.220.180,87	
BENS MOVEIS E IMOVEIS	1.611.190.211,57	1.504.925.451,28	PASSIVO REAL	106.764.787,12	126.367.135,99	
INTANGÍVEL	63.830,37	63.830,37	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.758.212.992,92	1.683.009.527,35	
ATIVO REAL	1.864.977.780,04	1.809.376.663,34	PATRIMÔNIO/CAPITAL	1.728.851.662,85	1.653.648.197,28	
			PATRIMÔNIO	1.728.851.662,85	1.653.648.197,28	
			RESERVAS	29.361.330,07	29.361.330,07	
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL ATIVA	1.864.977.780,04	1.809.376.663,34	
			SITUAÇÃO PATRIMONIAL PASSIVA	-1.864.977.780,04	-1.809.376.663,34	
ATIVO COMPENSADO	525.345.761,86	1.143.446.075,08	PASSIVO COMPENSADO	525.345.761,86	1.143.446.075,08	
COMPENSAÇÕES ATIVAS DIVERSAS	525.345.761,86	1.143.446.075,08	COMPENSAÇÕES PASSIVAS DIVERSAS	525.345.761,86	1.143.446.075,08	
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TÍTULOS E B	1.304.657,46	1.341.985,38	VALORES, TÍTULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	1.304.657,46	1.341.985,38	
GARANTIAS DE VALORES	5.997.457,44	3.552.991,32	VALORES EM GARANTIA	5.997.457,44	3.552.991,32	
DIREITOS E OBRIGACIONES CONVENIADOS	242.654.487,02	252.523.509,78	DIREITOS E OBRIGACIONES CONVENIADOS	242.654.487,02	252.523.509,78	
DIREITOS E OBRIGACIONES CONTRATUAIS	275.368.949,35	230.514.563,68	DIREITOS E OBRIGACIONES CONTRATADAS	275.368.949,35	230.514.563,68	
OUTRAS COMPENSAÇÕES	20.210,59	655.513.024,92	COMPENSAÇÕES DIVERSAS	20.210,59	655.513.024,92	
ATIVO	2.390.323.541,90	2.952.822.738,42	PASSIVO	2.390.323.541,90	2.952.822.738,42	

Assinado por
Secretário do Tesouro Nacional
[Assinatura]



Quadro B.02: Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO			EXERCÍCIO			MÊS		
BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS			2010			DEZEMBRO		
SUBTÍTULO			EMISSÃO			PÁGINA		
26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA			25/02/2011			1		
ORÇAO SUPERIOR			26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS					
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES	327.150.743,70	276.349.915,58	DESPESAS CORRENTES	1.237.271.223,30	1.031.505.506,67	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	599.668.056,29	487.552.456,27
RECEITA PATRIMONIAL	30.201.285,07	30.116.755,98	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	485.735.183,88	422.373.873,08	OUTRAS DESPESAS	485.735.183,88	422.373.873,08
RECEITA DE SERVIÇOS	277.170.254,22	232.296.098,42	DESPESA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	151.867.983,13	121.579.177,32	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.264.111,29	84.239.302,74
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.634.154,32	639.862,31	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.603.871,84	37.339.874,58	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.603.871,84	37.339.874,58
RECEITA ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	15.145.050,09	13.297.198,87	DESPESAS DE CAPITAL	104.910.496,64	128.824.922,11	INVESTIMENTOS	103.984.249,26	128.159.886,67
RECEITA DE SERVIÇOS	15.145.050,09	13.297.198,87	INVESTIMENTOS	200.000,00	100.000,00	INVERSOES FINANCEIRAS	726.247,38	565.035,44
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	7.100.169,71	DESPESAS ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	726.247,38	565.035,44	DESPESAS ENTRE ORÇÁOS DO ORÇAMENTO	726.247,38	565.035,44
ALIENACAO DE BENS	0,00	7.100.169,71	INVESTIMENTOS	726.247,38	565.035,44	INVESTIMENTOS	726.247,38	565.035,44
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.906.289,11	-12.308.599,63	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	382.090.868,87	405.102.381,84	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	382.090.868,87	405.102.381,84
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.236.563.574,82	1.123.646.865,35	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS	144.812.713,23	188.978.184,86	TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS	144.812.713,23	188.978.184,86
TRANSFERENCIAS ORÇAMENTARIAS	998.055.384,12	907.382.012,00	REPASSE CONCEDIDO	0,00	86.356,60	REPASSE CONCEDIDO	0,00	86.356,60
REPASSE RECEBIDO	893.927.630,25	759.877.722,35	SUB-REPASSE CONCEDIDO	65.264.207,28	66.581.451,60	SUB-REPASSE CONCEDIDO	65.264.207,28	66.581.451,60
SUB-REPASSE RECEBIDO	65.264.207,28	66.581.451,60	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	65.264.207,28	66.581.451,60	SUB-REPASSE CONCEDIDO NO EXERC.	65.264.207,28	66.581.451,60
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	65.264.207,28	66.581.451,60	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	41.671.190,87	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	41.671.190,87
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	37.349,09	41.690.493,19	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	79.548.505,95	80.639.185,79	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	79.548.505,95	80.639.185,79
VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	38.826.197,50	39.232.344,86	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	237.278.155,64	216.124.196,98	TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	237.278.155,64	216.124.196,98
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	238.508.190,70	216.264.853,35	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	146.759.645,79	125.425.646,80	ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA	146.759.645,79	125.425.646,80
ORDEM DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	147.994.920,29	125.577.676,53	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	142.536.766,10	124.144.237,31	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	142.536.766,10	124.144.237,31
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	143.899.493,20	124.488.375,82	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.222.879,69	1.281.409,49	DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	4.222.879,69	1.281.409,49
RECEBIMENTO DE TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS	4.095.427,09	1.089.300,71	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	90.518.509,85	90.698.550,18	TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	90.518.509,85	90.698.550,18
TRANSFERENCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	90.513.270,41	90.687.176,82	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	816.483.947,51	759.235.765,89	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	816.483.947,51	759.235.765,89
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	947.416.239,56	895.892.722,05	VALORES EM CIRCULAÇÃO	198.761.312,46	255.367.039,71	VALORES EM CIRCULAÇÃO	198.761.312,46	255.367.039,71
VALORES EM CIRCULAÇÃO	255.367.039,71	180.252.732,62	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	198.741.075,79	255.346.803,04	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	198.741.075,79	255.346.803,04
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	255.346.803,04	180.232.495,95	CREDITOS TRIBUTARIOS	20.236,67	20.236,67	CREDITOS TRIBUTARIOS	20.236,67	20.236,67
CREDITOS TRIBUTARIOS	20.236,67	20.236,67	VALORES A CLASSIFICAR	18.457.707,50	61.553.777,29	VALORES A CLASSIFICAR	18.457.707,50	61.553.777,29
VALORES A CLASSIFICAR	2.804.531,15	18.457.707,50	RECEITA A CLASSIFICAR	18.457.707,50	61.553.777,29	RECEITA A CLASSIFICAR	18.457.707,50	61.553.777,29
RECEITA A CLASSIFICAR	2.804.531,15	18.457.707,50	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCÍCIO SEGUIN	119.465.383,29	117.443.540,78	RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCÍCIO SEGUIN	119.465.383,29	117.443.540,78
RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCÍCIO SEGUIN	2.804.531,15	18.457.707,50	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	119.465.383,29	117.443.540,78	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	119.465.383,29	117.443.540,78
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	118.780.850,81	122.310.376,66	VALORES DIFERIDOS	3.555.767,78	4.166.164,33	VALORES DIFERIDOS	3.555.767,78	4.166.164,33
VALORES DIFERIDOS	118.780.850,81	122.310.376,66	DEPOSITOS	1.611.204,15	1.377.406,64	DEPOSITOS	1.611.204,15	1.377.406,64
DEPOSITOS	10.060.126,84	3.555.767,78	CONSIGNAÇÕES	1.064.183,14	958.016,43	CONSIGNAÇÕES	1.064.183,14	958.016,43
CONSIGNAÇÕES	257.651,93	1.611.204,15	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	880.380,49	1.830.741,26	DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	880.380,49	1.830.741,26
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.399.428,00	1.064.183,14	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	253.604.824,81	215.321.121,56	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	253.604.824,81	215.321.121,56
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.403.046,91	880.380,49	OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	20.352.174,01	8.490.320,88	OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	20.352.174,01	8.490.320,88
OBRIGACOES EM CIRCULAÇÃO	254.269.582,52	318.015.035,18	FORNECEDORES	20.352.174,01	7.235.320,86	FORNECEDORES	20.352.174,01	7.235.320,86
FORNECEDORES	10.984.351,02	20.352.174,01	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.255.000,00	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.255.000,00
DO EXERCÍCIO	5.567.995,39	5.911.294,73	CONVENIOS A PAGAR	27.841,58	18.445,44	CONVENIOS A PAGAR	27.841,58	18.445,44
DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.416.355,63	14.440.879,28	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	27.841,58	18.445,44	PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	27.841,58	18.445,44
PESSOAL E ENCARGOS A PAGAR	17.950,54	27.841,58						
RESTOS A PAGAR	230.487.345,10	279.754.044,37						
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	210.040.368,46	215.343.834,00						
CANCELADO	20.446.976,64	64.410.210,37						

Handwritten signature and stamp:
Carvalho do Souto
Resistor



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2010	MES DEZEMBRO
EMISSAO 25/02/2011	PAGINA 2

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
VALORES EM TRANSITO	70.960,01	71.644,25	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO	215.343.834,00	197.085.463,40
RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	12.650.795,11	17.766.696,76	VALORES EM TRANSITO	71.644,25	94.681,89
OUTROS DEBITOS	50.259,46	34.712,93	RECURSOS A LIBERAR POR TRANSFERENCIA	0,00	59.939,52
OUTRAS OBRIGACOES	7.921,28	7.921,28	RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	17.766.696,76	9.546.877,69
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	306.134.108,53	253.301.102,31	OUTROS DEBITOS	34.712,93	17.471,48
INCORPORACAO DE DIREITOS	199.342.444,95	242.975.380,61	OUTRAS OBRIGACOES	7.921,28	7.921,28
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	199.342.444,95	206.454.677,88	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES	222.638.951,67	105.384.122,22
OUTRAS INCORPORACOES DE DIREITOS	0,00	36.520.702,73	BAIXA DE DIREITOS	159.874.952,51	79.276.745,56
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES	26.189.826,88	9.735.521,70	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	159.874.952,51	79.276.745,56
EXERCICIOS ANTERIORES	2.173.130,12	188.644,01	INCORPORACAO DE OBRIGACOES	12.650.795,11	17.769.496,51
RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	24.016.696,76	9.546.877,69	RECURSOS DIVERSOS A LIBERAR	12.650.795,11	17.766.696,76
AJUSTES DE CREDITOS	80.601.836,70	590.200,00	OUTRAS INCORPORACOES DE OBRIGACOES	0,00	2.799,75
VARIACAO CAMBIAL	0,00	590.200,00	AJUSTES DE OBRIGACOES	50.113.204,05	8.337.880,15
AJUSTES FINANCEIROS A CREDITO	80.601.836,70	0,00	ATUALIZACAO MONETARIA FINANCEIRA	10.476.348,89	4.708.242,75
DISPONIBILIDADE DO PERIODO ANT	62.436.974,28	96.424.477,73	AJUSTES FINANCEIROS A DEBITO	39.636.855,16	3.629.637,40
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	57.896.535,48	93.835.652,70	DISPONIBILIDADE P/O PERIODO SE	30.904.706,93	62.436.974,28
APLICACOES FINANCEIRAS	4.539.766,82	2.588.153,05	CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	27.243.334,80	57.896.535,48
OUTRAS DISPONIBILIDADES	671,98	671,98	APLICACOES FINANCEIRAS	3.660.700,15	4.539.766,82
			OUTRAS DISPONIBILIDADES	671,98	671,98
INGRESSOS	2.571.661.243,25	2.387.105.550,79	DISPENDIOS	2.571.661.243,25	2.387.105.550,79


Samuel Faria de Abreu
Contador CRC-DF 3431
FUB / DCF


José Geraldo de Sá Filho
Reitor



Quadro B.03: Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZEMBRO
EMISSÃO 25/02/2011	PÁGINA 1

TÍTULOS	RECEITA				TÍTULOS	DESPESA			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
RECEITAS CORRENTES	310.093.622,00	310.093.622,00	325.244.454,59	-15.150.832,59	CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	1.022.782.821,00	1.275.904.477,00	1.207.523.846,45	68.380.630,55
RECEITAS PATRIMONIAIS	30.026.286,00	30.026.286,00	30.183.285,07	-156.999,07	DESPESAS CORRENTES	910.819.788,00	1.171.331.144,00	1.128.760.939,25	42.570.204,75
RECEITAS DE SERVIÇOS	279.520.600,00	279.520.600,00	290.427.039,59	-10.906.439,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCI	547.377.646,00	733.780.316,00	707.932.167,58	25.848.148,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTE	546.736,00	546.736,00	4.634.129,93	-4.087.393,93	OUTRAS DESPESAS CORREN	363.442.142,00	437.550.828,00	420.828.771,67	16.722.056,33
RECEITAS DE CAPITAL	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	111.963.033,00	104.573.333,00	78.762.907,20	25.810.425,80
ALIENACAO DE BENS	9.000.000,00	9.000.000,00	0,00	9.000.000,00	INVESTIMENTOS	111.763.033,00	104.373.333,00	78.562.907,20	25.810.425,80
					INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	200.000,00	200.000,00	0,00
SUBTOTAL I	319.093.622,00	319.093.622,00	325.244.454,59	-6.150.832,59	SUBTOTAL I	1.022.782.821,00	1.275.904.477,00	1.207.523.846,45	68.380.630,55

José Geraldo de Sousa Junior
Reitor





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORCAMENTARIO - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	MES
2010	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
25/02/2011	2

TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA REPASSE	907.463.108,00	1.035.237.646,95	853.242.670,89	181.994.976,06	MOVIMENTACAO DE CREDITO				
					CREDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	125.774.538,95	132.657.873,49	-6.883.334,54
					DESPESAS CORRENTES	0,00	98.570.594,58	106.510.284,05	-7.939.689,47
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	-11.069.981,00	0,00	-11.069.981,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	109.640.575,58	106.510.284,05	3.130.291,53
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	27.203.944,37	26.147.589,44	1.056.354,93
					INVESTIMENTOS	0,00	27.203.944,37	26.147.589,44	1.056.354,93
					CREDITOS EXTRAORDINARIOS	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
					DESPESAS CORRENTES	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
SUBTOTAL II	907.463.108,00	1.035.237.646,95	853.242.670,89	181.994.976,06	SUBTOTAL II	0,00	127.774.538,95	134.657.873,49	-6.883.334,54
EXCESSO DE ARRECADACAO	0,00	49.347.747,00	0,00	49.347.747,00					
RECEITA TES. DESCENTRALIZ.	0,00	0,00	-5.239,44	5.239,44					
TOTAL	1.226.556.730,00	1.403.679.015,95	1.178.481.886,04	225.197.129,91	TOTAL	1.022.782.821,00	1.403.679.015,95	1.342.181.719,94	61.497.296,01
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	163.699.833,90	-163.699.833,90	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	1.226.556.730,00	1.403.679.015,95	1.342.181.719,94	61.497.296,01	TOTAL GERAL	1.022.782.821,00	1.403.679.015,95	1.342.181.719,94	61.497.296,01


Samuel Faria de Abreu
Contador CRC-DF 3431
FUB / DCF


José Genildo de Sousa Junior
Reitor



Quadro B.04: Demonstração das Disponibilidades



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	2010	MES	DEZEMBRO
EMISSAO	25/02/2011	PAGINA	1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	30.904.034,95	62.436.302,30	CREDITOS EM CIRCULACAO	-198.761.312,46	-255.367.039,71
CONTA UNICA DO TESOURO NACIONAL	27.243.334,80	57.896.535,48	CREDITOS A RECEBER	-198.761.312,46	-255.367.039,71
APLICACOES FINANCEIRAS	3.660.700,15	4.539.766,82	CREDITOS TRIBUTARIOS	-20.236,67	-20.236,67
DISPONIVEL EM MOEDA ESTRANGEIRA	671,98	671,98	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-198.741.075,79	-255.346.803,04
CAIXA	671,98	671,98	RECURSOS A RECEBER POR TRANSFERENCIA	0,00	-107.057.081,15
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-24.462.316,19	-24.081.481,69
			RECURSOS A RECEBER DO TESOURO - FUNDOS	-69.031.925,44	0,00
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-105.246.834,16	-124.208.240,20
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	-38.826.197,50	-39.232.344,86
			RECURSO DIFERIDO CONCEDIDO	-38.826.197,50	-39.232.344,86
			DEPOSITOS	10.060.126,84	3.555.767,78
			CONSIGNACOES	257.651,93	1.611.204,15
			RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	7.403.046,91	880.380,49
			DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	2.399.428,00	1.064.183,14
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	236.627.137,03	272.062.532,31
			OBRIGACOES A PAGAR	233.693.465,13	253.490.546,35
			FORNECEDORES	10.984.351,02	20.352.174,01
			DO EXERCICIO	5.567.995,39	5.911.294,73
			DE EXERCICIOS ANTERIORES	5.416.355,63	14.440.879,28
			PESSOAL A PAGAR	17.950,54	27.841,58
			DO EXERCICIO	17.950,54	27.841,58
			RESTOS A PAGAR	210.040.368,46	215.343.834,00
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	210.040.368,46	215.343.834,00
			RECURSOS A LIBERAR PARA PAGAMENTO DE RP	12.650.795,11	17.766.696,76
			CREDORES DIVERSOS	50.259,46	34.712,93
			DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	50.259,46	34.712,93
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	70.960,01	71.644,25
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	70.960,01	71.644,25
			OUTRAS OBRIGACOES	7.921,28	7.921,28
			RECEITAS REALIZAVEIS NO EXERCICIO SEGUINTE	2.804.531,15	18.457.707,50
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	79.548.505,95	80.639.185,79
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	79.548.505,95	80.639.185,79
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-57.743.552,93	778.872,97
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-109.617.283,53	-64.255.829,54
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	92.596.039,05	106.441.543,44
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - CONCEDIDO	-12.650.795,11	-17.766.696,76
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	105.246.834,16	124.208.240,20
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-40.722.308,45	-41.406.840,93
			DISPONIBILIDADE DE REPASSE DIFERIDO RECEBI	-40.722.308,45	-41.406.840,93
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-38.826.197,50	-39.232.344,86
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO CONCED	38.826.197,50	39.232.344,86
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	30.904.706,93	62.436.974,28	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	30.904.706,93	62.436.974,28

Handwritten signature and stamp:
 25/02/2011
 Decanato de Planejamento e Orçamento



Quadro B.05: Demonstração das Variações Patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTÍTULO	26271 - FUNDACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO	MES
2010	DEZEMBRO
EMISSAO	PAGINA
25/02/2011	1

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2010	2009	TITULOS	2010	2009
ORCAMENTARIAS	1.551.528.752,53	1.432.032.900,87	ORCAMENTARIAS	1.487.126.167,95	1.350.195.257,53
RECEITAS CORRENTES	327.150.743,70	276.349.915,58	DESPESAS CORRENTES	1.237.271.223,30	1.031.505.506,67
RECEITA PATRIMONIAL	30.201.285,07	30.116.755,98	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	599.668.056,29	487.552.456,27
RECEITA DE SERVICOS	277.170.254,22	232.296.098,42	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	485.735.183,88	422.373.873,08
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.634.154,32	639.862,31	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	151.867.983,13	121.579.177,32
RECEITA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	15.145.050,09	13.297.198,87	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.264.111,29	84.239.302,74
RECEITA DE SERVICOS	15.145.050,09	13.297.198,87	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.603.871,84	37.339.874,58
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	7.100.169,71	DESPESAS DE CAPITAL	104.910.496,64	128.824.922,11
ALIENACAO DE BENS	0,00	7.100.169,71	INVESTIMENTOS	103.984.249,26	128.159.886,67
DEDUCOES DA RECEITA	-1.906.289,11	-12.308.599,63	INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	100.000,00
INTERFERENCIAS ATIVAS	998.055.384,12	907.382.012,00	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	726.247,38	965.035,44
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	998.055.384,12	907.382.012,00	INVESTIMENTOS	726.247,38	565.035,44
REPASSE RECEBIDO	893.927.630,25	759.877.722,35	INTERFERENCIAS PASSIVAS	144.812.713,23	188.978.184,86
SUB-REPASSE RECEBIDO	65.264.207,28	66.581.451,60	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	144.812.713,23	188.978.184,86
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	37.349,09	41.690.493,19	REPASSE CONCEDIDO	0,00	86.356,60
VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	38.826.197,50	39.232.344,86	SUB-REPASSE CONCEDIDO	65.264.207,28	66.581.451,60
MUTACOES ATIVAS	228.228.913,82	253.509.403,21	VALORES DIFERIDOS - BAIXA	0,00	41.671.190,87
INCORPORACOES DE ATIVOS	69.858.920,88	75.568.165,71	VALORES DIFERIDOS - INSCRICAO	79.548.505,95	80.639.185,79
AQUISICOES DE BENS	67.207.929,33	72.445.818,55	MUTACOES PASSIVAS	131.734,78	886.643,89
INCORPORACAO DE CREDITOS	2.650.991,55	3.122.347,16	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	131.734,78	886.643,89
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	158.369.992,94	177.941.237,50	ALIENACAO DE BENS	0,00	368.359,80
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	809.350.247,64	674.716.304,11	LIQUIDACAO DE CREDITOS	131.734,78	518.284,09
INTERFERENCIAS ATIVAS	238.508.190,70	216.264.853,35	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	798.549.366,65	654.172.021,05
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	147.994.920,29	125.577.676,53	INTERFERENCIAS PASSIVAS	237.278.155,64	216.124.196,98
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	90.513.270,41	90.687.176,82	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	146.759.645,79	125.425.646,80
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	570.842.056,94	458.451.450,76	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	90.518.509,85	90.698.550,18
INCORPORACOES DE ATIVOS	438.825.809,26	372.370.209,80	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	561.271.211,01	438.047.824,07
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	26.414.837,04	22.594.480,52	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	311.950.318,77	240.163.655,77
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	67.279.176,89	26.111.523,75	BAIXA DE BENS IMOVEIS	2.800,00	14.454.350,96
INCORPORACAO DE DIREITOS	345.131.795,33	323.664.205,53	BAIXA DE BENS MOVEIS	39.805.951,96	21.794.197,56
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	81.257,12	590.200,00	BAIXA DE DIREITOS	272.141.566,81	203.915.107,25
AJUSTES DE CREDITOS	81.257,12	590.200,00	INCORPORACAO DE PASSIVOS	194.090.950,35	186.999.241,10
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	46.636.803,52	74.145.732,07	AJUSTES DE OBRIGACOES	10.476.348,89	4.708.242,75
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	85.298.187,04	11.345.308,89	AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	44.753.593,00	6.176.684,45
AJUSTES FINANCEIROS	80.601.836,70	0,00	AJUSTES FINANCEIROS	39.636.855,16	3.629.637,40
AJUSTES NAO FINANCEIROS	4.696.350,34	11.345.308,89	AJUSTES NAO FINANCEIROS	5.116.737,84	2.547.047,05
DEFICIT			RESULTADO PATRIMONIAL	75.203.465,57	102.381.926,40
			SUPERAVIT	75.203.465,57	102.381.926,40
VARIACOES ATIVAS	2.360.879.000,17	2.106.749.204,98	VARIACOES PASSIVAS	2.360.879.000,17	2.106.749.204,98

[Assinatura]
José Renato de Sousa Júnior
Revisor



Quadro B.06: Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORÇAMENTOS	
SUBTITULO	26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO	
	EXERCICIO 2010	MES DEZEMBRO
	EMISSAO 25/02/2011	PAGINA 1
TITULOS	2010	2009
RECEITAS ORÇAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	327.150.743,70	276.349.915,58
RECEITAS NÃO TRIBUTARIAS	327.150.743,70	276.349.915,58
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	7.100.169,71
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	7.100.169,71
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.906.289,11	-12.308.599,63
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS	325.244.454,59	271.141.485,66
DESPESAS ORÇAMENTARIAS		
DESPESAS CORRENTES	1.237.271.223,30	1.031.505.506,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	707.932.167,58	571.791.759,01
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	529.339.055,72	459.713.747,66
DESPESAS DE CAPITAL	104.910.496,64	128.824.922,11
INVESTIMENTOS	104.710.496,64	128.724.922,11
INVERSOES FINANCEIRAS	200.000,00	100.000,00
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	1.342.181.719,94	1.160.330.428,78
RESULTADO ORÇAMENTARIO	-1.016.937.265,35	-889.188.943,12
INTERFERENCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS	998.055.384,12	907.382.012,00
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	998.055.384,12	907.382.012,00
MUTACOES ATIVAS ORÇAMENTARIAS	228.228.913,82	253.509.403,21
INCORPORACAO DE ATIVOS	69.858.920,88	75.568.165,71
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	158.369.992,94	177.941.237,50
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	144.812.713,23	188.978.184,86
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	144.812.713,23	188.978.184,86
(-) MUTACOES PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	131.734,78	886.643,89
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	131.734,78	886.643,89
RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	64.402.584,58	81.837.643,34
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	64.402.584,58	81.837.643,34
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	238.508.190,70	216.264.853,35
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	147.994.920,29	125.577.676,53
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	90.513.270,41	90.687.176,82
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	570.842.056,94	458.451.450,76
INCORPORACAO DE ATIVOS	438.825.809,26	372.370.209,80
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	46.636.803,52	74.145.732,07
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	85.379.444,16	11.935.508,89
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTARIAS	237.278.155,64	216.124.196,98
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	146.759.645,79	125.425.646,80
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	90.518.509,85	90.698.550,18
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTARIOS	561.271.211,01	438.047.824,07
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	311.950.318,77	240.163.655,77
INCORPORACAO DE PASSIVOS	194.090.950,35	186.999.241,10
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	55.229.941,89	10.884.927,20
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	75.203.465,57	102.381.926,40

Ass: Decanato de Orçamento



Quadro B.07: Demonstração das Variações Patrimoniais por Natureza e Função



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO 2010	MES DEZEMBRO
SUBTÍTULO	26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	EMISSÃO 25/02/2011	PÁGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO		
TÍTULOS	2010	2009	
RECEITAS ORÇAMENTARIAS			
RECEITAS CORRENTES	327.150.743,70	276.349.915,58	
RECEITAS NÃO TRIBUTARIAS	327.150.743,70	276.349.915,58	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	7.100.169,71	
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	7.100.169,71	
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.906.289,11	-12.308.599,63	
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS	325.244.454,59	271.141.485,66	
DESPESAS ORÇAMENTARIAS			
ADMINISTRAÇÃO	6.410.100,45	4.424.844,09	
SEGURANÇA PÚBLICA	2.291.022,15	78.000,00	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	556.113,34	744.766,06	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	182.493.762,08	157.710.157,85	
SAÚDE	39.020.897,55	31.430.139,29	
TRABALHO	1.420.343,85	2.811.257,60	
EDUCAÇÃO	1.060.391.818,02	941.956.811,04	
CULTURA	1.066.537,76	538.112,50	
DIREITOS DA CIDADANIA	1.793.822,14	2.627.913,90	
URBANISMO	9.439.393,90	2.484.650,00	
SANEAMENTO	574.659,74	0,00	
GESTÃO AMBIENTAL	233.430,74	0,00	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	25.412.425,58	4.891.180,50	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	1.000.100,00	70.000,00	
COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.325.545,31	1.785.739,58	
TRANSPORTE	7.651.739,53	8.776.856,37	
DESPORTO E LAZER	99.999,80	0,00	
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	1.342.181.719,94	1.160.330.428,78	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-1.016.937.265,35	-889.188.943,12	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS	998.055.384,12	907.382.012,00	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	998.055.384,12	907.382.012,00	
MUTUAÇÕES ATIVAS ORÇAMENTARIAS	228.228.913,82	253.509.403,21	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	69.858.920,88	75.568.165,71	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	158.369.992,94	177.941.237,50	
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	144.812.713,23	188.978.184,86	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	144.812.713,23	188.978.184,86	
(-) MUTUAÇÕES PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	131.734,78	886.643,89	
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	131.734,78	886.643,89	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APOS INTERF/MUTUAÇÕES	64.402.584,58	81.837.643,34	
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	64.402.584,58	81.837.643,34	
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	238.508.190,70	216.264.853,35	
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	147.994.920,29	125.577.676,53	
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	90.513.270,41	90.687.176,82	
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	570.842.056,94	458.451.450,76	
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	438.825.809,26	372.370.209,80	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	46.636.803,52	74.145.732,07	

José Romão de Sá
Reitor



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26271 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZEMBRO
EMISSÃO 25/02/2011	PÁGINA 2

TÍTULOS	2010	2009
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	85.379.444,16	11.935.508,89
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	237.278.155,64	216.124.196,98
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	146.759.645,79	125.425.646,80
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	90.518.509,85	90.698.550,18
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	561.271.211,01	438.047.824,07
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	311.950.318,77	240.163.655,77
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	194.090.950,35	186.999.241,10
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	55.229.941,89	10.884.927,20
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	75.203.465,57	102.381.926,40


Samuel Faria de Abreu
Contador CRC-DF 3431
FUB / DCF


José Geraldo de Sousa Junior
Reitor



Anexo C: Declaração do Contador Responsável Atestando os Demonstrativos Contábeis



Quadro C.01: Declaração do Contador Responsável

Declaração do Contador com Ressalva

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Houve restrição código 951 – Falta de conformidade pelas Unidades Descentralizadas da FUB, considerando principalmente a greve deflagrada no período de março a setembro de 2010, bem como a precariedade de pessoal nas áreas técnicas, sendo que as demais restrições mensais apuradas no decorrer do exercício foram regularizadas em 2010.</p> <p>b) As análises de restos a pagar passíveis de cancelamentos foram efetivadas de forma parcial, devido a questão de greve e falta de estrutura de pessoal, especialmente, na área de pessoal técnico.</p> <p>c) Não foi efetuado a reavaliação e depreciação dos bens patrimoniais móveis e imóveis, visto a falta de estrutura nas Unidades de Gestão Patrimonial e no Serviço de Patrimônio. Esses procedimentos estão em curso no exercício de 2011.</p> <p>d) Existem pendências de ajustes nas contas de inventários, visto que os relatórios da comissão não foram adequados. Tendo em vista a necessidade de efetuar os ajustes devidos, foi solicitado pela Diretoria de Contabilidade e Finanças – DCF, através do memorando nº 88/2011, a recomposição da comissão para elaborar novo inventário com prazo até 30 de março de 2011.</p> <p>e) A situação deficitária do ativo financeiro em relação ao passivo financeiro deve-se ao registro dos valores diferidos e dos restos a pagar processados e não processados, ambos não regularizados no prazo devido pela falta de estrutura nas Unidades Executoras da FUB. Os valores diferidos foram baixados em fevereiro de 2011.</p> <p>Declaramos ainda que, as restrições acima citadas devem-se ao fato de que há carência de pessoal técnico nas áreas contábeis da FUB, prejudicando a qualidade dos trabalhos principalmente nas análises devidas nas contas de registros contábeis.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	31 de Dezembro de 2010
Contador Responsável		CRC nº	3.431 - DF

Samuel Faria de Abreu
Contador CRC-DF 3431
FUB / DCF



Anexo D: Declaração da Área Responsável Atestando as Informações Referentes às Transferências.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
DECANATO DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE APOIO A PROJETOS ACADEMICOS

DECLARAÇÃO

Os recursos recebidos pela Fundação Universidade de Brasília/FUB por se tratar de transferência entre administração pública federal, fundação pública, são propostos por Planos de Trabalhos, operacionalizados com descentralização de créditos orçamentários, efetuados via SIAFI, por meio de NC – Nota de Créditos, composto com observação do objeto, finalidade e justificativa, atrelados ao ato de gestão, celebrado com Termo de Cooperação, isentando a disponibilidade no SICONV. (Informação no Portal de Convênios – Termo de Cooperação – Comunica SIASG nº 051233). Não há informações de transferências no SIASG.

Os recursos repassados para a Prefeitura de Alto Paraíso tiveram origem da Emenda Parlamentar N. 32050003, do Deputado Fernando Gabeira, 2008ND017379, em 23 de dezembro de 2008. Foi celebrado o convênio, registro UnB n.º 7142, em 30 de dezembro de 2008, publicado no DOU, nº 248 em 28 de dezembro de 2008, empenhado em 31 de dezembro de 2008, por meio das 2008NE010782 e 2008NE010783. Embora o repasse de recursos tenha sido realizado entre entidade da Administração Pública Federal e Município o projeto não foi registrado no SICONV pela Prefeitura de Alto Paraíso conforme determina a Portaria Ministerial MP/MF/MCT 127/2008, pois na época aquela prefeitura não possuía cadastro no SICONV.

Brasília, 23 de março de 2011

JOSE CARLOS BALTHAZAR
Diretor
Diretoria de Apoio a Projetos Acadêmicos